



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: EDUCAÇÃO, ESTUDOS SÓCIO-HISTÓRICOS E FILOSÓFICOS

MARECILDA BEZERRA DE ARAÚJO

**MANUAIS PEDAGÓGICOS, CARTILHAS ESCOLARES
E A FORMAÇÃO DO HOMEM REPUBLICANO
NO GRUPO ESCOLAR BARÃO DO RIO BRANCO
EM PARELHAS-RN, 1919-1922**

NATAL – RN
2024

MARECILDA BEZERRA DE ARAÚJO

**MANUAIS PEDAGÓGICOS, CARTILHAS ESCOLARES E A FORMAÇÃO DO
HOMEM REPUBLICANO NO GRUPO ESCOLAR BARÃO DO RIO BRANCO EM
PARELHAS-RN, 1919-1922**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na Linha de Pesquisa Educação, Estudos Sócio-históricos e Filosóficos, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Educação, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora.

Linha de Pesquisa: Educação, Estudos Sócio-históricos e Filosóficos.

Orientadora: Professora Dr^a. Kilza Fernanda Moreira de Viveiros.

NATAL – RN
2024

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial Moacyr de Góes - CE

Araújo, Marecilda Bezerra de.

Manuais pedagógicos, cartilhas escolares e a formação do homem republicano no grupo escolar Barão do Rio Branco em Parelhas-RN, 1919-1922 / Marecilda Bezerra de Araújo. - 2024.

273 f.: il.

Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação. Natal, RN, 2024.

Orientação: Profa. Dra. Kilza Fernanda Moreira de Viveiros.

1. Manuais e cartilhas escolares - Parelhas(RN) - Tese. 2. Manuais pedagógicos -Tese. 3. Grupo escolar - Tese. 4. Formação do sujeito republicano - Tese. 5. História da educação - Tese. I. Viveiros, Kilza Fernanda Moreira de. II. Título.

RN/UF/BCZM

CDU 37.018.5(813.2)

Elaborado por SARA SUNARIA DE ALMEIDA SILVA XAVIER - CRB-15/572

MARECILDA BEZERRA DE ARAÚJO

**MANUAIS PEDAGÓGICOS, CARTILHAS ESCOLARES E A FORMAÇÃO DO
HOMEM REPUBLICANO NO GRUPO ESCOLAR BARÃO DO RIO BRANCO EM
PARELHAS-RN, 1919-1922**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na Linha de Pesquisa Educação, Estudos Sócio-históricos e Filosóficos, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Educação, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora.

Linha de Pesquisa: Educação, Estudos Sócio-históricos e Filosóficos.

Orientadora: Professora Dr^a. Kilza Fernanda Moreira de Viveiros.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Kilza Fernanda Moreira de Viveiros – Orientadora
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Prof. Dr. José Mateus do Nascimento – Membro externo (titular)
Instituto Federal do Rio Grande do Norte – IFRN

Prof.^a Dra. Olivia Morais de Medeiros Neta – Membro interno (titular)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Prof.^a Dra. Francinaide de Lima Silva Nascimento – Membro externo (titular)
Instituto Federal do Rio Grande do Norte – IFRN

Prof. Dr. Walter Pinheiro Barbosa Junior – Membro interno (titular)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Prof. Dr. Iran de Maria Leitão – Membro externo (suplente)
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Prof. Dr. Marlúcia Menezes de Paiva – Membro interno (suplente)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

À Escola Estadual Barão do Rio Branco em Parelhas-
RN, o elo entre gerações.



AGRADECIMENTOS

Este é o momento na escrita da tese em que construiria outra tese, diante dos agradecimentos a tantas pessoas que cruzaram por meu caminho em quatros anos consecutivos de doutoramento. Foram tantas surpresas agradáveis e dissabores nesse percurso, mas, muitas mãos se cruzaram, abraços, encontros, desencontros, ajuda de alguém que vi pela primeira e única vez. E se não fosse aquela pessoa, naquele momento..., ou seja, os agradecimentos serão poucos para tantos personagens;

Ao meu bom Deus que diante das adversidades me permitiu concluir esta etapa de minha vida;

Gratidão a querida professora Dr^a Kilza, minha orientadora que me acolheu, confiou, acreditou e me orientou com carinho e atenção nesta trajetória fascinante de pesquisa em Educação;

Minha querida mãe Anita pelo amor incondicional, apoio e força, principalmente, nos momentos em que tudo parecia fraquejar; meu amado Pai, sempre presente Miguel Severiano de Araújo (In Memória).

Minhas irmãs, Ceíça, Maricélia, Mariclécia, Marta que em meio as suas pesquisas acadêmicas, estavam comigo neste caminhar; Almir, querido irmão e amigo;

Ao meu esposo Francisco Junior, incentivador de minhas conquistas;

Aos meus queridos e amados filhos, Franklin, Marielle e Fernando por vivenciarem ao meu lado momentos de alegria, dor, angústia, esperança, pelos abraços que, tantas vezes, acalentaram, impulsionando-me a continuar o caminho;

As futuras noras Raiza e Laura Alice pelo companheirismo, ajuda em tantos momentos;

As amigas, Fátima Costa, Anneliese, Josivânia, Vera Lúcia, Euzinete, Maria de Lourdes, Osenilda, Fabia Lira, pela força, encorajamento e descontração nos momentos em que tudo parecia escuro;

Um sentimento de gratidão a irmã e amiga Sonia Medeiros por esta caminhada juntas; tecemos histórias no campo da educação Jardimense e alargamos nosso elo de amizade;

À Jardely Luana e Laísa Fernanda pela companhia na pesquisa aos arquivos, pelas leituras juntas e indicações diante da pesquisa histórica;

A Raphael, o meu carinho pela cuidadosa revisão no momento final da tese, consolidação da historiografia do Grupo Escolar Barão do Rio Branco;

A todos os funcionários da Escola Estadual Barão do Rio Branco, Parelhas-RN, principalmente, Severino Carlos de Azevedo Souza e Ana Paula de Azevedo Araújo, pelo acolhimento, abertura ao espaço físico da escola e tantos momentos de escuta e partilha das fontes;

Aos meus colegas de trabalho, nos municípios de Parelhas-RN e Jardim do Seridó-RN na compreensão da ausência e motivação para seguir adiante;

Aos Doutores avaliadores do meu trabalho, Walter, Olívia Neta, José Mateus, Francinaide, pela leitura cuidadosa e melhoria da escrita consolidando a tese final;

Ao Sr. Tertuliano Pereira, pelo caloroso entusiasmo nos meus primeiros ensaios do projeto; suas memórias e saberes me inspiraram na busca do objeto da pesquisa;

Agradeço a todos aqueles que direto ou indiretamente contribuíram para esta realização!

Foi possível contar com a amizade e companheirismo, mesmo a quilômetros de distância das colegas de doutoramento Andryele e Norma, dividindo as (in) certezas que a pesquisa acadêmica nos apresenta;

Um agradecimento especial aquelas que detém na idade cronológica tantos conhecimentos, experiências e vivências de uma vida estudantil no Grupo Escolar Barão do Rio Branco: D. Marcia Dantas, D. Dulce Pereira, D. Alice Monteiro, Professora Madalena, D. Terezinha Cordeiro e D. Maria de Tico. Nossas horas de conversas trouxeram alegria e vontade de investigar cada vez mais as práticas pedagógicas desta instituição centenária;

A querida Laísa Fernanda, na troca de ideias sobre a pesquisa histórica e a organização da educação pública no município de Parelhas-RN, fortalecemos nossa amizade como pessoas, profissionais e pesquisadoras;

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Norte por me receberem no período de pandemia com todos os cuidados necessários, viabilizando o fluxo da pesquisa, permitindo a construção da História da Educação do Rio Grande do Norte;

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte que contribuíram com a minha formação profissional e pessoal.

RESUMO

Esta tese propõe-se a investigar os manuais pedagógicos e as cartilhas escolares no Grupo Escolar Barão do Rio Branco (GEBRB), município de Parelhas-RN, no recorte temporal de 1919 a 1922, cujas obras foram: Cartilha Analítica de Arnaldo Barreto (1916), primeiro, segundo, terceiro e quarto livro de Leituras Moraes e Instructivas de João Kopke (1914), e Nova Cartilha Analytico-Sintética de Mariano de Oliveira (1918), Nossa Pátria de Rocha Pombo (1917). Assim, propomos como objetivo geral analisar os manuais pedagógicos e cartilhas escolares de Arnaldo Barreto, João Kopke, Mariano de Oliveira, e Rocha Pombo, pautando-se nos temas, conteúdos, historietas, imagens utilizadas para a formação do sujeito republicano; nos objetivos específicos buscamos compreender a organização do Grupo Escolar Barão do Rio Branco a partir do contexto social, político e econômico em que estava inserido; analisar como a legislação educacional foi efetivada no referido Grupo, com atenção aos métodos, programas de ensino, manuais e cartilhas escolares; conhecer os intelectuais e escritores brasileiros: Arnaldo de Oliveira Barreto, João Kopke, Mariano de Oliveira e a importância de suas obras para a escolarização no Brasil nas primeiras décadas do século XX. Nesse sentido, o Decreto nº 87 de 13 de janeiro de 1919 instituiu o Grupo Escolar Barão do Rio Branco, inaugurado em 21 de fevereiro daquele ano nos moldes da política de criação dos grupos escolares no estado do Rio Grande do Norte. Consideramos nesta pesquisa a abordagem metodológica da Nova História, com o método histórico. Para análise das fontes, buscamos orientação teórico-metodológico em Chartier (1990), Le Goff (2013), Julia (2001), Magalhães (2004), referenciando que os manuais podem ser entendidos como elementos da cultura escolar, artefatos das normas, finalidades da Instrução Pública, conteúdos ensinados e as práticas pedagógicas vivenciadas no interior do grupo. O corpus documental desta investigação inclui dois diários de classe das professoras Maria Terceira Rocha e Raimunda Rocha (1919 e 1920), Maria Helena Furtado e Rita Sampaio (1921 e 1922), professoras efetivas do GEBRB, os quais mencionavam os manuais escolares aqui citados. Assim, recorreu-se a livros de ofícios, atas e resoluções da Diretoria Geral da Instrução Pública; termos de visitas; livro de posse, compromisso e transferência dos professores; e regimento escolar (1914). Ademais, relacionamos os decretos, as atas e as portarias da Intendência Municipal de Jardim do Seridó-RN e da Prefeitura Municipal de Parelhas-RN. A pesquisa bibliográfica incluiu obras clássicas como publicações científicas mais recentes a respeito da História da Educação, textos que discorrem sobre as fontes históricas e a historiografia da educação no Brasil e no Rio Grande do Norte. A consulta a outras obras regionais foi necessária para melhor contextualização do território e da temporalidade que o objeto da pesquisa ocupa. Portanto, pesquisar e construir a História da Educação com foco no cotidiano escolar, nas representações dos manuais, destacando os métodos de ensino, saberes e as diferentes práticas que formam a cultura escolar nos faz concluir que os manuais escolares no GEBRB analisados, nesta pesquisa, constituíram-se como manuscritos das reformas republicanas educacionais alicerçados ao sistema político capazes de desenvolver nos educandos habilidades para a leitura e escrita, as virtudes morais quanto aos bons hábitos de estudar, trabalhar, cuidar do corpo, relacionar-se com os outros, respeito pela pátria e disciplina.

Palavras-Chave: Ideias pedagógicas. Grupo escolar. Manuais escolares.

ABSTRACT

This thesis proposes to investigate school manuals and the circulation of educational ideas in Grupo Escolar Barão do Rio Branco (GEBRB), municipality of Parelhas-RN, in the time frame of 1919 to 1922, whose works were: *Cartilha Analítica* by Arnaldo Barreto (1916), first, second, third and fourth book of reading *Moraes e Instructivas* by João Kopke (1914), and *Nova Cartilha Analytico-Sintética* by Mariano de Oliveira (1918), *Nossa Patria* by Rocha Pombo (1917). Thus, we propose as a general objective to analyze the pedagogical manuals and school booklets of Arnaldo Barreto, João Kopke, Mariano de Oliveira, and Rocha Pombo, focusing on the themes, contents, stories, images used to form the republican subject; in the specific objectives we seek to understand the organization of the Grupo Escolar Barão do Rio Branco from the social, political and economic context in which it was inserted; to analyze how educational legislation was implemented in the aforementioned Group, paying attention to methods, teaching programs, manuals and school booklets; to know Brazilian intellectuals and writers: Arnaldo de Oliveira Barreto, João Kopke, Mariano de Oliveira and the importance of their works for schooling in Brazil in the first decades of the 20th century. In this way, Decree nº 87 of January 13, 1919 established the Grupo Escolar Barão do Rio Branco, inaugurated on February 21 of that year in line with the policy for the creation of school groups in the state of Rio Grande do Norte. In this research, we consider the methodological approach of New History, with the historical method. For the analysis of the sources, we sought theoretical-methodological orientation in Chartier (1990), Le Goff (2013), Julia (2001), Magalhães (2004), referencing that the manuals can be understood as elements of school culture, artifacts of the norms, purposes of Public Instruction, taught content and the pedagogical practices experienced within the group. The documentary corpus of this investigation includes two class diaries by teachers Maria Terceira Rocha and Raimunda Rocha (1919 and 1920), Maria Helena Furtado and Rita Sampaio (1921 and 1922), effective teachers at the GEBRB, who mentioned school manuals cited here. Thus, official books, minutes and resolutions of the General Directorate of Public Instruction were used; terms of visits; book of tenure, commitment and transfer of teachers; and school regiment (1914). Furthermore, we list the decrees, minutes and ordinances of the Municipal Intendancy of Jardim do Seridó RN and the Municipality of Parelhas-RN. The bibliographical research included classic works as more recent scientific publications about the History of Education, texts that discuss the historical sources and the historiography of education in Brazil and Rio Grande do Norte. Consulting other regional works was necessary to better contextualize the territory and temporality that the research object occupies. Therefore, researching and building the History of Education with a focus on everyday school life, on the representations of manuals, highlighting the teaching methods, knowledge and different practices that form the school culture makes us conclude that the school manuals analyzed in the GEBRB, in this research, were constituted as manuscripts of the republican educational reforms based on the political system able to develop in students skills for reading and writing, the moral virtues regarding good habits of studying, working, taking care of the body, relating to others, respect for the motherland and discipline.

Keywords: Pedagogical ideas. School group. School manuals.

RESUMEN

Esta tesis se propone a investigar los manuales escolares y la circulación de los ideales educativos en “Grupo Escolar Barão do Rio Branco”, municipio de Parelhas-RN, en el recorte temporal de 1919 a 1922, cuyas obras fueron: “*Cartilha Analítica* de Arnaldo Barreto (1916)”, primero, segundo, tercero y cuarto libro de “*Leituras Moraes e Instrutivas* de João Kopke (1914)”, y *Nova Cartilha Analytico-Sintética* de Mariano de Oliveira (1918)”, *Nossa Pátria* de Rocha Pombo (1917)”. Así, nos proponemos como objetivo general analizar los manuales pedagógicos y cartillas escolares de Arnaldo Barreto, João Kopke, Mariano de Oliveira y Rocha Pombo, centrándonos en los temas, contenidos, historias, imágenes utilizadas para formar el sujeto republicano; en los objetivos específicos buscamos comprender la organización del “Grupo Escolar Barão do Rio Branco” desde el contexto social, político y económico en el que fue insertado; analizar cómo se implementó la legislación educativa en el mencionado Grupo, atendiendo a métodos, programas de enseñanza, manuales y folletos escolares; conocer a intelectuales y escritores brasileños: Arnaldo de Oliveira Barreto, João Kopke, Mariano de Oliveira y la importancia de sus obras para la escolarización en Brasil en las primeras décadas del siglo XX. En ese sentido, el Decreto nº 87 de 13 de enero de 1919 estableció el “Grupo Escolar Barão do Rio Branco”, abierto en 21 de febrero de aquel año en los moldes de la política de creación de los grupos escolares en el estado de Rio Grande do Norte. Consideramos en esta investigación el abordaje metodológico de la Nueva História, con el método histórico. Para análisis de las fuentes, buscamos orientación teórico-metodológico en Chartier (1990), Le Goff (2013), Julia (2001), Magalhães (2004), referenciando que los manuales pueden ser comprendidos como elementos de la cultura escolar, artefactos de las normas, finalidades de la Instrucción Pública, contenidos enseñados y las prácticas pedagógicas vivenciadas en el interior del grupo. El *corpus* documental de esta investigación incluye dos diarios de clases de las maestras Maria Terceira Rocha y Raimunda Rocha (1919 e 1920), Maria Helena Furtado y Rita Sampaio (1921 e 1922), maestras efectivas de GEBRB, los cuales mencionaban manuales escolares aquí citados. Así, se recorrió a libros de oficios, a y resoluciones de la Diretoria Geral de la Instrucción Pública; términos de visitas; libro de pose, compromiso y transferencia de los maestros; y regimiento escolar (1914). Además, relacionamos los decretos, las actas y las portarias de la *Intendência Municipal de Jardim do Seridó-RN* y del Ayuntamiento Municipal de Parelhas-RN. La investigación bibliográfica incluyó obras clásicas como publicaciones científicas más recientes acerca de la História de la Educación, textos que dialogan acerca de las fuentes históricas y la historiografía de la educación en Brasil y en Rio Grande do Norte. La consulta a otras obras regionales fue necesaria para mejor contextualización del territorio y de la temporalidad que el objeto de la investigación ocupa. Por lo tanto, investigar y construir la História de la Educação con enfoque en el cotidiano escolar, en las representaciones de los manuales, destacando los métodos de enseñanza, saberes y las diferencias prácticas que forman la cultura escolar nos hace concluir que los manuales escolares en el GEBRB analizados, en esta investigación, fueron constituidos manuscritos de las reformas republicanas educativas basados al sistema político capaces de desarrollar en los estudiantes habilidades para la lectura y escrita, las virtudes morales cuanto a los buenos hábitos de estudiar, trabajar, cuidar del cuerpo, relacionarse con los otros, respeto por el país y disciplina.

Palabras-claves: Ideales pedagógicos. Grupo escolar. Manuales escolares.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do Seridó/RN	48
Figura 2 - Mapa de Parelhas/RN	49
Figura 3 - Grupo Escolar Barão do Rio Branco, 1919	56
Figura 4 - Planta baixa do Grupo Escolar "Barão do Rio Branco" em 1919	57
Figura 5 - Prédio atual da Prefeitura Municipal de Parelhas-RN (Primeiro prédio do Grupo Escolar Barão do Rio Branco)	58
Figura 6 - Primeira turma feminina e masculina do Grupo Escolar Barão do Rio Branco. Professora Raimunda Rocha à esquerda e Maria Terceira Rocha à direita – 1919.....	66
Figura 7 - Imagem do Professor João Kopke	119
Figura 8 - Capa do segundo livro de Leituras Moraes e Instructivas	124
Figura 9 - Vocabulário do segundo livro de Leituras Moraes e Instructivas	125
Figura 10 - Apresentação do segundo livro de Leituras Moraes e Instructivas	126
Figura 11 - 1ª lição do primeiro livro de Leituras Moraes e Instructivas, 1918.....	128
Figura 12 - Continuação do texto "A manhã"	129
Figura 13 - 16ª lição - “A pesca” do segundo livro de leituras <i>Moraes e Instrucitavas</i>	132
Figura 14 - Continuação da 16ª lição - “A pesca”	133
Figura 15 – Continuação da 16ª lição - “A pesca”	134
Figura 16 - 21ª lição - “Mauro e o Passarinho” do segundo livro de leituras <i>Moraes e Instrucitavas</i> (1924).....	136
Figura 17 - Continuação da 21ª lição - “Mauro e o Passarinho”	137
Figura 18 - Continuação da 21ª lição - “Mauro e o Passarinho”	138
Figura 19 - Imagem do Professor Arnaldo Barreto	144
Figura 20 - Capa da Cartilha Analítica de Arnaldo Barreto	148
Figura 21 - Leitura vertical.....	150
Figura 22 - Página 35 da Cartilha Analítica de Arnaldo Barreto	151
Figura 23 - Leitura da Cartilha Analítica de Arnaldo Barreto.....	152
Figura 24 - Leitura da Cartilha Analítica de Arnaldo Barreto.....	154
Figura 25 - Leitura de gravura e de texto vertical da Cartilha Analítica de Arnaldo Barreto.....	155
Figura 26 - Leitura da Cartilha Analítica de Arnaldo Barreto.....	156
Figura 27 - Leitura da Cartilha Analítica de Arnaldo Barreto.....	157
Figura 28 - Leitura da Cartilha Analítica de Arnaldo Barreto.....	158

Figura 29 - Leitura da página 6 da Cartilha Analytico-Synthética de Mariano de Oliveira	165
Figura 30 - Leitura da página 8 da Cartilha Analytico-Synthética de Mariano de Oliveira	166
Figura 31 - Leitura da página 10 da Cartilha Analytico-Synthética de Mariano de Oliveira	167
Figura 32 - Leitura da página 20 da Cartilha Analytico-Synthética de Mariano de Oliveira	168
Figura 33 - Leitura da página 26-27 da Cartilha Analytico-Synthética de Mariano de Oliveira	169
Figura 34 - Leitura da página 36-37 da Cartilha Analytico-Synthética de Mariano de Oliveira	170
Figura 35 - Leitura da página 38 da Cartilha Analytico-Synthética de Mariano de Oliveira	171
Figura 36 - Leitura da página 70 da Cartilha Analytico-Synthética de Mariano de Oliveira	172
Figura 37 - Leitura da página 76 da Cartilha Analytico-Synthética de Mariano de Oliveira	174
Figura 38 - Leitura da página 77 da Cartilha Analytico-synthética de Mariano de Oliveira	175
Figura 39 - Páginas 86 e 87 da Cartilha Analytico-Synthética de Mariano de Oliveira	176
Figura 40 - Rocha Pombo.....	181
Figura 41 - Apresentação do livro de Rocha Pombo (1918).....	184
Figura 42 - Leitura da página 14-15 do livro Rocha Pombo (1917)	185
Figura 43 - Leitura da página 26-27 do livro Rocha Pombo (1917)	186
Figura 44 - Símbolos da pátria do livro de Rocha Pombo (1918).....	188
Figura 45 - Desfile do dia 7 de setembro de 1920 do GEBRB	189
Figura 46 - Hino Nacional do livro de Rocha Pombo (1918)	190
Figura 47 - Páginas 151, 152, 153, 154 do livro Nossa Pátria de Rocha Pombo	192
Figura 48 - Leitura da página 66 do livro Mariane de Oliveira (1918).....	196
Figura 49 - Leitura da página 84-85 do livro Mariane de Oliveira (1918).....	199
Figura 50 - Leitura da página 66 do livro Arnaldo Barreto (1916).....	204
Figura 51 – Leituras das páginas 34-36 do segundo livro de Leituras, Moraes e Instructivas de João Kopke	209
Figura 52 - Leitura das páginas 43-45 do segundo livro de leituras Moraes e Instructivas de João Kopke	210
Figura 53 - Leitura da página 47 do quarto livro de Leituras, Moraes e Instructivas de João Kopke	213
Figura 54 - Leituras das páginas 336-338 do quarto livro de Leituras, Moraes e Instructivas de João Kopke	214

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Profissionais do Grupo Escolar Barão do Rio Branco (1919-1922).....	65
Quadro 2 - Registro do diário de classe da Escola Masculina do Grupo Escolar Barão do Rio Branco: 1ª a 4ª sessão.....	74
Quadro 3 - Registro do diário de classe da Escola Isolada Masculina do Grupo Escolar Barão do Rio Branco: 1ª e 2ª sessão	81
Quadro 4 - Diário de classe da Escola Isolada Masculina do Grupo Escolar Barão do Rio Branco: 3ª e 4ª sessão	83
Quadro 5 - Programa de Ensino da Escola Primária, RN, 1914	97
Quadro 6 - Manuais e cartilhas utilizadas no GEBRB 1919 a 1922	105
Quadro 7 – Historietas	152

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
APRN	Associação dos professores do Rio Grande do Norte
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DEI	Departamento Estadual de Imprensa
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
IDEMA	Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte
GEBRB	Grupo Escolar Barão do Rio Branco
LABIM	Laboratório de Imagens da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
LABRE	Laboratório de Restauração e Conservação de Livros e Documentos Históricos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
LAHMED	Laboratório de História e Memória da Educação
PCN	Parâmetro Curricular Nacional
PNAIC	Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa
PPGED	Programa de Pós-Graduação em Educação
PROINFO	Programa Nacional de Tecnologia Educacional
SBHE	Sociedade de História Brasileira da Educação
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 ENTRE TEMPOS E ESPAÇOS: O GRUPO ESCOLAR BARÃO DO RIO BRANCO.....	45
1.1 AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS E O NOVO MODELO DE ORGANIZAÇÃO ESCOLAR PÚBLICA.....	47
1.2 FRAGMENTOS DO VIVIDO: DA INSTITUCIONALIZAÇÃO À INAUGURAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR BARÃO DO RIO BRANCO	56
1.3 OS PROFISSIONAIS DO GRUPO ESCOLAR BARÃO DO RIO BRANCO.....	65
2 MODERNIDADE PEDAGÓGICA: O MÉTODO, O PROGRAMA DE ENSINO E OS MANUAIS ESCOLARES	78
2.1 CONSOLIDAÇÃO DAS PRÁTICAS NO GEBRB: APROPRIAÇÃO DO MÉTODO INTUITIVO.....	80
2.2 O PROGRAMA DE ENSINO NO GRUPO ESCOLAR BARÃO DO RIO BRANCO	91
2.3 OS MANUAIS PEDAGÓGICOS E AS CARTILHAS ESCOLARES NO COTIDIANO DO GEBRB: CONECTORES DAS PRÁTICAS E CULTURA ESCOLAR.....	104
3 OS INTELLECTUAIS NO CONTEXTO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO GEBRB	115
3.1 UMA ANÁLISE SOBRE A CARTILHA ANALÍTICA DE ARNALDO BARRETO.	143
3.2 A NOVA CARTILHA ANALYTICO-SYNTHÉTICA DE MARIANO DE OLIVEIRA	160
4 AS LIÇÕES DE EDUCAÇÃO CÍVICA E MORAL NA FORMAÇÃO DO HOMEM REPUBLICANO.....	180
4.1 O CARÁTER NACIONALISTA NA LITERATURA ESCOLAR NO MANUAL DE ROCHA POMBO	181
4.2 LIÇÕES DE CIVISMO NOS MANUAIS DE ARNALDO BARRETO E MARIANO DE OLIVEIRA	194
4.3 CONTRIBUIÇÕES DOS MANUAIS DE JOÃO KOPKE PARA A FORMAÇÃO MORAL.....	206
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	216
REFERÊNCIAS	225
ANEXO A - ÍNDICE DO MANUAL DE ARNALDO BARRETO – 1916	240

ANEXO B - ÍNDICE DO MANUAL DA NOVA CARTILHA ANALYTICO-SINTHÉTICA DE MARIANO DE OLIVEIRA – 1918.....	243
ANEXO C - ÍNDICE DO MANUAL NOSSA PÁTRIA – ROCHA POMBO – 1917.....	246
ANEXO D - ÍNDICE DO PRIMEIRO LIVRO DE LEITURAS MORAIS E INSTRUCTIVAS JOÃO KOPKE 1911	248
ANEXO E - ÍNDICE DO SEGUNDO LIVRO DE LEITURAS MORAES E INSTRUCTIVAS DE JOÃO KOPKE (1928) – 61º EDIÇÃO.....	251
ANEXO F - ÍNDICE DO TERCEIRO LIVRO DE LEITURAS MORAES E INSTRUCTIVAS DE JOÃO KOPKE (1924) – 46º EDIÇÃO.....	255
ANEXO G - ÍNDICE DO QUARTO LIVRO DE LEITURAS MORAES E INSTRUCTIVAS DE JOÃO KOPKE (1909).....	259
ANEXO H – ACERVOS E FONTES	262

INTRODUÇÃO

O relato de minhas vivências fragmentado nesta pesquisa, configura-se a partir de meus percursos formativos em diferentes espaços e tempos. Afirmo pertencer a uma família humilde, de mãe professora e pai agricultor e analfabeto, sendo a filha mais velha, dentre seis filhos deste casal, que na década de 1970 enfrentava grandes dificuldades sociais e econômicas para dar resposta às necessidades básicas de sua prole. Nesse contexto, nasci no município de Parelhas-RN, em 1972, porém residia no município de Equador-RN onde passei até meus oito anos de idade.

Passando a morar na cidade de Parelhas, conquistei novas amizades, estudando sempre em escola pública. Lá, participei de grupos religiosos, esportes como o atletismo e voleibol. Ao término do Primeiro Grau, eu precisava decidir o que faria no segundo grau, pois tínhamos a oportunidade entre o magistério, técnico de contabilidade ou curso científico. A Lei n. 5692/71 fixou, nesse período, as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, em âmbito nacional, principalmente, na obrigatoriedade do ensino de 1º grau (8 anos), constituído na junção dos antigos primário e ginásio e a generalização do ensino profissionalizante no nível médio ou 2º grau.

Neste ínterim, escolhi o magistério e foi um curso muito bem feito com professoras maravilhosas que me deixava encantada com a docência e sempre pensando: “Quando eu for professora quero ser igual a elas”, (só tínhamos no quadro docentes mulheres). Menciono estas águias com muito carinho e zelo: Graça Macêdo (falecida pela covid-19 em 2021), Zaíra Medeiros, Maria Inêz, Vera Lúcia. Esta frase foi repetida muitas vezes na convicção de que todos os dias me esforço para alcançar seus voos.

No estágio, tive a oportunidade de alinhar o campo teórico à prática. No sorteio, peguei uma escola de um bairro periférico, marcado pela violência, drogas, prostituição, falta de saneamento básico e outros aspectos econômicos e sociais que impactavam diretamente na qualidade de vida de seus moradores. Coincidentemente, minha mãe era diretora desta mesma escola. Assim, estagiei em uma sala de aula de 2ª série, hoje o 3º ano do Ensino Fundamental, em uma realidade muito difícil, de crianças sofridas, vítimas das situações expostas. O prédio da escola pertencia à Paróquia de São Sebastião como é até hoje. A futura educadora chegou com todo empenho, cheia de ideias, dinâmicas, atividades diferenciadas, mas a maior parte do tempo em sala de aula era destinado a separar brigas, acalmar os alunos, principalmente, quando voltavam do recreio. No entanto, consegui realizar um bom estágio, as atividades aconteciam

dentro do planejado e as situações consideradas inusitadas também eram previstas e solucionadas.

Este momento em minha vida foi determinante para o meu ser professora, pois era convicta da escolha que tinha feito. O magistério que eu fiz mostrava a real situação da educação brasileira, acredito que, por isso, não me decepcionei durante os estágios. Pelo contrário, percebia que aquelas crianças precisavam daquele espaço como todo carinho, respeito e dedicação de sujeitos comprometidos com sua função de mediar saberes, acolher sujeitos espedaçados em sua essência de ser, pelo esgarçamento social em que estavam inseridos. Realmente, não se tratava de uma realidade fácil, mas com o esperar de Freire (1997, p. 86) quando este afirma: “Ninguém nega o valor da educação e que um bom professor é imprescindível. Aos professores, fica o convite para que não descuidem de sua missão de educar, nem desanimem diante dos desafios, nem deixem de educar as pessoas para serem águias”.

Esta escola, hoje, denominada Escola Municipal Dom José Delgado sempre fez parte de minha vida. Tempos depois, meu pai conseguiu uma vaga de vigia nesta mesma escola e trabalhou até o momento de sua morte, juntamente com minha mãe, que se aposentou neste cenário escolar. Neste espaço, D. Anita e Sr. Miguel construíram laços de amizade, camaradagem, companheirismos na escola em que eles acreditavam porque estavam lá todos os dias, como menciona Freire (1997). Pois bem, 25 anos depois da gestão de minha mãe, assumo a direção desta instituição. Colher os frutos que minha mãe havia semeado? Sim! E de tantos outros diretores e servidores que por lá passaram, preparando sempre o terreno árduo para a fertilidade diante do esperar.

O ingresso no Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia se deu em sequência ao término do magistério em 1994. Muito feliz por adentrar à universidade, embora com muitas dificuldades, pois a perspectiva de uma família grande é que os primeiros filhos fossem logo conseguindo um trabalho para ajudar nas despesas de casa. O transporte escolar, considerando os 172 km, que percorria todos os dias ida e volta para universidade, a necessidade de se alimentar, algum material xerografado, ou até mesmo aquisição de livros, tornaram-se dificuldades encontradas para dar continuidade a vida acadêmica.

A prática que o magistério proporcionava em frequentarmos escolas durante os estágios foi sendo aprimorada na graduação. Em meio a tantos conteúdos curriculares com suas cargas horárias e trabalhos exaustivos de leituras, o ensino era ministrado com bons professores, discussões e seminários. O curso apresentava em sua organização curricular a estrutura de

habilitações em: Administração Escolar, Supervisão Escolar e Orientação Educacional, desses escolhi Supervisão Escolar.

Desse modo, adentrei a pesquisa acadêmica propriamente dita no trabalho de conclusão final do curso, o famoso TCC que provocou angustias, inseguranças diante do escrever. Aliás, o que eu iria escrever? A palavra pesquisa ainda era embrionária, falava-se mais em um tema para discorrer. O dilema estava entre a escolha deste tema e os fundamentos da escrita científica que até então era algo muito distante de nossas leituras e discussões no dia a dia da sala de aula. Mas, a decisão chegou quanto à pesquisa para o TCC: Formação de professores para o processo de alfabetização.

Falar da Unidade Escolar XV Boqueirão, é escrever uma outra narrativa autobiográfica, mas não poderia perder a oportunidade de dizer neste espaço que esta experiência foi um verdadeiro despertar para o meu ser professora. Aquelas crianças de sala multisseriada, a terceira barragem do Estado do RN, por onde atravessei várias vezes de canoa, sem saber nadar. Buscava conhecer um pouco da história de meus primeiros e queridos alunos. Pensava que era difícil trabalhar com quem não conhecia, por isso a necessidade de investigar, conhecer para melhor desempenhar minha docência. Ainda, hoje, recorro ao lócus de meus alunos para conhecer seu modo de vida e melhor atuar na sua formação como sujeito intelectual e social.

No último ano do curso de Pedagogia, em 1996, consegui ser aprovada no concurso para professor do município de Parelhas-RN, onde residia. Convocada para assumir o cargo no mesmo ano, a alegria, o entusiasmo, a realização tomavam conta do meu ser, ao ocupar o cargo de professora efetiva no ano de 1997. Fui encaminhada para a unidade Escolar XV na comunidade Boqueirão, zona rural, em uma vila de pescadores. Era apenas uma distância de 4 km da cidade para a Barragem do Boqueirão que percorria todos os dias de bicicleta, meu primeiro transporte. No ano seguinte, fui convidada para assumir a supervisão de 6º ao 9º ano, na Escola Municipal Arnaldo Bezerra onde permaneci por 12 anos consecutivos. No ano de 2000, fui aprovada no concurso para professora no município vizinho de Jardim do Seridó-RN, convocada e designada a trabalhar no turno noturno como supervisora do 6º ao 9º ano.

No ano seguinte, fui convidada pela Secretaria Municipal de Educação para desempenhar minhas funções em uma escola no centro da cidade como gestora. Para Veiga (2003), a trajetória profissional é um processo de ordem social. Não depende unicamente do esforço e interesse pessoal, mas dos limites e possibilidades que são dados pelo contexto socioeconômico, político e institucional em que se está inserido. Assim, a oportunidade

oferecida, permeada pela convicção de que na educação estamos sempre a caminho e em processo de aprendizagem, aceitei o desafio.

Permaneci na direção da Escola Municipal de Calpúrnia Caldas de Amorim até o ano de 2005. Esta foi minha primeira experiência com a gestão escolar. De 2006 a 2007, estive na supervisão escolar desta mesma instituição. No período de 2008 a 2016, enfrentei outro desafio ao assumir a gestão da Secretaria Municipal de Educação de Jardim do Seridó-RN. A rede municipal de educação era composta de três escolas do 1º ao 9º ano, três escolas de Educação Infantil, creche e pré-escola, um centro de reabilitação e cinco unidades escolares pertencentes ao Ensino Rural. Para responder às necessidades destas escolas, tínhamos os programas da merenda escolar (PNAE), transporte Escolar (PNATE), Fundeb que, com base no regime de colaboração, os municípios precisam cumprir com suas competências, como legisla a Constituição Federal de 1988 no pacto federativo.

Na complexidade dessa realidade escolar, descobri-me como professora e pesquisadora em construção no campo educacional. Na busca por novos conhecimentos, fortaleci minhas reflexões e aprimorei os meus saberes e fazeres como professora, coordenadora pedagógica, gestora, secretária municipal de educação e formadora de professores no Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO), na Formação pela escola, nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), no Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e nos grupos de estudo em que eram discutidos sobre a construção e a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Essa trajetória foi percorrida em 26 anos de (re)construção de minhas práticas fundamentadas pelas formações continuadas mediante cada realidade vivenciada, como resposta às questões suscitadas no cotidiano da escola pública.

O prosseguimento por oito anos consecutivos, como secretária municipal de educação no município de Jardim do Seridó-RN, culminou com a imersão no mestrado na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), campus Mossoró, na linha de pesquisa Políticas e Gestão da Educação. Neste período, a provocação para a pesquisa se moveu na curiosidade em analisar as ações que o município de Jardim do Seridó-RN desenvolveu para organizar o Sistema Municipal de Educação, compreendendo o período de 1988 a 2018. Considerando que o município é o menor ente federado, assumi atribuições e responsabilidades na efetivação dos serviços públicos oferecidos à sua população, entre eles os educacionais.

As contribuições deste estudo mostraram que o sistema educativo no Brasil e, conseqüentemente, nos municípios, é bastante fragmentado pelo regime de colaboração e marcado por relações conflitantes entre diferentes grupos sociais, explícitos na história das lutas

em favor da escola pública. Muitas são as formas de análise e interpretação do sistema educativo; estas podem ser consideradas como mediações historicamente possíveis, que permitem explicá-lo, se não em sua totalidade, pelo menos em alguns de seus aspectos, por isto, devem ser analisadas, contextualizadas e discutidas criticamente.

Nesse percurso acadêmico, fui convidada para ministrar uma formação para professores na Escola Estadual Barão do Rio Branco, no município de Parelhas-RN durante a semana pedagógica do ano de 2019, que tinha como tema: “Ressignificando a prática educativa: por uma educação de excelência”. O evento visava refletir sobre a escola que temos, a sociedade que desejamos, o aluno que queremos formar e o professor como agente de transformação dos saberes. As discussões dos sujeitos presentes, naquele momento, voltavam-se para um discurso de responsabilidade social, compromisso, permanência, mudança e referência, pois a referida instituição comemorava seu centenário de escola pública no município de Parelhas e no estado norte-rio-grandense.

Nesta mesma ocasião visitei o arquivo da Escola Estadual Barão do Rio Branco, descobrindo que sua documentação desde sua fundação tinha sido totalmente incinerada, restando apenas os diários de classe de 1919 a 1922 pertencentes às professoras Maria Terceira Rocha, Raimunda Rocha, Maria Helena Furtado e Rita Sampaio. Alguns documentos como: livros de matrículas, livro de rendimentos, ofícios, pontos dos professores são encontrados de maneira esporádica compreendendo a década de 40 a 60. A partir dos anos 70, a escola mantém sua documentação. Ao manusear os diários de classe de 1919 a 1922, percebi que estes se caracterizam como um documento oficial, normatizado, elaborado pela Diretoria da Instrução Pública do estado e direcionado aos grupos escolares para que o professor (a) transcrevesse formalmente seus direcionamentos em sala de aula: data e horário das aulas, conteúdos ministrados, avaliações, frequência dos alunos e as cartilhas utilizadas.

Com o intuito de entender a escola como um lugar de culturas pedagógicas e materiais, selecionei como objeto de pesquisa os manuais pedagógicos e as cartilhas escolares citados nos referidos diários: Arnaldo Barreto, João Kopker, Mariano de Oliveira e Rocha Pombo, de uma instituição que emergiu no início do século XX, na vila de Parelhas-RN.

Para compreendermos como o processo dos manuais pedagógicos e as cartilhas escolares se fizeram presente no contexto da escola, faz-se necessário conhecer a organização dos grupos escolares no Brasil como instituição social de fomento ao desenvolvimento intelectual, a ordem, ao progresso. O conceito de historicidade se coloca dentro desta pesquisa na perspectiva de interpretarmos as ações e experiências humanas no espaço urbano que

modificou a educação pública local, dialogando com diferentes culturas e outros campos sociais como o da economia, política e vida cotidiana. Como afirma Magalhães (2004, p. 99), “a modernidade ficara historicamente marcada por um processo de articulação entre estruturas e sujeitos através das instituições e dos grupos”.

Através dos manuais pedagógicos e as cartilhas escolares de Arnaldo Barreto, João Kopke, Mariano de Oliveira e Rocha Pombo, buscamos entender o modo de se pensar e fazer educação no Grupo Escolar Barão do Rio Branco e como os compêndios didáticos fortaleceram as relações sociais, cotidianas, presentes no interior do Grupo Escolar nas primeiras décadas do século XX em uma pequena vila, distrito do município de Jardim do Seridó, no interior do estado do Rio Grande do Norte. O processo de construção da historiografia do GEBRB compreende que o conhecimento científico, enquanto seu produto, reflete o desenvolvimento e a ruptura ocorridos nos diferentes momentos da história.

Essa tipologia de impressos apresenta elementos para a compreensão das estratégias utilizadas na formação dos sujeitos republicanos, combinando um discurso coerente de práticas consolidadas e inovações pretendidas para a educação da época. Estes manuais se tornaram objeto de investigação desta pesquisa mediante o seguinte questionamento: Qual a contribuição dos manuais pedagógicos e cartilhas escolares de Arnaldo Barreto, João Kopke, Mariano de Oliveira e Rocha Pombo para a formação do cidadão republicano no cotidiano do Grupo Escolar Barão do Rio Branco em Parelhas-RN, 1919 a 1922?

O recorte temporal de 1919 a 1922 se justifica pelo ano dos diários de classe do GEBRB das professoras Maria Terceira Rocha, Raimunda Rocha, Maria Helena Furtado e Rita Sampaio. Únicos documentos do Grupo Escolar Barão do Rio Branco encontrados em sua primeira década de funcionamento na instituição centenária de ensino. Assim, como Objetivo Geral propomos analisar os manuais pedagógicos e cartilhas escolares de Arnaldo Barreto, João Kopke, Mariano de Oliveira, e Rocha Pombo, pautando-se nos temas, conteúdos, historietas, imagens utilizadas para a formação do sujeito republicano; Nos Objetivos Específicos buscamos compreender a organização do Grupo Escolar Barão do Rio Branco a partir do contexto social, político e econômico em que estava inserido; analisar como a legislação educacional foi efetivada no referido Grupo, com atenção aos métodos, programas de ensino, manuais pedagógicos e cartilhas escolares; conhecer os intelectuais e escritores brasileiros: Arnaldo de Oliveira Barreto, João Kopke, Mariano de Oliveira e a importância de suas obras para a escolarização no Brasil nas primeiras décadas do século XX.

Por tratar-se de uma pesquisa baseada em análise documental, a interpretação dos dados implicou na compreensão da proposta de cada autor, o formato editorial a qual sua obra fora submetida, as concepções pedagógicas e as representações dos manuais para a formação do sujeito republicano. Para isso, categorizamos os conteúdos tratados em cada obra: Os manuais de João Kopke apresentam contos, poemas, narrativas com o objetivo de solidificar pela educação moral o regime político que estava a se estabelecer. Arnaldo Barreto e Mariano de Oliveira se aproximam ao estabelecerem uma relação entre o método analítico e o método sintético para o ensino da leitura e da escrita. Desta forma, os textos contêm técnicas de práticas pedagógicas para a construção de uma escrita coerente e ortograficamente correta.

Os livros de Rocha Pombo percorrem o caminho editorial vinculada ao campo político e à profissionalização da docência no decorrer do século XX. O livro *Nossa Pátria*, aqui analisado, é o compêndio de mais sucesso do autor, tendo sido editado mais de 80 vezes, entre 1917 até a década de 1940. Deste modo, buscamos compreender o pensamento do autor acerca da História do Brasil, os assuntos priorizados e os fatos e atores mais relevantes em sua narrativa.

Para Magalhães (2006, p. 06), “A história do livro escolar é um campo historiográfico que, nas décadas mais recentes, tem vindo a desenvolver-se de forma intensa e inovadora”, pois o manual não é apenas um suporte didático para o cotidiano da escola. Imbuído de um saber científico, seus discursos obedecem a objetivos políticos, morais, estéticos e ideológicos. Por isso, precisa ser analisado dentro do contexto social, político, econômico e cultural em que foi produzido.

Os manuais pedagógicos e as cartilhas escolares fizeram parte de um conjunto de decisões peculiares de uma determinada realidade elaborada sobre processos, normas, valores, significados, formas de pensamento, constituidores da própria cultura que se complexifica como resultado de uma construção histórico-cultural do homem. Nesse sentido, Julia (2001) enfatiza que todas as normatizações impostas à escola conduzem às práticas vivenciadas pelos diferentes sujeitos em suas relações com seus pares, e os objetos escolares.

No processo remodelador de estados, municípios e vilas ocorridas nas primeiras décadas da República, os grupos escolares exerceram importante papel, contribuindo para a formação intelectual, moral, cívica e física daqueles que tinham acesso aos bancos escolares; embelezamento da cidade em decorrência da sua arquitetura moderna; efetivação de práticas higienistas e divulgação de ideais cívicas. Conforme Araújo (2011, p. 141), a escola que, nessa perspectiva, apresentava-se como moderna era aquela que “coexistia com o conhecimento

técnico e científico, a escola da pedagogia nova e a cultura do urbano e do público”. Dessa forma, a organização da época e dos saberes escolares revela a modernidade almejada pelos governantes e sujeitos republicanos através dos modelos dos grupos escolares, os quais traziam em si o que era de mais atual em infraestrutura, métodos de ensino, programas, mobiliário, material didático e professores com formação pedagógica.

Antes de discutirmos sobre o objeto de estudo, discorreremos a respeito da pesquisa em História da Educação e do percurso metodológico que orientou todo o processo de investigação desta tese.

A história como ciência nos permite compreendermos as ações realizadas pelos homens e suas relações com o tempo e o espaço, bem como construir a historiografia a partir da reconstrução do objeto estudado. Nesse sentido, Saviani (2019, p. 8) enfatiza que “o homem, além de ser um ser histórico, busca apropriar-se de sua historicidade. Além de fazer história, aspira e se torna consciente de sua identidade”. Desse modo, analisar os acontecimentos de um tempo que não é o nosso, por exemplo, as ideias pedagógicas contidas nos manuais escolares para o ensino primário público no início do século XX, é certamente uma possibilidade de entendermos o presente e contribuímos para futuras pesquisas na área educacional.

Consideramos nesta pesquisa a abordagem metodológica da *Nova História*, com o método histórico. De acordo com Reis (2003), essa abordagem concebe uma história com novos objetos, novos problemas do homem comum, mediante as fontes históricas, em colaboração com outras ciências sociais, como a Psicologia, a Antropologia, a Sociologia e a Geografia.

O método histórico é definido por Aróstegui (2006, p. 93) como o “método dos fatos sociais sempre em relação com seu comportamento temporal”, por isso, os fenômenos sociais não podem ser observados diretamente da realidade. Em suas peculiaridades, precisam recorrer dentro de uma temporalidade ao maior número de vestígios possíveis, capazes de tornar inteligível e explicável a exposição da História.

A Nova História apresenta uma ampliação na pesquisa histórica com possibilidades metodológicas para analisarmos um cenário do passado no presente, mesmo complexo como uma instituição educativa estruturada por aspectos legais, normas, grupos sociais e suas inter-relações. Assim, Chartier (1990, p. 16-17) afirma que a História Cultural tem como objeto “identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade é construída, pensada, dada a ler”. Por isso, entendemos nesta nova abordagem, as dimensões de tempo, indivíduo e sociedade imbrincados na diversidade de informações encontradas nos diferentes acervos e arquivos. Estes não são produtores das fontes, mas, sim, locais de

armazenamento e guarda. Por isso, faz-se necessário pensar no diálogo que transpassa as diferentes fontes na construção identitária no campo científico da instituição educativa situada na área das ciências humanas e sociais.

Nesse sentido, tencionamos mencionar a busca por fontes em diferentes acervos e arquivos públicos e privados que completassem as informações observadas nos diários de classes de 1919 a 1922 pertencentes as professoras Maria Terceira Rocha, Raimunda Rocha, Maria Helena Furtado e Rita Sampaio.

De acordo com Azevedo (2009, p. 22), a corrente da nova história busca “a mudança dos objetos da pesquisa, a mudança na estrutura da explicação-compreensão em história, a mudança nos conceitos de fonte e tempo histórico”. Com isso, percebemos a descoberta de novos objetos de pesquisa em História da Educação, valorizando a inserção de investigações mais localizadas e regionalizadas, em que o pesquisador pode perscrutar o recorte temporal diante das especificidades e singularidades do objeto analisado, situando-o mais próximo de suas fontes. Isso abre possibilidades para a promoção de análises consistentes no âmbito da História da Educação.

A história compreendida como ciência depende das fontes, elementos essenciais ao pesquisador que estuda a história, origem e cultura de uma determinada comunidade, sociedade, instituição, grupos sociais ou até mesmo um indivíduo em sua singularidade em um determinado espaço e tempo. Tais recursos são marcas da história e podem ser encontrados de maneira escrita, oral, icnográficas e materiais. Essa diversidade de fontes que nos possibilita analisar determinado objeto, torna-se registros sujeitos a críticas, seja pelo pensamento ideológico, filosófico ou psicológico.

Desse modo, “História e Educação” são duas palavras interdependentes, dois campos de compreensão e investigação na pesquisa. Não haveria história sem educação, esta é a produção do próprio conhecimento, da experiência humana e da aprendizagem dos diferentes saberes produzidos, acumulados e transmitidos de uma geração para outra. Sem a história não haveria educação, pois não conseguiríamos compreender o percurso humano, os acontecimentos mediatizados pela ação humana.

Nessa discussão, Le Goff (2013, p. 49) acrescenta: “A história é a ciência do tempo”. Essa concepção se configura na relação entre tempo, espaço e sociedade, em que o primeiro se constitui como ferramenta da história, permitindo que as ações humanas se desenvolvam no espaço-sociedade, uma construção da realidade histórica. Nesse contexto, Aróstegui (2006)

complementa que o tempo é um produto da história e somente tem sentido para a história se for interno ao processo histórico e aos sujeitos em sua historicidade.

De acordo com Magalhães (2004, p. 70), a pesquisa em História da Educação se apresenta como:

Compreender e explicar a realidade histórica de uma instituição educativa é integrá-la de forma interativa no quadro mais amplo do sistema educativo e nos contextos e circunstâncias históricas, implicando-a na evolução de uma comunidade e de uma região, seu território, seus públicos e zonas de influência.

Desse modo, a instituição educativa guarda em seu mais íntimo histórias vivenciadas, práticas experimentadas, culturas construídas e espaços socialmente transformados. Essas mesmas entidades aguardam o desvelamento de suas identidades. É em busca de vestígios que possam fornecer respostas e informações para a compreensão dos fatos que analisamos e interpretamos os conhecimentos históricos, com base na escolha do método e na seleção das fontes. Para tanto, procuramos contextualizar, nos aspectos sociais, políticos e econômicos da época, as fontes encontradas, pois, quando dissociados de seu contexto de produção, pouco nos dizem de suas práticas, que lhes deram utilidade e significação.

Nesse percurso investigativo, o historiador se depara com muitas barreiras, pois, como explicita Bloch (2001), o passado não é diretamente observável nem está sujeito a leis ou fórmulas matemáticas. O contrário disso acontece nas ciências naturais, nas quais cada nova fonte estudada ou descoberta, ou cada nova linha de raciocínio contribui para a alteração na construção do conhecimento histórico. Esse fato ocorre pela falta de organização ou mesmo pela inexistência de arquivos públicos ou privados em determinadas localidades ou regiões, bem como pela dificuldade de acesso a esses espaços. No caso desta pesquisa, apontamos a dificuldade para encontrarmos os manuais pedagógicos e cartilhas escolares de Arnaldo Barreto, João Kopker, Mariano de Oliveira e Rocha Pombo, mesmo com a facilidade que os recursos tecnológicos em pleno século XXI nos apresenta.

Compreendemos que a pesquisa em História da Educação contribui para entendermos os diferentes modos de pensar e fazer educação, a citar, os manuais escolares, e como as relações sociais foram construídas no cotidiano do espaço educativo. No entanto, faz-se necessário contextualizar o objeto investigado em um cenário espacial e temporal com discussões no âmbito nacional, ou seja, a partir da relação entre o local e global.

Nessa direção, Magalhães (2004, p. 71) enfatiza:

Como ciência social e humana, a história da educação constrói por essa via um objeto de conhecimento, amplo, complexo, interdisciplinar, aprofundando um quadro investigativo de reflexão e de ação focalizado na projeção e na reversibilidade entre teorias e práticas, no que se refere aos diversos planos de uma instituição como entidade educativa: materialidade, representação e apropriação.

A pesquisa histórica está inserida em um campo interdisciplinar, envolvendo ciências como a pedagogia, sociologia, filosofia, história, cada uma com suas definições e conceitos. Esta relação possibilita o desenvolvimento de diferentes temáticas na pesquisa como: conteúdos escolares, livros didáticos, disciplinas, formação de professores que explicam as práticas e a cultura de uma determinada instituição educativa.

É na esteira das interpretações dos fenômenos educativos nos aspectos legais (reformas e leis educacionais), pedagógicos (métodos de ensino e práticas educativas) e impressos escolares (manuais didáticos e revistas pedagógicas), considerando suas inter-relações com o Estado, a sociedade e instituições religiosas, que analisamos as ideias pedagógicas para formação do homem republicano contidas nos manuais pedagógicos e cartilhas escolares de 1919 a 1922 no GEBRB na vila de Parelhas-RN.

Compreender os modos de vida passados sobre vivência de grupos pela abordagem histórica educacional exige do pesquisador atenção com os fatos, acontecimentos e análises destes, e cuidados com aplicação do método da pesquisa. Desse modo, procuramos explicar à luz do referencial teórico-metodológico, os fatos e fenômenos que aconteceram na utilização dos manuais escolares a partir do estudo e da interpretação destas e outras fontes encontradas, as quais tornaram-se provas e vestígios materiais na construção do conhecimento histórico do GEBRB em Parelhas-RN.

Por esse motivo, o aprofundamento das pesquisas em História da Educação está vinculado a vários aspectos. Entre eles, citamos: o desenvolvimento e as modificações na base curricular dos cursos de Licenciatura em História e Pedagogia; o fortalecimento dos programas de pós-graduação em linhas específicas de História da Educação; a cobrança e o apoio da instituição de formação de pesquisadores e avaliação de cursos de pós-graduação (CAPES); o financiamento de bolsas de estudos para pesquisas científicas tanto na graduação como na pós-graduação (CNPq); a consolidação de diferentes grupos de pesquisa em História da Educação; a multiplicidade de eventos regionais e nacionais que disseminam a produção do conhecimento historiográfico; a fundação de revistas especializadas na área de História da Educação; a consolidação de associações de pesquisadores, como a Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE); assim como iniciativas locais, a saber: o Laboratório de História e Memória

da Educação (LAHMED) e o Laboratório de imagens (LABIM), ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Para a organização da pesquisa com os manuais e cartilhas de: Arnaldo Barreto, João Kopke, Mariano de Oliveira e Rocha Pombo citados nos diários de classe das professoras Maria Terceira Rocha, Raimunda Rocha, Maria Helena Furtado e Rita Sampaio, foi necessário adotar os seguintes procedimentos: revisão bibliográfica referente ao objeto de investigação; estudo das principais ideias veiculadas por meio da materialidade dos livros citados nos diários do GEBRB de 1919 a 1922, isto é, do levantamento de temas, historietas, imagens e análise do contexto social, político e econômico em que os manuais foram produzidos.

Nessa direção, iniciamos estudos exploratórios com o intuito de buscarmos mais informações sobre estes manuais utilizados por professores e alunos no GEBRB em 1919 e 1922. Para isso, adquirimos os exemplares destes impressos em sebos e livrarias considerados obras raras, a julgar a dificuldade para encontrá-las. Ademais, os documentos oficiais como Código de Ensino de 1916, regimento interno para os grupos escolares e escolas isoladas de 1914, também foram analisados neste estudo, localizados na Hemeroteca Digital.

Dito isso, procuramos entender o conceito de manual pedagógico e de cartilha escolar, sendo aquele, um dos principais recursos de apoio às práticas pedagógicas desenvolvidas nos grupos escolares ou escolas isoladas. Nesse campo também se trata, pois, de reconhecer o emaranhado das práticas sem perder de vista que através de tal diversidade estabelecem-se novos modelos de comportamento, novas condutas culturais, características do processo de privatização da primeira modernidade (Chartier, 1990).

Para Magalhães (2006, p. 8), “O manual é portador de uma memória, de uma informação e de uma projeção. Há no complexo teórico e na configuração do manual uma modelação do aluno e uma idealização da sociedade”. Considerando a importância dos livros didáticos para a formação de professores e alunos no século XX, sua elaboração deveria ser feita de maneira cuidadosa e articulada aos interesses do Estado.

Assim, encontramos em Chopin (2002, p. 14):

os manuais são depositários de um conteúdo educativo, e têm o papel de transmitir às jovens gerações os saberes, as habilidades, (mesmo o saber “ser”) os quais, em uma dada área e a um dado momento, são julgados indispensáveis à sociedade para perpetuar-se.

Os manuais e as cartilhas podem ser entendidos como elementos da cultura escolar, reverenciadores das normas, finalidades da instrução pública, conteúdos ensinados e as práticas

pedagógicas vivenciadas no cotidiano do grupo. Desse modo, ele é um importante instrumento no processo de escolarização, fortalecimento e construção da identidade nacional brasileira movidos pelo interesse dos intelectuais republicanos.

Na compreensão da cultura escolar, Julia (2001) enfatiza os modos de pensar e de atuar que proporcionam a todos os sujeitos envolvidos nas práticas escolares, meios e pautas para desenvolver tanto nas aulas como fora delas, condutas, modos de vida e de pensar, materialidade física, hábitos e ritos. Assim, as experiências escolares transbordam os aspectos científicos, cultural e histórica do ensino, consolidando a riqueza do conhecimento que ela mesma produz e se expande para toda sociedade.

De acordo com Julia (2001) a cultura escolar é descrita como o conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Para o referido autor, a cultura escolar envolve toda a vida da escola, seu conjunto de normas, regras que definem os conhecimentos a serem ensinados e as finalidades dos diferentes sujeitos que compõe o corpo escolar em seu conjunto de ações desde o pensar seja de maneira individual ou coletiva, ao acreditar e o fazer, os aspectos externos, nesse caso, os manuais escolares e a intencionalidade de cada autor.

Assim, entendemos que a organização e funcionamento do Grupo Escolar Barão do Rio Branco fazem parte de um conjunto de decisões peculiares de uma determinada realidade elaborada sobre processos, normas, valores, significados, formas de pensamento, constituidores da própria cultura que se complexifica como resultado de uma construção histórico-cultural do homem.

Nessa direção, a pesquisa bibliográfica tem por finalidade colocar o pesquisador em contato com outros estudos, que já foram produzidos e disseminados, a respeito da temática, com imbricações teórico-metodológicas (Aróstegui, 2006). Destarte, buscamos a contribuição de outros autores, principalmente, em livros, artigos científicos, dissertações e teses, sendo estes três últimos vinculados à Capes, revelando o compromisso social da pesquisa científica. Assim, podemos afirmar que a pesquisa bibliográfica foi o passo inicial na construção efetiva do processo de investigação, pois, a partir da escolha do tema e da problematização da pesquisa, ajustamos a revisão bibliográfica para uma melhor definição de conceitos e do referencial teórico.

Conforme enfatiza Aróstegui (2006), os historiadores precisam reconhecer a necessidade de se debruçarem sobre estudos e pesquisas preliminares que comunguem de seu objeto de investigação sem se descuidar das relações que esse mesmo objeto faz com outros tipos de conhecimentos e de práticas. Isso posto, a bibliografia desta investigação incorporou tanto obras clássicas como publicações científicas mais recentes a respeito da História da Educação e sua relação com grupo escolar, cultura escolar, práticas escolares, Ensino Primário, reformas educacionais e métodos de ensino. Além disso, incluiu textos que discorrem sobre as fontes históricas e a historiografia da educação no Brasil e no Rio Grande do Norte. A consulta a outras obras regionais foi necessária para melhor contextualização do território e da temporalidade que o objeto da pesquisa ocupa.

Para uma análise com ênfase na difusão dos grupos escolares no Brasil no início da Primeira República, dialogamos com Azevedo (2009), Azevedo e Santos (2018), Faria Filho (2000), Gatti Júnior (2007), Gonçalves (2004), Souza (2019) e Vidal (2006), Saviani (2005). Eles apresentam visões e explicações da proposta de criação desses espaços educacionais como modernização do Ensino Primário no Brasil, os quais foram experimentados novos métodos de ensino e de organização espacial, administrativa e pedagógica da escola primária.

De acordo com Azevedo (2009), os grupos escolares eram construídos com o intuito de oferecer um ensino unificado a um maior número de alunos. Por meio deles, uma maior quantidade de crianças teria acesso aos mesmos conteúdos, métodos de ensino, materiais didáticos e diferentes orientações, visando à formação de um novo cidadão (brasileiro e republicano). Conforme a autora, esse tipo de escola passou a ser considerado o modelo a ser seguido pelas demais escolas primárias, sendo projetado para ter uma organização administrativa e pedagógica complexa, pautada em princípios da racionalidade científica.

Nesse sentido, percebemos, através das obras de Gatti Júnior (2007) e Gonçalves (2004), que o interesse em instituir um melhor sistema nacional de ensino brasileiro no início do século XX, por meio da construção de prédios arquitetônicos, métodos de ensino, mobiliários, recursos didáticos e pedagógicos, tinha como fundamentos os ideais da expansão da modernidade urbana, proclamada pelos burgueses e republicanos. Segundo Gatti Júnior (2007), é nesse pensamento de modernidade que a cidade representaria o espaço social em que as manifestações políticas seriam preservadas e estimuladas, bem como o auge do desenvolvimento capitalista.

Esse é um cenário presente na povoação de Parelhas no início do século XX, em que, os cidadãos (Antão Elisiário Pereira¹, Florêncio Luciano, Félix Gomes², Major Luciano Dantas, Bernadino de Sena e Silva³), dirigentes da povoação, tinham assento nas cadeiras da intendência de Jardim do Seridó-RN, como bem demonstram as atas das sessões da Câmara Municipal do período de 1918 e 1919. Nas atas estavam pedidos de nomeações designadas por Dr. Heráclio Pires⁴, intendente do município de Jardim do Seridó-RN, de professores para escolas isoladas masculina e feminina da povoação de Parelhas-RN, considerando o número de alunos para funcionamento das turmas; melhorias de um espaço já existente para as aulas (atual prédio da Banda de música 11 de fevereiro) e até mesmo solicitação da construção de um grupo escolar para instruir o povo, expandir o desenvolvimento intelectual, social e econômico local, valorizar o espaço urbano com mais uma arquitetura moderna e consolidar os interesses morais e cívicos instaurados e difundidos em todo o país.

Nos memorialistas de Parelhas-RN, encontramos Sr. Tertuliano Pereira⁵, que tem um apreço pela historiografia local, buscando a reconstituição da história de Parelhas em seus aspectos culturais, econômicos, políticos e sociais, nos diferentes tipos de fontes. Em sua residência, há um pequeno arquivo pessoal que nos surpreende com escritos em jornais (Diário de Pernambuco, O Novo Mundo⁶, A Nação⁷) de que a atual Escola Estadual Barão do Rio Branco teria nascido por volta do ano de 1874, na casa de nº 58 da Rua Padre Bento, através do professor pernambucano José Gomes de Souza com o nome de Escola Rudimentar. O prédio construído pelo próprio José Gomes para funcionamento desta escola é onde está alojada a

¹ O major Antão Elisiário foi o continuador da fundação do atual município de Parelhas, representando o projeto de colonização de seu pai Félix Gomes. Fonte: Tertuliano Pereira Neto.

² Paraibano, construiu a fazenda Boqueirão as margens do Rio Seridó em meados do século XIX, que deu origem a cidade de Parelhas. Casado com D. Úrsula Claudina tiveram sete filhos: Lúcio Pereira Dantas, Ana Claudina, Izabel Florinda, Januaário, José Genuino, André Elias e Antão Elisiário Pereira. Fonte: Tertuliano Pereira Neto.

³ Nasceu em 1850 e casou-se com Maria Florinda da Silva. Fundou a primeira escola na sede da fazenda Aroeiras de sua propriedade. Fonte: Resumo de vidas e Obras de Tertuliano Pereira Neto.

⁴ Pernambucano veio ser telegrafista na povoação de Parelhas por volta de 1925 e atuou como formador de professores na rede municipal de ensino no governo de Florêncio Luciano. Fonte: Tertuliano Pereira Neto.

⁵ Nasceu em 28 de junho de 1882 na fazenda Apertados, município de Jardim do Seridó, sendo filho de Manoel Heráclio Fernandes e Francisca Pires Fernandes. No final do ano de 1923, foi diplomado farmacêutico pela Escola de Farmácia de Recife e no retorno à sua cidade abriu a Drogaria Pires, onde procurou atender a muitos jardinenses e seridoenses das cidades e comunidades próximas. Na sua cidade, praticou muito a fotografia, chegando a ser representante da empresa americana de materiais fotográficos Kodak. Foi também colaborador da imprensa pernambucana, com uma coluna no tradicional Jornal do Comércio de Recife, no qual assinava como “Pedro Seridó”, e foi um dos fundadores do jornal *O Município*, junto com Antídio de Azevedo. Fundou o Grêmio Literário e Recreativo Jardinense. Fonte: Gois (2019).

⁶ Nascido em 16 de julho de 1950 no povoado Juazeiro município de Parelhas. Formado em agronomia e gestão ambiental. Pesquisador local dos aspectos históricos e geográficos do município de Parelhas/RN.

⁷ Periódico Ilustrado do Progresso da Idade, publicado em Nova Iorque, Estados Unidos, entre 1870 e 1879, para distribuição e circulação no Brasil. Fonte: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/novo-mundo/122815>.

⁸ Do Rio de Janeiro, da época do Segundo Reinado, no Brasil que circulou de 3 de julho de 1872 a 8 de abril de 1876. Fonte: <http://memoria.bn.br/>.

Banda filarmônica 11 de fevereiro de Parelhas-RN. Por este feito, o professor José Gomes foi agraciado por D. Pedro II com a comenda “Ordem da Rosa” e passou a se chamar comendador José Gomes. No Diário de Pernambuco de 28 de março de 1874, está escrito: “Uma casa de escola acaba de ser oferecida a província pelo professor da povoação de Parelhas do município de Jardim do Seridó, José Gomes de Souza e outros prestimosos cidadãos”.

Percebemos que havia uma intenção favorável para educar e instruir os sujeitos da povoação de Parelhas quanto ao funcionamento de uma escola primária na povoação e outra na comunidade rural Juazeiro (Pereira, 2018). Iniciativa que partia de cidadãos para com o direito de cidadania de outros cidadãos quanto ao processo de institucionalização de uma escola pública promotora do ensino da leitura, da escrita e do cálculo, das regras de civilidade, da moral e da religião. Para os ideais republicanos, o povo instruído era capaz de adotar bons hábitos, costumes, obediência, valores, bem como a lealdade diante do processo de transformação de sua comunidade. Muitas vezes, a atuação do Estado não chegava as mais distantes e pobres localidades, como era o caso de algumas povoações e vilas no sertão do Estado do Rio Grande do Norte.

Tencionamos explicar a historiografia da educação escolar na povoação de Parelhas, mesmo saindo do recorte temporal da pesquisa (1919-1922) para mostrar que já havia nesta localidade o interesse por parte dos cidadãos desta localidade na oferta e no desenvolvimento dos serviços de Instrução Pública, particular ou doméstica. Muitos debates são percebidos nos livros atas das sessões da câmara na Intendência de Jardim do Seridó-RN, através dos discursos dos conselheiros da povoação de Parelhas (Félix Gomes, Antônio Elisiário, Bernadino de Sena), os quais tinham acento nas cadeiras da referida Câmara Municipal e lutavam em favor da criação e instituição de escolas para a instrução de sua população. Estas iniciativas e ações dos diferentes sujeitos de uma comunidade vão de encontro aos processos de transformações que foram ocorrendo nos moldes das reformas do ensino brasileiro. Sob o esforço em construir e reconstruir a memória, lembranças e esquecimentos da historiografia do Grupo Escolar Barão do Rio Branco, em suas primeiras décadas de funcionamento e de uma cultura escolar moderna, encontramos os processos de socialização de (re)invenção de uma nova era, novos tempos de uma pequena povoação que se mostrava próspera em seu desenvolvimento político, cultural e econômico.

No que concerne à historiografia da educação no Rio Grande do Norte, vale reiterarmos a importância dos estudos de Araújo (2006), Azevedo e Santos (2018) e Azevedo e Stamatto (2012), Medeiros Neta (2011), Paiva (2006) que contribuíram para entendermos a formação

dos grupos escolares e sua institucionalização na região Potiguar. O diálogo com essas pesquisadoras nos auxiliou na compreensão da expansão dos grupos escolares no início da República mediante a atuação do estado do Rio Grande do Norte a partir da legislação educacional, na tentativa de estimular e estabelecer determinadas práticas no sistema escolar, como: manuais escolares, passeios escolares, preceitos higienistas, materiais didáticos inovadores, festas escolares, método de ensino e normativos legais.

A respeito dos manuais pedagógicos e cartilhas escolares especificamente, buscamos apoio teórico em Mortatti (2000), Frade (2004), Bernades (2008), Rozante (2011), Oliveira, (2004), os quais lembram que estes impressos escolares são objetos de investigação complexos, inseridos no universo cultural, constituídos por normas, regras, mas, ao mesmo tempo, definem os conhecimentos a serem ensinados e as finalidades do sistema educacional pensadas por sujeitos intelectuais. A literatura de Vianna (2009), Moura e Junior (2019), Oliveira (2015), Leopoldino (2019), Azevedo (2011), discutem os manuais pedagógicos e as cartilhas escolares como artefatos dos projetos que buscavam representar o ideal de nação e de modernidade pedagógica da época.

No tocante ao objeto de investigação proposto, encontramos estudos sobre as publicações didáticas no início do século XX, realizados por pesquisadores e especialistas das várias áreas do conhecimento, que têm privilegiado, especialmente, a análise dos manuais e cartilhas destinados a professores e alunos, a saber: Regina (2017), Bernades (2008), Panizzolo (2006), Ferreira (2018), Oliveira (2015), Koerich (2020) e Azevedo (2011). Cada autor, na especificidade de suas pesquisas, revela que o manual escolar, no início do século XX, tem acompanhado a Revolução Industrial e a expansão do sistema educacional formal em direção a outras camadas da sociedade forjado, primeiramente, nos aspectos econômicos, religiosos e secundariamente aos aspectos pedagógicos.

O grupo escolar despontou como objeto de pesquisa *stricto sensu* no século XXI, com diversas possibilidades de exploração. Em uma busca no repositório da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, foram encontradas 14 dissertações: “Um espaço pioneiro de modernidade educacional: Grupo Escolar ‘Augusto Severo’ – Natal/RN (1908-1913)”, de Moreira (2005); “O Grupo Escolar Modelo Augusto Severo (1908-1928): vinte anos de formação de professores”, de Silva (2010); “Grupo Escolar Duque de Caxias – festas escolares: uma celebração de múltiplos significados (1949-1952)”, de Maia (2012); “Conceitos e práticas educativas nos regimentos escolares no Rio Grande do Norte (1910 1930)”, de Rodrigues (2012); “As práticas pedagógicas no grupo escolar Coronel Solon nas narrativas de professoras

de Grossos-RN (1958-1971)”, de Medeiros (2015); “A expansão das escolas unitárias primárias públicas norte-rio-grandenses (1835-1961)” de Fernandes (2018).

Vale ressaltar, ainda, as seguintes dissertações: “A educação como instrumento na construção do imaginário republicano: Grupo Escolar Barão de Mipibu (1909-1920)”, de Cruz (2015); “A presença do professor Luís Correa Soares Araújo no Grupo Escolar Frei Miguelinho (1912-1967)”, de Pinto (2015); “Grupo Escolar Joaquim Nabuco: história e práticas educativas (Taipu/Rio Grande do Norte, 1919-1940)”, de Moraes (2016); “O discurso higienista para os Grupos Escolares na legislação educacional do RN (1908-1925)”, de Amorim (2016); “História da educação primária na Atenas norte-rio-grandense: das escolas de primeiras letras ao Grupo Escolar Tenente Coronel José Corrêa (1829-1929)”, de Silva (2017); “As festividades do Grupo Escolar Felipe Camarão (19112 – 1939)” de Araújo (2021); “Em nome(s) da educação: imaginários topônimos dos Grupos escolares do Rio Grande do Norte”, de Brito (2019); “as ideias pedagógico-higienistas na revista *Pedagogium* (1921-1927)”, de Melo (2020).

Nesse íterim, encontramos 05 teses: “Em nome da República: escolas e tradições modernas”, de Moreira (2011); “Da suntuosidade à funcionalidade: Grupo Escolar Barão de Mipibu (1909-1971)”, de Cruz (2018); “A atuação do Estado na construção do imaginário da cultura escolar Potiguar durante a Primeira República”, de Cordeiro (2019); “A escola Normal de Natal (Rio Grande do Norte, 1907 a 1971)” de Silva (2013); “História do ensino de geografia em grupos escolares do Rio Grande do Norte (1908 - 1931)” de Santos (2021).

Nenhuma pesquisa tem como objeto de investigação especificamente o manual pedagógico e a cartilha escolar. Todas estas dissertações e teses encontradas no repositório da Universidade Federal do Rio Grande do Norte analisam diferentes aspectos intrínsecos ao grupo escolar e mencionam o manual pedagógico e a cartilha escolar como instrumento e objeto de inovação do método intuitivo. Desse modo, as pesquisas acima citadas são importantes para esta investigação, considerando o conhecimento científico produzido sobre os grupos escolares e seus desdobramentos diante da historiografia da instrução pública norte-rio-grandense.

Assim, buscamos nos sebos, livrarias e repositórios de Universidades Federais vestígios dos exemplares dos manuais e das cartilhas que foram objeto desta investigação. Ademais, foram consultadas a Plataforma Sucupira/Portal Capes – Teses e Dissertações, o Portal do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Os termos buscados foram: grupo escolar, manuais escolares, livros de leituras morais e instrutivas, Instrução Pública no Rio Grande do Norte. O objetivo era localizar estudos e trabalhos que vinculassem os manuais de Arnaldo Barreto, João

Kopke, Mariano de Oliveira e Rocha Pombo aos ideais da Reforma da Instrução Pública no começo do século XX.

Diante desse cenário, contribuímos com a expansão das pesquisas sobre os grupos escolares no interior do estado do Rio Grande do Norte, quando propomos analisar os manuais pedagógicos e as cartilhas escolares como recurso pedagógico utilizado nas práticas educativas difundidas por professores e alunos no interior do Grupo Escolar Barão do Rio Branco de 1919 a 1922. A instituição possui uma história centenária ligada à educação local e regional que ultrapassou a organização das cadeiras isoladas transformadas em grupo escolar e funcionando até o presente momento, como Escola Estadual Barão do Rio Branco.

Isso posto, a bibliografia desta investigação incorporou tanto obras clássicas como publicações científicas mais recentes a respeito da História da Educação e sua relação com grupo escolar, cultura escolar, práticas escolares, ensino primário, reformas educacionais e métodos de ensino. Além disso, incluiu textos que discorrem sobre as fontes históricas e a historiografia da educação no Brasil e no Rio Grande do Norte. A consulta a outras obras regionais foi necessária na contextualização do território e da temporalidade que o objeto da pesquisa ocupa.

Por esse motivo, dividimos as fontes documentais dessa pesquisa em três grupos: documentos governamentais, livros do GEBRB (diários de classe) e os manuais escolares. No grupo dos documentos oficiais que compreendem o período de 1919-1922, foram analisados: As Mensagens dos Governos do Estado do Rio Grande do Norte à Assembleia Legislativa referentes à instrução pública; livros de Ofícios, Atas e Resoluções da Diretoria Geral da Instrução Pública; Termos de visitas; Livro de Posse, compromisso e transferência dos professores; Livro de Atas da Associação de Escoteiros; e Regimentos Escolares. Também relacionamos os Decretos, as Atas e as Portarias da Intendência Municipal de Jardim do Seridó-RN e da Prefeitura Municipal de Parelhas.

Esse primeiro grupo de documentos foi encontrado no Arquivo do estado do Rio Grande do Norte, em visitas presenciais; no Repositório do Laboratório de Imagens da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (LABIM), por consultas *on-line*; e no Laboratório de Restauração e Conservação de Livros e Documentos Históricos (LABRE), de maneira presencial. As mensagens de governo que compreendem o recorte temporal de 1919 a 1922 encontradas na Hemeroteca Digital nos permitiram compreender a atuação dos governantes para com o processo de escolarização no Estado do Rio Grande do Norte.

Citamos também os documentos encontrados no Arquivo da Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó-RN, uma vez que Parelhas era distrito desse município. As atas das reuniões mensais expõem o diálogo entre os conselheiros da povoação de Parelhas e os representantes legais da intendência municipal de Jardim do Seridó-RN, em busca de melhorias para o desenvolvimento da vila, entre estas, o desejo de um grupo escolar ampliando o ensino rudimentar existente naquela povoação. Os decretos, atos administrativos e de competência do Executivo tanto do governo do Estado do RN como da Intendência Municipal de Jardim do Seridó, demonstram decisões e resoluções a serem seguidas para que houvesse melhorias no funcionamento do grupo escolar.

Caracterizamos as fontes das impressões periódicas a partir do jornal: *A República* (Rio Grande do Norte), encontrado no Arquivo do estado do Rio Grande do Norte. Outras fontes exploradas na investigação foram as iconográficas, como as fotografias, que têm como objetivo principal verbalizar, reproduzir e descrever o escrito sobre a ótica da pesquisadora. As fotografias foram analisadas e interpretadas com um olhar para o contexto social, político e econômico que envolve o objeto de estudo. Essas fontes foram encontradas no Arquivo pessoal de Dr. Ulisses Bezerra Potiguar, médico parelhense que chegou a ocupar uma cadeira na Assembleia Legislativa do estado do Rio Grande do Norte, em 1962. A ousadia de utilizar as fotografias como fontes nesta pesquisa permitiu-nos entender o que Aróstegui (2006, p. 494) enaltece: “[...] o ideal de uma grande pesquisa é o uso das mais variadas fontes possíveis e a confrontação entre elas [...]”.

Os manuais pedagógicos e as cartilhas escolares foram adquiridos pela pesquisadora em uma busca exaustiva nos sebos, a saber: Mariano de Oliveira no estado de São Paulo, Arnaldo Barreto em Minas Gerais, Rocha Pombo no estado de Santa Catarina. Já, os quatro manuais de João Kopke foram localizados na Biblioteca Nacional da Espanha, consulta livre.

Analizamos também o regimento dos grupos escolares de 1914 do estado do Rio Grande do Norte, composto por 90 páginas, assinado pelo então diretor da Instrução Pública Manoel Dantas, contempla 119 artigos com os seguintes conteúdos: plano de ensino; tempo letivo; matrícula e frequência; regime disciplinar; promoções e exames; corpo docente; do diretor do grupo; escrituração escolar; material escolar; do porteiro; das cadeiras isoladas; e disposições gerais. Na sequência, o documento expõe os programas primários destinados aos grupos escolares, como curso infantil-misto e elementar separadamente. Também são apresentadas as instruções para a execução dos programas e do horário dos grupos escolares, com indicação de livros para alunos, livros de consulta e material pedagógico. Nesse sentido, o documento indica

os programas das escolas isoladas, baseados no programa dos grupos escolares. Contém, por fim, 10 anexos, com modelos de documentos de caráter administrativo e didáticos, bem como orientações sobre os horários de funcionamento das instituições.

Desse modo, compreendemos a legislação educacional como um conjunto de leis referentes ao ato administrativo e normativo de uma unidade escolar que, fundamentadas em uma proposta pedagógica, coordena o funcionamento da escola, regulamentando ações entre os representantes do processo educativo. Assim, é necessário ter um olhar atencioso sobre esses documentos, estabelecendo um diálogo historiográfico entre as mensagens extraídas dos discursos oficiais e as intenções pedagógicas materializadas nas práticas escolares.

Nesse sentido, estes diários de classe de 1919 a 1922, nos possibilitaram novos olhares para as práticas escolares do GEBRB, em destaque nesta pesquisa os manuais escolares, os quais vão além dos discursos normativos e pedagógicos. Os referidos diários se destinavam ao registro dos horários para cada matéria, conteúdos, demonstrações de como o ensino deveria acontecer e informação dos manuais utilizados. A primeira folha continha um termo de abertura feita pelo diretor da Instrução Pública Sr. Manoel Dantas, indicando o número de páginas correspondentes e seu objetivo, com espaço para conteúdos, local e data, descritos por cada disciplina.

O diário era preenchido de forma manuscrita pelo professor. Os conteúdos trabalhados em cada disciplina eram descritos no item chamado ponto a tratar que estavam em conformidade com o Regimento Escolar de 1914. Assim, os diários se destinavam ao registro dos horários para cada matéria, conteúdos e das demonstrações de como o ensino deveria acontecer. Nesta perspectiva, Silva (2013, p. 98) enfatiza: “Os Diários de Classe expressam as peculiaridades da sala de aula, visto que registram as atividades desenvolvidas pelos professores e alunos, conteúdos e métodos empregados, bem como os livros escolares adotados”.

Assim, a pesquisa nos provocou uma inquietação diante da busca incessante e dos achados das fontes de uma realidade que não se encontra no presente, mas nos vestígios, nos testemunhos, como afirma Aróstegui (2006, p. 308):

Um problema fundamental que o objeto historiográfico apresenta é que se refere a realidades que já não existem, que são as vividas pelas gerações anteriores e nesse sentido a história é, em seu trato temporal mais prolongado, o legado dessas gerações anteriores. O objeto historiográfico não é diretamente observável, tem de ser analisado através de seus vestígios, de suas relíquias, de seus testemunhos.

Nesse contexto, as fontes permitem a compreensão do social em um determinado espaço-tempo, produzindo ou reelaborando conhecimento e criando novas formas de entender os fenômenos sociais. A historiografia se abre ao campo de novos objetos, problemas e abordagens a partir da nova história, especificamente, com a escola dos Annales, que trouxe inovações temáticas, diálogo da história com outras disciplinas das Ciências Humanas e contribuições metodológicas em que o historiador é convidado a repensar os horizontes e as fontes para a pesquisa histórica.

Pesquisar e construir a História da Educação com foco no cotidiano escolar, nas representações dos manuais, destacando os métodos de ensino, saberes e práticas que formaram a cultura escolar requer do pesquisador interrogações e análises das fontes mediante ao contexto econômico, social e político em que estas foram produzidas. Nesse caso, aceitamos os desafios que a pesquisa historiográfica apresenta, entendendo que “cada tipo de fonte exige um tratamento diferente” (Le Goff, 2013, p. 46).

Nas palavras de Aróstegui (2006, p. 491), as fontes contemplam informações que revelam as diferentes formas de conceber a pesquisa em História da Educação, considerando o objeto e o recorte temporal em que esta se situa. Dizendo de outro modo, como:

Fonte histórica seria, em princípio, todo aquele material, instrumento ou ferramenta, símbolo ou discurso intelectual, que procede da criatividade humana, através do qual se pode inferir algo a cerca de uma determinada situação social no tempo.

Em consideração ao exposto, contudo, faz-se necessário que o pesquisador tenha um olhar atento sobre essas fontes, estabelecendo um diálogo historiográfico entre as mensagens extraídas dos discursos oficiais e/ou não oficiais e as intenções pedagógicas que materializam os manuais escolares. Para Chartier (1990) desenvolver um estudo com bases nos manuais escolares, documentos oficiais, exige de o pesquisador explorar a materialidade do impresso, mediante as ações dos diferentes atores para a escrita e transmissão dos manuscritos.

Na implantação dos grupos escolares, o método, programa de ensino, materiais escolares e pedagógicos, destacando-se, nesta pesquisa, o manual escolar, estabeleciam uma relação direta com as disciplinas e seus conteúdos, lições, exercícios, festas cívicas que circulavam no espaço escolar, determinando o que era necessário ensinar e aprender. Desse modo, os conteúdos ensinados segundo Chervel (1990) estão relacionados à chamada história das disciplinas escolares, especificamente, a partir das reflexões por conceber que as disciplinas

escolares são produtos específicos da escola, imperativos na implementação dos saberes curriculares que normatizam o sistema escolar.

Por isso, tratamos de analisar os manuais pedagógicos e cartilhas escolares como instrumentos utilizados no GEBRB a partir de uma concepção seletiva e normativa de cultura que, firmada no projeto republicano, reinventavam as práticas e interferiam na cultura da escola e consequentemente da comunidade.

Ademais, destacamos o método de ensino intuitivo como expressão de inovação que, inserido no programa curricular, apresentava-se em uma perspectiva objetiva, pragmática, funcional e utilitarista na escola, promovendo a formação técnica, intelectual e moral do homem para com suas práticas de vida social. Nesse caminho, Saviani (2019) enfatiza que nesse método prevalecia o ensino concreto, racional e ativo, por isso, nas escolas foram introduzidos materiais pedagógicos, entre eles os manuais escolares que promovessem a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos por meio da observação e da percepção sensível.

O manual pedagógico e a cartilha escolar constituíam um dos principais instrumentos pedagógicos utilizados tanto para o trabalho do aluno quanto como um guia para os docentes. Além disso, desempenhavam função informativa e formativa para o estudante, fosse como veículo dos conteúdos prescritos nos programas de ensino, quer como regulador da aprendizagem em relação à intencionalidade da formação do sujeito para a ordem e o progresso, ideias republicanas. Ademais, orientava os professores na preparação das aulas e cumpria uma função cultural na difusão de ideologias e valores dominantes.

Corroborando com Julia (2001) compreendemos que a cultura escolar é descrita como o conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Para o referido autor a cultura escolar envolve toda a vida da escola, seu conjunto de normas, regras que definem os conhecimentos a serem ensinados e as finalidades dos diferentes sujeitos que compõe o corpo escolar em seu conjunto de ações desde o pensar seja de maneira individual ou coletiva, ao acreditar e o fazer, os aspectos externos, nesse caso, os manuais escolares e a intencionalidade de cada autor.

Desse modo, surge a tessitura da escrita da tese, estruturada em quatro seções além da introdução e das considerações finais, organizados de maneira a contemplar os objetivos que conduziram a pesquisa. Na introdução, apresentamos os elementos constitutivos da pesquisa

como: objeto, objetivos, problemática e elementos teóricos conceituais, os quais permitem compreender que o manual pedagógico e a cartilha escolar se configuraram como instrumentos didático-pedagógicos na construção da cultura escolar disseminada para toda sociedade. Assim, não tratamos de uma nova temática a ser investigada, mas de um novo objeto, que, analisado em âmbito local, contribui para a reflexão da historiografia do GEBRB, da educação norte-rio-grandense e nacional. Nesse contexto, a definição do referencial teórico – metodológico e bibliográfico revela a escolha das fontes que foram exploradas na análise dos manuais escolares do Grupo Escolar Barão do Rio Branco entre 1919 a 1922.

Apresentamos na primeira seção o Grupo Escolar Barão do Rio Branco, ressaltando a importância desta instituição educativa para o desenvolvimento intelectual no município de Parelhas-RN e norte-rio-grandense. Destacamos as funções dos profissionais do Grupo Escolar, as quais se materializaram nas relações dos saberes e ações de cada sujeito. Desse modo, foi necessário analisar as reformas de ensino em nível estadual dentro do recorte temporal da investigação (1919-1922), com ênfase na Lei n. 504, de 29 de novembro de 1916, que reorganizava o Ensino Primário no Rio Grande do Norte, o Regimento Interno dos grupos escolares e escolas isoladas do estado do Rio Grande do Norte, de 24 de outubro de 1913, para ser efetivado a partir de janeiro de 1914, durante o governo de Joaquim Ferreira Chaves⁸. Esse destacava a obrigatoriedade com o Ensino Primário no estado do Rio Grande do Norte, a preocupação com a formação cívico-nacionalista através da educação moral e cívica e a inovação no método de ensino a ser utilizado pelos professores, em especial as lições de coisas e aulas passeios, particularidades do método intuitivo.

Na segunda seção, contextualizamos a modernidade pedagógica pela utilização do método, materiais pedagógicos e programas de ensino que se materializaram no manuseio dos manuais escolares consolidando as relações que a escola mantinha com outras culturas. Enfatizamos, também, a legislação do sistema educacional, aquisição de materiais didático-pedagógicos compatíveis com a inovação do método de ensino intuitivo e a formação dos professores.

Na terceira seção, discorremos especificamente sobre os intelectuais brasileiros: Arnaldo de Oliveira Barreto, João Kopke, Mariano de Oliveira e Rocha Pombo e suas profícuas produções na disseminação dos ideais republicanos. Nesta sessão enfatizamos os manuais

⁸ Joaquim Ferreira Chaves Filho (Recife, 15 de outubro de 1852 – Rio de Janeiro, 12 de março de 1937) foi um desembargador e político brasileiro. Foi o primeiro governador do Rio Grande do Norte eleito pelo povo através do voto em aberto, conhecido como “voto de bico de pena”, graças ao qual as oligarquias dominantes se perpetuavam no poder. Fonte: Transcrito de 400 Nomes de Natal – Natal (RN), Prefeitura Municipal do Natal, 2000, p. 249-250.

pedagógicos e as cartilhas escolares de João Kopke, Arnaldo de Oliveira Barreto, Mariano de Oliveira utilizados no GEBRB no período de 1919 a 1922 para o ensino da leitura. O manual de João Kopke foi analisado com base nas pesquisas de Mortatti (2000); Laguna (2003); Panizzolo (2006); Santos (2013), como educador e defensor de um ensino da língua materna pelo método intuitivo, positivista. Apresenta textos longos e de caráter moralizantes. A trajetória profissional de Arnaldo Barreto está presente nos trabalhos de Mortatti (2000), Frade (2004), Bernades (2008), Rozante (2011), Oliveira (2004), Schwartz, (2008) e Regina (2017), apontando que os livros deste autor traziam os princípios do método analítico de leitura e tinham papel relevante na consolidação da ideologia republicana.

A análise da obra de Mariano de Oliveira está nesta mesma seção e vai de encontro com as pesquisas de Amâncio (2000), Sobral (2007), e Frade; Maciel e Peres (2001); a publicação da Nova Cartilha Analytico-Synthética foi utilizada por gerações de professores e estudantes na escola primária brasileira. Professor com grande influência no cenário educacional paulista considerando a circulação significativa de suas cartilhas e a importância, naquele momento, das suas orientações em relação ao método de ensino.

Os manuais pedagógicos e as cartilhas escolares de Arnaldo Barreto e João Kopke foram editados pela Livraria Francisco Alves, fundada em 1854 no Rio de Janeiro que expandiu seus negócios em São Paulo, abrindo sua primeira filial em 1893. Assim, a prosperidade da Livraria Francisco Alves parece ter acompanhado a expansão escolar, pois se até 1889 ela havia publicado apenas 67 títulos (sendo 59 dirigidos ao ensino), nas três décadas seguintes ela publicou 538 títulos, dos quais 295 eram didáticos.

A obra de Rocha Pombo “Nossa Pátria” é analisada e descrita na quarta seção. Ela apresenta uma linguagem simples e despojada, adotando os símbolos da pátria: a Bandeira Nacional e o Hino Nacional como instrumentos do sentimento patriótico difundidos e solidificados por meio do Ensino Primário. Também respaldamos as pesquisas de Vianna (2009), Moura e Junior (2019), Oliveira (2015), e Leopoldino (2010) que tomam como análise a publicação dos livros de Rocha Pombo no início do século XX.

As obras de Mariano de Oliveira e Rocha Pombo foram produzidas pela Companhia Melhoramentos, a qual teve importante papel na divulgação dos livros didáticos entre os anos de 1918-1936. A produção de cartilhas, manuais e compêndios de história e de livros de temática cívica dedicados à infância, cresceu consideravelmente e se intensificou com as políticas educacionais voltadas ao Ensino Primário e à formação dos professores, que se tornaram mais visíveis nas primeiras décadas do século XX.

Ainda nesta quarta sessão discorreremos sobre os conteúdos cívicos, patrióticos direcionados pelo programa de ensino do Rio Grande do Norte (1914), explícitos em poucas páginas dos manuais de Arnaldo Barreto e Mariano de Oliveira. As contribuições de João Kopke para com a construção dos sujeitos, tanto nos aspectos morais, quanto sociais, cognitivos, afetivos e culturais são bastante acentuadas nos seus manuais e analisada também nesta sessão.

Em seguida, estão as considerações finais anunciando que os manuais pedagógicos e as cartilhas escolares se tornaram fundamentais no movimento de escolarização das práticas de leitura e escrita em conformidade com o método de Ensino Intuitivo. A partir das ideias contidas nas imagens de textos, propunha exercícios de fixação, qualidade linguística e gráfica, fomentando o aluno a se concentrar na construção do conhecimento. Os compêndios didáticos também se utilizavam dos aspectos morais como meio de controle da sociedade que se pretendia formar; um homem intelectual, patriótico, burguês capaz de adentrar uma sociedade com ascensão a ordem e ao progresso.

Nesse contorno, a pesquisa pode suscitar importantes questionamentos, informações e conhecimentos para o desdobramento das pesquisas em História da Educação que vêm sendo desenvolvidas no Rio Grande do Norte, com destaque para o Centro de Educação da UFRN.

É oportuno citar que a referida pesquisa teve início em um conturbado período histórico que a humanidade enfrentava em 2020: a pandemia da COVID-19. No momento de construção da escrita desta tese, o número de mortes no mundo ultrapassava 4.154.073⁹ (2021). O Brasil, em julho de 2021, ocupava o segundo lugar em mortes no mundo, com 549.448, ficando atrás dos Estados Unidos. No Rio Grande do Norte, esses dados eram de 7.048 óbitos. No município de Parelhas, com uma população de 21.477 habitantes, 2.699 testaram positivo, com 40 óbitos pela COVID-19. Tais dados foram compilados do Boletim Epidemiológico da Prefeitura Municipal de Parelhas, em 21 de julho de 2021. Esse momento nos fez repensar a importância das pesquisas científicas, principalmente, nas ciências humanas, e o esforço em avançá-las, mesmo que diante das incertezas vivenciadas por todo o mundo, em que os discursos se pautavam em tópicos como isolamento e distanciamento social, COVID-19, morte, colapso no sistema de saúde, medo, entre outras referências que têm influenciado o novo modo de pensar e viver de toda “Aldeia Global” (Morin, 2011).

Arelado às dificuldades ocasionadas pela pandemia da COVID-19, encontramos o cenário político com um (des)governo que não destinou investimentos necessários para os

⁹ Fonte: especiais.gazetadopovo.com.br. Johns Hopkins University. Acesso em: 18 jul. 2021.

cursos das universidades públicas, em especial, nas áreas das Ciências Humanas. Nessa direção, podemos elencar outras ações antidemocráticas desenvolvidas pelo governo vigente da época, como: punição à “balbúrdia” das universidades federais¹⁰, corte orçamentário em todas as instituições federais¹¹, cortes de bolsas da CAPES¹² e retirada da ideologia do Enem¹³.

Segundo o projeto de Bolsonaro, intitulado Programa de Governo, fica claro que um dos aspectos mais importantes de suas ações é a forte doutrinação, o que demonstra a centralidade dada à educação, que perpassa a educação básica até a pós-graduação. O referido programa alinha a disputa ideológica do movimento “Escola sem partido” à educação domiciliar¹⁴ e suas iniciativas legais e legislativas.

Destacamos, ainda, a defesa do Ensino a Distância e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que deveria “expurgar” o método de Paulo Freire e valorizar o empreendedorismo como objetivo central do ensino superior, para que o jovem saia da faculdade pensando em abrir uma empresa. Somente na educação básica em 2019, o presidente bolsonarista anunciou cortes para além da educação superior de R\$ 2,4 bilhões para investimentos do Ensino Infantil ao médio. Já no ensino superior, o referido Governo autorizou cortes de até 70% de novas bolsas para cursos de pós-graduação, em especial, nas áreas de humanas, que, de acordo com o próprio Governo, possuem menor potencial de construção de conhecimento nas pesquisas e baixo retorno financeiro para empresas do país.

Nesse cenário, situamos a Escola Estadual Barão do Rio Branco, no município de Parelhas, como tantas outras escolas públicas que precisam de investimentos técnicos e financeiros por parte dos governos Estadual e Federal para continuar a oferta dos serviços educacionais públicos, gratuitos e de qualidade a sua comunidade. Nessa direção, entendemos que este é o papel legitimador do Estado, e não da sociedade civil ou mesmo da própria escola quando se coloca à frente de sorteios, campanhas em comércio local, cotas em dinheiro entre funcionários e pais para arcarem com despesas necessárias a melhorias e manutenção da infraestrutura do prédio como também o desenvolvimento das atividades pedagógicas. Não se faz educação sem investimentos, isso é fato!

¹⁰ Ler: <https://www.cartacapital.com.br/>. Acesso em: 23 set. 2019. “O ministro da educação Abraham Weintraub voltou a afirmar que as universidades federais são espaços de balbúrdia e que o MEC ‘vai pra cima’ dessas instituições, sobretudo em um momento fiscal difícil”.

¹¹ Consultar: andes.org.br/, que mostra cortes de 30% anunciados pelo MEC do orçamento em todas as Universidades e Institutos Federais do Brasil (2020).

¹² Ver: Portaria n. 34 de 09 de março de 2020. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/>

¹³ Consultar: <https://educacao.uol.com.br>. Acesso em: 03 jun. 2021. O ministro da Educação, Milton Ribeiro, disse hoje que quer ter acesso antecipado à prova do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) para evitar aquilo que ele define como “questões de cunho ideológico”.

¹⁴ Aprovada em 19 de maio de 2022 pela Lei 1338. Fonte: <https://www.senado.leg.br>.

Nesse tabuleiro de angústias, ajustamos as expectativas e compreendemos que, enquanto pesquisadoras, precisamos olhar e pensar com esperança (Freire, 1997), seguir em frente, mesmo com todas as dificuldades que a pandemia (2019) nos apresentava. Nessa perspectiva, com a certeza de que era possível a construção coletiva do conhecimento científico, sob o olhar cuidadoso da orientadora Dra. Kilza Fernanda Moreira de Viveiros e demais professores do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, avançamos no conhecimento da história do Grupo Escolar Barão do Rio Branco, no encontro com as fontes, nas leituras, e na escrita da tese.

O entusiasmo pela pesquisa ganhou forças diante das seguintes disciplinas: Educação Brasileira, com a professora Dra. Marta Araújo, discutindo os fundamentos e as práticas da educação escolar no Brasil e no Rio Grande do Norte a partir das fontes bibliográficas e documentais; Métodos Sócio-históricos e Filosóficos em Educação I e II, com os professores Dr. Antônio Basílio, Dr. Walter Pinheiro e a professora Dra. Marlúcia Paiva, os quais, a partir de suas orientações, motivaram-nos a conhecer e buscar nos arquivos as fontes necessárias para a nossa pesquisa; Seminários de Pesquisa I, II e III, que introduziram e aperfeiçoaram novas leituras e reflexões, para melhor conhecimento do campo teórico e análise das fontes; Teoria e Prática da escrita acadêmica na pesquisa em educação, com a professora Dra. Betânia Ramalho e o professor Dr. Guilherme Mendes Tomaz, que muito contribuiu para conhecermos a postura acadêmica, a eticidade e a compreensão do rigor metodológico da pesquisa científica em educação, a qual veio fortalecer a sistematização do conhecimento científico; Teorias Sócio-Históricas e Filosóficas em Educação II, ministrada pela professora Dra. Maria Inês Sucupira Stamatto, a qual acrescentou novos saberes a respeito dos estudos sobre a relação histórico-filosófica entre a sociedade e os processos educativos

Participamos do Doutoral I e II com a participação das professoras Dr^a Aliny Pranto (Doutoral I) e Kilza Viveiros (Doutoral II), as quais contribuíram significativamente com o desenvolvimento da pesquisa e aperfeiçoamento da escrita da tese. Isso, pela experiência dos docentes na pós-graduação (UFRN) e no exercício da orientação e da articulação entre os conhecimentos produzidos na Universidade. Como também o fomento em comparecermos aos momentos de diálogos dos trabalhos apresentados pelos colegas do PPGED, consolidando não só o desenvolvimento da pesquisa, mas a formação da pesquisadora diante da produção do conhecimento.

SEÇÃO 1

ENTRE TEMPOS E ESPAÇOS: O GRUPO ESCOLAR BARÃO DO RIO BRANCO

“O homem participa do tempo da natureza, mas faz também do tempo uma construção própria” (Aróstegui, 2006, p. 271).



1 ENTRE TEMPOS E ESPAÇOS: O GRUPO ESCOLAR BARÃO DO RIO BRANCO

No início da Primeira República, novas demandas foram postas diante da necessidade de integração do povo brasileiro à nova ordem e progresso. O trabalho livre, o engrandecimento da economia, o higienismo e a civilização de massas com a reinvenção de uma nova escola, por meio do combate ao analfabetismo, fazia parte do projeto de modernização propagado por intelectuais que almejavam um novo ideal de Brasil. Assim, temos como objetivo nesta seção, analisar a criação e funcionamento do Grupo Escolar Barão do Rio Branco, com atenção para a sua organização administrativa e pedagógica.

Uma das principais características do período republicano foi a contínua transformação dos espaços urbanos aflorados pela modernidade. As cidades passaram a ser produzidas de novas maneiras a partir das exigências da industrialização e da modernização social. Essa realidade não foi diferente para a povoação de Parelhas, espaço planejado por propostas ideológicas de homens e mulheres como Félix Gomes Pereira, Antônio Elisiário Pereira, Valentim Nóbrega, Bernadino de Sena Silva, Felipe Bittencourt¹⁵, Maria Terceira Rocha¹⁶, Raimundo Guerra¹⁷, Dr. Heráclio Pires, assim também com outras pessoas que ficaram no anonimato, ou seja, mas foram importantes na modelação deste lugar, transformando os espaços que viveram no tempo histórico. Estas práticas no contexto educativo estão articuladas aos aspectos sociais, políticos e econômicos em que foram criadas e transformadas em experiências do cotidiano do Grupo Escolar Barão do Rio Branco.

Os manuais pedagógicos e as cartilhas escolares nos permitiram identificar, na condição dos tempos e espaços, as práticas culturais e sociais constituídas por um conjunto de ações de diferentes sujeitos com suas crenças, modos de vida, princípios e valores. Esses praticantes não apenas reproduziram as regras estabelecidas pelos documentos oficiais, mas as modificavam conforme as necessidades e a realidade da instituição. Para Julia (2001), muitos são os elementos que desenham esta cultura, os atores (famílias, professores, gestores e alunos), os discursos (mensagens de governos, conversação e comunicação, decretos, portarias), as

¹⁵ Pernambucano veio ser telegrafista na povoação de Parelhas por volta de 1925 e atuou como formador de professores na rede municipal de ensino no governo de Florêncio Luciano. Fonte: Resumo de vidas e Obras de Tertuliano Pereira Neto.

¹⁶ Nascida em São José do Mipimbú, em 15 de julho de 1895, filha de Isidoro José da Rocha. Diplomada pela escola normal em 17 de dezembro de 1918. Primeira professora do Grupo Escolar Barão do Rio Branco.

¹⁷ Nascido em 12 de maio de 1905 no sítio Salão município de Caraúbas/RN. Primeiro diretor do Grupo Escolar Barão do Rio Branco. Diplomado pela escola normal em 20 de dezembro de 1924. Casou-se com D. Gertrudes, filha de Bernadino de Souza e Silva.

instituições (organização escolar, sistema educativo) e as práticas (conjunto de ações experimentadas em um determinado tempo e espaço).

Decorrente da transição do Império para a República, estava o fortalecimento de um novo regime e profundas alterações na estrutura da sociedade brasileira em que intelectuais, cientistas e literatos espelhados pela modernidade europeia tentavam superar os obstáculos do passado marcados pela escravidão e colonialismo. Sobretudo, “a ignorância das elites; a miséria e o fatalismo das classes populares; a degeneração racial as estruturas políticas e econômicas arcaicas, resquícios dos tempos coloniais” (Napolitano, 2020, p. 42).

Assim, novas visões a respeito da ordem, do progresso e da república penetraram intensamente na sociedade brasileira, impondo a lei e a ciência para mudar os destinos da nação, bem como princípios higienistas para vencer as doenças (cólera, varíola, febre amarela) objetivando a civilização. Como afirma Viveiros (2015) o campo da higiene buscava promover as melhorias das condições de vida da população edificando a identidade nacional através do saber médico. Assim as práticas atrelavam-se à disciplina do corpo como viabilização de uma nova ordem.

Nesse sentido, o moderno passa a ser entendido como um conjunto de ações, ideias e atitudes, passível de transformação pela intervenção humana que se coloca como uma proposta de construção de uma nova sociedade, pensada por intelectuais, médicos, engenheiros, bacharéis que acreditavam na atuação firme do Estado para promover a civilização, educada pelas práticas higienistas de toda a população pertencente ao espaço urbano.

Desse modo, a implementação dos grupos escolares ganhou expansão no Brasil, contribuindo para os valores civilizatórios da ordem e progresso da nação. Nessa perspectiva Viveiros (2011) afirma que as noções de “moderno” e “modernização” se firmam com a ideia de progresso, caracterizados a partir dos discursos intelectuais e pelos projetos de intervenção junto à sociedade. Assim, a modernidade exigiria um quadro institucional possível para a transformação da realidade do País, a partir dos campos da saúde, da educação e da engenharia. Essas tentativas se constituíram como base para o Regime Republicano (1889 - 1930) idealizar e efetivar a escola pública contemporânea.

O Grupo Escolar Barão do Rio Branco foi constituído por um conjunto de ações de diferentes sujeitos com suas crenças, modos de vida, princípios e valores. Esses praticantes não apenas reproduziram as regras estabelecidas pelos documentos oficiais, mas as modificavam a instituição educativa conforme as necessidades e a realidade local. Nessa direção, Chartier (2001) diz que as representações sociais traduzem posições e interesses dos indivíduos,

passando, dessa maneira, a ter existência e descrever a sociedade, assim como pensam os membros que a integram ou como desejam que ela seja. Muitos são os elementos que desenham uma cultura organizacional escolar, os atores (famílias, professores, gestores e alunos), os discursos (mensagens de governos, conversação e comunicação, decretos, portarias), as instituições (organização escolar, sistema educativo) e as práticas (conjunto de ações experimentadas em um determinado tempo e espaço).

1.1 AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS E O NOVO MODELO DE ORGANIZAÇÃO ESCOLAR PÚBLICA

Um retorno ao contexto histórico, social, cultural e político da povoação de Parelhas no início do século XX, faz-se necessário para compreendermos as práticas escolares desenvolvidas pelos diferentes sujeitos no dia a dia do Grupo Escolar Barão do Rio Branco que, em sua singularidade se diferenciou, renovou-se, transformou-se em meio às reformas educacionais norte-rio-grandense. Nesse sentido, podemos citar a construção do edifício, especificamente, para ser o espaço de formação de um novo homem e disseminação dos saberes, aquisição do mobiliário escolar e pedagógico, introdução do método intuitivo como vemos nos diários de classe e nas aulas passeios.

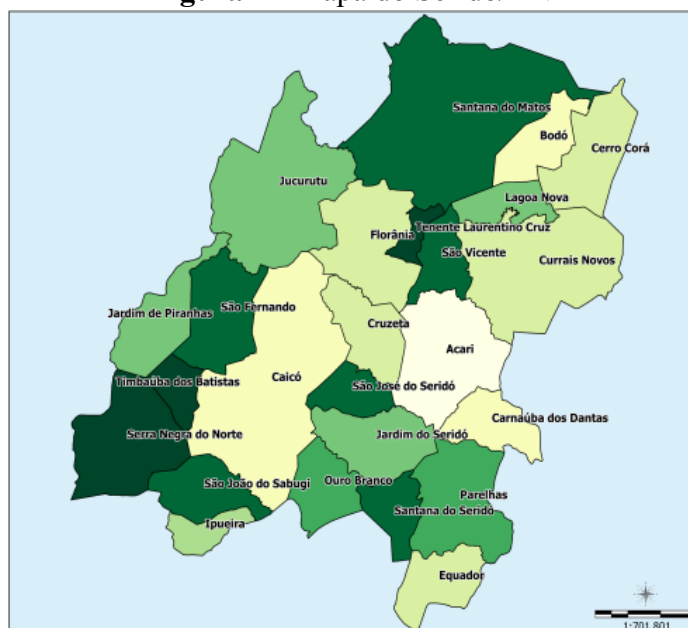
Trazemos uma breve caracterização do Seridó Potiguar como mostra o mapa que está localizado na região do semiárido do Rio Grande do Norte. De acordo com o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente, é uma das regiões mais secas do estado e que apresenta certos contrastes paisagísticos (Sobrinho, 2012). Ainda sobre essa região, as terras se apresentam com solos de baixa fertilidade, sendo estes em grande parte pedregosos, que possuem escassa profundidade e, ao mesmo tempo, é muito sensível ao processo de erosão. Nessa direção, seu ecossistema natural, o bioma caatinga, tem em sua “paisagem tanques naturais, açudes, rios, trilhas, formações rochosas e belas serras, além dos sítios arqueológicos” (Gomes, 2017, p. 365).

O pensamento civilizado se configura na sociedade moderna a partir da implementação dos grupos escolares diante de sua estrutura física, formação de professores, materiais escolares e pedagógicos, entre eles, o manual escolar. Fortalecidos pelas propostas ideológicas, os manuais foram transformando o tempo em que se vivia e o sujeito fruto deste período histórico com grande efervescência e profundas transformações de modernização. Na produção destes manuscritos, encontra-se o processo de industrialização e expansão do espaço urbano, o qual provocou mudanças em todo o país como: expansão do setor cafeeiro e das atividades a ele

vinculadas, diversificação da agricultura, crescimento e expansão de empresas, o surgimento de novos estabelecimentos ligados à indústria, ampliação dos setores urbanos com o crescimento das camadas médias, da classe trabalhadora e a diversificação de interesses no interior das próprias elites econômicas.

Observamos a expansão do espaço territorial na região do Seridó-RN a partir do mapa abaixo.

Figura 1 - Mapa do Seridó/RN



Fonte: Acervo da pesquisadora (2022).

Na historiografia aparece que o povoamento da região do Seridó começou no fim do século XVII com a Guerra dos Bárbaros ou Confederação Cariri. Nessa direção, Lamartine (1980), Gomes (2017), Sobrinho (2012) explicam que os primeiros registros quanto às primeiras terras concedidas na região datam de 1676, mais especificamente, no lugar chamado Acauã, que foi um dos locais em que ocorreu um dos encontros mais sangrentos da Guerra dos Bárbaros, hoje, município de Acari.

Nesse cenário de clima quente e seco, acarretado pela escassez das chuvas, o seridoense vive as dificuldades e os desafios de uma região de mudanças que precisa se reinventar constantemente em busca de sobrevivência e melhorias em sua qualidade de vida. O Seridó Potiguar é composto por 25 municípios, são eles: Acari, Bodó, Caicó, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, Cruzeta, Currais Novos, Equador, Florânia, Ipueira, Jardim de Piranhas, Jardim do Seridó, Jucurutu, Lagoa Nova, Ouro Branco, Parelhas, Santana do Matos, Santana do Seridó,

São Fernando, São João do Sabugi, São José do Seridó, São Vicente, Serra Negra do Norte, Tenente Laurentino Cruz e Timbaúba dos Batistas, numa área de 10.796,615 Km², chegando a 20,44% do território potiguar. De acordo com o Censo Demográfico de 2010, o número de habitantes totaliza 295.699, o que corresponde a 9,3% da população do estado do RN.

Para Gomes (2017), quanto ao processo de urbanização, 76% dos seridoenses vivem na zona urbana, enquanto 24% se encontram na zona rural, todavia, nos municípios localizados na região homogênea das Serras Centrais, que possui clima mais ameno, quase a metade da população (46%) está na zona rural. Em relação à economia, pode-se dizer que o Seridó Potiguar foi formado em três ciclos – a pecuária, particularmente bovina, a cotonicultura e a mineração.

De acordo com Sobrinho (2012), Parelhas-RN tem sua povoação na segunda metade do século XIX. O paraibano Felix Gomes Pereira, em 1850, construiu a fazenda Boqueirão que se tornou ponto de encontro de tropeiros, brejeiros e comerciantes que se deslocavam em parselhas de cavalos às margens do rio Seridó para intercâmbio comercial. Conforme Gois (2019, p. 50), “Por ser localizado na fronteira com o Estado da Paraíba, o distrito¹⁸ era considerado um ponto central de ligação entre os dois estados fronteiriços – Paraíba e Ceará –, visto, portanto, como um “ponto intermediário”. Acometidos por uma forte epidemia do cólera morbus que levou uma boa parte da população local a óbito, os poucos sobreviventes construíram uma capela em homenagem a São Sebastião em agradecimento ao fim da epidemia, oficializando, desse modo, a fundação da povoação em 1856.

Figura 2 - Mapa de Parelhas/RN



Fonte: Acervo da pesquisadora (2022).

¹⁸ A povoação de Parelhas fora transformada em distrito municipal de Jardim do Seridó através da Lei nº 29, de 19 de setembro de 1916 (Gois, 2019, p. 50).

Quanto à localização, Parelhas faz fronteira com quatro cidades do Rio Grande do Norte destacadas de azul e três do Estado da Paraíba, destacadas de cor verde, pertencem ao Seridó paraibano e se localizam por trás da barragem Boqueirão.

De acordo com Macêdo (1989), as primeiras ruas foram surgindo nas margens do rio Seridó: Rua Cosme Luiz, Praça Félix Gomes, Rua 07 de setembro, Rua 15 de Novembro, Rua Beco Estreito. O comércio de gado e algodão ampliou as possibilidades de venda e troca de mercadorias e intercâmbio entre comerciantes de toda região do Seridó com a Paraíba, pelas estradas que ligavam a Paraíba à Vila do Príncipe (atual Caicó). Em sua formação municipal, integra-se as freguesias e comarcas de Caicó, depois Acari e, por último, Jardim do Seridó.

Sob o esforço em reconstruir a história do Grupo Escolar Barão do Rio Branco, em suas primeiras décadas de funcionamento, encontramos os processos de (re)invenção de uma nova era, novos tempos de uma pequena povoação que se mostrava próspera em seu desenvolvimento político, cultural e econômico.

Para Macêdo (1989), o ano de 1917, marca o início de uma era em que o progresso da povoação de Parelhas se faz notável sobre muitos aspectos:

Funcionava na povoação duas escolas públicas com uma frequência de mais de 80 alunos. Era sede de uma Mesa de Rendas Estaduais, criada por Decreto nº 64 de 22 de julho de 1896. Era servida por uma agência postal criada em 1910. Ainda em 1917 foi autorizado o prolongamento da linha telegráfica de Jardim do Seridó a Parelhas. Em 1918 havia na povoação vinte estabelecimentos comerciais. Nesse ano teve início a construção da igreja Matriz, a experiência de particulares, o grupo escolar e uma estrada carroçável, ligando a povoação à cidade de Jardim do Seridó e à vila de Pedra Lavrada na Paraíba (Macêdo, 1989, p. 17).

Parelhas-RN vai conquistando seu desenvolvimento local como mostra Macêdo (1989), em conformidade com o que se encontra nos livros de atas do arquivo da Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó. Os cidadãos parelhenses, membros do conselho da intendência de Jardim do Seridó, apresentavam a cada sessão, que era mensal, a prestação de contas da arrecadação de impostos conforme as determinações da intendência, e solicitavam, de imediato, melhorias nas estradas que ligavam uma cidade a outra, facilitando a comercialização de diferentes produtos, linha telegráfica, construção de prédios públicos como mercado, cemitério, escola, praça, fundamentais para viabilizar o progresso da povoação. Percebemos que os impostos retornavam para a povoação em serviços e aberturas de novos espaços públicos.

A prosperidade desta localidade, em seus aspectos político, cultural e econômico, ocorre mediante as atividades agropastoris e extrativistas suas fontes de renda e sobrevivência da

população local. O processo de industrialização foi o fator propulsor das novas formas de organização do espaço urbano, participação popular, êxodo rural e, principalmente, as modificações e apropriação do espaço geográfico na povoação de Parelhas (Sobrinho, 2012).

Parte dessas mudanças e dificuldades para consolidar a sociedade moderna são encontradas nos espaços urbanos da capital do estado do Rio Grande do Norte e, conseqüentemente, no interior da região do Seridó. Principalmente, nos aspectos econômicos e políticos como afirma Brito (2019, p. 61):

O caminho dessa mudança fez-se em uma clivagem que culminou com o grupo do Seridó no poder, visibilizado aqui pelos topônimos atribuídos a grupos escolares e outras espacialidades, os quais denotam essa mudança no eixo político que passou a dirigir o Estado durante os últimos momentos da Primeira República.

Assim, os grupos escolares surgidos no interior do Rio Grande do Norte, nesse período, traziam alianças políticas que sustentavam o governo central, por via das lideranças locais, principalmente, para não se perder a estrutura de interesses e espaços políticos (Brito, 2019). Mesmo com um distanciamento temporal na construção destes grupos como modelos educacionais vigentes na época, a região do Seridó, compreendendo suas vilas e cidades mais populosas, ergueram seus edifícios destinados à Instrução Pública, sinônimos de modernidade e espaços de formação para os sujeitos comprometidos com a ética, moral e patriotismo, como também o embelezamento da arquitetura urbana.

A sociedade moderna fortalecida pelas propostas ideológicas e evolução do tempo histórico, é definida em todos estes aspectos, remodelando o espaço em que se vive e o sujeito fruto deste período histórico com grande efervescência e profundas transformações de modernização, principalmente, com o início da industrialização e expansão do espaço urbano.

Nesse caminho, acredita-se que a iniciativa de homenagear o governo do estado (Joaquim Ferreira Chaves) como patrono do Grupo Escolar da povoação de Parelhas, nome sugerido pela intendência de Jardim do Seridó, era uma tentativa de agradar o então governador. Tendo em vista que esse recebera em seus dois pleitos eleitorais o forte apoio dos políticos seridoenses, principalmente, de Jardim do Seridó e seus distritos, constituindo-se assim uma possibilidade de novas influências e relações políticas partidárias. Assim, os grupos escolares surgidos no interior do Rio Grande do Norte, nesse período, segundo Brito (2019), traziam alianças políticas que sustentavam o governo central, por via das lideranças locais, para não se perder a estrutura de interesses e espaços políticos.

De acordo com Spinelli (1992), a família Medeiros se destacava no conjunto das oligarquias potiguares. Emergiu nos anos de 1920, tendo como base de suas atividades a exportação de algodão e pecuária, assim como influência de grandes proprietários de terra e comerciantes da região do Seridó e do Oeste Potiguar. Foi representada pelo seridoense José Augusto Bezerra de Medeiros, que começou sua trajetória política, exercendo mandato de deputado estadual durante o período de 1913-1915 e, em seguida, ocupando o cargo de governador de 1924 até 1927.

A historiografia da educação através dos nomes aferidos aos grupos escolares por todo o país vinha mostrando um processo de continuidades e permanências de uma política partidária impregnada pelos próprios administradores locais, regionais e nacional. Homenageava como patrono dos grupos, homens que tinham ocupados cargos de Presidente da República, governadores, deputados e até mesmo os coronéis. Em nível nacional, encontramos: Grupo Escolar Rio Branco criado em 1913, Bahia (Monteiro, 2017); Grupo Escolar Clóvis Beviláqua de 1922 em Fortaleza (Andrade, 2011); Grupo Escolar General Siqueira de 1914 no estado do Sergipe (Azevedo, 2009); Grupo escolar Thomaz Mindello criado em 1916 no estado da Paraíba (Pinheiro, 2001).

No estado do Rio Grande do Norte, essas práticas não foram diferentes: Grupo Escolar Coronel Mariz, 1909, Serra Negra; Grupo Escolar Ferreira Pinto, 1911, Apodi; Grupo Escolar Fabrício Maranhão, 1910, Pedro Velho (Brito, 2019), dentre outros nomes encontrados na historiografia da educação norte-rio-grandense. Logo, essas ações revelavam a dinâmica dos sujeitos produtores das hierarquias políticas partidárias, agentes públicos que ocupavam lugares e funções legítimas dentro do sistema social.

Dito isso, os políticos locais dependiam do governo para obter recursos financeiros, viabilizando as obras públicas e benfeitorias pessoais ou familiares. Desse modo, angariavam votos para os candidatos de oligarquias estaduais de seu interesse. Da mesma forma que estas oligarquias barganhavam com os coronéis e os homens ligados diretamente à organização e administração municipal no intuito de assegurar o seu domínio político em algumas regiões.

Encontramos na mensagem de Governo, publicado em 01 de novembro de 1920 do então governador do Rio Grande do Norte (Joaquim Ferreira Chaves), fragmentos do discurso quanto às estratégias de enfrentamento das secas nas ajudas financeiras para a realização de obras (açudes, barragens, estradas), distribuição de auxílio financeiro à população residente nos municípios e vilas mais afetadas, bem como a aquisição e distribuição de alimentos para os

flagelados da seca. Logo, esse discurso era muito presente em anos eleitorais, introduzindo e aprofundando os arranjos políticos na região do Seridó.

Desse modo, as lideranças políticas projetavam-se, tentando lograr resultado nas eleições tanto municipais como estaduais a partir de compromissos firmados no período das campanhas, principalmente, para os cargos do Conselho Municipal, das Juntas Distritais e da Justiça de Paz. Muitas vezes, as candidaturas eram apresentadas conjuntamente em chapas das oligárquicas elites estaduais e locais.

Neste sistema político, assim como em todas as regiões do Brasil, o Rio Grande do Norte tinha famílias que exerciam o poder através das relações de autofavorecimento para fortalecer as campanhas eleitorais, fosse no âmbito nacional, estadual ou local. Por meio da historiografia potiguar (Lamartine 1980; Macêdo 2012; Brito 2019), Pedro Velho de Albuquerque Maranhão,¹⁹ fundador do Partido Republicano, inaugurou o sistema oligárquico no Estado. Governador do estado por vários mandatos consegue eleger o desembargador Joaquim Ferreira Chaves do mesmo partido e, em seguida, seu irmão Alberto Maranhão.

Ainda nesse contexto, as disputas pelo poder na Primeira República permeavam o interior dos municípios através de interesses das famílias dos donos de fazendas e grandes propriedades de terras, os chamados coronéis que dominavam a vida local e se tornavam fundamentais nas alianças dos arranjos oligárquicos estaduais. A intendência de Jardim do Seridó se constituía destas alianças de poder, visto que tinha cinco distritos pertencentes legalmente a sua municipalidade.

De acordo com Brito (2019), a velha oligarquia pedrovelhista foi perdendo progressivamente o controle da máquina política, isso devido ao crescimento da cotonicultura no Rio Grande do Norte, que aumentou também a importância política da elite agrária ligada ao comércio e produção de algodão no estado. Desse modo, os grupos políticos do Seridó, importante área produtora de algodão no Rio Grande do Norte, passaram a deter o poder, a nível estadual nos anos 1920, desalojando o poder dos Albuquerque Maranhão, embora tenham conservado até o final da Primeira República, postos eletivos, cargos e influência na política federal (Monteiro, 2017). Essa relativa perda de força no poder político estadual forneceu

¹⁹ Nasceu em Natal, na rua do comércio, atual rua Chile, a 27 de novembro de 1856. Deram-lhe o nome de seu avô paterno. Era médico e farmacêutico, tendo se formado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1881. Em 1885 foi nomeado inspetor de Saúde Pública e foi nomeado professor de História no Atheneu norte-rio-grandense. Foi o fundador do jornal "A República", em 1 de julho de 1889, e da sua redação saíram vários governadores norte-rio-grandenses, dominando a política no estado até sua morte. Consultar: CASCUDO, Câmara. Antologia de Pedro Velho. EDUFRN, 2019.

abertura para formação e fortalecimento de outros centros de comando, a exemplo da região do litoral, predominando as oligarquias açucareiro-têxtil e no Seridó, algodoeiro-pecuária.

Diante das mudanças no cenário educacional norte-rio-grandense, muitos prédios foram construídos, modificados, adaptados, ora com recursos do governo do estado, ora da própria cidade, vila, conforme os interesses de cada localidade e base política. Nessa direção, Moreira (2005) enfatiza que o Decreto nº 178, de 29 de abril de 1908 apontava estratégias que deveriam ser efetivadas para a reforma do Ensino Primário em todo o estado.

No art. 4º desse decreto, encontramos:

O governo estabelecerá, pelo menos, um grupo escolar em cada sede de comarca e uma escola mista em cada um dos outros municípios do Estado, nos prédios estaduais existentes e nos que forem construídos diretamente pelos mesmos municípios ou à custa de particulares que queriam ceder para tal fim, mediante contrato gratuito feito com o diretor da Instrução Pública e aprovado pelo governador (Rio Grande do Norte, 1908, p. 26).

Assim, o intuito era modernizar o ensino e erradicar o analfabetismo do estado, construir uma proposta de ensino eficaz e embelezar os espaços urbanos através da existência dos grupos disseminados, principalmente, no interior do estado. Em algumas localidades, os espaços escolares não tinham condições de funcionamento diante da estrutura dos próprios prédios, quantidade de alunos, por isso, juntavam-se da 1ª a 4ª sessão em uma mesma sala e a ausência do material pedagógico que fosse de encontro ao método intuitivo.

Nestor dos Santos Lima (1927), então diretor geral do Departamento de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, escreveu e publicou o livro “Um século de Ensino Primário”, apresentando dados relativos à expansão da Instrução Pública no Estado em cada governo: Alberto Maranhão (1908-1913) 24 grupos escolares; Joaquim Ferreira Chaves (1914–1919) 7 grupos; Antônio de Souza (1920-1923) Escola Normal de Mossoró, o grupo escolar de Macau, 3 escolas complementares²⁰ modelo na capital, uma no Alecrim e seis no interior, e 67 escolas rudimentares²¹; José Augusto (1924-1927) 50 escolas rudimentares, 2 escolas complementares; criou 7 grupos escolares, elevou 2, restaurou 5 e ampliou 3.

²⁰ As escolas complementares surgiram nas primeiras décadas do Brasil Republicano como o intuito de formar professores para atuarem nas escolas rurais multisseriadas.

²¹ As escolas rudimentares funcionavam em salões ou galpões de pessoas interessadas em oferecer o Ensino Primário com duração de dois anos. O ensino tinha como objetivo alfabetizar, ensinando a ler, escrever e contar. O habilitado poderia continuar e aperfeiçoar seus conhecimentos nos grupos escolares e escolas complementares.

Nesta perspectiva de progresso, a povoação de Parelhas mostrou os sinais de desenvolvimento de uma comunidade tanto nos aspectos econômicos, políticos, culturais, em meio à modernização e melhoria de vida de seus habitantes, na construção de espaços públicos, como: mercado, cemitério, praça, grupo escolar e religiosos (construção da Matriz), ampliação do comércio de gado, mineração e usina de algodão entre as formas de mercantilização que foram sendo criadas e inventadas. Entre estes aspectos, a educação se apresentava como eixo fundante do progresso da pequena povoação mediante a disseminação das escolas rudimentares (Jardim do Seridó-RN, 1917), com nomeação de professores, delegado de ensino e, dois anos depois, a institucionalização do Grupo Escolar Barão do Rio Branco, mesmo que em regime de escolas isoladas.

O Grupo Escolar Barão do Rio Branco é compreendido pela história de diferentes sujeitos empreendidos pelo progresso local, urbanização e modernização como: Comendador José Gomes, Antônio Elisiário e Bernadino de Sena e Silva que encaminharam um telegrama ao governador do Estado do Rio Grande do Norte Joaquim Ferreira Chaves com apoio do presidente municipal de Jardim do Seridó-RN, Dr. Heráclio Pires Fernandes, solicitando uma instituição educacional para a vila de Parelhas. Desse modo, instruíam intelectualmente a população e fortaleciam o progresso e desenvolvimento local e regional, uma vez que o Grupo Escolar expressava o tempo moderno pela sua arquitetura, embelezando a cidade e o método de ensino intuitivo que tinha como objetivo transformar a sociedade pela educação.

Na ótica dos documentos analisados, percebemos que o prédio foi construído para funcionamento do Grupo Escolar Barão do Rio Branco e teve sua origem dos recursos arrecadados na própria povoação. Corroborando com Azevedo e Stamatto (2012), a construção para funcionamento do prédio escolar não seria de qualquer modelo, mas atendia requisitos postos pela legislação em vigor, a qual determinava que cada município erguesse as suas custas o prédio onde funcionaria o grupo escolar.

Como instituição educativa, o Grupo Escolar Barão do Rio Branco se constituiu como espaço de cultura singular associada a outras culturas e relações sociais e científicas. Nas atas da prefeitura Municipal de Jardim do Seridó, verificamos a preocupação que os membros do conselho da povoação de Parelhas tinham junto ao presidente municipal de Jardim do Seridó e governador do estado do Rio Grande do Norte quanto à infraestrutura do prédio, cuidados de higiene, método de ensino inovador, manuais didáticos, professores, mobiliário adequado às necessidades do educador e educandos. Neste contexto, Azevedo e Santos (2018) enfatizam

que a materialidade da cultura escolar referentes a recursos materiais e pedagógicos precisaria ser construída a fim de dar condições favoráveis a um bom funcionamento do grupo escolar.

Assim, a historicidade do Grupo Escolar Barão do Rio Branco identificada através de seus manuais pedagógicos e as cartilhas escolares (modos de agir e se relacionar dos diferentes sujeitos), definiram suas particularidades enquanto instituição social em um determinado espaço-tempo. Esse instrumento pedagógico se coloca dentro desta pesquisa na perspectiva de interpretarmos as ações e experiências humanas no espaço urbano que modificou a educação pública local dialogando com diferentes culturas e outros campos sociais como o da economia, política e vida cotidiana.

1.2 FRAGMENTOS DO VIVIDO: DA INSTITUCIONALIZAÇÃO À INAUGURAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR BARÃO DO RIO BRANCO

O Decreto nº 87 de 13 de janeiro de 1919 instituiu o Grupo Escolar Barão do Rio Branco, inaugurado em 21 de fevereiro daquele ano nos moldes da política de criação dos grupos escolares no estado do Rio Grande do Norte.

Figura 3 - Grupo Escolar Barão do Rio Branco, 1919

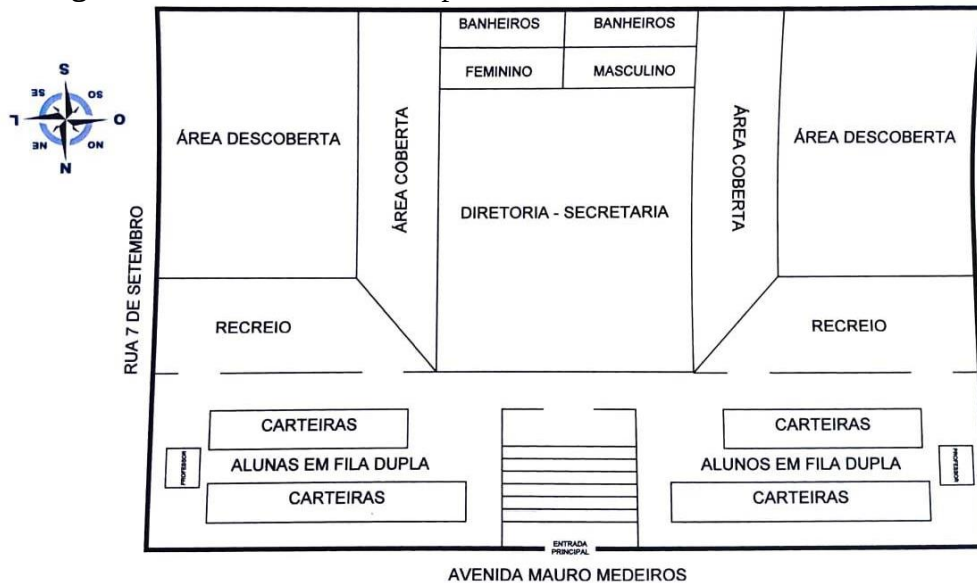


Fonte: Acervo particular de Dr. Ulisses Bezerra.

Construído, especificamente, para ser o Grupo Escolar Barão do Rio Branco, fixado no centro de povoação de Parelhas-RN, apresenta aspectos de embelezamento e modernidade, visível a simetria do edifício para isolar a classe feminina da masculina, racionalização da escola primária no início do século XX. Ele possuía quatro janelões, em cada sala de aula, os quais garantiam a ventilação e circulação do ar, condição necessária aos princípios higienistas.

Ele era construído em terreno elevado e seco, sem ligação com outros prédios na época, localizado no centro da povoação de Parelhas, porém afastado de estabelecimentos comerciais e casas de diversão. Assim, Bencostta (2005), Azevedo (2009), Brito (2019) afirmam que a localização dos edifícios do grupo escolar deveria funcionar como ponto de destaque na cena urbana, visível, signo do ideal republicano.

Figura 4 - Planta baixa do Grupo Escolar "Barão do Rio Branco" em 1919



Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Parelhas (2020).

Os novos espaços obedeciam às especificidades determinadas pelo código de ensino do Rio Grande do Norte (Lei n. 405 de 29 de novembro de 1916; art. 18), em que as salas de aulas teriam a forma retangular com capacidade para quarenta alunos, com sete metros de comprimento, com seis metros de largura, com um pé direito de quatro metros; aberturas necessárias para entrada de ar e luz; os edifícios seriam pintados com cores neutras; contendo compartimentos para diretoria, laboratório, biblioteca, arquivo e uma área descoberta para o recreio com divisão para cada sexo; na falta de esgotos públicos, as latrinas constariam de uma fossa asséptica.

Mesmo que a planta baixa demonstrasse que o prédio atendia requisitos básicos para funcionamento de um grupo constando de sala de aula, espaço para recreio, sala para diretor, sala para professores e banheiros, o referido Grupo não se consolidava nos moldes da escola graduada. As duas salas de aula se destinavam apenas a duas turmas de alunos, uma masculina e outra feminina, frequentando de 8h às 10h, 1ª e 2ª sessão, e das 10h30min às 12h30min, 3ª e 4ª sessão conforme diários de classe (Maria Terceira Rocha e Raimunda Rocha, 1919). Isso

significa também uma diminuição no horário de aula destinado aos alunos. Cada turma multisseriada teria uma duração de apenas duas horas de aula.

Figura 5 - Prédio atual da Prefeitura Municipal de Parelhas-RN (Primeiro prédio do Grupo Escolar Barão do Rio Branco)



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

A figura 5 ilustra o mesmo prédio da figura 3. Sua arquitetura é preservada. Observa-se que a fachada da escola dava para a rua central, hoje, principal avenida da cidade. A escadaria divide as duas salas de aulas, ligando-as a diretoria e salão de entrada do prédio. Essa estrutura física continua com as portas, o piso e sua divisão em alvenaria original. As janelas sofreram mudanças e algumas divisórias, em gesso ou madeira, foram construídas dentro do prédio para atender às necessidades de funcionamento da atual Prefeitura Municipal, para qual este imóvel se destinou logo após a transferência do grupo para o outro espaço físico até os dias atuais (2023).

Dito isso, o Grupo Escolar Barão do Rio Branco foi inaugurado no dia 21 de janeiro de 1919. Durante o mês de janeiro e fevereiro de 1919, no Estado do Rio Grande do Norte, foram inaugurados três Grupos Escolares: O Grupo Escolar Barão do Rio Branco na povoação de Parelhas, Grupo Escolar Joaquim Nabuco na Vila de Taipu e o Grupo Escolar Padre Cosme na

Vila de São Miguel de Paus dos Ferros. No jornal a República²², Dr. Manoel Dantas²³ faz o seguinte comentário: “Todos esses novos estabelecimentos de ensino funcionam em prédios especialmente construídos de acordo com as exigências do ensino moderno dotados do necessário material escolar e pedagógico” (A República, 1919a, p. 3).

A Lei n. 405 de 29 de novembro de 1916, a qual reformou a Instrução Pública no estado do Rio Grande do Norte, determinava que os governos municipais ou particulares que desejassem criar estabelecimentos de ensino em suas localidades, construiriam os prédios de acordo com a planta previamente aprovada pela Instrução Pública e, depois de dotado de material escolar e pedagógico, ofereceria ao governo do estado, que criava o estabelecimento de ensino e pagava os professores. A conservação do prédio, limpeza, material de expediente e renovação do material escolar e pedagógico ficaria na incumbência das municipalidades.

Na solenidade de inauguração do GEBRB, estavam presentes o Presidente da Intendência de Jardim do Seridó-RN, Dr. Heráclito Pires, o juiz de direito Dr. Joaquim Ignácio Filho²⁴, o juiz distrital Dr. Manoel Benício de Melo Filho²⁵, Coronel Felinto Elísio²⁶, Major

²² A República é um jornal brasileiro publicado e sediado em Natal, no estado do Rio Grande do Norte, fundado em 1 de julho de 1889 pelo ex-governador Pedro Velho. Pertencia ao Departamento Estadual de Imprensa (DEI), órgão do Governo do Rio Grande do Norte.

²³ Manoel Gomes de Medeiros Dantas nasceu em Caicó, em 26 de abril de 1867. Filho de Manoel Maria do Nascimento Silva e Maria Miquilina de Medeiros, tinha como avôs paternos o Cel. João Gomes da Silva e Luzia Úrsula de Medeiros. Faleceu no dia 15 de junho de 1924. Foi alfabetizado em casa e estudou o secundário no Atheneu Norte-rio-grandense. Foi Diretor Geral da Instrução Pública, Jornalista, Inspetor Agrícola, Professor, Orador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Prefeito da cidade de Natal. Coursou Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito do Recife. Concluiu seus estudos acadêmicos no ano de 1890. Fonte: MORAIS, Isabela Cristina Santos de. **A atuação de Manoel Dantas na Instrução Pública Norte-rio-grandense (1897-1924)**. Natal, 2018. 165f.

²⁴ Nasceu no Município de Martins – R. G. N., em 6-2-1888. Começou os seus estudos na escola elementar pública de Martins. Após frequentando o Colégio “7 de setembro”, de Mossoró, do Professor Antônio Gomes, que precedeu, de pouco o Colégio Diocesano (hoje Colégio Santa Luzia), no grande impulso educacional das zonas do alto sertão, vinha prestar os exames no Atheneu, de Natal, como integrante das turmas daqueles educandários. Em Recife, colou o grau de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, na respectiva Faculdade de Direito, turma de 1908. Exerceu os seguintes cargos e funções: Diretor do Grupo Escolar Almino Afonso – Martins/RN; Juiz do Distrito Municipal de Jardim do Seridó, Secretário Geral do Estado no Governo Ferreira Chaves; Juiz de Direito da Comarca de Caicó. Ver com mais detalhes em: O Rio Grande do Norte em prospectiva. (Recurso Eletrônico) Joaquim Ignácio de Carvalho Filho. Natal, EDUFRN, 2019.

²⁵ Juiz Distrital da Comarca de Jardim do Seridó de 1919 a 1927. Casou-se em Jardim do Seridó com a filha do tabelião Florentino de Azevedo Cunha. Fonte: Gois, 2019.

²⁶ Iniciou sua carreira política aos dezoito anos de idade, assumindo a chefia do Partido Conservador no município de Jardim do Seridó, em substituição ao seu pai, que se transferiu para a cidade paraibana de Campina Grande, com porte da família. Eleito membro do Conselho da Intendência (1877-1884), administrou o município de Jardim do Seridó, de 1878 a 1880, em substituição ao Padre João Avelino de Albuquerque Silva. Prestigiado em seu partido, elegeu-se deputado provincial por duas legislaturas. Na condição de Vice-Governador, o Coronel Felinto Elísio administrou interinamente o Rio Grande do Norte, por duas vezes. E, até o presente, foi o único filho de Jardim do Seridó a governar seu Estado. Consultar Gois (2019).

Alfredo Pessoa²⁷, Antão Elisiário Pereira, Félix Gomes, Major Lúcio Dantas²⁸, Bernadino de Sena e Silva e a comunidade local.

Pelo jornal A República, tivemos acesso à ata de inauguração, a qual discorre que no dia 21 de fevereiro de 1919 dois automóveis partiram da cidade de Jardim do Seridó-RN para a povoação de Parelhas-RN. Um automóvel conduzia Heráclio Pires, Joaquim Ignácio Filho, Juiz de Direito de Caicó-RN, Manoel Benício Filho, Juiz Distrital, e o Coronel Felinto Elísio, chefe político do referido município. “Esperavam esta comitiva o Major Lúcio Dantas, distinto cavalheiro da sociedade parelhense, acompanhado de uma grande massa do povo e da Banda Musical filarmônica da então povoação União Social com um lindo dobrado” (A República, 1919a, p. 03). De acordo com a redação da ata de inauguração, “caia sobre os presentes uma chuva de flores naturais lançadas por um grupo de criancinhas acompanhada de girandolas de foguetes” (A República, 1919a, p. 03). Em nome dos parelhenses, o jovem Manoel das Virgens (Manoel Virgílio do Nascimento) saudou os visitantes que, em seguida, percorreram algumas das ruas mais importantes da povoação encaminhados ao Hotel Moderno para um almoço.

De acordo com Macêdo (1989), Parelhas enquanto vila (1920) tinha uma banda filarmônica, hotel, cinema, clube, pequenas casas comerciais que, aos poucos, expandia a rede urbana e ampliava as relações na organização do espaço e na distribuição dos bens e serviços. É neste contexto que podemos perceber a atuação e inserção dos diferentes sujeitos no espaço urbano. Pela leitura da referida ata, às 13 horas, Heráclio Pires tomou assento na cadeira da mesa de solenidade e convidou a senhorita Maria Terceira Rocha, primeira professora da cadeira Isolada Masculina, Joaquim Ignácio Filho, Manoel Benício Filho, Coronel Felinto Elísio, Valentim Nóbrega, Antão Elisiário, Félix Gomes e Major Alfredo Pêsoa.

O Hino Nacional e a Bandeira Nacional foram símbolos de destaque no ato inaugural do Grupo Escolar, seguida de girandolas de fogo. No momento, a palavra foi concedida ao orador acadêmico Valentin Nóbrega que “naquele jubilo de alegria presenteia o grupo com uma Bandeira Nacional aferindo-lhe fervorosa saudação repassada do mais puro patriotismo” (A República, 1919a, p. 03). Como afirmam Azevedo e Stamatto (2012, p. 85), “Na passagem da escola isolada discreta e restrita à cultura do lar para os grupos escolares, a escola primária passava a ser um veículo do progresso, da ordem, do trabalho e do patriotismo”.

²⁷ Nomeado Delegado Escolar para a povoação de Parelhas em 1917. Ver Gois (2019, p. 116).

²⁸ Irmão de Antão Elisiário.

Seguindo com a palavra o professor Severino Bezerra²⁹ enalteceu a alegria daquele dia deslumbrante da inauguração afirmando que não poderia conservar-se silencioso naquele momento excepcional para sua estremecida terra da qual assistia a esplêndida áurea da manhã a abertura do primeiro estabelecimento de ensino moldado nos mais aperfeiçoados métodos pedagógicos (A República, 1919a, p. 03).

O discurso expressa o pressuposto das reformas republicanas educacionais alicerçado ao sistema político capaz de desenvolver as virtudes morais quanto aos bons hábitos de estudar, trabalhar, cuidar do corpo, relacionar-se com os outros, respeito pela pátria e disciplina. No entender de Cruz (2018), a educação sendo eleita como condutora da propagação dos ideais dos republicanos, passou a ser observada e modificada na sua estrutura física, espacial e pedagógica.

Para Moraes (2016, p. 37), além da exigência do edifício-escola outros aspectos eram imprescindíveis para funcionamento dos grupos escolares como a separação dos alunos por sexo, banheiros masculinos e femininos, biblioteca, pátios para recreios, ginásios, auditórios, espaços “difusor de práticas higiênicas e moralizantes que enaltecia o novo regime e refletia concepções pedagógicas e necessidades sociais”. Nem todos estes espaços havia no GEBRB, apenas duas salas de aula, uma para o sexo masculino e outra para o feminino, banheiros para ambos os sexos, diretoria e um pátio para atividades ao ar livre.

Pelos fragmentos da ata de inauguração do GEBRB, o professor Francisco Alves de Vasconcellos³⁰ do Grupo Escolar Antônio de Azevedo do município de Jardim do Seridó-RN, saudou “os parelhenses com eloquentes palavras filhas da amizade e da confiança recíprocas existentes entre os dois povos irmãos”. Falou sobre os métodos de ensino adotados no Rio Grande do Norte, que traziam aperfeiçoamento físico, moral e intelectual das crianças, concluindo suas palavras se alegrando com os parelhenses pelo avanço que vinha provocar aquela solenidade.

Ocupou-se da palavra o Dr. Joaquim Ignácio Filho, proferindo magistral oração no discurso da qual, pôs em relevo a personalidade do desembargador Ferreira Chaves tecendo merecidos elogios a sua qualidade de administrador, e, depois de fazer sentir o bom desejo que o Governador do Estado tinha para com aquela próspera localidade. Terminou rememorando a figura do “Rio Branco, cujo nome glorioso seria daquele majestoso templo do saber. Para encerrar a solenidade o Dr. Manoel Benício fez verdadeiros surtos de

²⁹ Nasceu em 20 de maio de 1888, filho de João Bezerra de Melo e Idalina Bezerra de Melo, natural de Nazaré da Mata, em Pernambuco. Decidiu dedicar-se à arte da docência indo estudar na Escola Normal de Natal, onde fez parte da primeira turma de formandos, em 04 de dezembro de 1910. Nesta ocasião, Severino Bezerra era Membro da diretoria da associação dos professores no Rio Grande do Norte. Fonte: Revista Pedagogium, n.3, 1922, p. 05.

³⁰ Nascido em 16 de janeiro de 1892 em Macaíba/RN, filho de Luiza Leopoldina de Vasconcellos. Diplomado em 17 de dezembro de 1918 pela Escola Normal, Natal/RN (Livro de diplomas da Escola Normal, p. 16).

eloquência, eletrizou o augusto auditório diante da expectativa daqueles que pela primeira vez tinha a felicidade de ouvi-lo (A República, 1919a, p. 03).

No discurso, o governador Ferreira Chaves foi citado como influente republicano que encontrava na educação escolar um dos elementos fundamentais para se sair da crise financeira e construir uma República e economia prósperas. De acordo com a historiografia da educação norte-rio-grandense, a implantação das escolas primárias no interior do estado, tornou-se mais um discurso político do que uma prática. Na região do Seridó-RN, apenas Acari, Currais Novos, Jardim do Seridó, Caicó e Serra Negra dispunham de grupo escolar.

Continuando a leitura da ata de inauguração do GEBRB, as alunas Maria Dantas³¹, Celina Costa³², Maria Amalia³³ e Alzira Bezerra³⁴ entoaram cânticos e recitativos, arrancando prolongadas palmas da plateia existente. O relato afirma que a quantidade de pessoas presentes nesta solenidade foi acima do esperado, de maneira que, as dependências do edifício foram insuficientes para comportá-las, que “possuídas de contentamento vinham associar-se de coração as festas daquele dia, dentre todos o mais feliz, o mais alegre, o mais proveitoso para a população da amada paréllhas” (A República, 1919a, p. 03).

Até a década de 1920, a educação escolar no Rio Grande do Norte era bastante precária, contando com a existência de apenas 15 grupos escolares da capital do estado às vilas e cidades mais populosas. Diferentes fatores eram anunciados pelos governos que impediam a efetivação de espaços próprios para a escolarização da população; flagelos da seca, falta de estradas que ligavam a capital do estado às cidades, vilas e povoações, recursos orçamentários e dificuldades na aquisição de materiais escolares e pedagógicos, que o método de ensino exigia.

O recurso financeiro era um aspecto ao qual os administradores públicos se prendiam, pois o método intuitivo exigia do grupo escolar uma estrutura física própria com padrões determinados por lei, materiais, livros didáticos e formação de professores específica, para que os fins da educação fossem alcançados: cidadãos cívicos, patrióticos e habilitados ao trabalho principalmente para o setor industrial.

Retomando a leitura da ata de inauguração, o Major Lúcio Dantas, ao final do evento, convidou os cidadãos que fizeram parte da inauguração do referido grupo para, na sua

³¹ Nasceu no dia 09 de março de 1910. Filha de Lúcio Pereira Dantas e Luzia do Nascimento Dantas. Fonte: Livro de Batismo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição - Jardim do Seridó.

³² Nasceu no dia 10 de maio de 1908. Filha de Amaro Vieira da Costa e Maria Vieira. Fonte: Livro de Batismo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição - Jardim do Seridó.

³³ Nasceu em 09 de fevereiro de 1909. Filha de Anna Maria da Conceição. Fonte: Livro de Batismo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição - Jardim do Seridó.

³⁴ Nascida em 26 de maio de 1906. Filha de José Avelino Bezerra e Maria Magdalena Bezerra (Cartório de Jardim do Seridó, livro 7, folhas 068, n. 079).

residência, “tomar alguns copos de cervejas seguido de um cordial jantar”. A noite foi prolongada até a madrugada como um *soirée*³⁵ “com diversas mesas de finos doces” (A República, 1919a, p. 03).

Para além do esmiuçar um momento vivido como a inauguração do grupo, está a compreensão das práticas que articula as ações, serviços e mecanismos de funcionamento do cotidiano, configurando-se nas formas de organização em nível individual e coletivo dos sujeitos sociais. No ato inaugural, identifica-se um conjunto de práticas que marcam a vida dos alunos, professores e toda comunidade parelhense em um contexto social, histórico e político.

Destacamos, também, o termo de visita ao Grupo Escolar Barão do Rio Branco pelo inspetor de ensino Francisco Gonzaga Galvão, o qual faz referência aos fatores higienistas que interferiram na forma de organização desta instituição, como também a preocupação em justificar a ausência de outras prescrições necessárias ao funcionamento das atividades pedagógicas.

Confortável prédio, especialmente construído para tal fim, obedecendo os preceitos da pedagogia e da hygiene escolar. O mobiliário é modesto, mas sólido e está disposto de modo que os educandos recebam a luz de maneira mais conveniente. Ainda não foi provida do necessário material pedagógico, devendo ser, entretanto, por estes dias porque já está feita a aquisição. Não foi realizado o trabalho no diário de classe, atendendo sobretudo a circunstância do estado de organização em que se encontra ainda este curso. A disciplina é amorável, revelam bôa conduta, as discentes havendo entre estas e a professora, laços de verdadeira estima e confiança (A República, 1920, p. 1).

O texto demonstra que o edifício foi construído especialmente para funcionamento do grupo escolar. Notamos o entusiasmo que o inspetor de ensino relata diante da construção do prédio, principalmente, com a higiene para evitar a propagação de doenças no ambiente escolar. O inspetor já mencionava a ausência de recursos didáticos o qual acarretava problemas para se introduzir e consolidar o método intuitivo inerente à formação de um novo homem capaz de adentrar social, moral e intelectualmente o progresso do país.

Neste contexto de disseminação da educação pública, Farias (2021, p. 34) argumenta:

Compreendemos então, que a educação expandida pela instalação e multiplicação de instituições escolares no interior do estado foi, no caso de Parelhas, responsável por uma “virada” na dinâmica do cotidiano da cidade e,

³⁵ Reunião social, recepção, ou de outro tipo, que ocorre à noite (Tradução Francês-Português). Dicionário online Infopédia de Francês-Português.

consequentemente, responsável por intensificar as relações desse expoente do sertão com os projetos que já estavam ocorrendo na capital.

Esse novo espaço escolar, privilegiado para a formação dos indivíduos diante de um novo Estado e de uma nova sociedade que se pretendia construir, aflora um conjunto de normatizações do ensino-aprendizagem e mentalidades inculcadas no imaginário social. Nesse sentido, Silva e Paiva (2017) evidencia que os grupos escolares se tornaram escolas desejadas em todo território nacional. O novo espaço educacional dispunha de inovações pedagógicas e buscava romper com os modelos de educação do período imperial. Buscava construir uma nova identidade nacional, povo civilizado e letrado, tornando-se fundamental no processo de divulgação das propostas do ideário republicano.

Os grupos escolares foram se espalhando pelo interior do estado do Rio Grande do Norte como em outras regiões do país. Encontramos nas pesquisas de Azevedo e Santos (2018), fragmentos dos relatórios de visitas do inspetor de ensino Amphiloquio Câmara no Grupo Escolar Senador Guerra em Caicó-RN, cujos documentos expressam a necessidade de melhorias nos aspectos pedagógicos e escolares. No Grupo Escolar Almino Affonso, em Martins-RN, em 1918, o relatório afirmava que o mobiliário estava necessitando de uma reforma, como também de carteiras para os alunos.

Estas práticas se difundiram em torno das intencionalidades para atender determinadas exigências educacionais a exemplo das reformas, considerando o contexto social, político e econômico do país. Encontramos grandes e significativas reformas educacionais estaduais em muitas regiões do país, a saber: a de Lourenço Filho, no Ceará, em 1922; a de Lysamaco Ferreira da Costa e Prieto Martines, no Paraná, em 1923; a de José Augusto, no Rio Grande do Norte, em 1924 e a de Anísio Teixeira, na Bahia, em 1925 que segundo Saviani (2019) encerraria o ciclo das reformas da década de 1920 consolidando as normas já estabelecidas na Instrução Pública.

As reformas educacionais tinham intencionalidades dos governantes da época e estavam presentes em seus discursos, os quais não condiziam com a realidade. No GEBRB, estas precariedades foram persistindo ao longo dos anos. A continuidade das escolas isoladas no novo prédio, a falta de salas para introduzir o ensino graduado conforme o regimento interno dos grupos escolares, a falta de uma biblioteca, laboratórios se definiam como obstáculos para a educação que, no momento, pretendia-se construir enquanto moderna. Mesmo sendo um espaço fiscalizado por inspetores, diretor da Instrução Pública, mestres e intervenientes no que tange à organização e fiscalização do ensino.

1.3 OS PROFISSIONAIS DO GRUPO ESCOLAR BARÃO DO RIO BRANCO

É importante definir a origem social e profissional dos atores de uma instituição escolar, os quais influenciam os processos educativos de homens e mulheres tanto como os currículos, métodos, materiais e programas de ensino. A organização do quadro de profissionais do Grupo Escolar Barão do Rio Branco, nas suas primeiras décadas de funcionamento, constitui-se em uma tentativa de compreender as diferentes práticas das lideranças interescolar, que ultrapassam sua racionalidade técnica e exprime um conjunto de valores, representações, crenças compartilhadas no cotidiano da escola.

A seguir, construímos um quadro com os profissionais do GEBRB, destacando que cada professor dava aulas a uma turma de alunos, fosse a masculina ou feminina, compreendendo as quatro sessões (1ª a 4ª). Esse fato evidencia que o GEBRB era formado por Escolas Isoladas³⁶ e não por turmas graduadas, como deveria ser.

Quadro 1 - Profissionais do Grupo Escolar Barão do Rio Branco (1919-1922)

SERVIDORES	FUNÇÃO	ANO	NÚMERO DE ALUNOS
Maria Terceira Rocha	Prof. Escola Isolada Masculina	1919/1920	58 – 1919 52 - 1920
Raymunda Rocha	Prof. Escola Isolada Feminina	1919/1920	68 – 1919 68 - 1920
Francisco Antônio de Araújo	Porteiro-zelador	1919	-
*37	Prof. Escola Isolada Masculina	07/1920	
José Dantas	Porteiro-zelador	1920	-
Maria Helena Furtado Villa	Prof. Escola Isolada Masculina	1921/1922	76 - 1921 82 - 1922
Rita Sampaio	Prof. Escola Isolada Feminina	1921/1922	79 - 1921 71 - 1922
Germano José Costa	Porteiro-zelador	1921	-
Acrísio Menezes Freire	Prof. Escola Isolada Masculina	1922/1923	
Anna Iracema Freire	Prof. Escola Isolada Feminina	1922/1923	
José Dantas	Porteiro-zelador	1922	

Fonte: Elaboração da pesquisadora (2022).

³⁶ Existiam em espaços urbanos e rurais mediante o número de alunos existentes. Os horários poderiam ser flexíveis de acordo com as necessidades locais. Após a primeira década do século XX, a Legislação (1916) e os regulamentos de ensino (1914) passaram a relacionar as classes da instrução primária como Escolas Isoladas que posteriormente deram origem ao grupo escolar.

³⁷ Não encontramos nas fontes o nome da professora ou professor que substituiu a Professora Maria Terceira Rocha quando esta, veio a óbito.

As fontes dos dados³⁸ descortinam que no recorte temporal de 1919 a 1922, o Grupo Escolar Barão do Rio Branco teve seis professores: um homem e cinco mulheres. De acordo com o registro de diplomas, cada um destes professores concluíam a Escola Normal com 20 a 21 anos e, no ano seguinte de sua diplomação, foram nomeados pelo governo do estado para o referido grupo. Para Silva e Paiva (2017, p. 119), o processo de inovações do ensino presente nos grupos escolares diferenciava-se dos “modelos anteriores por contar com um corpo de funcionários comprometidos com a qualidade da educação e que deveriam trabalhar respeitando a hierarquia estipulada nos documentos reguladores”.

Ilustramos, a seguir, a primeira turma feminina e masculina do GEBRB e suas respectivas professoras.

Figura 6 - Primeira turma feminina e masculina do Grupo Escolar Barão do Rio Branco. Professora Raimunda Rocha à esquerda e Maria Terceira Rocha à direita – 1919



Fonte: Acervo de Tertuliano Pereira.

A fotografia evidencia a quantidade de alunos em cada turma. Mesmo em horários diferenciados para a divisão das sessões (1ª a 4ª), considerando que as idades cronológicas dos

³⁸ Os professores eram nomeados pelo Governador do estado do Rio Grande do Norte. Encontramos suas nomeações no jornal A República (1919-1922). Já o porteiro-zelador era nomeado pelo município de Jardim do Seridó-RN, conforme Livros de atas da prefeitura municipal de Jardim do Seridó-RN (1919-1922).

escolares se aproximavam quando juntavam 1ª e 2ª sessão, em seguida 3ª e 4ª, as ações desenvolvidas por uma única professora diante de séries distintas se tornavam exaustas, com conteúdos e atividades especificamente voltados para cada nível a ser trabalhado em um curto período de tempo.

Para atuar no grupo escolar, os professores eram preparados para o exercício de sua docência pela escola normal que oferecia cursos públicos de nível secundário com o objetivo de formar o quadro docente para as escolas primárias. Utilizavam conteúdos curriculares que enfatizavam a prática pedagógica nas escolas-modelo anexas, novos métodos e programas de ensino, desencadeando o processo de profissionalização do magistério por todo o país.

De acordo com Moraes e Silva (2009, p. 272), “a Escola Normal de Natal, criada em 13 de maio de 1908, tinha como objetivo preparar os professores e aperfeiçoar a Escola Primária do estado”. A primeira turma formada se deu em 04 de dezembro de 1910, diplomando-se nela sete professores e vinte professoras. Após isso, os professores estavam habilitados a lecionar nos cursos primários público e privado, mas precisavam ser aprovados em exames que constavam dos principais pontos da prática para a Instrução Primária. Um conjunto de atividades faziam parte desta avaliação como: uma prova escrita com a descrição de um passeio escolar, a apreciação de uma Festa da Árvore e de uma festa nacional realizada na escola, cujo tema seria a influência da educação na formação do caráter nacional.

O Ensino Normal era ministrado em três anos, passando para quatro anos a partir de 1910. Nos dois primeiros anos, as normalistas se apropriavam de conhecimentos com as seguintes disciplinas: Português, Francês, Aritmética, Noções de Geometria teórica e prática, Geografia Geral e particular do Brasil, História Geral e particular do Brasil, Educação Moral e Cívica, Noções de Física e Química aplicadas à vida prática, História Natural aplicada à agricultura e à criação dos animais. As disciplinas que compunham os dois últimos anos consistiam em: Pedagogia, História da Educação, Economia e Leis Escolares, Higiene Escolar, Desenho, Princípios de Música e Cantos Escolares, Trabalhos Manuais, Economia e Artes Domésticas (para o sexo feminino), Educação Física e Exercícios Infantis. As aulas práticas eram desenvolvidas no Grupo Escolar Modelo Augusto Severo.

No que concerne à esta formação, Moraes e Silva (2009, p. 273) acrescentam:

No final dos dois primeiros anos, os alunos submetiam-se a uma avaliação para aferir o aprimoramento nas matérias. Ao término dos dois últimos passavam por mais um exame de suas aptidões nas matérias e, por fim, na prática escolar adquirida no Grupo Modelo durante o ano letivo. Concluído o Curso Normal, os docentes estavam habilitados para atuarem no Ensino

Primário, como professores em qualquer uma das instituições primárias do Rio Grande do Norte.

A consolidação desta formação contribuiu para a profissionalização docente no Estado do Rio Grande do Norte, aferindo as professoras e professores habilitações necessárias ao exercício de sua profissão. A partir do conjunto de disciplinas com seus mestres, atividades dinâmicas, inovadores e as práticas, a formação tornou-se mais significativa e conceberam novas maneiras de pensar a profissionalização docente.

Quanto aos deveres dos professores, o art. 61 do Regimento Interno dos Grupos Escolares, de 1914, expõe que esses deveriam comparecer, pelo menos, cinco minutos antes da hora marcada para o início de qualquer serviço, seja classe, exercício, formatura, festa ou reunião convocada pela diretoria; apresentar-se com asseio, disposição e bom humor perante seus alunos; lecionar as matérias do curso pelos programas, horários, métodos e processos recomendados pela Diretoria Geral, fazendo previamente a preparação de suas lições; permanecer na classe durante todo o horário, fiscalizar cuidadosamente o recreio; lançar nas cadernetas da classe as médias de aproveitamento e procedimento diário dos alunos; zelar pela conservação dos moveis, livros e utensílios e pelo asseio da sala da classe e da escola em geral; obedecer às determinações do diretor e demais autoridades do ensino público.

Os professores diplomados tinham um incentivo pelo Estado através do livro de Honra. Observamos que os nomes das professoras Maria Terceira Rocha e Raimunda Rocha são registrados no “Livro de Honra” pelo Diretor da Instrução Pública Dr. Manoel Dantas, reconhecendo seus relevantes trabalhos prestados na difusão e aperfeiçoamento do ensino no grupo escolar:

Maria Terceira Rocha da escola isolada masculina do grupo escolar Barão do Rio Branco por ter instalado a sua escola no alto sertão, em um tempo de seca, sem dar um só dia de falta, capitando as simpatias da população, lecionando a 52 alunos, ministrando o ensino de leitura pelo método analítico syntético, com aproveitamento verificado pelo Inspetor de Ensino Gonzaga Galvão, apesar de dispor de reduzido material pedagógico (Rio Grande do Norte, 1920, p. 45).

O livro de Honra foi criado pelo art. 195 da Lei Orgânica 405 de 1916. Conforme Silva (2013), os professores primários que se destacassem eram homenageados com seus nomes assentados em suas páginas. “Os mestres tinham que se distinguir pelo trabalho intelectual, pela técnica escolar, bem como no cumprimento dos deveres profissionais e na dedicação à causa da instrução” (Silva, 2013, p. 85).

Seguindo na mesma ata, a redação faz referência à Raimunda Rocha mudando apenas a turma “feminina” com a presença de 68 alunas. Estas homenagens, considerando os modelos culturais da época e também a distância das localidades, faziam-se privilégios para os sujeitos que no interior da escola atraíam a atenção, observação e até mesmo avaliação de seus superiores mediante suas ações, as quais se configuravam nos dispositivos de normatização, imposição e circulação dos processos internos e externos à realidade escolar.

Neste aspecto, Chartier (1990, p. 23) ressalta:

as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças as quais uns “representantes” marcam de forma visível e perturbada a existência do grupo, da classe ou da comunidade.

Assim, as práticas se configuram sempre como uma ação consciente e participativa, exercidas com a finalidade de concretizar determinado projeto. Idealizadas por sujeitos para serem aplicadas em comunidades em um período de tempo. As práticas mudam, renovam-se, sofrem alterações mediante o diálogo, resistência ou conflitos entre os sujeitos que as impõe o os que recebem. Podemos citar os professores que recebem os programas de ensino, o manual didático, mas sua subjetividade, enquanto ser humano e profissional conduz as suas ações.

Referenciando ainda o Livro de Honra, destacamos os nomes de Maria Helena Furtado e Rita Sampaio em que Dr. Manoel Dantas afirma:

Observando a vida do grupo escolar e a acção das professoras, não só no exercício de seu magistério, como na sociedade parelhense, só ouvi palavras de elevado apreço as suas qualidades morais e intelectuais. Cumpre pois, o indeclinável dever de louvar as professoras Rita Sampaio e Maria Helena Furtado Villa pela maneira porque tem sabido se conduzir nesta localidade honrando a sua classe, desempenhando sua nobre missão a contento da população executando com todo esforço, dedicação e inteligência as leis e instruções das autoridades de ensino, digo das autoridades escolares e trabalhando pelo engrandecimento da Pátria (Rio Grande do Norte, 1920, p. 49).

Nesta análise, Julia (2001) chama atenção para a profissionalização dos professores, os critérios de recrutamento destes profissionais, seus saberes, hábitos, formação necessária para seu perfil profissional. Os professores recém-formados na Escola Normal em Natal e designados à povoação de Parelhas tinham suas naturalidades da própria capital ou de cidades circunvizinhas. O deslocamento para a região do Seridó que durava em média quatro dias,

implicava em muitos obstáculos diante do distanciamento da capital para as cidades, vilas e povoações. As ferrovias mais próximas à região do Seridó, encontravam-se nas cidades de Lajes e, ou Campina Grande na Paraíba, o restante do percurso se dava em carros de boi ou cavalos por motivos de poucos automóveis existentes na região e a carência de estradas.

Neste contexto, identificamos o pedido de licença da professora Raymunda Rocha, por indicação médica, concedido a partir de novembro de 1920. Em seguida, encontra-se o despacho da nomeação das professoras Maria Helena Furtado Villa e Rita Sampaio para a Vila de Parelhas em 15 de fevereiro de 1921. Na mesma nota, há uma solicitação ao encarregado da estação “Great western” de passagens na 1ª classe com direito a bagagens até Campina Grande para as referidas professoras e uma pessoa da família.

Muitas solicitações de remoção dos Grupos Escolares da região do Seridó são identificadas nos livros de ofícios da Instrução Pública, como observamos na mensagem descrita pelo governador do estado:

Uma grande parte dos alunos que fazem o curso normal são filhos da capital ou dos logares mais próximos, aqui tem famílias e uma vez diplomados nem todos, por este, ou por outros motivos se sujeitam a viver democraticamente no sertão. O resultado é que alguns tem abandonado a profissão, outros solicitam frequentes licenças, e todos se empenham pela obtenção de cadeiras em logares de fácil comunicação com a Capital (Rio Grande do Norte, 1920b, p. 12).

Havia, portanto, uma rotatividade dos professores nos grupos escolares no interior do Estado, causando rupturas no desenvolvimento das atividades pedagógicas, mudanças de comportamentos, valores e alterações na cultura escolar. E pelo quadro de professores, aqui exposto, averiguamos que estes passavam no máximo dois anos no Grupo Escolar Barão do Rio Branco.

Por isso, acreditamos que o pedido de remoção da professora Raymunda Rocha da escola isolada feminina do Grupo Escolar Barão do Rio Branco para a escola isolada masculina de São Gonçalo se deu pelo mesmo motivo, qual seja: ser natural de São José do Mipibu e principalmente pelo falecimento da professora e sua irmã Maria Terceira Rocha. Com isso, a revista *Pedagogium*³⁹, nº. 1 de 1921, transmite nota de pesar pela morte da referida professora

³⁹ A revista *Pedagogium* foi criada em 1921 e tinha a função de divulgar a cultura da Associação de professores do Rio Grande do Norte. Essa Associação entre outros objetivos, pretendia desenvolver práticas de combate ao analfabetismo, promovendo a construção de instituições escolares; elevando o magistério estadual (Duarte, 1985). O conselho editorial da revista era composto pelos professores que lideraram a entidade, em momentos distintos. Assim como a maioria dos artigos publicados, eram redigidos por docentes associados ou intelectuais ligados às questões da educação. Ver artigo de: Fernandes e Paiva (2018).

no dia 27 de julho de 1921, acometida pela febre tifoide⁴⁰ quando estava sobre a regência da escola isolada masculina na povoação de Parelhas. Em trinta de julho, seu irmão José Aurino Rocha testemunha o falecimento de sua irmã ocorrido na povoação de Parelhas no Cartório de Jardim do Seridó (Jardim do Seridó, 1920, p. 42).

Por este incidente, o município de Parelhas faz homenagem a referida professora com uma Escola Estadual Professora Maria Terceira Rocha, fundada em 1948, pertencendo ao Grupo Escolar Barão do Rio Branco⁴¹ com o nome de escola isolada Maria Terceira Rocha. Apenas em 1963, a referida escola foi alocada no prédio onde funciona até os dias atuais. O prédio foi construído pela prefeitura municipal em terreno doado pelo Senhor Manoel Virgílio do Nascimento⁴². Em 05 de novembro de 1984, a câmara municipal, através do projeto de Lei n. 12, aprova oficialmente o bairro Maria Terceira Rocha⁴³ na zona urbana do município de Parelhas. Subtendemos que este bairro já existia antes de ser criado oficialmente com esta mesma denominação, visto que o histórico da Escola Estadual Maria Terceira Rocha faz menção ao crescimento de tal segmento urbano com a necessidade de uma escola, a qual já existia no centro da cidade.

O pouco tempo de experiência com o magistério vivenciado pela Professora Maria Terceira Rocha (1919 a 1921) a tornou uma cidadã parelhense ilustre pela sua dedicação, zelo e compromisso com a educação na vila de Parelhas. Pelos méritos de seus serviços prestados, é homenageada com seu nome em uma instituição educativa de entidade mantenedora do Estado do Rio Grande do Norte, a qual era servidora, e com um Bairro do município em que desempenhava suas atividades profissionais. Assim, Magalhães (2004, p. 1) afirma que: “Cada experiência e cada sucesso, enquanto conjuntos de eventos e de actos, são marcados por uma transformação, por uma singularidade”.

Neste contexto de ausência e da saudade da professora Maria Terceira Rocha, os discursos anunciavam o progresso do Grupo Escolar Barão do Rio Branco, como veremos no termo abaixo descrito pelo inspetor de ensino Amphiloquio Carlos Soares da Câmara. As

⁴⁰ A Febre Tifoide é uma doença bacteriana aguda, causada pela *Salmonella enterica* sorotipo Typhi, de distribuição mundial. A doença está diretamente associada a baixos níveis socioeconômicos, principalmente em regiões com precárias condições de saneamento básico, higiene pessoal e ambiental. Se não tratada adequadamente, a Febre Tifoide pode matar. Nesse contexto, a Febre Tifoide está praticamente eliminada de países onde esses problemas foram superados. No Brasil, a doença ocorre sob a forma endêmica em regiões isoladas, com algumas epidemias onde as condições de vida são mais precárias, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. Fonte: Ministério da Saúde; <http://saude.gov.br/>

⁴¹ No Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Maria Terceira Rocha, município de Parelhas-RN, encontramos que esta escola funcionou como uma Escola Isolada dentro do edifício do Grupo escolar Barão do Rio Branco.

⁴² Eleito Intendente da Prefeitura Municipal de Parelhas em 1926.

⁴³ Consultar arquivo da Câmara Municipal de Parelhas-RN.

professoras seguiam as instruções da Diretoria Geral de Ensino, principalmente, quanto aos métodos das lições de coisas, zelo com os horários e aprendizagens dos educandos.

Estou plenamente satisfeito com o funcionamento da escola isolada feminina da Grupo Escolar “Barão do Rio Branco” nesta villa de Parelhas. A professora Rita Sampaio, inteligente e cuidadosa vai cumprindo a contento, os horários, programmas, methodos e officiaes, e bom é aproveitamento que se nota nas suas alunas, todas alegres, sadias e atentas. As matrículas este ano elevou-se a 75. (1ª sessão, 34; 2ª, 9; 3ª, 18 e 4ª, 8), dando diariamente uma frequência média de 58 educandas (A República, 1921, p. 4).

Associado à preocupação da elevação das matrículas nos grupos pelo interior do estado, encontramos a observação pela obediência das professoras aos programas, métodos, horários oficiais, conferida pela autoridade do inspetor de ensino que as faziam cumprir as normas e os regulamentos. A disciplina, higiene, ordem, moral, boas relações existentes entre os sujeitos no dia a dia do grupo também foram inspecionadas, como afirma Azevedo e Santos (2018), eram preceitos da modernidade via ensino público que transformava e criava novos hábitos, modos de ser e estar, configurando-se em práticas saudáveis para a sociedade republicana.

Esse discurso reflete a relação entre as orientações de caráter global e as decisões em âmbito local, tencionando as ações e práticas que correspondem a uma aplicação, recriação ou rejeição dos princípios normativos. Isso porque há diferentes modos de compreender, pensar e atuar no cotidiano da escola. Mesmo em consonância com os regimentos, normas oficiais, as estratégias possibilitavam aos sujeitos tanto os que ensinavam como os que aprendiam a liberdade, criatividade, fazeres próprios de cada ator na transmissão da cultura escolar, “cuja especificidade confere a instituição educativa sua identidade histórica” (Magalhães, 2004, p. 125).

Conforme o quadro que referencia os profissionais do Grupo Escolar, o sujeito que assume o cargo de porteiro-zelador muda no decorrer de cada ano letivo. O art. 89 do Regimento Interno do Grupo Escolar e Escolas Isoladas (1916) cita os deveres deste profissional, o qual compete guardar as chaves do estabelecimento, abrindo-o meia hora antes do começo das aulas e fechando-o pouco depois de encerradas; responder pelo asseio e conservação do edifício, mobília, utensílios e iluminação, bem como encarregar-se do serviço de fornecimento d’água; velar pelo policiamento do grupo, especialmente na entrada, durante o recreio e na saída, dispensando a todos os alunos tratamento carinhoso; escriturar o livro da porta e de inventários, conforme as ordens do diretor e tê-los sob a sua guarda; receber requerimentos, ofícios e outros tipos de correspondências remetendo-os ao seu destino; transcrever no livro da porta e intimar

a quem de direito os despachos da diretoria; receber, classificar e rotular todos os papéis que lhes forem entregues para o arquivo; e receber com urbanidade os visitantes, levando-os a presença dos diretos e cumprir todas as ordens do diretor e dos professores relativas ao serviço em geral.

Quanto à matrícula dos alunos, o Código de Ensino, de 1916, regulamentava em seu art. 82 que os professores procederiam as matrículas de alunos novatos e dos que já estudavam. De acordo com o referido artigo, o número mínimo era de vinte alunos e o máximo de quarenta educandos, ficando ao “livre arbítrio do professor a admissão de um maior número de alunos, desde que não prejudicasse o ensino e a disciplina com a aglomeração dos alunos” (Rio Grande do Norte, 1916, p. 68).

No entanto, encontramos um termo de visita do Sr. Gonzaga Galvão, inspetor do ensino da Instrução Pública do Estado do Rio Grande do Norte, aferido ao Grupo Escolar Barão do Rio Branco, em que ele apresenta dados que chamam atenção. Na escola isolada feminina, sob a regência efetiva da professora Raymunda Rocha, o inspetor encontrou matriculadas 68 alunas, das quais estavam presentes 58, assim distribuídas: 1ª sessão, 22; 2ª sessão, 18; 3ª sessão 06; e 4ª sessão 12. No funcionamento da escola isolada masculina, estava a professora regente efetiva Maria Terceira Rocha com 52 educandos verificando o comparecimento dos 44 alunos (A República, 1919, p. 1).

Destacamos também, que o Regimento Interno (1914) aferia no art. 31 que as matrículas fossem abertas todo o ano e que não excederiam a quantidade de 40 alunos por cada escola (masculina e feminina). Os dados acima apresentam que tanto a escola feminina quanto à masculina excederam esse número de alunos. De 40 para 68, ou seja, 28 alunas mais do que o recomendado pelo regimento em uma mesma sala com uma única professora, tratava-se de o dobro de meninas que a sala de aula podia comportar. Na mesma perspectiva, estava a classe masculina que passava de 40 alunos para 52 educandos com uma mesma professora. Nesse contexto, pensamos no esforço destas professoras para atender aos educandos em sessões diferenciadas (1ª a 4ª).

No entanto, o Código de Ensino permitia esse maior número de alunos matriculados, vejamos no artigo 82:

O número mínimo de matrículas será de vinte alunos e o máximo de quarenta, ficando, porém ao prudente arbítrio do professor a admissão de maior número, uma vez que não sejam prejudicados o ensino e a disciplina com a aglomeração de alunos (Rio Grande do Norte, 1916, p. 61).

O GEBRB não se consolidava no modelo de escola graduada conforme o Código de Ensino (Lei n. 405 de 1916 e o Regimento Interno dos Grupos Escolares de 1914) que seria organizada por turmas a partir dos níveis de aprendizagem, quantidades de alunos em cada sala por faixa etária e um mestre para cada sessão de ensino. Ou seja, continuava com a mesma lógica de organização das escolas isoladas. Essa era uma realidade bastante comum na organização dos grupos escolares no Rio Grande do Norte, em que eram criadas apenas duas ou três salas de aula, uma para o sexo masculino, outra para o sexo feminino e uma terceira quando se tinha a quantidade necessária de crianças para a formação de uma sala mista.

Em conformidade com o Código de Ensino de 1916, as aulas funcionariam em todos os dias úteis da semana durante quatro horas, havendo uma interrupção de meia hora para o recreio e descanso dos alunos. Neste aspecto, o Regimento Interno dos Grupos Escolares de 1914 afirma que “o horário escolar começará as dez da manhã e terminará as duas horas da tarde” (Rio Grande do Norte, 1914, p.23). Nesta dinâmica, aconteceriam quatro horas de aulas diariamente, diferente do que afirma o Inspetor de Ensino em sua visita ao Grupo Escolar Barão do Rio Branco, em que o tempo de quatro horas passou a ser fragmentado nas sessões, ficando apenas duas horas para as sessões de 1ª e 2ª e em seguida 3ª e 4ª. Como observamos no quadro abaixo.

Quadro 2 - Registro do diário de classe da Escola Masculina do Grupo Escolar Barão do Rio Branco: 1ª a 4ª sessão

HORÁRIO	MATÉRIA	PONTO A TARTAR
8h25 às 8h50	Leituras Escrita	1ª sessão: Continuação das letras vogais e consoantes. 2ª sessão: O bom menino é estimado por todos.
8h50 às 8h45	Leituras Escrita	1ª sessão: uma palavra do livro 2º pag. 15 do livro de leitura de Moraes e instrutivas
8h45 às 9h	Geografia	1ª e 2ª sessão: A carteira
9h às 9h10	Exercícios físicos	1ª e 2ª sessão: Calhistemias posições fundamentais, movimentos de pés
9h10 às 9h30	Calculo	1ª sessão: Tabuada de somar 2ª sessão: Leitura de Parker nº 10
9h30 às 9h45	Desenho	Um tinteiro
9h45 às 10h	Língua materna	1ª sessão: Escrever números de 1 a 9 2ª sessão: Elocução sobre a leitura do dia
10h35 às 10h55	Leitura Escrita	3ª sessão: Pag. das leituras 4ª sessão: Caligrafia
10h55 às 11h15	Escrita Leitura	3ª sessão: A mesma da quarta 4ª sessão: pag. do Nossa Pátria
11h15 às 11h30	Lição de geografia	3ª e 4ª sessão: Posição do lugar em que se encontra o grupo

11h30 às 11h40	Exercícios físicos	3ª e 4ª sessão: Calhistemia posições fundamentais, movimentos de pés
11h40 às 12h	Cálculo	3ª sessão: Somar números inteiros 4ª sessão: Problema
12h às 12h15	Desenho	3º e 4º um tinteiro
12h15 às 12h30	Língua Materna	3ª sessão: Cópia da lição do dia 4ª sessão: Ditado

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2022).

Pelo diário de classe da professora Maria Terceira Rocha (1919), percebemos que as aulas iniciavam às oito horas, contando que antes do início das atividades era realizado canto de entrada, chamada e a revista do asseio nos alunos. A 1ª e 2ª sessão iniciava às 8h25 até às 10h com um intervalo de trinta minutos para saída destes alunos e entrada dos que estudavam na 3ª e 4ª sessão. O tempo para cada atividade era fragmentado pelo conjunto de disciplinas, cada uma resultava entre dez a quinze minutos.

O quadro-horário passou a influenciar o modo de ensinar e aprender, em que os professores deveriam aproveitar o tempo ao máximo, racionalizá-lo, torná-lo útil e a ociosidade não deveria ter espaço na instituição escolar. Todas as atividades eram cronometradas, planejadas dentro do espaço-tempo de cada disciplina para garantir a qualidade do método de ensino intuitivo ou lições das coisas, firmado na instrução do olhar, ver, observar, adotado nas escolas primárias como veremos adiante.

Esse discurso reflete a relação entre as orientações de caráter global e as decisões em âmbito local tencionando as ações e práticas que correspondem a uma aplicação, a uma recriação dos manuais pedagógicos e cartilhas escolares. Isso porque há diferentes modos de compreender, pensar e atuar no cotidiano de uma instituição pelos manuais. Mesmo em consonância com os regimentos, normas oficiais os manuais e as cartilhas possibilitam aos sujeitos tantos os que ensinam como os que aprendem a liberdade mesmo que relativa, criatividade, fazeres próprios de cada ator na transmissão da cultura escolar, “cuja especificidade confere a instituição educativa sua identidade histórica” (Magalhães, 2004, p. 125).

Considerando a escola como uma instituição que se estrutura sobre estas dimensões e tantas outras, é que se entende a cultura escolar como dinâmica, a qual se faz e refaz todos os dias em conformidade com seus atores. Como afirma Frago (1995, p. 100) “são os modos de pensar e atuar que proporcionam a seus componentes estratégias e pautas para desenvolver-se tanto nas aulas como fora delas no resto do recinto escolar e no mundo acadêmico e integrar-se na vida cotidiana das mesmas”. Desse modo, submetido ao controle da Instrução Pública com

seus dispositivos legais, o Grupo Escolar Barão do Rio Branco foi se constituindo como referência na região do Seridó.

SEÇÃO 2

MODERNIDADE PEDAGÓGICA: O MÉTODO, O PROGRAMA DE ENSINO E OS MANUAIS ESCOLARES



2 MODERNIDADE PEDAGÓGICA: O MÉTODO, O PROGRAMA DE ENSINO E OS MANUAIS ESCOLARES

Pensar a modernidade é perceber o homem enquanto sujeito histórico, sempre em processo de transformação, que em relação a outras culturas, altera sua mentalidade tecnicista e costumes para atender suas necessidades em caráter inovador. Nesse sentido, Le Goff (2013) enfatiza que as diferentes situações conflituosas como a queda do Império Romano, Revolução Industrial, apresentaram ao homem a ideia de ser moderno, aspecto racional do novo mundo colocando em evidência a mecanização crescente da indústria, consumismo e secularização da família, a ascensão do capitalismo, com o surgimento da cultura e da comunicação de massas (rádio, TV, internet), da técnica e da industrialização.

A modernidade passa a ser compreendida como um conjunto amplo de modificações nas estruturas sociais do Ocidente, a partir de um processo longo de racionalização da vida. Nessa direção, Le Goff (2013) destaca a modernidade como algo complexo, que atinge as esferas da economia, da política e da cultura, e que acontece em processos de múltiplas temporalidades e acontecimentos simultâneos em lugares diferentes, como: crise de produção, fome, epidemias, guerras, fartura, progresso e invenções. Pode-se dizer que a modernidade como padrão de desenvolvimento civilizatório europeu em relação à cultura de outros povos, coloca o sujeito como ator de suas práticas cotidianas diante do saber e do fazer, Viveiros (2015). É o momento em que as possibilidades e perspectivas do conhecimento empírico-científico apresentam ao homem o progresso e o desenvolvimento das ciências colocando-o a todo instante com novas realidades, experiências e conteúdos.

Assim, a sociedade moderna, é complexa desde sua origem. Fortalecida pelas propostas ideológicas e evolução do tempo histórico, é definida em todos estes aspectos, transformando o tempo em que se vive e o sujeito fruto deste período histórico. Desse modo, temos como objetivo neste capítulo analisar a modernidade pedagógica imbuída pelo método, programa de ensino e manuais escolares, os quais faziam parte da Legislação Educacional no início do século XX e tinham caráter normatizador das práticas realizadas no cotidiano dos grupos escolares

Para entender essa modernidade pedagógica é preciso compreender que a modernidade também se definiu pela cultura da vida cotidiana, ou seja, a cultura de massas (Le Goff, 2013). É pensando especificamente para a cultura de massas que as ideias republicanas disseminadas pela modernidade pedagógica chegam aos bancos escolares, acelerando a difusão do homem que se pretendia formar para o mundo do progresso, desenvolvimento social e crescimento intelectual.

Portanto, Chartier (1990) abriu a possibilidade de pensar a cultura histórica para além dos quadros da historiografia, incorporando as práticas educativas. A referência ao conceito de representação se deve à permissão de visualizar as práticas culturais, com inserção das lições educativas presentes nos manuais de Arnaldo Barreto, João Kopke, Mariano de Oliveira e Rocha Pombo presentes no GEBRB.

Reconhecer uma identidade social de uma maneira própria de estar no mundo, significa simbolicamente um estatuto e uma posição. Assim as formas institucionais e objetivadas graças às quais uns representantes (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da escola e da comunidade (Chartier, 1990, p. 23).

Para o referido autor, pensar (representar) o mundo social é compreender que a história produzida pelos indivíduos nas diferentes épocas da sociedade se faz através das práticas. Na implantação dos grupos escolares, o método, programa de ensino e os manuais escolares estabeleciam uma relação direta com as disciplinas e seus conteúdos, lições, exercícios, festas cívicas, cartilhas, diários de classe, que circulavam o espaço escolar, determinando o que era necessário ensinar e aprender. Por isso, tratamos de analisar estes instrumentos utilizados no GEBRB como uma representação seletiva e normativa de uma cultura que firmada no projeto republicano, reinventavam as práticas e interferiam na cultura da escola e, conseqüentemente, da comunidade.

Os diários de classe das professoras Maria Terceira Rocha, Raymunda Rocha Maria Helena Furtado e Rita Sampaio (1919 a 1922) revelam o método do Ensino Intuitivo, proposta pedagógica dos republicanos, para racionalizar o tempo escolar, disciplinar, corpos/mente, e organizar, de maneira sistemática, o ensino e as aprendizagens dos alunos. O ensino se dava pela educação dos sentidos, observação direta dos objetos e das coisas da natureza através dos passeios escolares. Como afirmam Azevedo e Santos (2018, p. 324), “os alunos teriam a oportunidade de formar as suas próprias opiniões, a respeito de um objeto estudado, fazendo com que eles formassem seu próprio conceito sobre o que tocavam, o que observavam, o que escutavam, o que cheiravam e sentiam”.

Os manuais pedagógicos e as cartilhas escolares presentes no GEBRB enfatizam uma concepção de educar pela obediência, asseio, ordem, pontualidade, amor ao trabalho, honestidade, virtudes morais e valores cívicos-patrióticos necessários à formação do espírito de nacionalidade. Por isso, o método, programa de ensino, e os compêndios didáticos se tornaram aspectos de análise nesta pesquisa, para entendermos que foram fundamentais para a

organização de uma nova estrutura administrativa-pedagógica dos grupos escolares. A escola, através destes artefatos, passou por uma mudança de paradigma com inferências nas práticas das instituições, da sociedade, políticas e ação pública da educação, construindo as “culturas” da escola.

2.1 CONSOLIDAÇÃO DAS PRÁTICAS NO GEBRB: APROPRIAÇÃO DO MÉTODO INTUITIVO

Destacamos o método de ensino intuitivo presente nos manuais escolares, como expressão de inovação (aprender pelos sentidos, materiais necessários para aquisição das aprendizagens como: mapa de parker tabuada) que inserido no programa de ensino, apresentava-se em uma perspectiva objetiva, pragmática, funcional e utilitarista na escola, promovendo a formação técnica, intelectual e moral do homem para com suas práticas de vida social. Nesta direção, Saviani (2019) enfatiza que nesse método prevalecia o ensino concreto, racional e ativo, por isso, foram introduzidas nas escolas materiais que promovessem a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos por meio da observação e da percepção sensível.

Desse modo, o método intuitivo introduziu uma nova cultura escolar propícia a promoção e transformação social mediante as novas ideias e comportamentos dos sujeitos. Nesse sentido, Julia (2001, p. 23) afirma que: “Não se trata somente de alfabetizar, trata-se de forjar uma nova consciência cívica por meio da cultura nacional e por meio da inculcação de saberes associados à noção de progresso”. Eram estas as ideias que trazidas pelas luzes das ciências provocava a redefinição das finalidades da escola quanto ao ensino e aprendizagem, sua obrigatoriedade, melhor organização das instituições de ensino e o papel do Estado na oferta e garantia dos níveis de escolarização.

Os princípios do método intuitivo inauguraram uma forma diferente de ensinar que implicava diretamente na relação entre os alunos e o conhecimento escolar, rejeitando as aulas apenas expositivas e despertando a atenção dos alunos com perguntas e explicações, provocando a sua participação (Silva; Paiva, 2017, p. 119).

A proposta pedagógica do método intuitivo pretendia educar a criança a partir de novos padrões intelectuais, os quais se fundamentavam numa concepção sobre o conhecimento a partir dos sentidos humanos e que, aplicada ao ensino, pretendia formar indivíduos que usassem menos a memória e mais a razão, valorizando a observação como meios de construção do conhecimento e implementação de atividades produtivas.

Neste prisma, Saviani (2019, p. 138) destaca:

Esse procedimento pedagógico, conhecido como método intuitivo ou lições de coisas, foi concebido com o intuito de resolver o problema da ineficiência do ensino, diante de sua inadequação às exigências sociais decorrentes da Revolução Industrial que se processara entre o final do século XVIII e meados do século XIX; e, ao mesmo tempo, essa mesma Revolução Industrial viabilizou a produção de novos materiais didáticos como suporte físico para o novo método de ensino.

Para atingir este objetivo, deveria se criar mais escolas, expandir a escolarização para a população, inovar a proposta pedagógica, buscando, desse modo, a preparação da criança para a vida futura com base no estudo das coisas que correspondiam às necessidades da época, como: homem civilizado, evolução da indústria, reformas agrárias, abolição dos escravos. Para compreendermos como o método intuitivo era aplicado nas práticas do cotidiano escolar, destacamos dois diários de classe encontrados no arquivo da Escola Estadual Barão do Rio Branco, sendo um de Maria Terceira Rocha e Raymunda Rocha (1920), e outro de Maria Helena Furtado Villa e Rita Sampaio (1921 e 1922), em conformidade com a Lei n. 405 de 29 de novembro de 1916 que prescrevia:

O diário de classe, criado em cada grupo ou escola isolada, para o fim de facilitar a fiscalização e inspeção escolar, é um livro obrigatório, aberto, numerado e rubricado pelo diretor geral da Instrução Pública. Nele, o professor registrará o resumo dos trabalhos do dia seguinte, com a indicação das lições, exercícios e deveres (Rio Grande do Norte, 1916, p. 102).

A primeira folha continha um termo de abertura feita pelo diretor da Instrução Pública, indicando o número de páginas correspondentes e seu objetivo, com espaço para conteúdos, local e data, descritos por cada disciplina. O diário era preenchido de forma manuscrita pelo professor. Os conteúdos trabalhados em cada disciplina eram descritos no item chamado ponto a tratar. Os diários se destinavam ao registro dos horários para cada matéria, conteúdos e das demonstrações de como o ensino deveria acontecer. Nesta perspectiva, Silva (2013, p. 98) salienta que: “Os Diários de Classe expressam as peculiaridades da sala de aula, visto que registram as atividades desenvolvidas pelos professores e alunos, conteúdos e métodos empregados, bem como os manuais escolares adotados”.

Quadro 3 - Registro do diário de classe da Escola Isolada Masculina do Grupo Escolar Barão do Rio Branco: 1ª e 2ª sessão

HORÁRIO	MATÉRIA	PONTO A TARTAR	DEMONSTRAÇÕES
---------	---------	----------------	---------------

8h25 às 8h5	Leituras Escrita	1ª sessão: pag. 36 e 37 da cartilha de Arnaldo Barreto 2ª sessão: O bom aluno não conversa na classe	-
8h5 às 8h45	Leituras Escrita	1ª sessão: uma frase do livro de Arnaldo Barreto 2ª sessão: pag. 106 a 108 do 1º livro de João de Hopke	-
8h45 às 9h	Moral	1ª e 2ª sessão: verdade e mentira	-
9h às 9h10	Exercícios físicos	1ª e 2ª sessão: Marcha	-
9h10 às 9h30	Cálculo	1º tabuada de somar com tornos 2º leitura de tabuada nº 5	-
9h30 às 9h45	Desenho	1ª e 2ª sessão: um desenho do natural	-
9h45 às 10h	Língua materna	1ª e 2ª sessão: Conto de Trancoso	-

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2022).

O diário de classe se constituiu como testemunho do método intuitivo apresentando as práticas vivenciadas no cotidiano do GEBRB, mediante o conjunto de regras para com as disciplinas, conteúdos e horários.

Neste diário, a aula era prevista para o dia 5 de maio de 1920. Em alguns momentos, as matérias e conteúdos se diferenciavam entre a 1ª e 2ª sessão, respeitando a faixa etária e níveis de conhecimento dos alunos. Os textos escritos nesta página do diário de classe procuravam impor o modelo de homem ideal para a sociedade vigente, a exemplo: “O bom aluno não conversa na classe”.

O tempo para cada lição era outro fator importante e como observamos não ultrapassava vinte minutos, o que demonstra a rapidez com que cada conteúdo era ensinado e, consequentemente, o processo de assimilação por parte do aluno. O ensino primário era ministrado em quatro anos com um conjunto de disciplinas que se encarregava da educação integral, intelectual e moral dos educandos. O tempo passou a ser controlado pelo calendário com início e fim das atividades escolares durante o ano letivo. Essa organização para funcionamento do grupo escolar fazia parte do método intuitivo que mediava o ensino nas escolas primárias, no início da República em que se buscava dar a educação um caráter científico.

No mesmo diário, encontra-se o registro da 3ª e 4ª sessão da turma masculina da professora Maria Terceira Rocha, mostrando que alunos de idades, sessões, conhecimentos e

comportamentos diferentes, estudavam em uma mesma sala, sob os cuidados e atenção de uma só professora, como mostra o quadro abaixo.

Quadro 4 - Diário de classe da Escola Isolada Masculina do Grupo Escolar Barão do Rio Branco: 3ª e 4ª sessão

HORÁRIO	MATÉRIA	PONTO A TRATAR	DEMONSTRAÇÕES
10h35 às 10h55	Leitura	3ª sessão: pág. 173 a 176 do Leituras Moraes instrutivas de João Kopke 4ª sessão Não nos deixemos guiar pelos maus meninos	-
10h55 às 11h15	Escrita	3ª sessão: A mesma 4ª sessão. 146 a 148 do Nossa Pátria de Rocha Pombo	-
11h15 às 11h30	Moral	3ª e 4ª sessão O fogo e o fumo	-
11h30 às 11h40	Exercícios físicos	3ª e 4ª sessão Marcha	-
11h40 às 12h	Cálculo	3ª sessão: Achar os divisores comuns 4ª sessão Explicação de diminuir	-
12h às 12h15	Desenho	3ª e 4ª sessão: um desenho do natural	-
12h15 às 12h30	Língua Materna	3ª sessão: Exercício de português 4ª sessão Exercício de Linguagem	-

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2022).

Na mesma página, encontram-se os registros das aulas da 3ª a 4ª sessão divididas por horários como demonstramos nos quadros 5 e 6. Eram 2h de aulas para 07 disciplinas. Neste último quadro, a atividade proposta em leitura no livro de João Kopke foi de 04 páginas (173 a 176), considerando que os alunos também apresentavam níveis de aprendizagens diferentes, 3ª e 4ª sessão. Na disciplina de escrita estava prescrita para a 4ª sessão leitura de mais duas páginas do livro de Rocha Pombo, colocando em evidência novamente a questão do tempo.

Assim, o método intuitivo apresentava uma nova reorganização pedagógica com vistas à língua materna, preocupação com a escrita, os exercícios físicos com ênfase na marcha e utilização dos manuais que passaram a ser disseminadas no Brasil, precisamente, no início do século XX. Nos diários de classe do GEBR (1919 a 1922) realizamos um levantamento das disciplinas e quantidades de aulas dadas em um mês, que seriam correspondentes a 20 dias letivos, obtendo aproximadamente: 20 aulas de leituras, 20 de escrita, 20 de exercícios físicos, 05 de história, 20 de cálculo, 07 de declamação, 14 de língua, 11 de desenho, 02 de civismo, 03

lições de coisas, 04 geometrias, 03 de geografia, 01 de moral, 01 de hinos e 01 de trabalhos manuais. Em todos os dias, percebemos que os alunos tinham aulas de leitura, escrita e exercícios físicos; as demais disciplinas reforçavam os conteúdos desenvolvidos nestas matérias intencionalmente com destaque na obediência, respeito, patriotismo e cuidados com a higiene do corpo.

O Regimento Interno dos Grupos Escolares no Rio Grande do Norte de 1914, em seu art. 2º, determinava que o ensino deveria ser ministrado com base no método intuitivo com duração de quatro anos, graduado em duas classes para cada curso e compreendia: Leitura; Escripta e calligraphia; Língua nacional; Lições de coisas; Noções de geographia physica e corographia do Brazil especialmente do Rio Grande do Norte; Rudimentos de História Pátria e do Estado; Instrução Moral e Cívica; Desenho; Economia doméstica; Cantos escolares e Hymnos patrióticos; Trabalhos manuais; Exercícios physicos.

Julia (2001, p. 60) enfatiza que:

Toda história das disciplinas escolares deve, em um mesmo movimento, levar em conta as finalidades obvias e implícitas perseguidas, os conteúdos de ensino e a apropriação realizada pelos alunos tal como poderá ser verificada pelos seus trabalhos e exercícios. Existe uma interação constante entre estes três polos que concorrem, os três, na constituição de uma disciplina, e estaríamos diretamente condenados a graves desconhecimentos se menosprezarmos qualquer um deles.

A divisão das disciplinas favorecia dentro do método intuitivo os procedimentos técnicos metodológicos para obtenção do conhecimento (conteúdo), apropriação do método científico, princípio da racionalização. As disciplinas materializadas na reformulação da instrução pública, principalmente, através do programa de ensino atribuíam o controle da regularidade, ritmo, tempo da aprendizagem e realização social da vida cotidiana, inclusive na vida pessoal. Para Chervel (1990, p. 05), a palavra disciplina vem do verbo disciplinar “com sinônimo de ginástica intelectual indispensável ao homem cultivado”, trazida por pensamentos pedagógicos na segunda metade do século XIX com finalidades de renovação do Ensino Secundário e Primário. Para o autor, “os conteúdos de ensino são impostos tal e qual para a escola pela sociedade que a circunda e pela cultura na qual ela é banhada. Na opinião comum, a escola ensina as ciências que se mostraram válidas em outros contextos” (Chervel, 1990, p. 05).

Fernandes (2018) discute que as condições históricas foram determinantes à formulação da ciência por procedimentos delimitados pela observação e experimentação, permitindo ao

homem o desenvolvimento do conhecimento científico. Para além das propostas educacionais o método intuitivo tinha como ponto estratégico a constituição de uma nação brasileira para fundamentar na sociedade burguesa uma escola moderna a partir das questões políticas, sociais e culturais.

É oportuno mencionar que um dos aspectos importantes do método intuitivo para ser desenvolvido nos grupos escolares era o princípio higienista. Gondra (2004) ressalta que a escola naquele momento de transição deveria servir para criar um sujeito higienizado por intermédio da organização escolar. As lições falam da honestidade, zelo pelos estudos, asseio ao corpo (higiene), preservação do corpo (suicídio), preguiça, luxúria, gula, alcoolismo, sobriedade, fumo, entre tantos outros temas inerentes ao desenvolvimento de um bom cidadão. Portanto, os pensamentos sobre a higiene já se firmavam dentro da escola, cultivando, acompanhando e disciplinando o aluno com novas práticas educativas que a sociedade da época, no tempo e no espaço, necessitava em relação ao progresso e desenvolvimento.

De acordo com Azevedo e Santos (2018), o projeto de ensino nos grupos escolares, no Brasil, abrangia os preceitos de higiene que reuniu aspectos da medicina e engenharia em torno da estrutura física dos prédios quanto à ventilação, iluminação, local das latrinas, espaço para atividades ao ar livre, bem como o mobiliário escolar adequado à postura e correção corporal dos alunos.

Para Viveiros (2015), essa organização dos grupos escolares tinha como finalidade o processo de transformação do novo homem pela instrução. Nesse contexto, a elite científica do Brasil formada por educadores, engenheiros e médicos higienistas, passaram a ocupar lugar de importância nos projetos de uma nação desenvolvida enfatizando que pelo grupo escolar o processo de formação aconteceria e problemas como os surtos epidêmicos de febre amarela e varíola seriam sanados. Assim, integram a estas preocupações, as matérias de ensino com seus conteúdos de modo a difundir os hábitos saudáveis e orientações quanto aos vícios e prevenções de doenças.

Desse modo, entre tempos e espaços, o Grupo Escolar Barão do Rio Branco foi se constituindo em instituição educativa na povoação de Parelhas, propagador da ideologia republicana a partir da construção do prédio próprio para o ensino, do cuidado do corpo dos escolares e do método de ensino intuitivo. As salas de aulas e banheiros divididos para homens e mulheres, espaço livre para atividades físicas, horários para cada disciplina, embora que os diários de classe nos mostrem que os alunos tinham pouco mais de duas horas de aula por dia,

considerando que as turmas eram multisseriadas e funcionavam no regime de 1ª e 2ª sessão, em seguida 3ª e 4ª sessão.

O método de ensino como base da organização dos grupos escolares na reforma da Instrução Pública foi detentor de culturas e práticas (leitura, escrita, civismo, valores, higiene) em que os conteúdos a serem transmitidos em cada disciplina, especialmente, para crianças, colocou-se como base do processo de formação, e como instrumento de instrução também para os pais e toda a sociedade.

Os passeios escolares faziam parte do método intuitivo que tinha como finalidade aplicar os conteúdos efetivamente significativos para o desenvolvimento de competências úteis e necessários à realização profissional e pessoal do escolar. Uma prática que chamava atenção de todos os membros da comunidade escolar. Este novo contexto possibilitava mais interação dos alunos, dinamismo e interdisciplinaridade permitindo uma aprendizagem por meio das observações e dos sentidos, explorando as paredes da sala de aula e das instituições.

A reforma que reorganizou a instrução pública, a Lei n. 405 de novembro de 1916 estabelecia:

Art. 56 – Os passeios escolares se dirigirão de preferência aos campos de cultura, fabricas, estabelecimentos industriaes e fazendas: quando esses passeios se dirigirem aos campos de demonstração e fazendas agrícolas, os diretores de grupos e professores das escolas isoladas se entenderão previamente com os diretores dos estabelecimentos para que, durante o passeio, funcionem as machinas agrícolas (Rio Grande do Norte, 1916, p. 55).

Desse modo, os passeios escolares possibilitavam aos alunos motivação, interesse, curiosidade, questionamentos a partir do meio físico, que se tornava fonte de aprendizagem estimulando a livre expressão do pensamento e construção do conhecimento. Essa prática também proporcionava mudanças no comportamento onde a responsabilidade e cooperação eram fundamentais. Uma outra característica dos passeios escolares era a interação dos educandos uns com os outros e com o meio em que se vivia.

De acordo com Azevedo e Santos (2018), os passeios escolares eram necessários para a Instrução Pública, responsáveis pelo desenvolvimento dos alunos e pela propaganda do ensino moderno nas localidades. Desse modo, os passeios introduziam ideias renovadoras, projetos, programas, materiais de ensino e aprendizagem que modificavam as atitudes, ideias, culturas, conteúdos e as práticas pedagógicas.

Pelo Jornal A República (1920, p. 03), identificamos um passeio escolar do GEBRB aos arredores da vila em que as professoras Maria Terceira Rocha e Raymunda Rocha deram “as

lições das coisas sobre accidentes geográficos e botânica”, estavam presentes 32 alunos da escola isolada masculina e 38 alunas da escola feminina. Do GEBRB é possível, de maneira próxima, ver a serra do Boqueirão como também o Rio Cobra, que corta a referida serra e banha as margens da cidade, permitindo a difusão de diferentes práticas pedagógicas.

Experiências como atividades realizadas fora do grupo escolar, sistematizadas e planejadas em conformidade com os conteúdos do programa de ensino e a utilização de materiais pedagógicos se transformavam na inovação pedagógica. Desse modo, os passeios escolares faziam parte do projeto de modernização do ensino, possibilitando a compreensão dos conteúdos pela observação, esquemas interpretativos e a implementação das inovações científicas.

A ideia era que a escola fosse ao encontro da vida, daquilo que existia fora dela, principalmente quanto aos aspectos da natureza. O cenário observado tornava-se um espaço-escolar em que muitas teias de saberes e fazeres constituíam uma diversidade de valores, diálogos e aprendizagens. Dessa forma os passeios se transformavam em estratégias de ações concretas resultando na cultura escolar, como afirma Frago (1995) uma combinação de crenças e mentalidade, hábitos e práticas transmitidos coletivamente para a comunidade se configurando em um quadro de referência para a aprendizagem.

O objetivo do novo cenário educacional estava além do ensinar leitura, escrita e números, procurava em uma primeira dimensão a inserção do aprendiz no meio social como um homem republicano moderno e destemido para o progresso e amor à pátria. A leitura e a escrita desenvolvidos pelo método analítico, ou analítico-sintético consideravam pouca interpretação “o gato é de Laurita” e princípios de obediência: “se queres ser bom, sede obediente”.

Averiguamos que um dos conteúdos aferidos nos diários de classe de Maria Terceira, Raimunda Rocha, Helena Furtado e Rita Sampaio, para as quatro sessões masculinas, era a *Callisthenica*, contendo posições fundamentais (movimentos das pernas, pés, braços, cabeça, tronco), marchas ritmadas com cânticos e marchas sem cânticos. Estes exercícios contribuíam para aperfeiçoar posturas corporais, avigorar a mente sadia e melhorar a saúde do corpo ao mesmo tempo em que “surgia como uma estreita relação ao projeto modernizador da sociedade brasileira” (Viveiros, 2015, p. 107).

No dia 04 de maio de 1920, as duas escolas isoladas das professoras Maria Terceira Rocha e Raymunda Rocha realizaram um passeio escolar aos arredores da vila, com a

participação de 83 alunos, fazendo exercícios ao ar livre, seguida de uma conferência sobre o feriado 3 de maio e a descoberta do Brasil (A República, 1920, 02 junho, p. 1).

Nesse sentido, as práticas de exercícios físicos no interior dos grupos escolares se voltavam para os cuidados do corpo, hábitos higienistas, até mesmo, para proporcionar aos alunos um descanso das atividades intelectuais, prescrições dos médicos da época. Este conteúdo era prescrito no art. 18 do Regimento Interno dos Grupos Escolares (Rio Grande do Norte, 1914, p. 10) em que a Educação Física “tem por fim auxiliar e regular o desenvolvimento do corpo e de suas funções e repousar o espírito das aplicações constantes da classe”.

De acordo com Azevedo e Santos (2018), a princípio, os exercícios calistênicos, destinados às meninas com atividades rítmicas ou livres, estimulava a beleza e elegância. Já os exercícios propostos para o sexo masculino, preveniam as doenças, vícios e fomentava o gosto pelos serviços militares, amor e defesa à pátria amada. Para as autoras, “a prática dos exercícios físicos era essencial e de importância tanto para o governo quanto para a sociedade, pois o intuito era o de formar indivíduos de caráter moral de acordo com o cenário republicano do início do século XX” (Azevedo; Santos, 2018, p. 45).

O art. 19 do Regimento Interno dos Grupos Escolares atestava que os exercícios callisthenicos seriam desenvolvidos na classe, com a utilização de jogos recreativos moderados, independentes de aparelhos, durante o recreio ou nos passeios escolares. E ainda: “A educação physica escolar reduz-se a exercícios dos sentidos pelo conhecimento e analyse dos objectos materiaes; cultivo da vóz e dos órgãos vocaes pelo canto; conselhos hygienicos relativos à conservação da saúde” (Rio Grande do Norte, 1914, p. 10).

Os diários analisados revelam que as marchas e cânticos eram frequentes, pois vislumbravam o caráter disciplinar e cultivo do amor à pátria, reconstruindo a partir destas atividades um novo corpo, um novo cidadão. De acordo com Pinto (2015, p. 04), “as concepções pedagógicas, segundo essa lógica, a corporeidade aparece como a primeira e mais urgente instância de aprendizagem dos comportamentos, valores e competências que as crianças deveriam, literalmente, incorporar”.

O diário de classe no dia 06 de abril de 1921 mostra a utilização da nova cartilha de Mariano de Oliveira nas turmas de 1ª e 2ª sessão, como também a cartilha Nossa Pátria de Rocha Pombo para a 3ª e 4ª sessão. Os conteúdos eram voltados para o asseio do corpo, reforçando o caráter disciplinar quanto aos princípios higiênicos, pontualidade e zelo na escola, o amor à pátria. Esse pensamento formador do sujeito era disseminado nas historietas de cada manual didático. A esse respeito, Chervel (1990, p. 202) destaca que os conteúdos dentro de

cada disciplina são utilizados para o alcance de um fim com finalidades, objetivos impostos pela conjuntura política ou renovação do sistema educacional.

De acordo com Azevedo e Santos (2018), a escolarização dos corpos não se destinava apenas à matéria e atividades de exercícios físicos, mas estavam presentes em todas as outras matérias que integravam as dimensões da vida pessoal e social dos educandos. Estes preceitos higiênicos, reforçando as atividades pedagógicas, aos poucos, influenciavam o comportamento dos sujeitos que constituíam o coletivo da escola, adotando hábitos saudáveis de vida, controlando as doenças proliferadas e infecciosas, desenvolvendo comportamentos adequados e desejáveis à consolidação dos ideais republicanos.

Ademais, o método intuitivo modificou o ambiente escolar, pois além do ensinar, os conteúdos, propostos pela legislação educacional, produziu mudanças no modo de pensar e agir das pessoas. Toda organização e funcionamento do grupo escolar estava em torno das disciplinas. Mediante aos manuais escolares, as práticas eram criadas e recriadas conforme os interesses da cultura externa na condição de quem impõe os saberes a serem disseminados no cotidiano da escola, como também de uma cultura interna da própria instituição com base no conjunto de ações dos sujeitos que produz, amplia e modifica a cultura escolar.

Pelo método intuitivo, havia necessidade de o aluno ver o objeto, a sua imagem e a palavra que o nomeia. Os professores ensinavam nomes através das imagens, objetos em que os alunos pudessem manusear, em seguida, vocábulos que indicavam qualidades ou ações. Pela leitura, a criança memoriza a forma da escrita das palavras, uma vez assimiladas, fazia articulação nas frases. Essa inovação, segundo Azevedo e Stamatto (2012, p. 57), “pauta-se pela educação dos sentidos e pela experiência”, na medida em que as aprendizagens deveriam ser pelas coisas e experimentações.

Para Azevedo e Santos (2018), as coisas seriam os objetos concretos que propiciassem os conhecimentos pela experiência, resultante das percepções pelos sentidos (olfato, visão, paladar, audição) a partir dos quais as ideias seriam desenvolvidas.

O método intuitivo apontava o trato com os sentidos como a mais eficaz via para se obter os melhores resultados em termos de aprendizagem. As operações por meio dos sentidos (ver, pegar, ouvir, cheirar) exigiam, por sua vez, observação e experimentação, o que fazia com que a aprendizagem ocorresse de forma prática, concreta, para apenas a partir de então se caminhar para a abstração em um processo no qual os alunos teriam a possibilidade de pensar e criar cientificamente e não apenas de se apropriar do conhecimento já fabricado pelos homens de outros tempos e lugares (Azevedo; Santos, 2018, p. 118).

O método intuitivo provocou mudanças impactantes e inovadoras, principalmente com a utilização dos manuais pedagógicos e as cartilhas escolares que continham discursos e técnicas de ensino, pensando na formação de um novo homem a partir de suas ações. Por isso, os manuais conduziam as práticas pedagógicas e as condutas a serem ensinadas e desenvolvidas por todos os sujeitos que permeavam o cotidiano da escola, chegando com eficiência a sociedade, principalmente, as classes sociais economicamente menos favorecidas, a quem a miséria, propagação das doenças, analfabetismo e outros males eram frequentes.

No termo de visita publicado descrito por Manuel Dantas, diretor da Instrução Pública, encontra-se:

No Grupo Escolar Barão do Rio Branco a adaptação dos compêndios didáticos satisfaz as recomendações da Diretoria Geral da Instrução Pública e a professora tem seguido o programa no que é possível. O ensino da leitura está sendo ministrado pelo *methodo analytico*, conforme a cartilha de Mariano de Oliveira e as instruções oficiais. Apesar de pouco tempo em que funciona esta escola, as alunas e alunos já demonstram aproveitamento (A República, 1920c, p. 02).

Há que se destacar que o diretor da instrução afirma que a professora segue o programa no que é possível. As fontes mostram que o GEBRB dispunha de pouco material pedagógico: um mapa de Parker, um contador mecânico, um mapa-múndi, uma caixa de lápis de cor, duas borrachas (Ata da Intendência Municipal de Jardim do Seridó, 1922), o que se tornava insuficiente para desenvolver as atividades conforme exigia o método de ensino, que na leitura por exemplo, instigava o aluno a descobrir, de forma mais significativa, a codificação da escrita através do processo de percepção.

Os diários de classe 1920 e 1921, na matéria “Leitura, Escrita e Leitura”, destaca no ponto a ser tratado as leituras do 3º livro “moraes e instructivas”, de João Kopke para 3ª e 4ª sessão (GEBRB, 03 de julho de 1920, p. 44). De acordo com Koerich (2020, p. 51), os textos de João Kopke têm características moralizantes com narrativas do cotidiano das crianças, escritas em prosas e versos com dois objetivos: “o de educar, através da formação de uma consciência que imbuísse os pequenos de bons sentimentos e de generosidade; e o de instruir, objetivo que estava impresso no texto, ao final do livro, no formato de seu vocabulário novas palavras a serem aprendidas”.

De acordo com Valdemarin (2001), a introdução do método intuitivo no Brasil se deu como uma estratégia para renovação do ensino e das práticas pedagógicas, possibilitando novos debates educacionais e circulação de ideias entre os educadores, principalmente, pela

introdução, tradução e importação de inúmeros manuais de lições de coisas. Esses materiais, em suma, traziam conteúdos e conceitos que englobavam a mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, para que os alunos fossem capazes de resolver demandas complexas da vida cotidiana e do exercício da cidadania.

Desse modo, o método intuitivo considerado pelos republicanos, adequado a renovação pedagógica anuncia a necessidade da reformulação no programa de ensino se contrapondo ao chamado ensino tradicional.

2.2 O PROGRAMA DE ENSINO NO GRUPO ESCOLAR BARÃO DO RIO BRANCO

A inovação pedagógica se dava com a adoção do método intuitivo, o qual utilizava uma metodologia experimental, a partir do estudo pelos sentidos como procedimentos para apropriação dos conteúdos. O programa de ensino no grupo escolar planejado, sistematizado, quanto à função de formar o sujeito, transmitir e socializar saberes fundamentava as bases para a educação moderna. Por isso, o grupo como espaço social apresentava elementos que lhe conferia uma identidade própria capaz de desenvolver uma nova forma de escolarização conforme os moldes europeus e americanos.

O Grupo Escolar Barão do Rio Branco projetado e inaugurado para ser de ensino graduado, funcionou nos moldes das Escolas Isoladas⁴⁴ duas salas de aula, uma masculina e outra feminina, considerando o recorte temporal desta pesquisa (1919 a 1922). Existia, portanto, a Escola Isolada Masculina de 1ª a 4ª sessão com uma única professora: Maria Terceira Rocha (1919, 1920); Maria Helena Furtado (1921, 1922). E a Escola Isolada Feminina de 1ª a 4ª sessão: Raimunda Rocha (1919, 1920; e Rita Sampaio (1919 a 1922).

Nesse sentido, as escolas isoladas existiam antes dos grupos escolares. Com a República, estas escolas que funcionavam em casa de professores, salões de igrejas, fazendas, foram reorganizadas em um único espaço: o grupo escolar. O novo modelo escolar também colocava um professor para lecionar em cada sessão ou série, o que não aconteceu no GEBRB nos seus primeiros anos de funcionamento. Para Medeiros Neta (2011), o programa de ensino para os grupos era um documento que permitia detalhar todo o processo de organização e

⁴⁴ Este termo remete à organização do ensino primário público do Brasil que prevaleceu durante o século XIX e que continuou existindo no país mesmo após o processo de implantação dos grupos escolares, que teve início em São Paulo em 1893, a partir da reforma de ensino empreendida por Caetano de Campos. As escolas isoladas eram constituídas por um ou mais grupos de alunos, sob a responsabilidade de um(a) docente. Essa temática é bem explorada por Luciano Mendes de Faria Filho (2000) e Cynthia Veiga (2010).

funcionamento da instituição escolar, principalmente, no que diz respeito aos conteúdos obrigatórios a serem desenvolvidos em sala de aula.

A primeira organização da Instrução Pública do Estado do Rio Grande do Norte acontece no governo de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão pelo Decreto nº 18 de 30 de setembro de 1892 e foi até 1895. O capítulo I da organização do Ensino Primário, em seu art. 36, estabelece que seria ensinado: Leitura e escrita, Gramática Nacional, Aritmética elementar, Desenho linear, lições de coisas, noções de geografia e história (especialmente do Brasil), Educação Moral e Cívica, elementos de música, ginástica e trabalhos manuais.

De acordo com Cruz (2018), essa reforma não trouxe mudanças significativas, pois as escolas isoladas e rudimentares continuaram funcionando em galpões, casa dos professores, armazéns. Na segunda metade do século XX, no governo de José de Mello Souza (1907 – 1908), uma nova reformulação da Instrução Pública norte-rio-grandense foi anunciada pelo Decreto nº 178 de 1908. Este, determinava um programa de organização do ensino com a iniciativa da construção dos grupos escolares, a começar pela capital do Estado. Nesse sentido, Moraes (2016) acrescenta que esses grupos deveriam ser um espaço com completos equipamentos e elementos capazes de favorecer à execução de uma perfeita disciplina, fosse física, intelectual, moral e espiritual.

No Rio Grande do Norte novos códigos de ensino foram publicados durante o governo Alberto Maranhão, a saber: Decreto nº 339 de 1910, Decreto nº 261 de 1911, Lei nº 359 de 1913. Quanto a estas reformas, Stamatto; Sobrinho e Araújo (2020, p. 27) afirmam que “é possível perceber as diversas tentativas para construir uma legislação escolar efetiva no Estado, bem como a ocorrência de uma preocupação entre os governos nas permanências ou atualizações desses normativos legais”.

Para Frago (1995), essas reformas afetam a cultura escolar, produzem efeitos desejados e previsível. Mas também produzem atitudes e movimentos de rejeição, inibição, adaptação e conformidade. Para o autor, esse é um aspecto circunstancial da área educacional, do cotidiano da escola, bem como da complexidade do sistema educacional. Contudo, a legislação, de certa forma, modifica determinadas práticas e transforma a cultura escolar.

Para esta pesquisa, foi analisado o programa de ensino que integrava o Regimento Interno dos Grupos Escolares e das Escolas Isoladas de 1914. Para Julia (2001), os textos normativos devem sempre nos reenviar às práticas, mais que, nos tempos de calmaria, é nos tempos de crise e de conflitos, que podemos captar melhor o funcionamento real das finalidades atribuídas à escola.

De acordo com a nova reforma do ensino no Rio Grande do Norte o governo do Estado nomeava os professores para regerem as cadeiras dos grupos escolares ou das escolas isoladas, desde que fossem diplomados pela Escola Normal e aprovados nos exames que comprovassem suas habilidades para a docência. De acordo com Silva (2013), os professores eram submetidos a testes orais nas disciplinas ministradas nas escolas primárias. Realizavam prova de Língua Francesa em caráter obrigatória e precisavam discorrer sobre os aspectos da educação física, intelectual, religiosa e cívica.

Assim, o livro de diplomas dos professores graduados pelas Escola Normal de Natal e Mossoró-RN, entre 1911 e 1925, expõe que Maria Terceira Rocha e Raymunda Rocha foram da 10ª turma em 1919; Maria Helena Furtado Vila e Rita Sampaio da 11ª turma em 1920; todas da escola Normal de Natal. Assim, a Escola Normal se configurou em uma instituição de prestígio para a formação de professores legitimando o saber da profissão docente e o poder como ponto regulador do Estado no quadro das reformas educacionais e dos projetos da escolarização de massas.

Em consonância com o programa de ensino da escola primária, analisamos também o programa de ensino da Escola Normal de Natal/RN, quanto à formação dos professores do Estado. O curso era ministrado em quatro anos; nos dois primeiros anos, as disciplinas eram: Português, Francês, Aritmética, Noções de Geometria teórica e prática, Geografia Geral e particular do Brasil, História Geral e particular do Brasil, Educação Moral e Cívica, Noções de Física e Química aplicadas à vida prática, História Natural aplicada à agricultura e à criação dos animais. Nos dois últimos anos, as disciplinas consistiam em: Pedagogia, História da Educação, Economia e Leis Escolares, Higiene Escolar, Desenho, Princípios de Música e Cantos Escolares, Trabalhos Manuais, Economia e Artes Domésticas (para o sexo feminino), Educação Física e Exercícios Infantis. A prática seria no Grupo Escolar Augusto Severo. De acordo com Moraes e Silva (2009, p. 16), “esta experiência prática no cotidiano de uma instituição primária introduzia os docentes no magistério e dava ao Curso Normal aspectos instrumentais”.

Nesta mesma perspectiva, Cruz (2018) enfatiza que a formação do professor normalista vinha prescrita e direcionada aos conteúdos que deveriam ser ensinados às crianças. Por um lado, esses aspectos mostram a forma de funcionamento e visibilidade que regem os dispositivos legais. E do outro, as mudanças impactantes por um novo dinamismo no contexto educacional, alterando a organização e funcionamento da instrução pública primária.

O programa de ensino dos grupos escolares norte-rio-grandense era compostos por 15 matérias escolares, entre elas: Leitura, Linguagem Oral, Linguagem Escrita, Língua Materna, Caligrafia, Aritmética, História, Geografia, Lições de Coisas, Economia Doméstica, Desenho, Morfologia Geométrica, Canto, Moral e Cívica, Exercícios Físicos, Trabalhos Manuais (Rio Grande do Norte, 1914). A respeito dos ensinamentos de Geometria e Desenho, o programa previa estes ensinamentos como matérias separadas, com conteúdo e sugestão de exercícios específicos.

De acordo com Choppin (2002, p. 16):

O manual apresenta, então, ao aluno, o conteúdo desse programa, segundo uma progressão claramente definida, e sob a forma de lições ou unidades. Essas obras são sempre concebidas para um uso tanto coletivo (em sala de aula, sob a direção do professor) e individual (em casa).

O Programa de Ensino trazia as instruções de como cada matéria deveria ser ministrada. Entre as diretrizes obrigatórias para o Ensino Primário, em todo o Estado do Rio Grande do Norte, destacamos “As Lições das Coisas”:

32 - A marcha da lição das coisas deve ser mais ou menos a seguinte: 1º apresentar o objecto à classe, dizendo o nome, e indagar da sua forma, cor, cheiro, dureza, molleza, aspereza, lisura, etc.; 2º designar as suas partes e dizer como cada uma dellas se chama; 3º decompor, desmanchar o objecto em suas partes e recompô-lo, reconstituí-lo (si fôr disso susceptível) ou então referir o modo de fazê-lo e de que é feito; 4º finalmente, indicar para que elle serve na vida commum (Rio Grande do Norte, 1914, p. 62).

Em cada uma das matérias, o programa estabelecia um direcionamento com a estrutura de conteúdos nos quais se desenvolveriam toda a natureza dos processos de ensino e aprendizagem, constituindo-se, de acordo com Chervel (1990, p. 28), em “um conjunto complexo que não se reduz aos ensinamentos explícitos e programados”. Neste aspecto faz-se necessário considerar a ação e intencionalidade do sujeito que executa o que está programado. Para Chervel (1990), a escola fornece à sociedade uma cultura constituída de duas partes: os programas oficiais, que explicitam sua finalidade educativa, e os resultados efetivos da ação da escola, os quais, no entanto, não estão inscritos nessa finalidade.

Além de listarem os conteúdos a serem trabalhados em sala de aula pelos professores nas quatro séries primárias, o programa de ensino trazia indicativos do método intuitivo, estratégias, recursos, materiais didáticos e livros para os alunos e professores. Desdobrava as

disciplinas em horários específicos, possibilitando que os saberes elementares fossem gradualmente distribuídos aos alunos.

É possível entender que o grupo escolar trazia em sua base de organização e funcionamento uma estrutura curricular, sistematizada como um projeto educativo capaz de fazer a articulação entre a sociedade e o sujeito, materializando sua função social na regulação e disciplina de um novo homem, para de uma sociedade moderna. Como afirma Medeiros Neta (2023, p. 05):

Ao pensar nessas ideias, reconhecemos que a circulação delas molda a utopia, pois um modelo educacional é visto como uma forma de educar ideal. No entanto, ao considerar a circulação por meio de importação e exportação, também se passa a considerar as inquietações e as formas distintas de apropriação dessas ideias.

Após o rol de conteúdos para cada sessão, encontram-se as orientações ou ordenações pedagógicas: “O professor escreverá no quadro-negro, com giz colorido e em caracteres parecidos com os de imprensa, as vogaes, dando-lhes os sons de a, i, u, ê, e ô, bem como as suas combinações em diphontongos e triptongos” (Rio Grande do Norte, 1914, p. 156). A renovação da instrução primária através da elaboração do programa de ensino, buscava uma nova organização curricular, mencionando a metodologia, os modos de avaliação e a bibliografia que seria utilizada durante o curso.

É o que observamos no art. 11 do Regimento Interno de 1914: “A formação do coração do educando deve ser uma das maiores preocupações do professor” (Rio Grande do Norte, 1914). Para isso, o docente deveria investigar as atitudes e condutas morais de seus alunos, entrevistando os pais e observando-o em todos os espaços, até mesmo os não-escolar, reafirmando o pensamento de Julia (2001, p. 22) “lugar de inculcação de comportamentos, que exige uma ciência de governo, segundo sua própria finalidade”. Assim, o Regimento Interno dos grupos escolares (1914) normatizava a ação dos professores dentro e até mesmo fora do grupo.

Exposto isso, podemos comprovar no depoimento do Inspetor de Ensino, Amphilóquio Carlos Soares da Câmara:

Estou plenamente satisfeito com o funcionamento da escola isolada feminina do Grupo Escolar “Barão do Rio Branco” nesta villa de Parelhas. A professora Rita Sampaio, inteligente e cuidadosa vai cumprindo a contento, os horários, programmas, methodos e officiaes, e bom é aproveitamento que se nota nas suas alunas, todas alegres, sadias a attenas. As matrículas este ano eleveou-se

a 75 (1ª sessão, 34: 2ª, 9: 3ª, 18 e 4ª, 8), dando diariamente uma frequência média de 58 educandas (A Republica, 1921, p. 3).

As professoras seguiam as instruções da Diretoria Geral de Ensino, principalmente, quanto aos métodos das lições de coisas, zelo com os horários e aprendizagens dos educandos. De acordo com Frago (1995), entender este mundo acadêmico-educativo que se fez frente tanto às mudanças ou reformas, como às exigências de outros membros da instituição, de outros grupos e, em especial, dos reformadores, gestores e inspetores é entender as práticas através dos modos de fazer e de pensar, mentalidades, atitudes, rituais, mitos, discursos, ações compartilhadas e assumidas na história da instituição escolar. Essas práticas eram efetivadas de acordo com o modelo de formação ofertada aos professores pela Escola Normal comedido pelo método de ensino, priorização dos conteúdos a serem ensinados principalmente a formação moral e cívica dos alunos.

Associado à preocupação da elevação das matrículas nos grupos pelo interior do estado, encontrava-se a observação pela obediência das professoras aos programas, métodos, horários oficiais, conferida pela autoridade do inspetor de ensino que as faziam cumprir as normas e os regulamentos. Assim, o comportamento, higiene, ordem, moral, boas relações existentes entre os sujeitos no dia a dia do grupo também eram inspecionadas.

Nesse contexto, as observações gerais do programa de ensino mostram: “a primeira questão que se apresenta ao mestre zeloso de seus deveres é verificar que seu ensino está na conformidade da inteligência de seus alunos e é por estes aproveitado” (Rio Grande do Norte, 1914, p. 164), implicando em uma revisão por parte dos professores das formas de ensinar e aprender sobre os diferentes modos de utilização do tempo, espaço escolar e não-escolar.

A partir do diário de classe do GEBRB (1919 a 1922), atentamos que a “Declamação” faz parte do conjunto de disciplinas e no ponto a ser tratado está escrito “recitação de poesias”. A declamação não consta no programa de ensino como matéria ou disciplina. É citada apenas nas observações gerais: “A declamação de poesia ou prosa em classe, deverá ser feita cuidadosamente, como um processo de educar a expressão oral” (Rio Grande do Norte, 1914, p. 165). A escola primária, no início do século XX, tinha como uma de suas finalidades ensinar os alunos a falar bem, instruí-los para a vida social, por isso, a atenção diferenciada atribuída à oralidade.

O conjunto das disciplinas observadas e analisadas nos diários de classe vão de encontro ao que Julia (2001) endossa diante da história do currículo, a qual está diretamente relacionada à história das disciplinas, uma vez que seus conteúdos estão conectados com seus métodos e

suas práticas desenvolvidas no interior das salas de aulas sob a influência das reformas educacionais, como mostramos no quadro 5, síntese do programa dos grupos escolares e Escolas Isoladas do Rio Grande do Norte.

Quadro 5 - Programa de Ensino da Escola Primária, RN, 1914

DISCIPLINA	CURSO	DISPOSIÇÃO
CANTO	Infantil-Mixto	Cânticos para acompanhar as marchas, iniciar os trabalhos, encerrara as aulas e para serem entoados no recreio. Hino Nacional, da Independência e Proclamação; do grupo (se houver)
	Elementar	O mesmo do Infantil-Mixto
LEITURA E ESCRITA	Infantil-Mixto	1ª classe: Sons das vogais. Combinação das vogais com as consoantes, formando palavras e frases. Letras acentuadas, uso das maiúsculas, leitura de pequenos trechos. 2ª classe: Leitura corrente, sem soletração, nem silabação. Interpretação e reprodução do sentido do trecho. Significado e pronúncia das palavras novas. Acentos. Notações léxicas, cópias de lições e ditados.
	Elementar	1ª e 2ª classe: Leitura corrente de trechos e sua interpretação; explicação das palavras e sua substituição. Escrita regular, igual, legível, de trechos das lições por cópias e ditados.
LINGUA MATERNA	Infantil-Mixto	1ª classe: Escrita: Formação de palavras e frases, ditado de palavras e frases. Oral: identidade do aluno (nome, nome de seus pais, irmãos, colegas de classe, residência, bairro, rua, percurso que faz para chegar a escola) nome dos objetos que tem na classe, fatos do recreio, anedotas, contos de trancoso. 2ª classe: Ditado, cópia do livro separando as syllabas, pequenas frases, elocução.
	Elementar	1ª classe: Escrita no papel e no quadro-negro, ditados, frases, reprodução de palavras, separação de sílabas, composição acerca de festas e fatos públicos. Oral: Elocução, completar, formar e corrigir frases, sinônimos e antônimos, reprodução de fábulas, anedotas, contos de trancoso e fatos históricos. 2ª classe: Escrita: Composições de cartões, cartas, ofícios, requerimentos e recibos. Completar e organizar frases. Reprodução e poesia à prosa. Análise gramatical e lógica.
CALIGRAFIA	Elementar	1ª classe: letra cursiva. 2ª classe: letra cursiva e bastardo francez.
ARITHMETICA	Infantil-Mixto	1ª classe: Noções concretas de unidade e quantidade. Contagem de 1 a 100. Rudimentos das operações. Somar, diminuir, multiplicar, dividir. Algarismos romanos. 2ª classe: As operações de 1 a 1000 com os conhecimentos de meio, terço, quarto e quinto. Somar, diminuir,

DISCIPLINA	CURSO	DISPOSIÇÃO
		multiplicar, dividir. Algarismos romanos. Exercícios de cálculo mental.
	Elementar	1ª classe: Operações fundamentais, tabuada de multiplicação e divisão. Teoria e numeração decimal, sistema métrico, operações fundamentais. 2ª classe: Divisibilidade de números, MMC, MDC, frações ordinárias, potências, razão e proporção, regra de três, juros, desconto.
LIÇÕES DE COISAS	Infantil-Mixto	Para a vista: a luz, a sombra, as cores primárias. Reconhecer um quadrado, um círculo a distância. Para o ouvido: Os sons dos objetos, os ruídos, as notas de músicas, a direção dos sons. Para o tacto: As superfícies lisas, ásperas, os objetos quentes e frios. Para o paladar: O doce, o amargo, o azedo e o salgado. Para o olfato: O perfume das flores, dos condimentos das frutas, de plantas, e de algumas substâncias medicinais.
	Elementar	1ª e 2ª classe: animais e sua classificação, o homem, alimentação, plantas e suas partes, o ar atmosférico, aplicação dos minerais.
GEOGRAFIA	Infantil-Mixto	1ª e 2ª classe: passeios escolares: o bairro, a cidade, o campo, a fazenda, o agreste, o sertão. Os pontos cardeais. A terra e o globo, seus movimentos. O sol, a lua, horas, mês, ano, século. O inverno e a secca.
HISTÓRIA PÁTRIA	Infantil-Mixto	1ª e 2ª classe: A descoberta - Cabral; os índios, Anchieta; os colonizadores - Caramurú; a independência - José Bonifácio; A abdicação - José Clemente; a Guerra do Paraguai - D. Pedro 2º; a Abolição da Escravidão - Joaquim Nabuco; a República - Benjamin Constant.
	Elementar	A colonização; A guerra Holandesa; Felipe Camarão, as lutas contra os índios. O movimento de 1817; André de Albuquerque; A independência da província; o auxílio do Rio Grande do Norte na Guerra do Paraguai. Ulisses Caldas; Baraúna; Mossoró. A propaganda abolicionista e a República; Pedro Velho; Estado atual do Rio Grande do Norte. Cristovam Colombo; Vasco da Gama; o descobrimento do Brasil, os indígenas e os colonos; Caramurú; primeiros povoadores; Martim Afonso e João Ramalho; Governo colonial; Catequese dos indígenas e Anchieta. Invasões francesas no Maranhão e no Rio de Janeiro; o domínio espanhol e a Guerra Holandesa. O Bequimão. Guerra dos mascates. Bandeirantes e emboadas. Bernado Vieira. Tiradentes. A família real para o Brasil. O Brasil reino. A independência; fatos principais do Império. Guerras externas, propaganda abolicionista e proclamação da república; governo provisório e governos constitucionais do Brasil.
MORAL E CIVISMO	Infantil-Mixto	1ª e 2ª classe: município, estado e país. O presidente, governador, presidente da intendência municipal, o juiz de direito, delegado de polícia, templos religiosos, cadeia, cemitério.
	Elementar	Obediência, respeito, asseio, pontualidade, preguiça, jogo, fumo, bebidas, más companhias, mentira, dignidade pessoal, egoísmo, gratidão, flora, fauna, população, cartas geográficas.

DISCIPLINA	CURSO	DISPOSIÇÃO
DESENHO	Infantil-Mixto	1ª e 2ª classe: Copo de vidro, quartinha, tinteiro, cilindro, garrafa, cone reto, chapéu de palha, bacia, cubo, porta, janela e outros objetos parecidos com estes.
	Elementar	1ª classe: Desenho do natural à mão livre, desenho de memória sobre objetos já desenhados, desenho de invenção de um objeto, animal ou de uma cena natural. 2ª classe: O mesmo da 1ª classe com mais perfeição e desenvolvimento.
TRABALHO MANUAL	Infantil-Mixto	1ª e 2ª classe: Dobrados de papel, mosaico recorte de papel, organização de figuras, alinhavos em cartão, crochet apenas para as meninas da 2ª classe.
	Elementar	1ª classe masculina: Figuras geométricas e ornatos. Construção de sólidos geométricos de arestas. 2ª classe masculina: Construção de sólidos geométricos redondos, esferas, cubos e outros objetos em barro ou gesso. 1ª classe feminina: Modos de assegurar a agulha. Crochet. Pontos, pospontos, franzidos, pregas, bainhas, casear, pregar botões e colchetes, remendos e serzidos. Pontos de marca, letras e nomes. Elementos de renda de almofadas. 2ª classe feminina: Costura e corte de camisas, aventaes, lenços, toalhas, babadouros, toucas, etc. trabalhos de lã, bordados, rendas de almofadas.
EXERCÍCIOS FÍSICOS	Infantil – Mixto	Alinhamento, posição fundamental, posições variantes, movimentos de pernas, tronco, braços, cabeça, saltos, equilíbrios. Marchas cadenciadas com música e cânticos. Brinquedos e jogos com cânticos. Corridas de até 20 metros.
	Elementar	Calistenia em classe. Classe masculina: Jogos ao ar livre, futebol, carreira até 60 metros, saltos a pé firme, a distância, altura e em carreira. Natação se possível. Ginástica de flexionamento de corpo livre. Classe feminina: Brinquedos no recreio ao ar livre, com cânticos. Dança por ocasião do recreio.
MORFOLOGIA GEOMÉTRICA	Elementar	Formas e sólidos.

Fonte: Regimento interno dos grupos escolares e escolas isoladas (Rio Grande do Norte, 1914).

A cultura escolar está imbrincada no conjunto de disciplinas do programa, tornando-se produtos específicos da escola, imperativos na implementação dos saberes curriculares que normatizam o sistema escolar. Corroborando com Medeiros Neta (2011), cada escola possui um conjunto de fatores organizacionais e processos sociais específicos que relativizam a cultura escolar. Assim, os diários de classe referentes aos anos de 1919 e 1922 do GEBRB, apresentam as seguintes disciplinas trabalhadas: “leitura, Escripta, Moral, Exercícios Physicos, Cálculo, Língua, geometria, Declamação, Geographia, História, Hymno, Trabalho manual” (Grupo Escolar Barão do Rio Branco, 1919).

Para Vidal (2006), convém examinar atentamente a evolução das disciplinas escolares, levando em conta diversos elementos que, em ordem de importância variada, compõem esta

estranha alquimia. Os conteúdos ensinados, os exercícios de motivação e de estimulação dos alunos, faziam parte destas inovações, regulamentavam as rotinas e as práticas, como mostra a matéria de História e Pátria. O programa apresenta indicações de palestras a serem realizadas pelos professores na sala de aula e que fossem narrados de “modo sugestivo e impressionante os factos principais da História e da Pátria, tornando bem conhecidos os nomes dos heróis e procurando despertar-lhe o entusiasmo” (Rio Grande do Norte, 1914, p. 38).

Essa orientação está explícita nos diários de classe quando lemos: Fundação da localidade, seus protagonistas (09 de março de 1920, p. 04); a Guerra Holandesa. Felipe Camarão (18 de maio de 1920, p. 28); Tiradentes (18 de abril de 1921, p. 65); a abolição (16 de maio de 1921, p. 75); eram conteúdos vinculados à reconstrução dos acontecimentos, experiências do passado que deveriam inspirar confiança no futuro da nação. Valorizavam as lutas pela defesa do território e pela unidade nacional, além dos feitos heroicos identificados com os ideais republicanos em que alguns homens, ditos heróis, símbolos, hinos e celebrações se tornavam conteúdos que precisavam ser disseminados no cotidiano da escola e consequentemente em toda sociedade.

A seleção dos conteúdos não era definida pelos professores, pois, recebiam da Diretoria da Instrução Pública o programa de ensino juntamente com o calendário das datas cívicas e eventos a serem comemoradas pela escola e toda comunidade local. Desse modo, pelo grupo escolar o governo republicano conseguia atingir a população no que diz respeito à memória nacional a ser e transmitida como: a ocasião do centenário da independência, comemorado no GEBRB na semana de sete de setembro de 1922 através de exposições, desfiles cívicos e outras atividades que uniam a programação da escola a eventos que ocorriam em outros espaços da cidade. Os grupos não eram apenas um lugar de aprendizagens, de aquisição dos saberes, “mas também um lugar de inculcação de comportamento, que exige uma ciência de governo segundo sua própria finalidade” (Julia, 2001, p. 22).

Desse modo, o Regimento Interno do Grupos Escolares (1914 e 1925) direcionava os professores para o ensino das lições de moral, instrução e sentimento cívico por meio das leituras, recitações de poesias, marchas, cânticos e outros meios adequados para com o sentimento do patriotismo dos educandos e de toda sociedade. Para isso, utilizava-se também a matéria de cânticos constituída de letra e música aprendidos pela audição e repetição. Esta acontecia para iniciar as atividades e acompanhar as marchas. A callisthenica era uma atividade de encerramento das aulas. Os cânticos mais entoados eram: Hino Nacional, da Independência, da Proclamação da República, da Bandeira Nacional e do Grupo, caso houvesse.

É preciso destacar também a concepção de higiene que o programa trazia, forjado nos conteúdos das disciplinas de exercícios físicos, leitura, escrita e lições de coisas. Nesta perspectiva, o sonho republicano de construir um novo projeto pedagógico para a formação do cidadão, introduziu novos saberes escolares, entre eles os preceitos de higiene, presentes em quase todas as disciplinas. Nesse contexto, Viveiros (2015, p. 105) afirma que o “propósito das disciplinas é a produção de corpos dóceis, submissos, treinados, úteis”. Frases como: cuidados higienicos com a boca e os sentidos; exercícios de cultivação dos sentidos; o asseio do corpo é importante; pontualidade e zelo na escola; o asseio é vizinho da piedade; a saúde é o maior bem da vida; são encontradas nos Diários de Classe (1919 a 1922) do GEBRB.

Essas frases eram descritas nas disciplinas de escrita, leitura e moral, ampliando os discursos pedagógicos para com os aspectos higienistas, imbuindo no sujeito uma mudança de comportamento. Para Melo (2020, p. 48), “suas ações e discursos visavam, por exemplo, a prevenção de doenças e epidemias; o combate aos maus hábitos de higiene e vícios dos indivíduos; o desenvolvimento e a manutenção do vigor físico, saúde mental e da moralidade”. Desse modo, o grupo escolar representava um importante local para o diálogo entre saúde e educação, abrigando possibilidades de atividades adequadas à formação do homem republicano e moderno.

A organização de um programa de ensino seria de grande importância diante das definições que as professoras iriam utilizar, seguindo o método intuitivo e o otimismo da educação quanto a ordem e o progresso para uma nova sociedade, considerada, na época, seria, portanto, a nova cultura escolar que Julia (2001, p. 22) afirma: “A cultura escolar desemboca aqui no remodelamento dos comportamentos, na profunda formação do caráter e das almas que passa por uma disciplina do corpo e por uma direção das consciências”.

De acordo com Amphilóquio Câmara, a organização do Ensino Primário no Rio Grande do Norte, era a seguinte: infantil, elementar e complementar, proporcionando aos alunos “as condições physio-psicológicas de acordo com as diretrizes mais recentes da pedagogia experimental”. O curso elementar, traduzido pelo diretor de ensino como preliminar, era ofertado em quatro anos, distribuídos em classes e compreendia o conjunto de disciplinas acima exposto.

Esse curso tem seu remate natural no ensino complementar durante dois anos e constitue o desdobramento das disciplinas estabelecidas nas classes elementares dos grupos escolares, além de aulas específicas como de línguas estrangeiras da cylographia, escripturação mercantil, e outras que o governo

queira criar em determinado grupo, consoante as necessidades locais e funcionarão como matérias acessórias (Rio Grande do Norte, 1914, p. 02).

Os conteúdos descritos no programa para cada disciplina, tinham uma função social, os quais eram destinados para servir aos objetivos do Estado diante da formação do sujeito republicano. O programa destacava as orientações pedagógicas e metodológicas para o desenvolvimento dos conteúdos, contemplando o trabalho das turmas infantil – mista e da primeira até a quarta classe ou sessão. As instruções para estabelecer as competências e obrigações do professor encontravam-se bem nítidas no programa de ensino.

Assim temos que o professor deve dar todas as lições, principalmente as acessórias, de maneira a provocar o interesse, a curiosidade, as perguntas da classe, que são a prova de que o seu ensino não excede o grau de inteligência dos seus alunos (Rio Grande do Norte, 1914, p. 72).

O professor deveria trazer experiências e materiais concretos para a sala de aula, buscando aproximar os conhecimentos comunitários dos conhecimentos propostos pelo programa de ensino. Consolidando o método intuitivo o professor se colocava como articulador do conhecimento e não apenas aquele que detém a informação, provocando o aluno com perguntas e despertando o interesse nos alunos pela aprendizagem.

Convém, portanto que sua linguagem seja mais simples: seu vocabulário o mais ao alcance dos alunos, sem termos científicos ou técnicos que eles não possam compreender, ainda mesmo depois de explicados. Os discursos e frases empoladas e elegantes, as explicações inadequadas ao interesse das crianças, só produzem uma espécie de zumbido ou confusão nos ouvidos, como dizia Herbart (Rio Grande do Norte, 1914, p. 72).

A relação professor-aluno era uma das principais preocupações na escola primária. Como instituição planejada pela tríade educação, engenharia e medicina, abriam-se possibilidades da construção sistematizada do conhecimento, em que professores e alunos pudessem conviver harmoniosamente. Para isso, o professor precisava ter um vocabulário simples e adequado aos alunos conforme suas idades, transmitindo os conteúdos e construindo um processo de aprendizagem relevante na formação do novo homem.

De acordo com Medeiros Neta (2011), ensinar a ler, escrever e contar eram características próprias das disciplinas de leitura, escrita, caligrafia, língua nacional e cálculo, que tinham como fundamentos desenvolver as competências necessárias para a oralidade, comunicação e inserção no mundo do trabalho. No entanto, pelos diários de classe aqui

analisados não identificamos a preocupação com a interpretação e formação crítica do aluno e, sim, a repetição de frases inerentes a um sujeito educado, comportado e obediente.

O programa de ensino era organizado como uma forma de controle do Estado para com o interior da instituição, considerando as relações escola, aluno, obediência e disciplina. Esperava-se que o aluno tivesse conhecimento histórico e político do país. A julgar essa ideia, desenvolvia-se o espírito de respeito pelos homens que lutaram pelo progresso da nação, considerados ídolos do patriotismo. As funções assumidas pelo Estado republicano, segundo Saviani (2019), tinham como intuito resolver a crise de hegemonia social da classe dominante, utilizando como uma das mediações, a criação de uma legislação educacional que pudesse preservar a ordem social, a socialização de novas regras morais e do saber.

Além de todas essas normatizações explícitas nos programas de ensino, existia também a Revista *Pedagogium*, um impresso que circulou de 1921 a 1927 no Estado do Rio Grande do Norte, como suporte relevante ao trabalho do professor, nas primeiras décadas do século XX. Proporcionava um apoio e acréscimo aos conhecimentos dos professores, permitindo-lhes tirar ideias e sugestões válidas para as práticas docentes. Tratava de questões, temas relacionados à educação no contexto geral, como apresentava conteúdos específicos para cada disciplina.

De acordo com Ribeiro (2020), a Revista *Pedagogium* se constituiu em espaço de propagação do projeto educacional da intelectualidade do RN, nas décadas tratadas, tendo sido, cuidadosamente, estruturada e organizada para a efetivação das práticas quanto à preparação de suas aulas, planejamento, elaboração de provas e exames finais. Os temas eram discutidos dentro da nova abordagem para a educação e contribuíam para a formação do professor, auxiliando no aperfeiçoamento de seu trabalho pedagógico.

Corroborando com Frago (1995, p. 8), as mudanças, no contexto educacional, correspondiam aos interesses de especialistas traduzidas pelas teorias, da legalidade na forma das normas e diretrizes a serem seguidas e das práticas. “Teoria, legalidade e práticas não coincidem. Mas elas também não são compartimentos estanques ou totalmente diferentes. Eles determinam e influenciam um ao outro”.

Nesse sentido, as práticas escolares estão imbrincadas nos programas oficiais, normas e a legislação para o funcionamento e organização da instituição. É também resultado da ação praticada pelos atores envolvidos no desenvolvimento desses programas, desde os que elaboram e os que cumprem, o diretor, professores e alunos. As práticas se constituem na elaboração e reelaboração de uma dinâmica interna a partir dos discursos, formas de comunicação e linguagens presentes no cotidiano escolar.

2.3 OS MANUAIS PEDAGÓGICOS E AS CARTILHAS ESCOLARES NO COTIDIANO DO GEBRB: CONECTORES DAS PRÁTICAS E CULTURA ESCOLAR

O modo como o Grupo Escolar Barão do Rio Branco, ao longo de sua história, foi se estruturando e se organizando tem reforçado as influências geradoras de adaptação, transformação e dominação, diante do contexto social, político e econômico em que se configurou como escola pública em sua localidade. A estrutura de funcionamento de uma escola é descrita por Julia (2001) como conjunto de práticas, normas, ideias e formas de comunicação constituídas no fazer e pensar da escola, o que vai desde a criação e implementação da escola em sua estrutura física em determinada localidade até os aspectos burocráticos de funcionamento (escrituração, legislação), dimensões administrativas, financeiras e pedagógicas. Nesse sentido, cada prática possui suas normatizações e imposições que serão postas e executadas pelos diferentes agentes no cotidiano da escola.

As práticas do Grupo Escolar Barão do Rio Branco, em seus primeiros anos de funcionamento, são identificadas através dos manuais escolares utilizados que definiram suas particularidades enquanto instituição social em um determinado espaço-tempo. O manual pedagógico e a cartilha escolar como material pedagógico se colocaram dentro desta pesquisa na perspectiva de interpretarmos as ações e experiências humanas no espaço urbano que modificou a educação pública local, dialogando com outras culturas e outros campos sociais como o da economia, política, religião e vida cotidiana.

O reordenamento da Instrução Pública nos primeiros anos republicanos, constitui-se de um momento fundamental para a construção da nova ordem administrativa e política no país. Essa organização do Novo Estado refletiu no contexto educacional, viabilizando mudanças no indivíduo e na sociedade. É nesse percurso que o manual pedagógico e a cartilha escolar integraram as relações entre o conteúdo a ser ensinado, o comportamento a seguir, a cultura social imposta para o desenvolvimento do progresso, civilidade e ordem.

De acordo com Choppin (2002, p. 16), os manuais escolares eram:

[...] os utilitários da sala de aula: eles são concebidos na intenção, mais ou menos explícita ou manifesta segundo as épocas, de servir de suporte escrito ao ensino de uma disciplina no seio de uma instituição escolar. Se, até os meados do século XIX, esse papel não está sempre claramente formulado, principalmente no ensino primário, ele se torna em seguida mais passível de ser determinado com a criação progressiva de estruturas educativas estáveis, uniformes e cada vez mais diversificadas: o manual e as publicações que gravitam em torno dele (livros ou guias para o professor, antologias de documentos, cadernos ou fichários de exercícios, léxicos, antologias de

atividades) se destinam sempre a uma disciplina, a um nível, a uma série ou a um grau e se referem a um programa preciso.

As instituições escolares a partir da criação dos grupos escolares mudaram suas práticas com a utilização dos manuais pedagógicos e das cartilhas escolares que traziam um modo de pensar e de ver a formação do sujeito do ponto de vista de tutela e controle, das instituições educacionais, como expressa Frago (1995), impondo comportamentos, modos de fazer de cada sujeito. Pelos manuais, os republicanos procuravam construir uma nação educada, além de letrada com princípios cívicos e morais.

Desse modo, as práticas foram constituídas nos dias letivos, feriados móveis e fixos, dias sem aulas, comemorações festivas e cívicas, inspeção escolar, exames finais de promoção e reprovação presentes no cotidiano do Grupo Escolar Barão do Rio Branco, consolidando-se como cultura escolar. Logo, a sala de aula tornou-se um dos mais importantes espaços em que as práticas eram produzidas e reproduzidas, tanto na sua organização quanto em seu mobiliário, distribuição dos alunos em filas, trabalhos em grupos, projetos pedagógicos, avaliação, relação professor/aluno, premiações, castigos, livro didático, diversidade de material utilizado para o desenvolvimento das aulas, recursos tecnológicos e subjetividade das pessoas, elementos que se configuraram nas práticas do cotidiano do grupo.

Ademais, as práticas encontram-se por todos os lugares no ambiente escolar: educam, ensinam, produzem mudanças no modo de pensar e agir das pessoas e vão desde a legislação, normas a seguir, manuais escolares, gestão administrativa e financeira, tomada de decisão, relacionamento entre os diferentes sujeitos, higienismo, merenda, festas comemorativas, festas cívicas até a relação família/escola, cartazes e organização da biblioteca e de outros espaços

Na realização desta pesquisa, identificamos nos diários de classe analisados, a presença dos seguintes manuais pedagógicos e cartilhas escolares no GEBRB.

Quadro 6 - Manuais e cartilhas utilizadas no GEBRB 1919 a 1922

TÍTULO	AUTOR
Segundo, Terceiro, Quarto Livro de Leituras Morais e Instrutivas	João Kopke
Nova Cartilha Analítico-Sintética	Mariano de Oliveira
Cartilha Analítica	Arnaldo Barreto
Nossa Pátria	Rocha Pombo
Páginas Infantis	Mariano de Oliveira
Leituras Morais	Arnaldo Barreto

Fonte: Diários de Classe GEBRG, 1919 a 1922.

Não pretendemos descrever as diferenças entre os impressos acima mencionados e trabalhadas no GEBRB, mas entender as concepções de ensino e aprendizagem, os pressupostos teóricos-metodológicos que sustentavam o ideário pedagógico da época. Os manuais pedagógicos e as cartilhas escolares apresentavam uma percepção auditiva, visual, trabalho com as vogais, encontros vocálicos, sílabas simples, complexas, alfabetário, textos complementares e dicionário.

De acordo com o Programa de Ensino (1914), os manuais pedagógicos e as cartilhas escolares utilizadas no grupo escolar deveriam conter, preferencialmente, gravuras para melhor aplicação das lições de coisas, tratar da natureza, principalmente, a fauna e a flora brasileira, ou de aspectos agrícolas.

Na disciplina de História identificamos a obrigatoriedade de legitimar os heróis brasileiros, que se transformaram em personagens históricos. Em seu diário de classe, a Professora Maria Helena Furtado registra no ponto a ser tratado, a leitura das páginas 134 a 141 do livro leituras de Arnaldo Barreto para a 3ª e 4ª sessões na escrita, a seguinte oração: “O Barão do Rio Branco foi um ilustre brasileiro”. Tanto as práticas de leituras como escritas reforçam o privilégio de quem detinha ou ocupava posição de poder no país. Além de ilustre brasileiro, Barão do Rio Branco era o patrono do Grupo, por isso, cultuava-se esse sentimento simbólico de um homem que condensava os ideais de uma pátria amada.

Como afirma Miceli (2000, p. 10):

O herói nacional antes de tudo tem uma finalidade moralista, servindo para avaliar e dirigir capacidades e condutas, responsabiliza-se pela indicação dos caminhos da humanidade e dos papéis que são destinados aos demais, distribuindo ensinamentos e pregando sua moral.

Compreendemos que, através das práticas, a atividade humana transforma a realidade de maneira consciente ou não, orientada para uma ação com finalidades. Os manuais escolares com suas múltiplas funções (leitura, escrita, moral, civismo, higiene) traziam intencionalidades dos sujeitos autores dessas obras que em conformidade com seus ideais e da sociedade a que pertenciam modelavam o novo homem necessário a ordem republicana.

Chartier (1990) confere aos livros didáticos, o status de livro dos livros, sendo estes o caminho para o progresso da escolarização e da civilização, uma vez que os manuais traziam o conhecimento suprimindo as práticas empíricas e os conhecimentos transmitidos apenas pela tradição oral. Para o autor, faz-se necessário compreender as apropriações do texto em toda sua complexidade (editor, autor, conteúdo do texto, material gráfico), ou seja, as inferências do

texto sobre o leitor que está sendo formado. Assim, o manual pedagógico, a cartilha ou o livro escolar passaram a influenciar o modo de ensinar e aprender, em que os professores deveriam aproveitar ao máximo o tempo, racionalizá-lo, torná-lo útil. Todas as atividades eram cronometradas, planejadas dentro do espaço-tempo de cada disciplina para garantir a qualidade do método de ensino intuitivo ou lições das coisas, firmado na instrução do olhar, ver, observar, adotado nas escolas primárias.

Dessa maneira, os manuais pedagógicos e as cartilhas escolares interferiam diretamente na atuação das professoras que ensinavam a um número de alunos maior que o indicado pelo regimento de ensino e as sessões de 1ª e 2ª, 3ª e 4ª, ao mesmo tempo. Como bem mostram os horários estabelecidos pelo Inspetor de Ensino para funcionamento das aulas no Grupo Escolar Barão do Rio Branco: “O horário empregado é o desdobrado em dois tempos, funcionando o 1º das 10 às 12 horas, e o 2º das 12 às 14 horas. No primeiro tempo trabalham-se as 1ª e 2ª seções e no 2º as 3ª e 4ª seções” (A República, 15 de outubro de 1919, p. 1, n. 229).

Na escola primária, a leitura e a escrita eram as principais atividades a serem ensinadas. Os textos consolidavam a ideia de uma pátria moderna e civilizada através dos conteúdos morais e cívicos e integração à vida social. Com isso, observamos a primeira lição do segundo livro de João Kopke: “Um bom presente”, o qual narra a história de um pai que prometera ao filho que no seu aniversário de oito anos lhe daria um bom presente: ir à escola. O filho esperava mês a mês por esse dia. O conto discorre sobre a importância de se fazer bom uso dos olhos, ouvidos, boca, extraindo do mestre tudo o que fosse possível de aprender para ser um bom menino.

Desse modo, as mudanças sociais, os novos costumes e o desenvolvimento urbano incumbiam à escola, o ensino pela repetição de valores morais, com auxílio dos manuais. Assim, as práticas escolares se tornavam condizentes com o momento histórico e político da época. Como podemos observar no diário de classe da professora Rita Sampaio, em 02 de maio de 1921, a seguinte frase: “O aluno Obediente é estimado pelo mestre”. Isso demonstra os preceitos exigidos pelas disciplinas e seus conteúdos para a formação do sujeito e as ações estabelecidas entre o método de ensino e as práticas escolares.

Esta frase é do terceiro livro de Moraes e Instructivas de João Kopke, proporcionando o ensino da língua materna e uma série de conhecimentos científicos distribuídos pelas disciplinas, assim como a doutrina dos educandos para a consciência. As narrativas eram curtas e se ampliavam gradativamente, de maneira que permitisse a leitura e releitura diante das noções de higiene, comportamento, persistência e obediência.

Assim, as leituras tinham ilustrações que produziam uma identificação com a vivência dos alunos, formação de atitudes e bons hábitos para a vida. Em uma outra análise, poderíamos pensar na apropriação das competências e disposições socioculturais que o leitor fazia para a materialização de suas práticas, como afirma Bittencourt (2004, p. 475), “O saber verdadeiro só seria obtido pela escola, pelo professor, e principalmente pelos livros”. Portanto, os manuais pedagógicos e as cartilhas escolares permitiam o aluno a exercitar e ampliar em diversas atividades o sistema de leitura e escrita a partir de um repertório básico de palavras e textos que serviam de fontes de informações para outras produções, até mesmo autônomas.

Consideramos que estes manuscritos são fontes importantes para a construção da historiografia da educação brasileira, especificamente da escola pública, “constituindo-se em dispositivos que interferiam na organização e funcionamento interno da instituição escolar, na medida em que eles são, a um só tempo, espaço de memória, suporte curricular e espelho da sociedade” (Rocha, 2016, p. 99). Por isso, os conteúdos estavam em consonância com os princípios republicanos conduzidos pela reforma da instrução pública, e explicitavam as noções de leitura e escrita, ciências e geografia, além dos conteúdos cívicos.

Segundo Escolano (1997, p. 15), os manuais constituem-se numa “huella de los procedimientos que ordenaron la vida cotidiana de los establecimientos educativos, el testimonio de los modelos pedagógicos dominantes que informaron el oficio docente y la condición de aprendiz”. O manual escolar passou a ser um dos principais instrumentos para atender às exigências de um novo modelo de sociedade que se formava no país, elevando-o a modernidade e ao progresso. A ordem, o respeito à pátria eram pontos tratados dentro de cada manual pelos professores, respeitando os aspectos metodológicos, curriculares e estruturais, além das inovações didático-pedagógicas e administrativas.

Observamos as seguintes frases propostas como atividade de escrita pela professora Maria Terceira Rocha, segundo o segundo livro de leituras, Moraes e instructivas de João Kopke:

- O alumno preguiçoso e mau, nada mais adquire a não ser o desprezo de todos.
- Appilcte ao bem e serás homem honrado.
- Se não conseguires fazer um trabalho da 1ª vez, tenta a 2ª e a 3ª e mais vezes, com paciência e o concluirás (GEBRB, 1920 p. 23, 36, 72, respectivamente).

As frases demonstram o cuidado em formar boas atitudes nos escolares, motivação para aprendizagem e comportamentos adequados. Obediência, honestidade, pensamentos saudáveis

eram características necessárias à formação do novo homem que fosse capaz de organizar suas atividades para o estudo ou para o trabalho. Como afirma Magalhães (2006), aprender pelos manuais implicou o fomento de regras de leitura e a vigilância sobre os textos e as práticas leitoras. Pode se falar de um regime de educabilidade em que a leitura e a instituição escolar eram substância, modelo e norma.

Dentro desse conjunto de novos fazeres da escola, Faria Filho (2000, p. 31) destacam:

Reinventar a escola significava, dentre outras coisas, organizar o ensino, suas metodologias e conteúdos; formar, controlar e fiscalizar a professora; adequar espaços e tempos ao ensino; repensar a relação com as crianças, famílias e com a própria cidade. A representação dos grupos escolares, (...), buscava moldar as práticas, os ritos, os símbolos escolares, produzindo e expressando, no mesmo movimento, uma nova identidade para os profissionais que se ocupavam da instrução primária.

No Grupo Escolar Barão do Rio Branco, esta fase da renovação do pensamento nacional criava as bases necessárias para o avanço das ideias modernas fundadas na reprodução e assimilação de uma nova cultura dominante, forjando um homem racional, determinado a atender os projetos do capitalismo. Neste contexto, Silva e Paiva (2017) afirmam que esse modelo de escola era visto como a base para a formação de uma nova identidade nacional, as propostas do governo republicano eram colocadas em prática com a finalidade central de formar um povo em sintonia com os valores de Ordem e Progresso, através da propagação de hábitos de civilidade e patriotismo, entre outros.

Essas práticas eram frequentes nas matérias de Leitura, Escrita, Civismo, Hinos e Declamação. Esses aspectos vão de encontro ao que afirma Frago (1995, p. 125): “a posição, o olhar, o canto do Hino Nacional eram maneiras de inscrever em seus corpos o sentimento, que então considerava-se esgarçado e mesmo inexistente, de pertencimento a uma Nação”.

Para Ossenbach (2010, p. 120-121), as características de um manual pedagógico, ou cartilha escolar estariam ao redor de determinados aspectos, tais como:

A intencionalidade do autor ou editor de ser expressamente voltado para o ensino escolar; sistematicidade e sequencialidade na exposição dos conteúdos; adequação para o trabalho pedagógico; estilo textual expositivo; combinação de imagem com texto; presença de recursos didáticos explícitos, como tabelas, quadros, exercícios etc.; regulamentação dos conteúdos segundo os planos de ensino oficial e fiscalização do Estado sobre a produção e circulação desses artefatos culturais.

Assim, é necessário destacar a intencionalidade do Estado, através dos programas de ensino, os quais eram organizados como uma forma de controle para com o interior da instituição, considerando as relações escola, aluno, obediência e disciplina. Nesta direção, esperava-se que o aluno tivesse conhecimento histórico e político do país e desenvolvesse o espírito de respeito pelos homens que lutaram pelo progresso da nação, considerados ídolos do patriotismo. Desse modo, as funções assumidas pelo Estado republicano tinham como intuito resolver a crise de hegemonia social da classe dominante, utilizando como uma das mediações a criação de uma legislação educacional que pudesse preservar a ordem social, a socialização de novas regras morais e do saber (Saviani, 2019).

As palavras de Choppin (2002, p. 14) nos apontam a força deste dispositivo impresso ao “de maneira mais ou menos sutil, mais ou menos implícita, um sistema de valores morais, religiosos, políticos, uma ideologia que conduz ao grupo social de que ele é a emanção: participa, assim, estreitamente do processo de socialização, de aculturação (até mesmo de doutrinação) da juventude”.

Nas palavras de Saviani (2019, p. 139), o uso dos manuais é descrito como adoção do novo método de ensino que:

(...) entendido como uma orientação segura para a condução dos alunos, por parte do professor, nas salas de aula. Para tanto, foram elaborados manuais segundo essa diretriz que modificava o papel pedagógico do livro, que, em lugar de ser um material didático destinado à utilização dos alunos, se converte em "material essencial para o professor, expondo um modelo de procedimentos para elaboração de atividades que representem a orientação metodológica geral prescrita.

O resultado do processo de interação entre o manual de ensino, o professor e as aprendizagens dos alunos resultam no conjunto de práticas que condicionadas pelos aspectos sociopolíticos, configuram-se no que Saviani (2005; p. 30) afirma: “diferentes concepções de homem e de sociedade e, conseqüentemente, diferentes pressupostos sobre o papel da escola, aprendizagem, relações professor-aluno, técnicas pedagógicas”.

Neste aspecto, o manual pedagógico e a cartilha escolar não eram neutros como afirma Chartier (1990, p. 17), produzido com base em interesses, seja coletivo ou individual. “Não se trata de algo inocente, mas de algo empenhado, ligado às necessidades concretas ou sociais”. O manual permitia a interiorização do comportamento e representações sociais mediante cada disciplina, conteúdo. Na organização pedagógica, o manual pedagógico e a cartilha escolar também ocupavam um lugar de controle do ensino e da aprendizagem, a partir de um jogo

dialético entre as atividades destinadas à execução, os sujeitos e suas relações com as dimensões envolvidas na apropriação e produção da cultura escolar.

Devido ao avanço de cada disciplina, os manuais e as cartilhas também provocaram mudanças nas diferentes formas de ensinar e aprender. Por meio deles, os professores colocavam em prática as normatizações legais, usando de suas inferências no desejo de promover uma cultura própria de cada sala de aula, de cada grupo. Como afirma Carvalho (2003, p. 113), “artes de saber-fazer-com, ensino e aprendizagem são práticas fortemente atreladas à materialidade dos objetos que lhes servem de suporte”.

Ao analisarmos os diários de classe das professoras Maria Helena Furtado Villa e Rita Sampaio, de 1921, percebemos que é introduzida a “Nova cartilha Analítico-sintético”, de Mariano de Oliveira, nas 1ª e 2ª sessões. Sobral (2007) demonstra que a primeira lição segue de uma figura de uma menina sentada, tocando com sua mão um gatinho e, logo abaixo, a seguinte historieta,⁴⁵ originalmente, escrita em letra manuscrita:

1. Uma menina e um gatinho.
2. O gatinho é da menina.
3. A menina chama-se Laurita.
4. Como se chama o gatinho?
5. O gatinho se chama Neve (Oliveira, 1918, p. 5).

Percebemos que existia na estrutura das historietas uma repetição de palavras: menina, gatinho; bem como uma resposta de imediato a pergunta: Como se chama o gatinho? O gatinho se chama Neve. O processo de ensino e aprendizagem não entusiasmava uma reflexão ou apropriação do pensamento do aprendiz, apenas uma relação entre a escrita e a leitura diante da associação das letras e símbolos que os alunos deveriam reconhecer.

No final de cada cartilha escolar, encontramos o manual para os professores utilizarem no processo de ensino da leitura:

Provocar, em palestras, a observação dos alumnos de preferência sobre um objeto ou qualquer estampa, levando-os a enunciarem sentenças (cinco ou seis, nas primeiras lições) relacionadas umas com outras, de modo que o objeto lógico de uma seja empregado como sujeito da sentença imediata. O todo formará uma pequena história descriptiva do objeto ou da estampa que serviu de assumpto a lição (Oliveira, 1920, p. 93 *apud* Sobral, 2007).

⁴⁵ Narrativa ficcional breve (curta). Tipo de texto narrativo cujo assunto não é importante; narrativa insignificante. Relato curto sobre algo engraçado; anedota ou piada. Fonte: dicionário online de Português.

Estas orientações repercutiam de forma direta na aprendizagem dos alunos, dos comportamentos e de suas motivações, redefinindo as práticas pedagógicas e os objetivos do método de ensino. O aluno sentia-se motivado a realizar as atividades como algo real de seu cotidiano que, ao mesmo tempo, tornava-se importante para sua aprendizagem e, não apenas, uma memorização por obrigação e medo.

A efetivação dos manuais pedagógicos e das cartilhas escolares nos grupos escolares em nível nacional se dá a partir da década de 1890 e ganha impulso nas primeiras décadas do século XX, como afirma Mortatti (2000, p. 2):

Quando se observa o engendramento de fenômenos correlatos: apoio de editores e especialização de editoras na publicação desse tipo de livro didático; surgimento de um tipo específico de escritor didático profissional – o professor; e processo de institucionalização da cartilha, mediante sua aprovação, adoção, compra e distribuição às escolas públicas, por parte de órgãos dos governos estaduais.

Os manuais pedagógicos e as cartilhas escolares eram imbuídos das normatizações impostas à escola que conduziram às práticas vivenciadas pelos diferentes sujeitos em suas relações com seus pares, objetos escolares (infraestrutura do prédio, mobiliário, material pedagógico), bem como o desenvolvimento das disciplinas escolares, saberes e currículo. Neste mesmo contexto, Magalhães (2004, p. 4) acrescenta:

Os seus modos de produção e de circulação envolvem uma cadeia de agentes e estão condicionados por uma série de prerrogativas: dimensões autorais; técnicas e materiais de fabrico e reprodução; processos e percursos produtivos; circunstâncias e condicionalismos de comercialização, circulação, difusão, acesso.

O grupo escolar, em meio a todas essas transformações, incorporou a prerrogativa de formação do futuro de uma nação. Para Viveiros (2015), o grupo escolar abrangia um projeto de escola com métodos, arquitetura e teorias pedagógicas voltadas ao real desenvolvimento da educação, devido ao custo, e a sua inovação pedagógica, seu público inicial, que deveriam ser os pobres, cedeu lugar às crianças das classes privilegiadas e das elites de época.

Assim, diferentes instituições foram acionadas para o convencimento de que a nova ordem burguesa e moderna deveria ser imposta a qualquer custo. Este espaço, organizado para o ensino e aprendizagem foi, sem dúvida, a instituição-chave utilizada pelas elites dirigentes, no sentido de enraizar novas concepções de tempo, espaço, postura, disciplina, racionalidade etc. Neste cenário, estavam os manuais escolares como principal instrumento na divulgação do

ideário educacional da época, fundamental na formação dos professores e na efetivação do programa de ensino.

Destarte, os manuais pedagógicos e as cartilhas escolares do Grupo Escolar Barão do Rio Branco passaram a ser compreendidos como instrumentos privilegiado para a formação intelectual do sujeito, transmissão de conhecimentos, instauração da ordem, de uma cultura referenciada a uma sociedade moderna. Transformado por diferentes contextos históricos e econômicos, os manuais pedagógicos e as cartilhas escolares foram se definindo como elementos propulsor de uma comunidade em transformação e ascensão. Compreender e explicar essa cultura escolar é integrá-la ao sistema educacional em que ela se organiza e estrutura contextos históricos, econômicos e sociais que transformam e modificam os modos de socialização dos sujeitos da comunidade, com suas características específicas e influências do sistema educacional nacional, regional e local.

Desse modo, os manuais pedagógicos e as cartilhas escolares de Arnaldo Barreto, João Kopke, Mariano de Oliveira e Rocha Pombo presentes no cotidiano do GEBRB, estão imbrincados aos diferentes aspectos que permeiam o exterior e o interior da escola, considerando o conjunto de culturas inerentes a esses espaços.

Em síntese, sublinhamos que estes manuscritos são entendidos como um conjunto de ações, ideias e atitudes, passíveis de mudança pela intervenção dos diferentes sujeitos que se colocam como uma proposta de construção de uma nova sociedade, pensada por intelectuais que acreditavam na ação firme do Estado para promover a civilização, educada pelas práticas de civismo, patriotismo, higienismo de toda a população pertencente ao espaço rural e urbano. Neste contorno, os manuais escolares ganharam expansão no Brasil, contribuindo, dessa forma, para os valores, a ordem e o progresso da nação.

SEÇÃO 3

OS INTELECTUAIS NO CONTEXTO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO GEBRB

A identidade dos sujeitos, suas memórias, destinos e projetos, como a memória e a representação da instituição, cruzam-se e fecundam-se mutuamente enquanto construção histórica (Magalhães, 2004).



3 OS INTELLECTUAIS NO CONTEXTO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO GEBRB

Nesta seção, discorreremos sobre a vida e as obras de Arnaldo Barreto, João Kopke, Mariano de Oliveira e Rocha Pombo, como autores dos manuais pedagógicos e as cartilhas utilizadas no GEBRB. Compreendemos que estes autores, escritores se tornaram intelectuais brasileiros, e temos em mente que existe um fértil debate sobre o que define um intelectual e o papel que desempenha na sociedade em que vive. O intelectual não é aquele que possui poderes superiores do intelecto, mas aquele que, na sociedade, tem como função social a responsabilidade de produzir conhecimento e/ou inspirar, sugerir, introduzir conhecimento. Seria, portanto, um agente com ação social relacionada ao lugar em que vive e as relações que mantêm.

No contexto brasileiro, podemos afirmar que escritos do gênero biografias intelectuais foram produzidos desde a segunda metade do século XIX, a partir da tradição do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). No entanto, a escrita de biografias laudatórias de muitos membros do IHGB permanece presente no cenário editorial, porém são incomuns no contexto acadêmico.

Vieira (2011), considerando a primeira metade do século XIX, buscou identificar características recorrentes no comportamento social dos intelectuais vinculados ao campo educacional, tais como: 1) sentimento de pertencimento ao estrato social que, ao longo dos séculos XIX e XX, produziu a identidade social do intelectual; 2) engajamento político propiciado pelo sentimento de missão ou de dever social; 3) elaboração e veiculação do discurso que estabelece a relação entre educação e modernidade; 4) assunção da centralidade do Estado como agente político capaz de realizar as reformas sociais (Vieira, 2011, p. 3).

Neste cenário, quando investigamos a vida de cada autor dos manuais e cartilhas utilizados no GEBRB, vamos nos aproximando cada vez mais do conceito de intelectual.

Nesse sentido, Le Goff (2013, p. 70) define:

Sábio e professor, pensador de profissão, o intelectual pode também ser definido por determinados traços psicológicos, que podem inflectir-se independentemente do espírito, por determinadas marcas do caráter endurecidas, tornadas hábitos, manias. Raciocinante, o intelectual corre o risco de cair na raciocinação. Científico, espreita-o a securo. Crítico, não irá ele destruir por princípio, denegrir por sistema? No mundo contemporâneo não faltam detractores para o transformarem em bode expiatório.

Assim, o intelectual é o indivíduo que atua, participa intensamente de embates sociais, políticos e de questões sobre sua área de atuação profissional ou interesse. Neste capítulo objetivamos conhecer a vida e obras de Arnaldo Barreto, João Kopke, Mariano de Oliveira e Rocha Pombo, intelectuais e escritores que estiveram voltados às causas da educação; homens que produziram e transmitiram ideias, visões de mundo, ensinamentos, engajaram-se na luta coletiva, contribuíram para a construção de ações políticas na expansão da educação pública, cultura, comunicação de massas, dentre outros.

Também neste mesmo capítulo analisamos os manuais pedagógicos e as cartilhas escolares de cada autor a cima citado, utilizado no GEBRB no processo de alfabetização e ensinamentos cívicos, morais e patrióticos dos escolares. A utilização de manuais pedagógicos e cartilhas escolares era uma característica forte na organização dos grupos no início do século XX. Tais instrumentos apresentavam contribuições para a prática pedagógica no contexto da sala de aula, ressignificando o ensino e o comprometimento dos professores com o trabalho. Portanto, voltavam-se para atender às exigências do método intuitivo, favorecendo ao desempenho do aluno, incentivando-o em suas observações, experiências e participação no processo de aprendizagem.

Esses educadores intelectuais e escritores se colocaram a serviço da melhoria e renovação da educação pública sob as ideias pedagógicas da escola nova. Diante das necessidades educacionais local, fomentavam a opinião pública para com a falta ou negação de educação para o povo brasileiro, a precariedade nos poucos estabelecimentos de ensino e a insuficiência ou inexistência dos recursos financeiros para ordenamento salarial de professores e sua formação.

Nesse sentido, Le Goff (2013) afirma que o intelectual é aquele que se destaca pela erudição, a exemplo dos filósofos, professores, monges copistas, pensadores árabes, que, no século XII, atendiam pelo nome de sábios. Ademais, o autor traz as formas e as motivações que o levavam a pensar, ensinar, ler, copiar e criar à colação. Não se trata de conhecer apenas sua vida, mas o modo como o sujeito elaborou sua ação.

Na complexidade de se entender o intelectual, Magalhães e Barreto (2016, p. 74) acrescentam:

Ao longo do estudo da história de vida do intelectual, aspectos mais íntimos despertam o interesse do investigador a ponto de, às vezes, virar uma obsessão a sua descoberta. As feições de histórias de vida que mexem com o imaginário do pesquisador e o faz querer adentrar mais e mais no psicológico do investigado para saber suas motivações, seus interesses, suas escolhas, seu

modus operandi, de forma a criar uma intimidade a ponto de saber de quem e o que está tratando, analisando e interpretando.

Cada intelectual se relaciona de modo intenso ao campo político na medida em que assumiam determinados cargos públicos. Eram personagens da estrutura social que, pelo fato do grau de escolaridade, ocupavam uma hierarquia privilegiada na sociedade, bem como na esfera pública, comungando com o ideário de homem que se pretendia para o país. Os intelectuais, face às elites dirigentes, procuravam intervir no uso de manuais escolares na organização seletiva dos fatores de progresso pedagógico e social, em que predominava a ideia de conhecimento constituído por uma condição para a formação integral e patriótica do sujeito. Ademais, as lições curtas e atraentes eram adequadas à idade e ao ritmo das crianças, cada coisa a seu tempo, proporcionando-lhes só o que elas pudessem receber, na medida de seu desenvolvimento e de suas necessidades.

Para Saviani (2016), o conceito de intelectual, em sentido estrito, é um fenômeno que se tipifica e se desenvolve a partir da época moderna, levando em consideração a nova forma de sociedade centrada na cidade e na indústria. O autor enfatiza que o intelectual na educação é aquele que é docente, pesquisador, militante, publicista.

Em Alves (2019) *apud* Sirinelli (1996), encontramos duas definições que sustentam nossa convicção de que estes autores são de fato intelectuais da educação brasileira: a primeira no que toca às suas participações na criação artística, literária na expansão do saber pelo material impresso, e a segunda refere-se ao engajamento na vida da comunidade, em questões que legitimam ou privilegiam as causas que cada um defendia.

Desse modo, cada um dos intelectuais e escritores aqui apresentados, através de seus manuais escolares interviram nas práticas, contribuindo para uma efetiva mudança no cotidiano dos grupos escolares e da sociedade. De acordo com as lições lidas e analisadas de cada manual do GEBRB nesta pesquisa, percebemos que o conhecimento científico prioritário na escola integra o cotidiano do aluno e as relações entre o conteúdo ensinado, provocando mudanças em sua percepção de mundo, a ponto de criar no aprendiz a consciência da necessidade de transformação no seu entorno, como também determinando os costumes, hábitos, valores e comportamentos modificados e reconfigurados pelo tempo e espaços.

Evidentemente, Arnaldo Barreto, João Kopke, Mariano de Oliveira e Rocha Pombo se dedicaram a pensar propostas pedagógicas alinhadas às rápidas mudanças educacionais da sociedade da época. O trabalho de cada um, materializado nos manuais pedagógicos, cartilhas escolares, livros e artigos científicos, inspirou aquilo que até hoje é pensado como inovação em

educação, “o livro didático”. Nessa direção, Fernandes (2011) defende que na pedagogia moderna, o trabalho docente e o tempo escolar delimitaram o material didático considerado convenientes às aquisições dos conhecimentos da cultura moderna. Assim, os manuais pedagógicos e as cartilhas escolares se tornaram instrumento pedagógico capazes de reverterem a ineficiência do ensino escolar até então praticado pelo método tradicional, que primava pela memorização de fórmulas e conteúdo.

As apresentações dos intelectuais e autores dos manuais pedagógicos e das cartilhas escolares que faziam parte das práticas pedagógicas do GEBRB, seguem a ordem cronológica de nascimento dos autores: João Kopke, Arnaldo Barreto, Mariano de Oliveira. Também caracterizamos o método de ensino presente nos manuscritos: para o processo de alfabetização, o método analítico de João Kopke e Arnaldo Barreto, e o analítico-sintético de Mariano de Oliveira. O Intelectual e escritor Rocha Pombo tem seus escritos voltados para o ensino de História do Brasil e será apresentado no capítulo 4 desta tese dentro dos conteúdos cívicos, patrióticos.

É possível pensar em João Kopke como um intelectual que apesar de pertencer a um grupo social de classe superior, comprometia-se com a instrução pública, propondo debates diante de suas descobertas para ensinar a ler e escrever. Assim, tornou-se um mediador cultural pelo pioneirismo na divulgação de modernas ideias e práticas pedagógicas (Mortatti, 2000).

João Kopke nasceu em 27 de novembro de 1852, em Petrópolis (RJ), e faleceu em 28 de julho de 1926, na cidade do Rio de Janeiro. Era filho de dona Felisbella Candida de Vasconcellos e do bacharel em Direito Henrique Kopke, ambos Portugueses que receberam naturalização brasileira em 1845 pelo Decreto nº 332 de 05 de fevereiro.

A família Kopke compunha a elite imperial do Brasil. Henrique Kopke, ex-soldado da rainha do batalhão de Portugal, advogado e professor juntamente com seu irmão Guilherme Kopke, abriram um colégio aqui no Brasil denominado Colégio Kopke, ou Colégio de Petrópolis, para atender aos jovens da elite imperial brasileira. Foi neste colégio que João Kopke ingressou nos seus estudos aos 7 anos, permanecendo até os 14 anos, idade limite para estar no educandário.

Figura 7 - Imagem do Professor João Kopke



Fonte: Panizzolo (2006).

Sua formação secundária se deu no colégio São Pedro de Alcântara, na cidade do Rio de Janeiro. Iniciou seus estudos superiores na Faculdade de Direito de Recife (PE) e, em 1871, mudou-se para a capital paulista, dando continuidade a seus estudos na Faculdade de Direito de São Paulo, na efervescência da Academia de Direito que consolidou suas ideias republicanas na amizade sólida e duradoura com Francisco Rangel Pestana.

De acordo com Panizzolo (2006), João Kopke manteve vínculos de amizade, convívio profissional, com outros republicanos paulistas, como Antônio Caetano de Campos⁴⁶, Elias Fausto Pacheco Jordão⁴⁷, Américo Brasiliense⁴⁸, Henrique de Barcellos⁴⁹, entre outros. Casou-se com dona Maria Isabel de Lima e, para sustentar a família e prosseguir nos estudos, passou

⁴⁶ Antônio Caetano de Campos, médico e educador, nasceu em 17 de maio de 1844, na cidade de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro. De família pobre, seus primeiros anos foram de lutas e privações. O médico Caetano de Campos, diretor da Escola Normal de São Paulo, entre janeiro de 1890 e 1891, lançou a pedra fundamental do prédio que levaria seu nome, onde o curso normal iniciava a mulher para o mercado de trabalho, fornecendo-lhe alguma cultura geral sem dispensar os trabalhos manuais (Reis, 1994).

⁴⁷ Elias Fausto Pacheco Jordão (São João do Rio Claro, 18 de fevereiro de 1849 — Paris, 26 de março de 1901) foi um engenheiro, empresário e político brasileiro. Um dos fundadores do Partido Republicano Paulista, Elias Fausto foi uma influente personalidade no interior de São Paulo, tendo sido eleito deputado em 1898, falecendo antes de terminar o mandato Jordão também foi o fundador da Vidraria Santa Marina. Fonte: <https://periodicos.sbu.unicamp.br>.

⁴⁸ Nascido em 1833, filho de político influente na região de Sorocaba. Professor da disciplina de História mesmo sem formação para tal fim no colégio em São João no interior de Campinas, São Paulo. Elevado ao cargo de diretor desta mesma instituição. Publicou o livro Lições de História Pátria em 1870 (Andrade, 2023).

⁴⁹ Henrique de Barcellos, nasceu em 26/02/1854, foi uma das maiores figuras da imprensa local e diretor do “Comércio de Campinas” e um dos notáveis professores de Português do seu tempo, autor de diversos trabalhos para teatro, dentre os quais “Os dois pagens”, “Os amores do Sr. Antão”, “Apuros de um jornalista”, etc. Filho de Portugal, mas brasileiro pelo coração. Veio para Campinas em 1873. Fez circular o primeiro número de “A Mocidade”, fundando mais tarde, no ano de 1875, o “Diário de Campinas”, do qual foi diretor intelectual durante dez anos. Fonte: <https://periodicos.sbu.unicamp.br>.

a ministrar lições particulares e a lecionar em cursos preparatórios. Bacharelou-se em Ciências Sociais e Jurídicas em 1875.

De acordo com Ferreira (2018), em 1880, João Kopke mudou-se para a cidade de Campinas onde passou a lecionar no Collegio Culto á Sciencia caracterizado pela adesão ao ideário republicano, a convite do diretor Alfredo Campos da Paz, tornando-se o responsável pelo gabinete de Física. Nessa cidade, João Kopke também ministrou lições particulares e lecionou no Colégio Florence destinado à educação feminina, fundado, em 1863, pela educadora alemã Carolina Krug Florence⁵⁰.

Em 1883, João Kopke foi aprovado no concurso e nomeado a professor de História e Geografia no curso preparatório da Faculdade de Direito de São Paulo. Um ano depois, retorna a São Paulo e juntamente com Antonio da Silva Jardim, fundam a Escola Primária Neutralidade com orientação positivista. Em seu corpo docente, estavam os professores Francisco Rangle Pestana e Antonio Caetano de Campos. Em 1886, mudou-se para a cidade do Rio de Janeiro e fundou o Instituto Henrique Kopke, homenageando seu pai. Adotou o mesmo modelo de ensino da Escola Primária Neutralidade de São Paulo.

João Kopke ainda estudante da Academia de Direito, em 1874, publicou sua primeira cartilha escolar “O Método rápido para aprender a ler” pela editora Lalmmment. A cartilha era organizada pela denominação das letras e silabação. Primeiramente, destinou-se ao uso exclusivo dos alunos da Escola Americana em São Paulo. No ano seguinte, o autor solicitou ao inspetor geral da instrução pública para que a cartilha fosse utilizada nas escolas públicas, tendo seu pedido negado. Só a partir de 1879, a cartilha passou a ser utilizada nas escolas primárias com uma nova edição, dessa vez pela editora Garroux.

O Brasil vivia o contexto político do Segundo Reinado por meio do golpe da Maioridade marcado por inúmeras transformações. Nesse período, o Governo Imperial entra em declínio (1865) e ascende a atuação dos dois partidos: Conservador e Liberal. A disputa pelo poder realizada por conservadores e liberais era intensa e tinha impactos negativos para a política brasileira, pois gerava muita instabilidade.

De acordo com Panizzolo (2006), o Brasil entrava na crise da economia mercantil-escravista e a substituição do trabalhador escravo pelo trabalho livre. A decadência das lavouras tradicionais e o desenvolvimento paralelo do café, durante a segunda metade do século XIX,

⁵⁰ Caroline Mary Catherine Krug, depois Carolina Florence, nasceu em 21 de março de 1828 na cidade de Cassel, próxima à Floresta Negra. Carolina se casa com um amigo de seu irmão, Hércules Florence, de origem francesa, inteligente e culto. Contando com o apoio do marido e do irmão mais velho, Carolina funda, em 3 de novembro de 1863, o Colégio Florence. Fonte: <https://periodicos.sbu.unicamp.br>.

deslocam a primazia econômica do país do Nordeste para o Centro-Sul. O Oeste Paulista, região mais recente das plantações, começa a substituir em importância o Vale do Paraíba, região ocupada na primeira fase da expansão cafeeira, agora em decadência, entre outros motivos, pela diminuição da oferta de mão de obra e pelo uso impróprio do solo.

Esses aspectos impulsionaram a consolidação do Partido Republicano formado por liberais radicais, os quais postavam a República como a mais moderna e apropriada solução para que novos tempos fossem vividos. O partido teve suas especificidades em cada região do país. Em São Paulo, estavam os principais núcleos do movimento. Pequenos grupos e imprensa foram surgindo no Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pernambuco e Pará.

Ferreira (2018, p. 63) destaca que, em 1886, o Governo Imperial autoriza João Kopke a ensinar matérias no Ensino Primário e Secundário, momento em que o educador funda a associação dos professores. “Sua atuação e sua autoridade como educador foram também reconhecidas quando, por ocasião da proclamação da República, seu nome fora cogitado, por membros do Partido Republicano Paulista, para dirigir a Escola Normal de São Paulo”.

No Brasil, a Primeira República (1889 a 1930) foi marcada por grandes reformas, entre elas: o desenvolvimento da indústria, reestruturação da força de trabalho, greves operárias e pela Semana de Arte Moderna. Já a Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa e a queda da bolsa de Nova York aconteceram nesse ciclo e influenciaram a economia e a política mundial. Assim, as reformas sociais e políticas também atingiram a educação, o ensino passou a ser dever do estado como direito público se fortaleceu em modelos educacionais que se mantêm até hoje: escola seriada, manuais escolares, organização curricular, divisão de disciplinas e horários, calendário, dias letivos. Com a Constituição de 1891, a União ficou responsável pela educação apenas no Distrito Federal, então, o Rio de Janeiro. Os estados e municípios eram responsáveis pelas demais ofertas de ensino.

Benjamim Constant⁵¹, chefe do primeiro órgão voltado para a área da educação, o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, propôs mudanças nos Ensinos Primário e Secundário do Distrito Federal, priorizando disciplinas científicas em detrimento das humanas. Benjamim Constant abriu espaço para outras propostas, e a que teve maior êxito foi a Reforma Paulista de 1892 a 1896, baseada na criação de grupos escolares.

⁵¹ Benjamin Constant foi um militar brasileiro que ficou conhecido por ter lutado na Guerra do Paraguai, o maior conflito da história brasileira. Ele também foi uma das figuras mais importantes na defesa do republicanismo no Brasil e um dos articuladores do golpe que levou à Proclamação da República em 1889. O militar também ficou conhecido por ser um grande educador, dedicando-se à Matemática e à Física e trabalhando durante anos no Instituto dos Meninos Cegos, depois renomeado como Instituto Benjamin Constant.

A construção e a organização destes grupos escolares e de outros espalhados por todo o Brasil, estão diretamente vinculadas às práticas reformistas da Instrução Pública designadas pelos governos estaduais na Primeira República (1889-1930) e aos ideais republicanos de educadores, quais sejam: Francisco Rangel Pestana⁵², Henrique Limpo de Abreu⁵³, Américo Brasiliense, Caetano de Campos⁵⁴, Silva Jardim⁵⁵, Campos Sales⁵⁶ e João Kopke que buscavam a valorização da educação pública primária. No entanto, nem todos os grupos escolares funcionaram dentro dos moldes de escolas graduadas consideradas escolas modelares. Todos apresentavam peculiaridades regionais, envolvendo a centralidade das políticas dos governos estaduais, a participação dos municípios ou mesmo da iniciativa particular.

De acordo com Ferreira (2018), João Kopke tinha sua proposta pedagógica firmada no método intuitivo, científico, seriado, simultâneo e leigo. Aderiu ao método analítico, no final do século XIX, elaborando cartilhas, defendendo a ideia de que o ensino da leitura deveria partir do todo. Esse processo era o mesmo desenvolvido pelo método intuitivo, em que o conhecimento partia dos aspectos simples para o complexo, do concreto para o abstrato, do observável, das coisas que circundavam a vida da criança. Ademais, apresenta uma variedade de leituras lúdicas com base nos exemplos do cotidiano da criança e conteúdos moralizantes. Esperava-se que os alunos pudessem apreender na escola e praticar em casa virtudes a exemplo de honestidade, perseverança, mansidão, paciência, obediência, lealdade.

As pesquisas de Panizzolo (2006) mostram que João Kopke abandona o método da silabação e passa a mostrar um novo método para o ensino da leitura e da escrita em

⁵² Era filho de João Jacinto Pestana e Luíza Rangel Pestana. Mesmo tendo uma origem modesta, Rangel “cumprir a trajetória escolar destinada a assegurar carreira e ascensão social aos meninos que se sobressaíam intelectualmente em seu meio” Pestana exerceu cargos de importância nos governos federal e estadual de São Paulo, como vice-presidente (1892) e depois presidente do Banco do Brasil (1895), Deputado (1897) e, por último, senador pelo estado do Rio de Janeiro (1899). Além de educador na imprensa, Pestana envolveu-se diretamente com as instituições de ensino: foi educador na escola. Dirigiu e lecionou em colégios de preparatórios tradicionais, como o Almeida Martins, no Rio de Janeiro (1872- 1873), e o novo Colégio Mamede, em São Paulo (1879). Texto de: Hilsdorf, 1987, p. 38.

⁵³ Henrique Limpo de Abreu foi deputado geral por Minas Gerais de 1864 a 1866, fundador dos jornais Opinião Liberal e Correio Nacional e signatário do Manifesto Republicano de 1870 (Reis Filho, 1981).

⁵⁴ Estudou no Colégio Tautphoeus na capital do Império e cursou medicina na Escola de Medicina, onde entrou com 17 anos e se formou aos 23 anos, em 1867. Serviu como cirurgião na Marinha do Brasil durante a Guerra do Paraguai. Estabeleceu-se na capital paulista onde acabou por se dedicar à educação. Por indicação de Rangel Pestana foi convocado pelo então presidente do estado, Prudente de Moraes, para reorganizar o ensino público paulista, iniciada em 1890 (Reis, 1994).

⁵⁵ Antônio da Silva Jardim nasceu no dia 18 de agosto de 1860 em Capivari (RJ), atual Silva Jardim, filho de Gabriel da Silva Jardim, pequeno lavrador e professor primário, e de Felismina Leopoldina de Mendonça Jardim. Foi um dos maiores defensores da proclamação da República no Brasil e lutou contra a escravidão (Andrade, 2023).

⁵⁶ Manuel Ferraz de Campos Sales, assim como o presidente antecessor (Prudente de Moraes) foi um republicano histórico. Participou da fundação do Partido Republicano Paulista, em 1872, e nas décadas de 1870 e 1880, elegeu-se diversas vezes como vereador e deputado geral. Com a instauração da República, tornou-se ministro da Justiça, durante o mandato presidencial de marechal Deodoro da Fonseca (Reis, 1994).

conferências: “O Método Analítico”, o qual ensina a palavra graficamente sem a necessidade de decompô-la em sílabas, letras ou mesmo fonemas e grafemas, ou seja, consistia na palavrção partindo da elaboração coletiva do texto. Nesse sentido, Kopke (1896) afirma que para ler é importante conhecer as letras e seus respectivos sons, mas o que habilita a ler é a “consciência do grupo”. Para o autor, é preciso conhecer os grupos de letras em uma ordem determinada, exprimindo ideias ou funções entendidas ou conhecidas.

Convicto de suas proposições, João Kopke continuou atuando e defendendo o método analítico apropriado ao ensino da leitura e escrita para as crianças e o Ensino Primário. Apesar das acirradas polêmicas acerca do melhor e mais eficiente método para o ensino da leitura em que se envolveu, tanto no campo pedagógico como político, seus argumentos expressados em debates, conferências, artigos publicados em periódicos, e produção de livros escolares exerceram significativa influência sobre educadores de sua época e de décadas posteriores, tornando-se forte referência para a educação brasileira.

O modo como os livros de João Kopke, ao longo de sua história, foi se estruturando e se organizando tem reforçado as influências geradoras de adaptação, transformação e dominação diante do contexto social, político e econômico em que se configurou como instrumento das práticas no cotidiano dos grupos escolares.

As pesquisas de Mortatti (2000), Ribeiro (2020), Panizzolo (2006) e Santos (2013) apresentam um conjunto de referências bibliográficas sobre João Kopke, no período de 1874 a 1945, tecendo diferenças entre João Kopke e outros autores de manuais para leitura e escrita que utilizavam o método analítico. O primeiro, segundo, terceiro e quarto livros de leituras *Moraes e instructivas*, o livro de *Hilda*, cartilha *Methodo rápido para aprender a ler sem soletrar* são exemplos dos livros de João Kopke que ganharam popularidade entre as autoridades escolares paulistas, provocando polêmicas entre autores e defensores do método analítico de leitura.

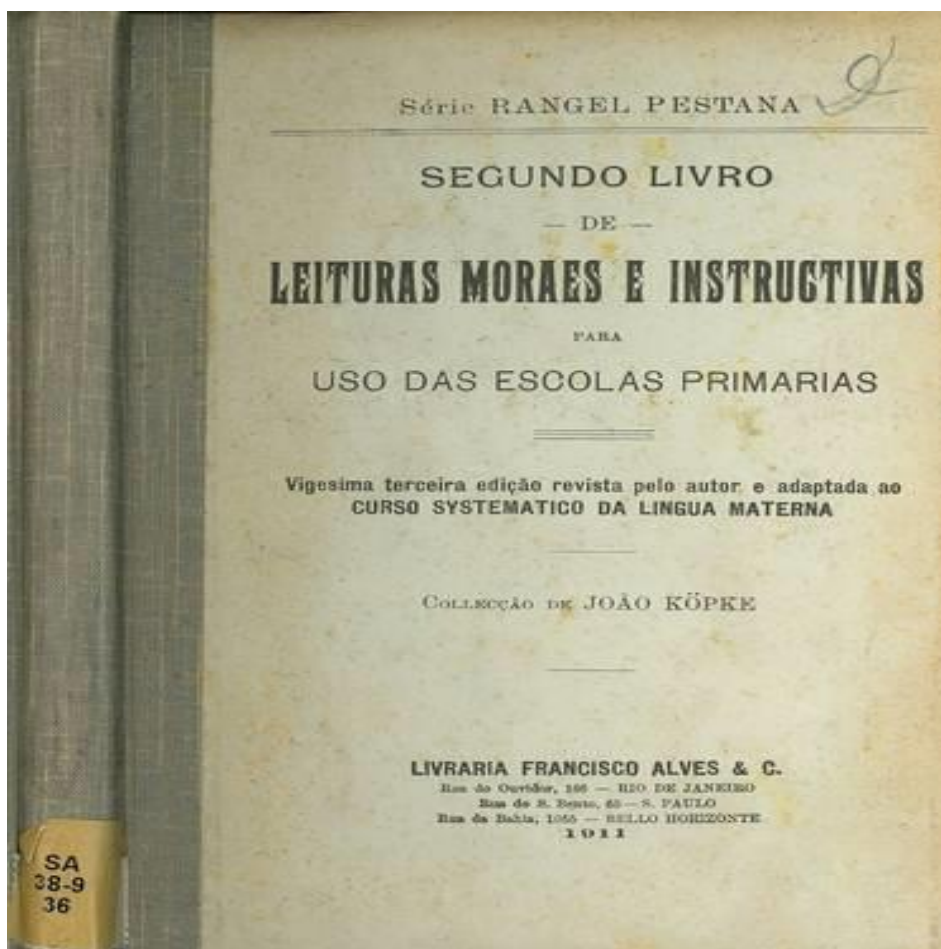
Nossa análise discorre sobre o primeiro, segundo, terceiro e quarto livros de leituras *Moraes e instructivas*, encontrados pela pesquisadora na Biblioteca Nacional de Maestras e Maestros na Espanha. Os compêndios didáticos faziam parte do curso sistemático da língua materna, criado pelo autor em 1884, por isso recebe o nome da coleção “João Kopke”, alterada para a denominação Série Rangel Pestana (1890) organizado em seis livros.

Partimos da observação no que toca à organização técnica das partes que compõem as obras e sua linguagem editorial, a saber: elementos pré-textuais, capa, folha de rosto (anverso

e verso), apresentação e prefácio. A capa e a folha de rosto⁵⁷ evidenciam informações quanto ao local de publicação, edição e ano, bem como são apresentados dados sobre o prefácio. Dos elementos textuais (corpo do livro), observamos o número de páginas, disposição e forma dos conteúdos.

Ilustramos a seguir a capa do segundo livro de Leituras Moraes e Instructivas de João Kopke, afirmando que os demais seguem o mesmo estilo.

Figura 8 - Capa do segundo livro de Leituras Moraes e Instructivas

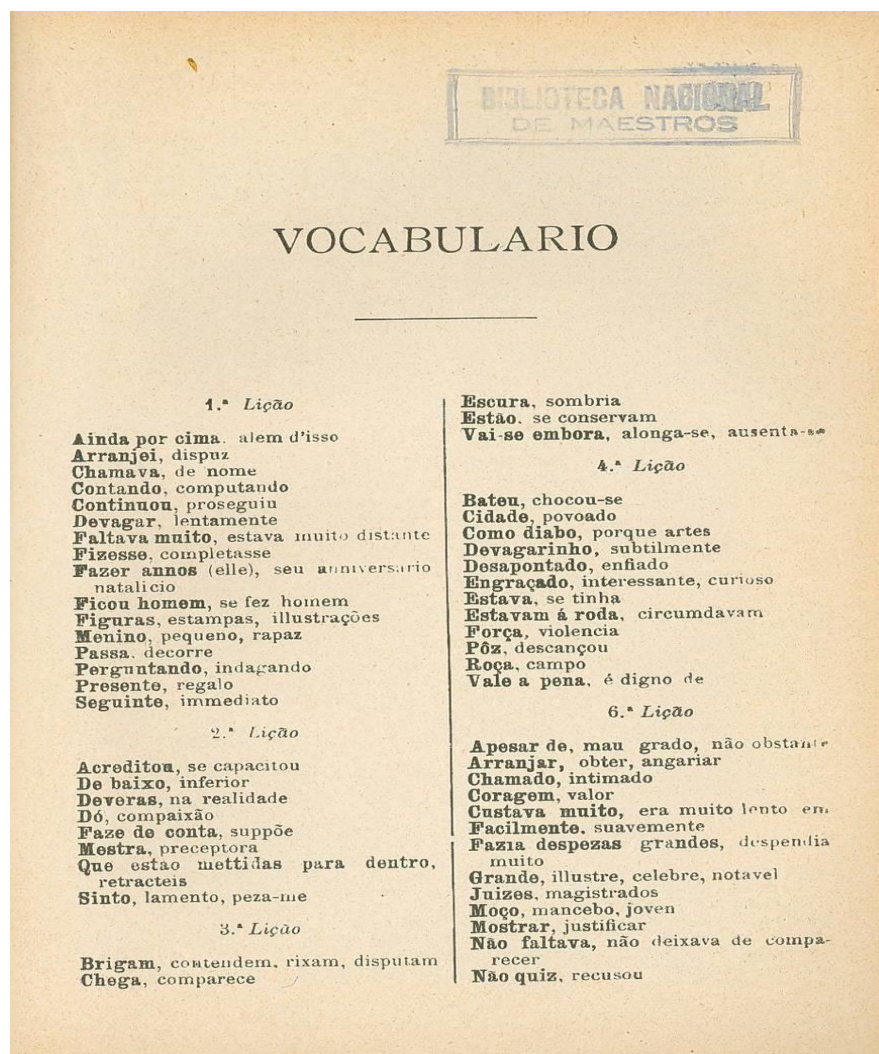


Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

Identificamos a organização no primeiro, segundo, terceiro e quarto livro, com a seguinte estrutura: índice com as leituras em diferentes temas, natureza, animais, história, conselhos de bom comportamento, família, amizade, entre outros, os quais se encontram em anexo nesta tese. Em seguida, o manual apresenta o vocabulário dividido por cada lição.

⁵⁷ Para ilustrar, colocamos apenas a capa do segundo livro, uma vez que os demais seguem o mesmo padrão, mudando apenas o ano de publicação.

Figura 9 - Vocabulário do segundo livro de Leituras Moraes e Instructivas



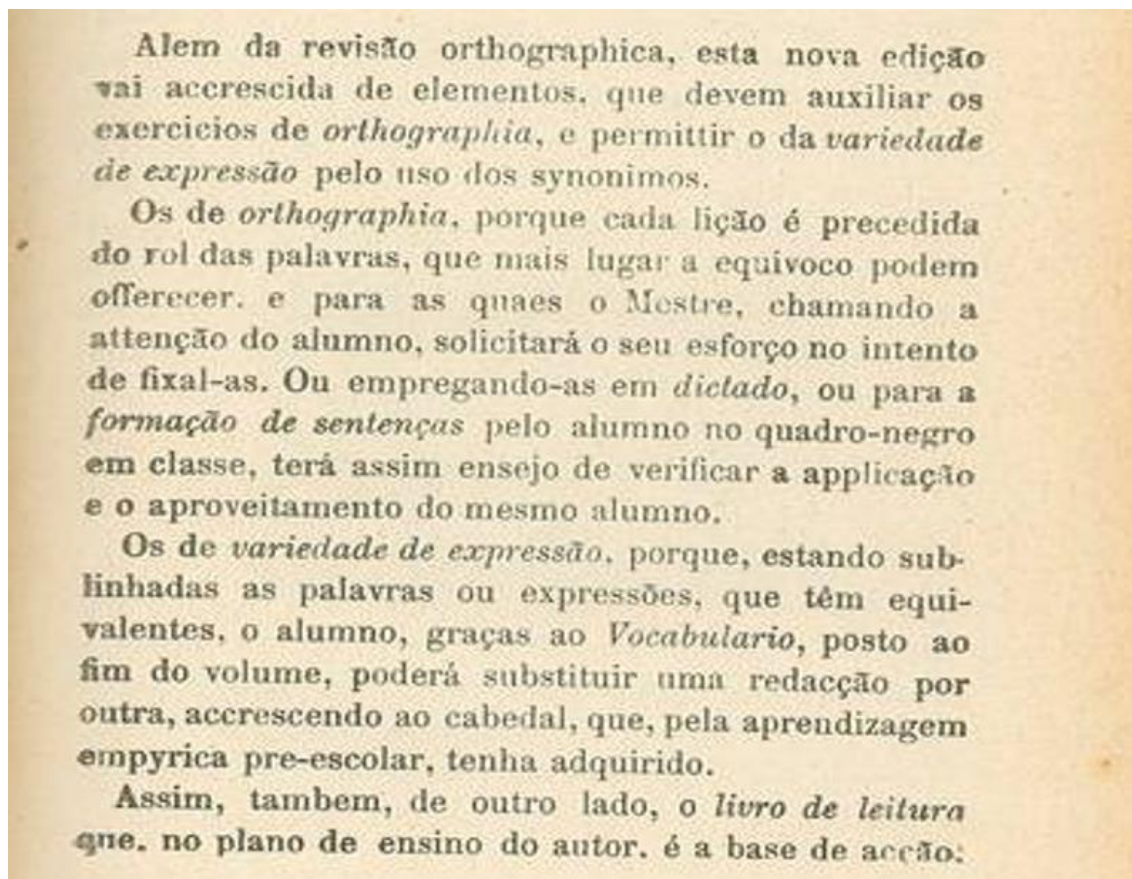
Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

As leituras estavam escritas em prosas e versos. Para as primeiras séries, as leituras dialogadas com as gravuras eram curtas, começando a formar a curiosidade do aluno para o que estava escrito. As leituras aumentavam sua complexidade e tamanhos mediante as séries graduadas. Com um vocabulário mais extenso, tal prática de linguagem introduzia um projeto cultural através de conteúdos ideológicos como dignidade, obediência, paciência, caridade, entre outros aspectos considerados essenciais a vivência das crianças e jovens, ampliando, dessa maneira, o seu desenvolvimento social.

A proposta do vocabulário oferece a oportunidade ao aluno dele se apoderar de uma linguagem rebuscada no domínio lexical e conceitual das palavras. O aluno pode organizar e sistematizar a combinação de fonemas, fonema-grafema e elaborar inferências complexas, estabelecendo relações contextuais advindas da familiaridade de seu processo de alfabetização.

Na contracapa, encontramos uma observação sobre a revisão ortográfica fundamental ao processo de formação do leitor que está nos quatro livros de leituras *Moraes e instructivas*, de João Kopke.

Figura 10 - Apresentação do segundo livro de Leituras Moraes e Instructivas



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

João Kopke provoca os professores e pesquisadores a refletirem sobre o método analítico apresentado por ele como o mais adequado para ensinar a ler e escrever. Através de suas conferências, o autor procurava demonstrar que a consciência fonológica é a capacidade de ouvir e reconhecer, e que as palavras faladas são compostas de pedaços menores de som, como sílabas, aliteração (som inicial), rima (o pedaço final combinado de uma palavra) e fonemas.

O ponto de partida para o ensino da leitura deve ser o TODO. Este TODO, mais do que a SENTENÇA, é a fala, a descrição, a narração, o DISCURSO, que a instruiu na língua em que entende e se faz entendida, e que, sob a forma de conto ou história escrita, se há de traduzir a seus olhos, dando-lhe o segredo da representação gráfica, em que entenda e se faça entendida. Analítico, pois,

será forçosamente o método desde que o TODO há de ser o ponto de partida, qualquer que seja o aprendiz; os processos, que todavia, puser em jogo, esses hão de combinar-se de modo a que olho, ouvido, boca e mão se exerçam conjuntamente em colaboração mútua para a conquista da perfeição automática, mercê da qual a fala escrita se faz para a inteligência, através da visão e da mão, o que para ela é a fala oral, através da audição e da boca (Kopke, 1916, p. 160).

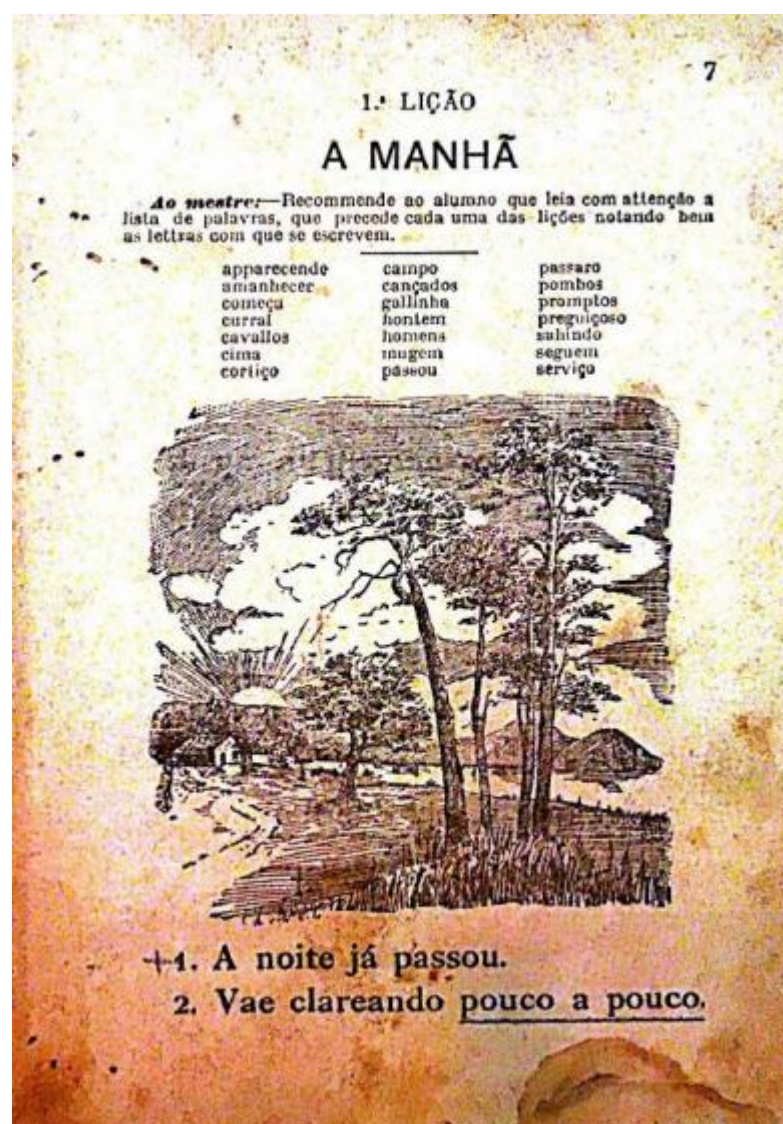
Para aprender a ler e escrever a criança precisa ouvir e identificar os sons das palavras faladas. Quando as crianças conseguem associar a letra ao som, começam a reconhecer padrões de sons de letras como padrões, combinando-as com palavras cujos significados já conhecem. Desse modo, formam a consciência fonológica, cujo processo a criança aprende os sons das palavras e letras, tornando-se assim uma habilidade fundamental ao aprendizado da leitura.

O primeiro livro de *Moraes e instructivas*, de João Kopke tem 168 páginas com 67 lições distribuídas em 55 prosas e 12 poesias. O segundo livro tem 232 páginas com 81 lições, sendo 62 prosas, 15 poesias, 03 adivinhações e 01 jogral. No terceiro livro, encontramos 222 páginas com 64 lições acordadas em 48 prosas e 16 poesias. Os textos em prosas são enumerados na frente de cada parágrafo. O quarto livro de *Moraes e Instructivas* é composto por 351 páginas com 61 lições em versos e prosas extraídos de autores brasileiros e portugueses. De acordo com Panizollo (2006), todas as leituras são de autoria de João Kopke. Os quatro livros apresentam o catálogo da Livraria Francisco Alves. Nos apêndices desta pesquisa encontram-se a listagem das lições de cada livro.

O primeiro, segundo, terceiro e quartos livros de *Moraes e Instructivas*, de João Kopke, a julgar os conteúdos disponibilizados, estão em conformidade com o Regimento Interno dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas do Rio Grande do Norte de 1914, contemplando as disciplinas de leituras, noções de Geografia e História, Moral e Civismo, trabalhos manuais, lições de coisas e economia doméstica. O autor trazia a interdisciplinaridade por meio de cada leitura, ou seja, cada lição apresentava possibilidades de o professor trabalhar conteúdos de várias disciplinas. Por exemplo: A 10ª lição do segundo livro, *O raio do sol*, um poema que aborda a primavera, os pássaros, a identidade (se eu fosse um raio de sol), moradia (nas choupanas) e sentimentos (acalmaria o coração, satisfação). O autor por meio das lições fomentava a habilidade intelectual e despertava os estados afetivos do leitor.

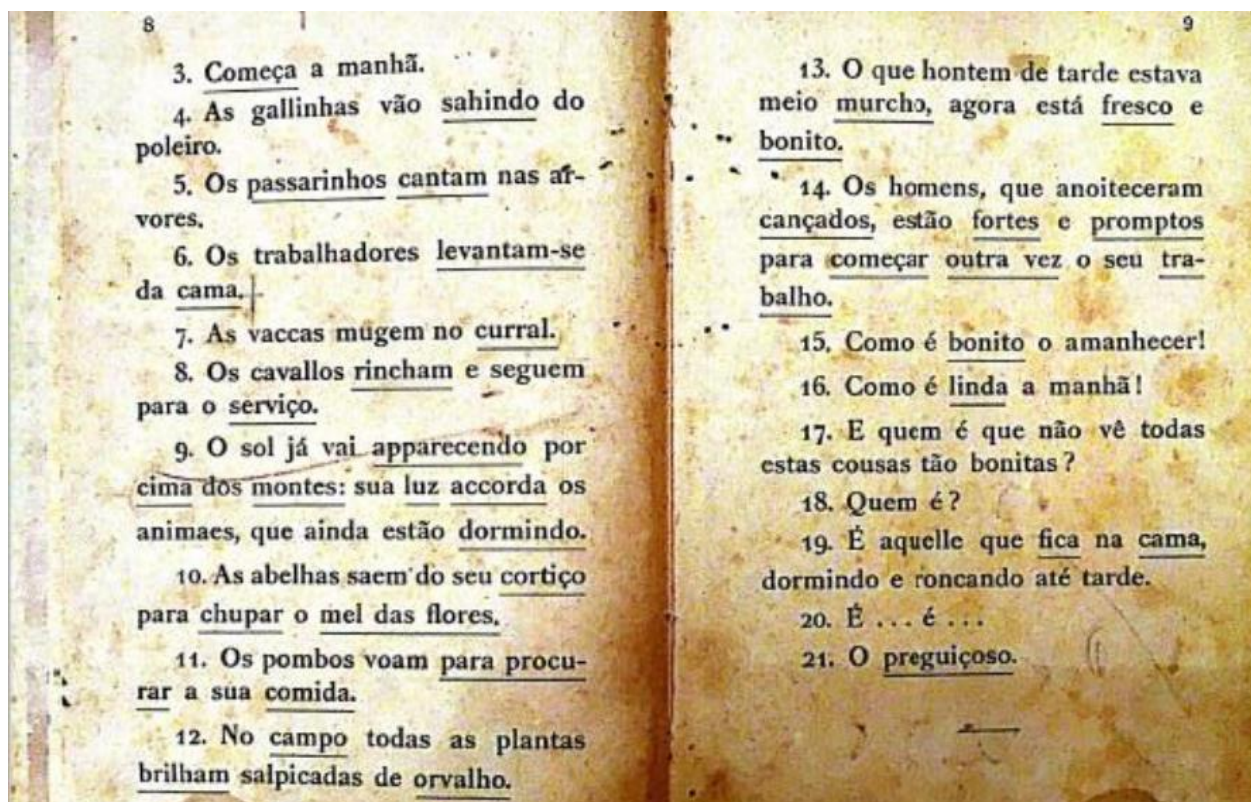
Assim, no primeiro livro, encontramos a seguinte leitura que contemplam esse conjunto de conteúdos: A amanhã (p. 7, 8 e 9).

Figura 11 - 1ª lição do primeiro livro de Leituras Moraes e Instructivas, 1918



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

Figura 12 - Continuação do texto "A manhã"



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

A lição provoca o leitor para vários conteúdos da geografia, ciências e moral. O amanhecer se torna para o autor a possibilidade de renovação, esperança, um começo ou recomeço diante do que ficou do dia anterior. Tudo tem um ciclo e vai seguindo o fluxo. Destacamos a frase 9 em que o sol nasce sempre todas as manhãs; as frases 6 e 11 se alinham de modo que os seres levantam e procuram seu alimento pelo trabalho. Nas entrelinhas do texto, o autor instiga que o homem deve levantar todas as manhãs e procurar seu próprio alimento, através do trabalho, explicitando a organização de uma sociedade civilizada pelas práticas sociais, representações da ordem e progresso.

A frase 12, ‘todos têm a capacidade de brilhar junto com o sol’, no enumerado 13 e 14, tudo se renova, transforma-se. Assim, também é o homem, pode ser um “novo homem”, dotado de princípios, moral, capaz de atender às exigências da nova organização social, e a escola era o lugar privilegiado para esse processo de transformação. As linhas 17 a 21 fazem uma reflexão diante das virtudes que todo homem deve ter. A leitura apresenta uma cultura que vem de fora para dentro da escola, modificando os modos de pensar e de atuar que proporcionam aos sujeitos envolvidos nas práticas escolares, meios e pautas para desenvolver, tanto nas aulas como fora delas, condutas, modos de vida e de pensar, materialidade física, hábitos e ritos (Julia, 2001).

As leituras tinham um caráter cívico-pedagógico para educar o novo homem, como afirma Koerich (2020), repassando valores morais aos pequenos integrantes das famílias burguesas por meio do ato de ler. Isso posto, as experiências escolares transbordavam os aspectos científicos, culturais e históricos do ensino, consolidando a riqueza do conhecimento que a escola produz e se expande para toda a sociedade.

As leituras propostas no primeiro livro de João Kopke (1918) seguem esta estrutura de organização: título da lição, uma recomendação ao mestre, vocabulário, gravura e a leitura que se apresentava em diferentes gêneros: adivinhações, prosa, narrativa, contos e poesia. Algumas palavras estão sublinhadas como afirma Farias (2022, p. 115), “Talvez tivessem como finalidade o ensino de um conteúdo como classes de palavras, por exemplo, já que há substantivos, verbos, adjetivos e afins em destaque”. O autor tinha uma criatividade para cada lição, preocupava-se com o crescimento do vocabulário dos alunos pelo estudo da semântica e a formação do sujeito integral através das narrativas moralizantes. Quanto às ilustrações, Koerchi (2020, p. 64) anuncia que “o intuito das imagens, parece realmente o de ratificação de que o texto fala pelo seu uso, além de possibilitar ao aluno ver, conhecer e descrever o objeto que está em cena no papel”.

Nesse sentido, observamos todas essas características na 5ª lição “o relógio” do primeiro livro de Leituras Moraes e Instructivas de João Kopke (1918).

ACHEI UM RELÓGIO

“ACHEI UM RELÓGIO!”
GRITAVA JANJÃO
PULANDO E CANTANDO
COM ELE NA MÃO.

“ACHEI UM RELÓGIO
COM UMA BELA CORRENTE!
QUE BELO, QUE BELO!
AGORA SOU GENTE.”

E, PONDO AO OUVIDO
A JOIA, A ESCUTAVA
FAZER TIQUE-TOQUE
E MAIS SE ALEGRAVA.

PORÉM, DE REPENTE,
MEDITA JANJÃO:
“NÃO É QUE ELE DIZ-ME
JANJÃO É LADRÃO?”

E LOGO NA RUA
SE PÕE A CORRER,
QUEM ERA SEU DONO
TENTANDO SABER.

“AO CABO DESCOBRE,
QUE FORA UM CRIADO
QUE O TINHA PERDIDO
HAVIA UM BOCADO.”

“ENTREGA-LHE LOGO,
E ELE AO PADRÃO
O LEVA, E AGRADECE,
“AO BOM DO JANJÃO”
POR TÊ-LO LIVRADO
DE UM SUSTO E DE UM PITO.
NÃO ACHAM, MENINOS,
ESSE ATO BONITO?”

O poema desperta o pensamento da honestidade, na perspectiva da ordem, obediência, higiene, aspectos fundamentais para convivência de uma sociedade cheia de regras e divisões de classes sociais e a importância de se respeitar essa hierarquia social. Pela escola, as crianças aprenderiam desde cedo e de maneira correta atitudes para conviver como pessoas civilizadas, responsáveis, capazes pelo seu desempenho pessoal adentrar a dinâmica da sociedade industrial.

No contexto da Primeira República, novas demandas eram postas diante da necessidade de integração do povo à nova ordem republicana. O trabalho livre, o engrandecimento da economia, a civilização de massas com a reinvenção de uma nova escola por meio do combate ao analfabetismo era temática que faziam parte do projeto de modernização propagado por intelectuais e administradores públicos da época, consolidando o novo Brasil, tão almejado pelos republicanos. Essas iniciativas evidenciam que o projeto educacional de João Kopke se centralizava no educando, que seria formado para a vida prática e para o mundo do trabalho, a partir de princípios de autonomia, autogoverno, individualidade e criatividade.

No segundo livro de leituras *Moraes e Instruções*, de João Kopke (1928), destacamos a 16ª lição intitulada “A pesca”.

Figura 13 - 16ª lição - “A pesca” do segundo livro de leituras *Moraes e Instrucitavas*

41

N'essa não caio! Quem sabe
Se me tomam por um tolo?
O que gira, me parece,
E' dos sabios o miolo.

16.ª Lição

A PESCA

ambos	comsigo	grama	pedacinhos
bello	ergues	peixe	tenção
cearmos	fresquinho	panno	



1. Alfredo sahiu a pescar em um rio, que corre nos fundos do quintal de sua casa.

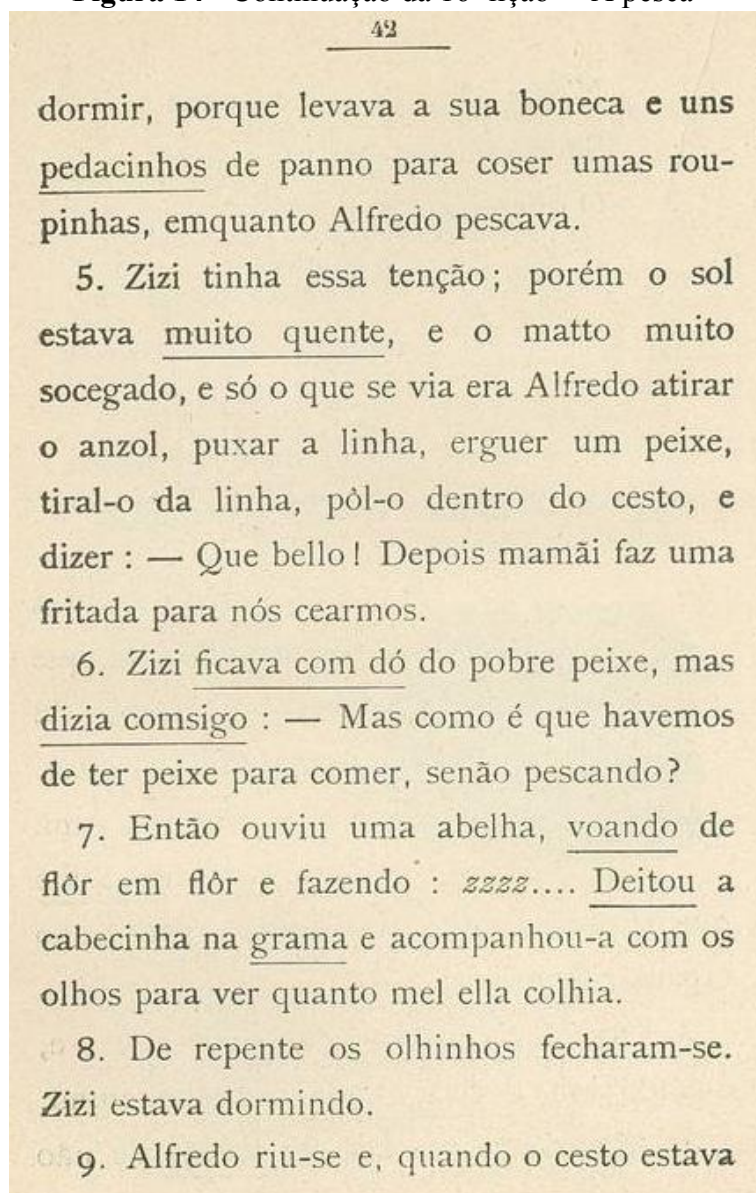
2. Levou sua irmã Zizi, mas disse-lhe que ficasse muito caladinha, para não espantar os peixes.

3. Ora, Zizi gostava muito de falar, e, quando tinha de ficar calada, dava-lhe somno.

4. Mas d'esta vez ella fez tenção de não

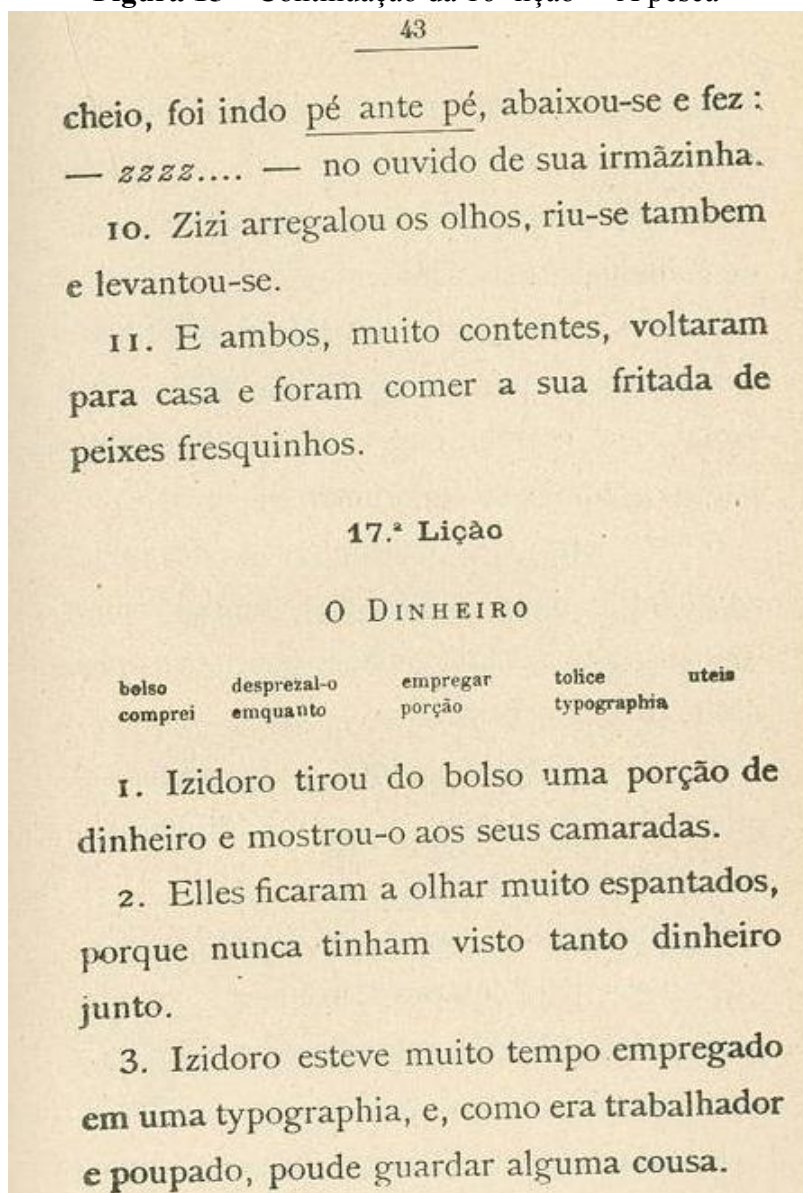
Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

Figura 14 - Continuação da 16ª lição - “A pesca”



Fonte: acervo da pesquisadora (2023).

Figura 15 – Continuação da 16ª lição - “A pesca”



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

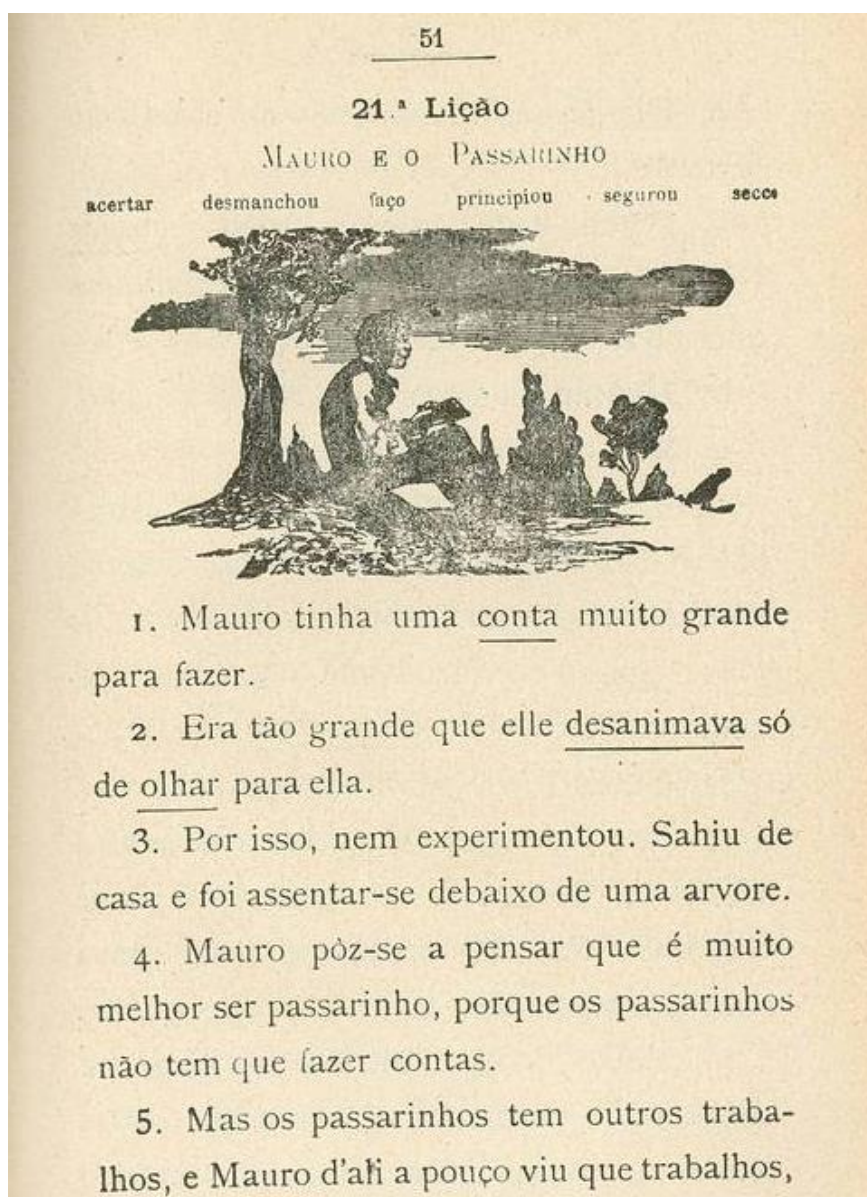
Pela leitura, podem ser explorados os conteúdos de lições de coisas prescritas no Regimento Interno (Rio Grande do Norte, 1914), entre eles, destacamos: observações sobre os animais conhecidos e sua classificação em vertebrados e invertebrados, os animais domésticos, úteis, nocivos, alimentação, o homem, o ar, agricultura; os conteúdos de Moral: obediência, respeito, cuidados com o outro, delicadeza com os irmãos, família, integrados aos de geografia acima exposto. As lições traziam várias abordagens para um mesmo assunto, desenvolvendo a capacidade analítica do aluno para aquilo que poderia ser observado e estudado. Portanto, a disseminação dos manuais escolares de João Kopke nos grupos pela Instrução Pública se tornava primordial na integração dos conteúdos de cada disciplina.

Em cada uma das matérias, o programa estabelecia um direcionamento com a estrutura de conteúdos nos quais se desenvolveriam toda a natureza dos processos de ensino e aprendizagem, constituindo-se com base no que Chervel (1990, p. 28) afirma: “um conjunto complexo que não se reduz os ensinos explícitos e programados”. Neste aspecto, faz-se necessário considerar a ação e intencionalidade do sujeito que executa o que está programado. Para Chervel (1990), a escola fornece à sociedade uma cultura constituída de duas partes: os programas oficiais, que explicitam sua finalidade educativa, e os resultados efetivos da ação da escola, os quais, no entanto, não estão inscritos nessa finalidade.

No texto “A pesca”, a ação desenvolvida tem sempre como causa a ação dos sujeitos “Mas, como é que havemos de ter peixes para comer, se não pescando”, os quais estabelecem e conduzem, segundo suas necessidades, as práticas para sua sustentabilidade, pelo trabalho, relação social e intelectual. Percebemos então as finalidades das disciplinas que Chervel (1990) chama de educativa e instrutiva. Detentora de culturas e práticas (civismo, valores, higiene) a serem transmitidas especialmente para crianças, a instrução colocou-se como base do processo de formação para alunos, pais e toda a sociedade que deveriam assumir papéis como educadores uns dos outros.

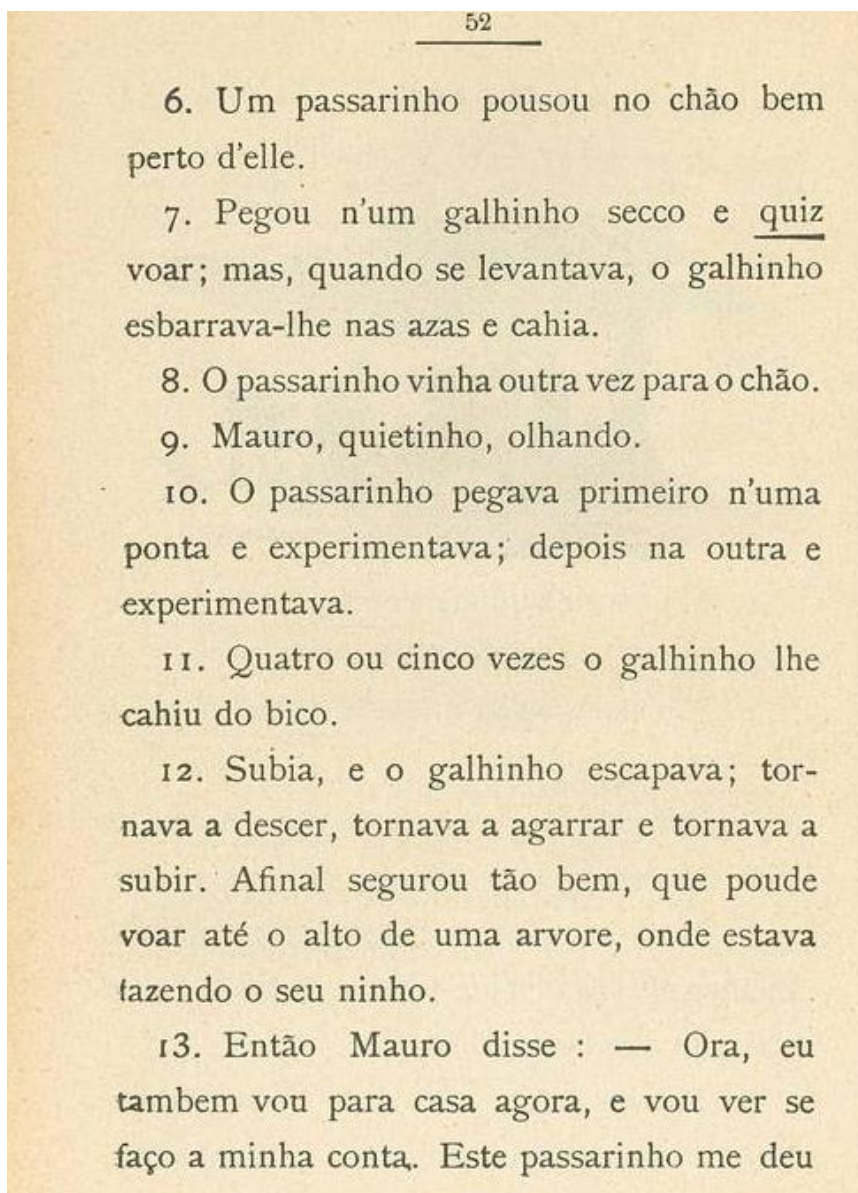
Na 21ª lição do segundo livro, encontramos a narrativa de Mauro e o passarinho, induzindo o sujeito a se libertar de suas indisposições e se munir de bons pensamentos e vontade de vencer, sejam quais forem suas dificuldades.

Figura 16 - 21ª lição - “Mauro e o Passarinho” do segundo livro de leituras *Moraes e Instructivas* (1924)

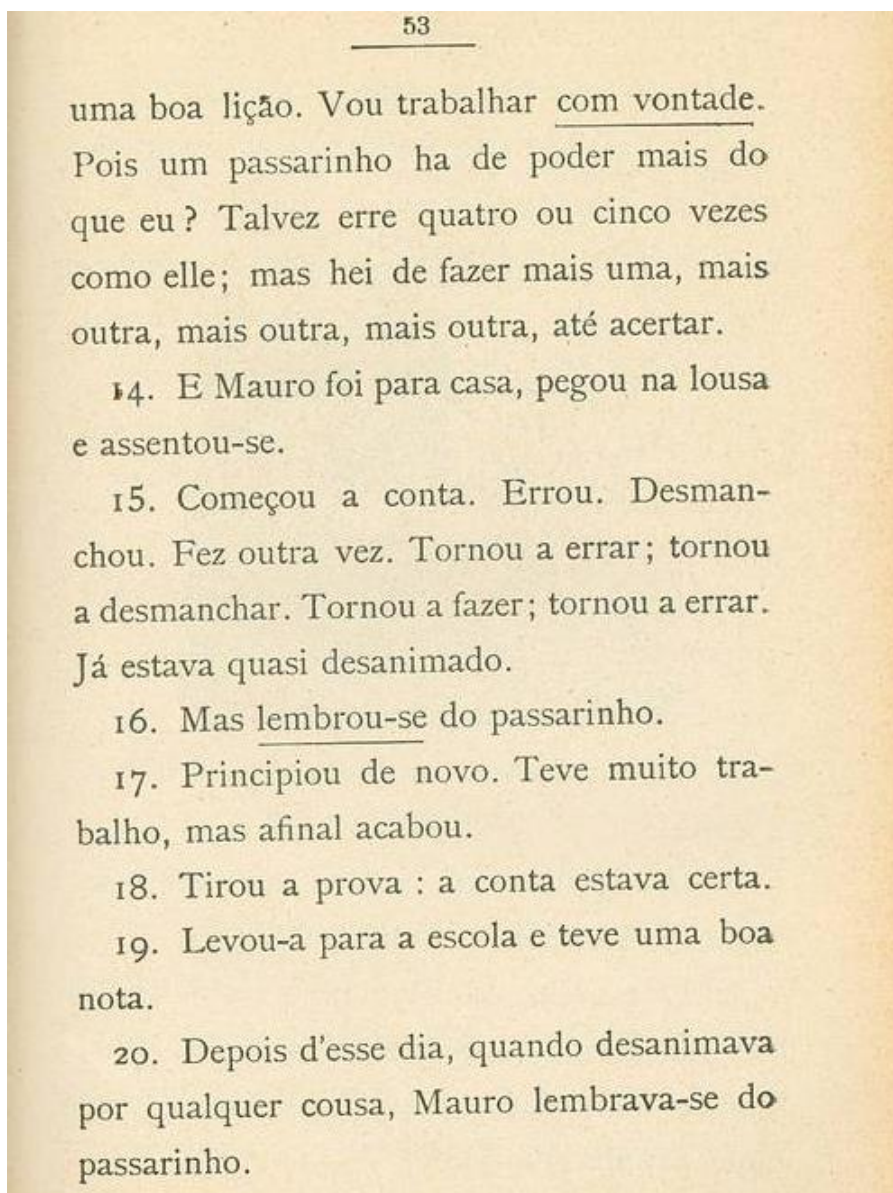


Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

Figura 17 - Continuação da 21ª lição - “Mauro e o Passarinho”



Fonte: acervo da pesquisadora (2023).

Figura 18 - Continuação da 21ª lição - “Mauro e o Passarinho”

Fonte: acervo da pesquisadora (2023).

Essa é uma história moralizante, ensinando que o sujeito que persevera, enfrenta as dificuldades, desafios e tempos de espera sem desanimar para alcançar seu objetivo. João Kopke expõe para o aluno uma aprendizagem baseada em problemas, a qual possibilita ao discente o conhecimento do conteúdo proposto pelos Regimentos Internos dos grupos, ao mesmo tempo que desenvolve suas habilidades de raciocínio, comportamentos, boas condutas, motivando-o a aprender com situações da realidade.

Para João Kopke, a escola era um lugar privilegiado e legítimo para se aprender o conhecimento sistematizado e planejado, por isso, sua preocupação é voltada principalmente com a língua formal que deveria ser assegurada integralmente nesse espaço. Através de uma

linguagem culta, o autor simboliza a realidade e modifica o pensamento do sujeito para novas práticas sociais, considerando a relação do grupo escolar com a comunidade mediante a introdução do manual escolar, o conjunto de disciplinas, calendário e horários escolares, organização didático-pedagógica, festas cívicas, passeios escolares.

Pelo Jornal A República (1920, p. 03), identificamos um passeio escolar do GEBRB aos arredores da vila em que as professoras Maria terceira Rocha e Raymunda Rocha deram “as lições das coisas sobre accidentes geográficos e botânica”, estavam presentes 32 alunos da escola isolada masculina e 38 alunas da escola feminina. Do GEBRB, é possível, de maneira próxima, ver a serra do Boqueirão como também o rio Cobra, que corta a referida serra e banha as margens da cidade, permitindo a difusão de diferentes práticas pedagógicas.

Experiências como atividades realizadas fora do grupo escolar, sistematizadas e planejadas em conformidade com os conteúdos do programa de ensino e a utilização de materiais pedagógicos se transformavam na inovação pedagógica. Desse modo, os passeios escolares faziam parte do projeto de modernização do ensino, possibilitando a compreensão dos conteúdos pela observação, esquemas interpretativos e a implementação das inovações científicas.

Citamos também algumas práticas utilizadas para alcançar as finalidades da instrução pública que eram: preparar o indivíduo para uma nova forma de organização social, disciplinamento dos corpos e formação de um trabalhador disciplinado. A distribuição de cópias do Hino Nacional Brasileiro e do Hino da Independência, entrega da Bandeira do Brasil nos grupos escolares com data festiva para esse ato. No Grupo Escolar Barão do Rio Branco em 1921, a entrega da Bandeira ocorreu pessoalmente pelo Diretor da Instrução Pública, Dr. Manoel Dantas, o qual demonstrou satisfação quanto à organização, à limpeza do Grupo e ao acolhimento por parte dos alunos, funcionários e sociedade parselhense com a sua pessoa (A República, 1921, p. 2, n. 266).

Outra situação observável na formação dos valores eram as atividades de leitura e escrita quanto a construção de frases retiradas do Diário de classe das professoras Maria Terceira Rocha e Raimunda Rocha:

- Um bom menino é estimado por todos.
- O alumno preguiçoso e mau, nada mais adquire a não ser o desprezo de todos.
- Appilcte ao bem e serás homem honrado.
- Se não conseguires fazer um trabalho da 1ª vez, tenta a 2ª e a 3ª e mais vezes, com paciência e o concluirás (GEBRB, 1920).

As frases demonstram o método para que os alunos tivessem motivação para aprendizagem e bons comportamentos. Nesse sentido, obediência, honestidade, pensamentos saudáveis eram características necessárias à formação do novo homem que fosse capaz de organizar suas atividades para o estudo ou para o trabalho.

Os textos do terceiro livro de leituras, *Moraes e Instructivas*, (1924) são escritos em contos, fábulas, anedotas e poesias. João Kopke se apropria de um pensamento lúdico, infantil, porém com intenções moralizantes na exaltação de determinados valores e comportamentos. As 65 lições desse manual contêm informações e conhecimentos sobre o homem e a natureza, base para a concretização de uma sociedade desenvolvida nas ideias de civilidade e progresso. No contexto de formação do homem honesto, bom e justo, destacamos as seguintes lições: 1ª lição, Precisa-se; 3ª lição, Aprendeí a curvar-vos; 10ª lição, O bobo; 13ª, Um rapaz espirituoso; 19ª O exame; 21ª lição, A procura de um lugar; 27ª lição, A companhia do esforça-te; 33ª lição, O feiticeiro; 34ª lição, Uma boa máxima; 35ª lição, Dois prazeres; 39ª lição, Degraus; 45ª lição, Perseverança; 46ª lição, A viúva e o negociante; 50ª lição, Eu não mereço; 51ª lição, A verdadeira coragem; 53ª lição, A festa de Lucio; 66ª lição, Dois modos de contar uma história; 67ª lição, A riqueza de Mario; 69ª lição, A mais nobre das vinganças; 70ª lição, A composição de Iracema; 71ª lição, O caminho direito; 73ª lição, Saber é poder.

Morttati (2000, p. 2) expõe que “no âmbito desses ideais republicanos, saber ler e escrever se tornou instrumento privilegiado de aquisição de saber/esclarecimento e imperativo da modernização e desenvolvimento social”. Sendo assim, a intencionalidade dos diferentes sujeitos e seus feitos desenvolvidos no interior da escola provocavam relações harmoniosas ou conflitantes entre a obediência, as normas estabelecidas e os dispositivos pedagógicos instituídos e efetivados no cotidiano escolar. Com características próprias, os manais de João Kopke se configuravam como referência instrutivas na educação pública em meio as regras, ordens estabelecidas pelos novos contextos sociais.

Segundo Ferreira (2018, p. 1):

Essas obras, pouco estudadas pelos pesquisadores, nos oferecem uma imagem de João Köpke como um escritor que produz um trabalho intencional, tanto com a linguagem quanto com a criação de um projeto visual-editorial em que se instala o texto, extrapolando o seu conteúdo e as práticas escolares tradicionalmente previstas para a formação de valores morais para a criança.

Assim, na compreensão da cultura escolar, Julia (2011) dialoga com Frago (1995) quanto à cultura produzida no interior da escola, aos modos de pensar e de atuar que

proporcionam a todos os sujeitos envolvidos nas práticas escolares meios e pautas para desenvolver, tanto nas aulas como fora delas, condutas, modos de vida e de pensar, materialidade física, hábitos e ritos. Isso posto, as experiências escolares transbordam os aspectos científicos, culturais e históricos do ensino, consolidando a riqueza do conhecimento que a escola produz e se expande para toda a sociedade.

Observamos que algumas lições possibilitavam ao professor problematizar o cotidiano dos alunos, a partir de práticas que ultrapassassem a mera transmissão do conhecimento, oportunizando-lhes ações mais dinâmicas e concretas. As lições: 4ª, A flor; a 5ª, O urang-utango; 9ª, Descoberta do pacífico; 11ª, A coruja; 14ª, O mundo; 18ª, A vicunha; 23ª, A onça; 26ª, As formigas; 28ª, A fonte; 31ª, Deixa chover; 32ª, As violetas; 36ª, Ao meio dia; 37ª, Antonio Canova; 43ª, Na floresta; 49ª, O cavalo marinho; 54ª, A lontra; 59ª, Martas e Doninhas; 63ª, Jorge Stephenson; 65ª, A tempestade.

Todas essas lições proporcionavam momentos de experiências com atividades por meio dos passeios escolares realizados fora do grupo escolar aos escolares. Para Souza (1998, p. 162), “as lições de coisas eram uma generalização da ciência como uma forma de mentalidade e o processo de racionalização do ensino”, ou seja, mais que um simples método pedagógico. Fundamentava-se numa concepção de prática educativa de caráter intencional, alterando a cultura escolar diante de sua função social e dos resultados que se esperava por meio do ensino proposto.

A quadragésima terceira lição “O menino satisfeito” vai de encontro ao que Frago (1995) afirma quanto à organização e funcionamento da escola, os quais se tornam práticas criadas e recriadas conforme os interesses da cultura externa na condição de quem impõe os saberes a serem disseminados no seu cotidiano, como também de uma cultura interna da própria instituição, mediante o conjunto de ações dos sujeitos que produzem, ampliam e modificam a cultura escolar.

Os passeios escolares eram uma metodologia do método intuitivo que tinham como finalidade aplicar os conteúdos efetivamente significativos para o desenvolvimento de competências úteis e necessárias à realização profissional e pessoal do estudante uma prática que chamava atenção de todos os membros da comunidade escolar. Este novo contexto possibilitava mais interação dos alunos, dinamismo e interdisciplinaridade, viabilizando uma aprendizagem por meio das observações e sentidos, explorando as paredes da sala de aula e das instituições.

O Regimento Interno do Grupos Escolares de 1914 estabelecia “[...] a obrigatoriedade dos passeios escolares mensaes, que se destinam não só a cultura physica dos alumnos como a aproveitosas licções de coisas” (Rio Grande do Norte, 1914, p. 1), características da inovação pedagógica materializada pela evolução do progresso da Instrução Pública na época.

De acordo com Azevedo e Santos (2018), os passeios escolares eram necessários para a Instrução Pública, responsáveis pelo desenvolvimento dos alunos e pela propaganda do ensino moderno nas localidades. Desse modo, os passeios introduziam ideias renovadoras, projetos, programas, materiais de ensino e aprendizagem que modificavam as atitudes, ideias, culturas, conteúdos e as práticas pedagógicas.

Identificamos uma aula passeio às margens do Rio Seridó para que os alunos pudessem identificar e comparar as diferentes paisagens e tipos de plantas ali existentes, com as professoras Maria Helena Furtado conduzindo a turma masculina e Rita Sampaio a turma feminina (GEBRB, Diário de classe, 25 de abril de 1921). Além de se apresentar como laboratório para a investigação, diante do conteúdo que estudavam, esse tipo de atividade proporcionava uma forma de lazer. Como afirmam Azevedo e Santos (2018, p. 40), “eram um modo de lazer, de recreio e diversão que aproveitava a natureza como um objeto de estudo transformando-se, assim, também em mecanismo de aprendizagens”.

Ao combinar a ludicidade do passeio com a prática do ensino, as aulas-passeio ajudariam a tornar o processo de ensino-aprendizagem mais interessante aos alunos a partir da observação de campo, a visitação a sítios, incluindo localidades dos próprios alunos. Existia, portanto, uma necessidade de difundir na sociedade as práticas pedagógicas conforme os objetivos educacionais, formando a cultura escolar a qual se expressa a partir do conjunto de “ideias, pautas e práticas relativamente consolidadas, como modo de hábitos” (Frago, 1995, p. 169).

As professoras Maria Helena Furtado e Rita Sampaio realizaram um passeio escolar com as turmas masculina e feminina respectivamente no dia 22 de setembro no sítio Mulungu para trabalhar o dia da Árvore. Foram observados os tipos de árvores, formatos das folhas, diferenças entre as folhas verdes e folhas secas, as árvores mais comuns e como fazer uma muda de uma árvore. “Os alunos também se confraternizaram com um delicioso piquenique” (A República, 29 de setembro de 1922).

Desse modo, as mudanças sociais, os novos costumes e o desenvolvimento urbano incumbiam à escola, o ensino pela repetição de valores morais, com ajuda dos manuais. Assim, as práticas escolares se tornavam condizentes com o momento histórico e político da época.

Como podemos observar no diário de classe da professora Rita Sampaio em 02 de maio de 1921, a seguinte frase: “O aluno Obediente é estimado pelo mestre”. Isso demonstra, pois, os preceitos exigidos pelas disciplinas e seus conteúdos para a formação do sujeito e as ações estabelecidas entre o método de ensino e as práticas escolares.

Nos textos de João Kopke, observamos que o leitor é convidado a se envolver com os aspectos linguísticos, cognitivo, social e cultural nos seus diferentes gêneros textuais, mesmo que o autor tenha como foco principal o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita dos alunos pelo método analítico. Os textos apresentavam uma integração de vários conteúdos promovendo um conhecimento mais globalizado.

Compreendemos a relevância de João Kopke através do primeiro, segundo, terceiro e quarto livros de Leituras, Moraes e Instructivas, como intelectual e escritor na inovação pedagógica para o ensino da leitura e escrita seguindo o método analítico. Os textos de formação do novo homem civilizado e histórias que envolvem ficção, realidade, despertando a curiosidade e colocando-a no centro do processo de escolarização. Assim, os manuais de João Kopke foram utilizados no GEBRB como um dos principais instrumentos para atender às exigências de um novo modelo de sociedade moderna que se formava no país e na pequena de Parelhas-RN criando novas práticas pedagógicas e modificando a cultura escolar.

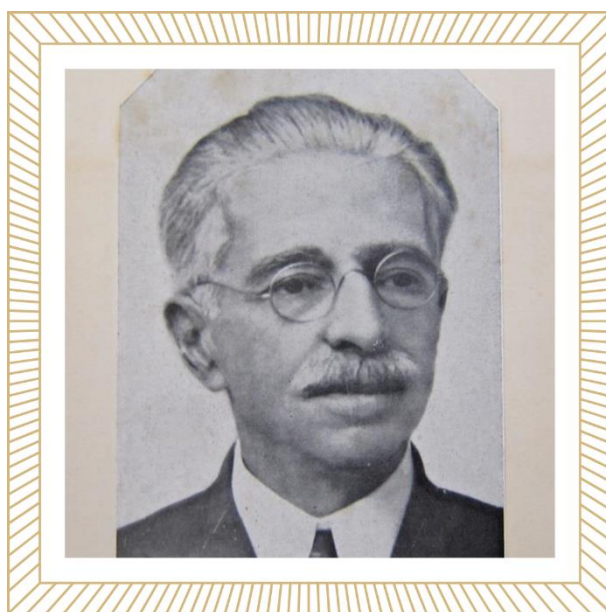
Dessa maneira, os sujeitos adotariam condutas livres e conscientemente de caráter histórico e social, internalizadas através dos manuscritos que ensinavam a lealdade e obediência até atingir o patriotismo tão almejado pelos intelectuais no início da Primeira República. Os manuais de João Kopke tinham esse caráter patriótico fundamentando no sujeito, o pensamento ideal de uma sociedade imbuída de normas, valores a partir de suas representações individuais que se constituem em seguida nas representações sociais.

3.1 UMA ANÁLISE SOBRE A CARTILHA ANALÍTICA DE ARNALDO BARRETO

Os intelectuais e escritores brasileiros apresentam em sua trajetória pessoal e profissional um conjunto de experiências particulares ou coletivas que os conduziram a ocupar funções de prestígio social ou poder político na sociedade em que estavam inseridos. Decorrentes de sua posição social, estavam envolvidos com a mobilização pela construção do sentimento nacional, descaso com a educação, índices de analfabetismo e doenças contagiosas colocando em risco a convivência humana.

Nesse contexto, apresentamos Arnaldo de Oliveira Barreto. Este, nasceu em Campinas (SP), em 12 de setembro de 1869, e faleceu na cidade de São Paulo, em 24 de julho de 1925. Era filho de um farmacêutico gaúcho, Antonio Jesuino de Oliveira, e de Aristhéia Brazilian de Lemos Barreto, natural do estado da Bahia, e irmão de René de Oliveira Barreto, também educador paulista e escritor de livros didáticos. Em 1894, passou a reger uma das classes da Escola-Modelo do Carmo, anexa à ENSP. Em 1896, encarregado pelo secretário do interior, reorganizou o Grupo Escolar de Lorena (SP) e, em seguida, voltou a ocupar seu cargo de professor naquela escola-modelo paulistana. Em 1897, atendendo à solicitação do diretor da ENSP, tornou-se inspetor das escolas anexas desse estado.

Figura 19 - Imagem do Professor Arnaldo Barreto



Fonte: Maziero (2015).

Este mesmo ano também marcaria tristemente a vida pessoal de Arnaldo Barreto, pois faleceu, em 18 de agosto de 1897, aos 25 anos de idade, sua esposa, D. Anna Atayde, deixando dois filhos pequenos: Mauro e Rubens de Oliveira Barreto. Em 1898, Arnaldo Barreto casou-se em segundas núpcias com D. Maria Francisca de Souza Barreto, filha de um fazendeiro da cidade de Capivari, no entanto, ficou viúvo novamente.

Foi nesse período que o país conheceu uma série de revoltas urbanas e rurais decorrentes das mudanças sociais e políticas. É de se destacar a Guerra de Canudos, de 1896-1897, e a Revolta da Vacina, de 1904. Nesse intervalo, o Brasil iniciou o seu processo de industrialização, alterando a paisagem urbana de algumas cidades e criando as condições para a formação da classe operária em território nacional.

Em São Paulo, Arnaldo Barreto, ocupou o cargo de diretor da Escola Normal da Praça da República, nos anos 1924 e 1925. Publicou inicialmente, logo após sua diplomação, a Cartilha das Mães que teve sua primeira edição produzida na Tipografia Siqueira e depois pelo Francisco Alves, havendo uma 83ª edição publicada em 1963 (Mortatti, 2010). Sua Cartilha Analytica foi produzida alguns anos depois (1907), com 1ª edição publicada em 1909, e teve sua última edição em 1967. Como a Cartilha das Mães circulou ainda por muitos anos, depois da segunda proposta, pode-se dizer que o autor atendeu a várias gerações de alunos e professores, com dois tipos de materiais destinados ao ensino inicial da leitura.

De acordo com Bernardes (2008), no período de 1915 a 1925, Barreto organizou a coleção Biblioteca Infantil, da Companhia Melhoramentos (SP); em 1915, foi publicado o primeiro título dessa coleção: O patinho feio, de Hans Christian Andersen⁵⁸. Nesse período, Barreto organizou e recriou 28 contos para essa coleção. Escreveu cartilhas escolares e livros de leitura, cadernos de cartografia, o ensino da Aritmética, livros infantis, e outros. Suas obras circularam em São Paulo e nos estados da Bahia, Santa Catarina e Espírito Santo, sendo premiada internacionalmente.

De acordo com Rozante (2011), Arnaldo Barreto figurava entre os principais intelectuais, atuando em várias instâncias da educação. Mesmo que em pequeno grupo, integra uma geração de normalistas que, após a Proclamação da República, passa a ocupar cargos na administração educacional, liderar movimentos associativos do magistério, assessorar autoridades educacionais e produzir material didático e de divulgação das novas ideias, sobretudo, no que diz respeito ao ensino da leitura.

Para Rocha (2016), ao escrever a “Cartilha Analítica”, Barreto concretizou o método que defendia para o ensino da leitura e escrita, o qual se baseava em “historietas”, considerando o “todo” a ser “analisado”, gradativa e sequencialmente até suas menores “partes” constitutivas (sentenças, palavras, sílabas, letras), sempre com predomínio da visão do “todo” e condução por parte do professor.

A Cartilha Analytica apresenta papel leve, poroso e encorpado com as variadas formas de desenhos aguada, aquarelas, fotografia, caracteres tipográficos em forma de vinhetas, molduras, todos feitos em bico-de-pena. Utiliza vinhetas impressas em forma de clichê tipográfico. A página de rosto da Cartilha Analytica é de 1920 e consta na entrada uma sentença

⁵⁸ Escritor dinamarquês, nascido em 1805 e falecido em 1875, é o autor de contos de fadas mais conhecido mundialmente. Enquanto que as peças de teatro, romances, poemas, livros de viagem e muitas biografias que escreveu só são conhecidos na Dinamarca, os seus "Contos" (1835-1872) encontram-se traduzidos em muitas línguas. Entre os mais famosos destacam-se "O Patinho Feio", "A Sereiazinha" e "A Rainha da Neve. Fonte <https://www.portoeditora.pt>.

de Pestalozzi: “cultivae as faculdades em sua ordem natural; formae primeiro o espírito, para instruil-o depois. Primeiro a syntese, depois a analyse. Não a ordem do assunto, mas a ordem da natureza”.

De acordo com Fernandes (2011), a elaboração dos manuais escolares no país durante o período abordado, caracterizou-se pela existência de duas fases importantes: a fase inicial a partir de projetos que defendiam a necessidade de se elaborar livros segundo modelos estrangeiros, principalmente, franceses e alemães. E a outra fase que surgiu mediante as críticas em relação aos livros, conclamando a produção de obras nacionais em conformidade com as transformações sociais, econômicas e culturais ocorridas na sociedade brasileira no final do século XIX, principalmente, o crescimento da rede escolar pelas construções dos edifícios do grupo escolar, urbanização, imigração e modernização tecnológica da imprensa.

Os manuais e as cartilhas escolares foram utilizados como instrumentos de reprodução ideológica em diferentes momentos da história do Brasil. Transmitiam valores e culturas a serem seguidas por toda a sociedade e reforçavam a formação do sentimento de nacionalidade, imbuídos desde o momento inicial de visões patrióticas na produção da história do Brasil. As obras eram voltadas à construção da identidade nacional, movidas por interesses do Estado.

A obra de Arnaldo Barreto aqui analisada se caracteriza pela adoção do “método de marcha analítica (processos de palavração e sentencição), de acordo com as instruções oficiais da escola primária. Para isso, deveriam ser elaborados com a finalidade de fornecer conhecimentos variados e despertar nos alunos o gosto pela leitura, além de que seus conteúdos e desenhos possibilitassem a curiosidade da criança a partir dos sentidos na perspectiva epistemológica do método intuitivo e lições das coisas.

Com suas páginas em branco e preto e algumas em cores, seu texto simples, leve e frequentemente bem-humorado, cheio de ação e de diálogos, suas lições ingênuas e vivazes de boas maneiras, tolerância, respeito e afeição, os Livros de Leitura da série Puiggari-Barreto fogem completamente ao antigo esquema do livro didático de leitura árida, sem vida e sem interesse (Pfromm Neto; Rosamilha; Dib, 1974, p. 175-176).

Os manuais e as cartilhas escolares começaram a fazer parte do cotidiano dos grupos escolares e das rotinas pedagógicas, uma vez que auxiliavam na formação dos professores e possibilitavam a interação do aluno com textos orais e escritos das historietas, aproximando-o do padrão convencional da língua. Para isso, os manuais traziam um vocabulário expressivo, composto de palavras que faziam parte da realidade do aluno. A comunicação oral assim como a escrita deveriam ser trabalhadas simultaneamente.

De acordo com Morttati (2000), no Brasil as Cartilhas Analyticas foram produzidas por professores normalistas assessores de autoridades da administração educacional que se tornaram disseminadores de propostas inovadoras para o ensino da leitura nas escolas públicas. É importante destacar que outro fator que impulsionou a produção dos manuais foi o processo de expansão e consolidação do mercado editorial de livros didáticos produzidos por brasileiros e para a escola brasileira.

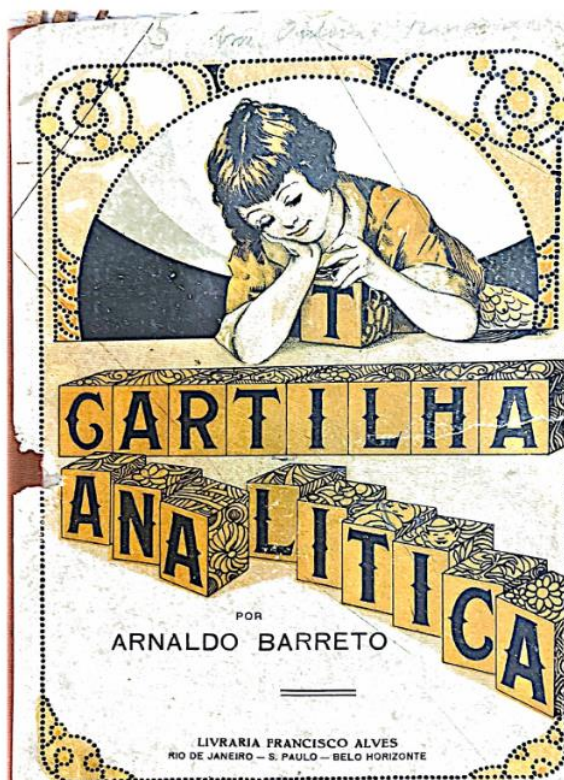
Para Regina (2017), a proposta pedagógica moderna de Arnaldo Barreto era voltada à educação e instrução da criança, prescrevendo normas de padrões e condutas às crianças e às famílias, no intuito de alcançar a desejada civilização. Este autor se especializou em assuntos educacionais, produziu e divulgou materiais didáticos, apoiando sua prática e suas reflexões em estudiosos franceses, americanos e ingleses.

A cartilha analítica de Arnaldo Barreto expressa o método Analytico para o processo de alfabetização das crianças, considerando a transição do Império para a Primeira República. Na capa da cartilha, encontramos uma criança segurando um cubo com a letra T. Os cubos formam a palavra cartilha analítica, editada pela livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro em 1916. De acordo com Bernardes (2008), sua 1ª edição foi em 1909 e a última, a 74ª, em 1967. Nesta pesquisa, a cartilha analisada tem 104 páginas. Na contracapa, evidencia uma dedicatória: “Ao Oscar Thompson⁵⁹ o mais decidido propagandista, no Estado de São Paulo, do ensino da leitura pelo método analítico e ao Theodoro Moraes⁶⁰ o seu mais fino executor, como preito da mais justa homenagem”. A seguir ilustramos a capa da cartilha Analítica de Arnaldo Barreto.

⁵⁹ Oscar Thompson - formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1889. Oscar Thompson acumulou importantes cargos em sua carreira, como o de Diretor Geral da Instrução Pública (1909-1910 e 1917-1920); incentivador e divulgador do método analítico para o ensino da leitura e na produção de cartilhas; criador da Diretoria Geral da Instrução Publica, além de outras atividades, visando promover avanços educacionais (Mortatti, 2000).

⁶⁰ Theodoro de Moraes iniciou sua carreira como professor adjunto, em 1898, e se diplomou, em 1906, pela Escola Normal Secundária de São Paulo. Theodoro de Moraes participou da elaboração de documentos oficiais, elaborou artigos para periódicos, textos de literatura infantil, livretos, livros, proferiu conferências e palestras, concedeu entrevista, traduziu textos, todos ligados diretamente às questões do ensino e da educação. Escreveu, também, livros didáticos para o ensino da leitura pelo método analítico para crianças, adolescentes e adultos, face mais visível de sua produção escrita, porém não mais importante que os outros textos (Pereira, 2009).

Figura 20 - Capa da Cartilha Analítica de Arnaldo Barreto



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

Na primeira página está escrito:

Não merece o nome de professor aquele que, para ensinar, não recorre aos processos mais de acordo com as leis do espírito.

Aforismos de Pestalozzi

- Cultivai as faculdades em sua ordem natural; formai primeiro o espírito para instruí-lo depois.
- Primeiro a síntese, depois a análise. Não a ordem do assunto, mas sim a ordem da natureza (Barreto, 1916, p. 01).

Pestalozzi foi responsável pela reforma da Suíça, idealizador do Método Intuitivo, segundo o qual as práticas pedagógicas deveriam estar norteadas. O Método Intuitivo inicia-se através das percepções sensoriais, incluindo o olhar, tocar, ouvir, comparar e analisar. Por meio da observação e da investigação, estimulam-se os processos cognitivos e a mobilização dos recursos mentais do educando na busca da compreensão do fenômeno observado integralmente. Nesse sentido, Barreto (1916) comungava com Pestalozzi quanto ao processo e método de ensino, a aprendizagem das crianças para ler e escrever. Esse processo se dava pela percepção, partindo das coisas para a palavra a partir da junção de sílabas.

Barreto (1916) afirma que para o professor entender o método *analytico* apresentado na cartilha escolar, era indispensável a leitura do que estava nas suas últimas páginas, autorizada pela Instrução da Diretoria Geral do Ensino do Estado de São Paulo. O manual apresenta modelos de lições e o passo a passo para o professor seguir. Nessa direção, Schwartz (2008) enfatiza que todos os manuais do tipo série graduada que estavam sendo prescritos para adoção nos grupos escolares, seguiam os princípios do método analítico, oficialmente adotado nas escolas primárias no período republicano pela legislação de ensino em cada estado federativo do Brasil.

O manual utilizado no GEBRB estava prescrito nos diários de classe das professoras Maria Terceira Rocha, Raimunda Rocha, Helena Furtado e Rita Sampaio, especificamente, para 3ª sessão nos meses de março, abril, maio e junho de cada ano (1919 a 1922). Uma observação importante que está escrita no manual para o professor é que todas as lições da página 94 a 104 deveriam ser dadas durante quatro meses de exercícios de leitura no quadro negro para que, em seguida, o aluno fizesse uso da cartilha que poderia ser a dele, a de Mariano de Oliveira ou de Ramon Roca Dordal⁶¹ (Barreto, 1916). Segundo Frade (2004), cada autor que tivesse seus livros aprovados pela Instrução Pública poderia ser utilizado no grupo escolar, tendo em vista as escolhas que o professor fazia com base nos temas que trabalhava, bem como o método de cada tendência para alfabetizar.

Outra orientação que o manual trazia era que o professor deveria conduzir o aluno pela leitura por meio da observação e descrição da imagem, lembrando as perguntas, sublinhando as frases ao mesmo tempo que as numerava. Nessa direção, poderia pedir que os alunos lessem a historieta de cima para baixo e vice-versa, depois, repetindo salteadamente o todo sem olhar para o quadro negro. Para Bernades (2008), Arnaldo Barreto defendia que o aluno só seria capaz de ampliar seu vocabulário pela totalidade da palavra: o ouvido, a impressão labial, a imagem visual, e a impressão muscular: ouvir, enunciar, ver e escrever.

Os pontos de interrogação e exclamação eram bem presentes nos textos da Cartilha Analítica e deviam ser usados no início e fim das frases que faziam uso deles como: *?Vocês estão vendo a boneca?; !Olhem onde está Maria!*. Acredita-se que o ponto no início da frase

⁶¹ Ramon Roca Dordal, filho de dona Francisco Roca y Ardevol e D. B. Ramona Dordal nasceu em 10 de março de 1854 na cidade de Barcelona, na Espanha. Estudou História e Geografia na Escola San Isidro-Espanha e aprendeu tipografia, e exerceu esse ofício, em Madri, capital daquele país. Além de tipógrafo, foi aspirante oficial de segunda classe de Orense e oficial do batalhão galaico. Em 1907, foi nomeado inspetor escolar na cidade de São Paulo, cargo que ocupou até o ano de 1919, quando se aposentou. O professor Ramon Roca Dordal faleceu em 19 de setembro de 1938, com 84 anos de idade. Escreveu livros de aritmética, leitura, artigos para revista, documentos oficiais.

ajudaria o leitor na percepção de que seria uma pergunta, pausa, exclamação ou ponto final. Funcionaria como uma espécie de guia, organizando o pensamento do leitor.

Uma outra estratégia utilizada por Barreto diante da leitura era colocar algumas das sentenças em coluna vertical para uma nova análise, como mostra a figura abaixo.

Figura 21 - Leitura vertical

CARTILHA ANALITICA — 13

Este menino é o Paulo.	Paulo tem tambem um cachorrinho.	O leite está dentro do prato.
------------------------------------	--	---



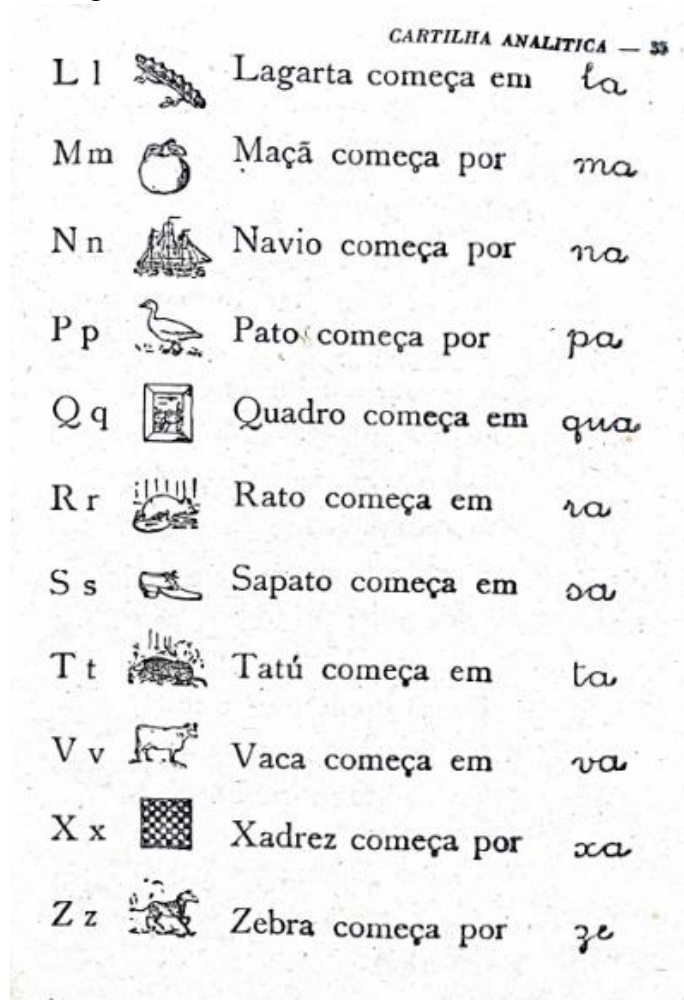
! Olhem onde está o Perí!	O cachorrinho chama-se Perí.	Paulo vai dar leite ao Perí.
------------------------------------	---------------------------------------	---------------------------------------

Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

Depois que o aluno dominasse um certo número de palavras, o professor poderia ampliar as sentenças, indagando quantas vezes as proferem e com que cada sílaba começa. Barreto (1916) orienta que é na ordem clássica do alfabeto que se deve estudar os sons silábicos, como por exemplo: **BONECA**. Em seguida, apresentar uma lista de palavras que começam com BO. Com as novas palavras, o professor juntamente aos alunos deveria criar novas historietas. Assim, seriam dadas todas as consoantes.

As intenções de ensinar os rudimentos da escrita são descritas por Frade (2004) como algo complexo diante da compreensão por parte do aprendiz quanto ao conteúdo linguístico: abecedário e silabários, no método alfabético, fonemas representados por letras no método fônico, sílabas no silábico e para os que defendem o método analítico o texto, a frase, a palavra.

Figura 22 - Página 35 da Cartilha Analítica de Arnaldo Barreto



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

O ensino da leitura se daria por palavras com rimas no começo, meio ou fim. Indubitavelmente, Barreto (1916) afirma que a rima é uma habilidade da consciência fonológica relacionada à percepção de identificar a semelhança no som final de uma palavra ou um verso. Assim, o processo de alfabetização envolve a consciência fonológica, de modo que a rima é um dos primeiros sinais dessa consciência, pois a criança começa a perceber que o final das palavras é igual ao de outras com a mesma tonicidade.

Nas historietas de Barreto (1916), podemos observar que a frase seguinte tem início com a palavra da frase anterior, em que o indivíduo podia memorizar o repertório de palavras, as quais estavam em conformidade com as gravuras estampadas acima do texto. O aluno não era convidado a pensar, refletir, indagar porque as frases já afirmavam possíveis curiosidades que o aluno poderia suscitar como mostra a figura abaixo.

Figura 23 - Leitura da Cartilha Analítica de Arnaldo Barreto

Fonte: Manual de Arnaldo Barreto (1916).

O importante era o texto trazer palavras já estudadas pelo aluno, deixando-o restrito a determinadas leituras imposta pela cartilha escolar, como podemos observar na historieta abaixo. No momento em que o aluno era convidado a fazer a leitura oral, o professor podia detectar as dificuldades de domínio do código, conhecimento lexical, erros de decodificação e as dificuldades de leitura causadas por problemas relativos à linguagem.

Quadro 7 - Historietas

HISTORIETA Pág. 09	HISTORIETA Pág. 10
1. Eu vejo um menino.	1. Eu vejo uma menina é a Lúcia.
2. Este menino chama-se Paulo.	2. Lúcia tem um gatinho.

3. Paulo tem uma bola.	3. O gatinho de Lúcia chama-se Mimi.
4. ? vocês estão vendo a bola?	4. Lúcia tem também uma boneca.
5. A bola é azul.	5. A boneca chama-se bebê.
	6. ! olhem onde está a Bebê.

Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

As duas historietas apresentam os personagens Paulo e Lúcia que estão em outras narrativas no decorrer da cartilha escolar. As grafias das sequências de leituras são cursivas, manuscritas em que as letras são ligadas umas às outras, permitindo que a palavra praticamente seja escrita com um único traço. Encontramos a grafia também de bastão, forma ou imprensa. A letra de forma era considerada pelos autores dos manuais e das cartilhas a melhor forma de se ensinar a escrita as crianças, em especial, a maiúscula, por esta possuir apenas duas formas de escrita. Nas instruções para o professor, Barreto (1916, p. 99) enfatiza que: “É imprescindível que a professora adquira, por sua vez, uma letra vertical correta, por isso que o modelo escrito por ela no quadro negro é o que mais impressiona a criança”.

Nesse sentido, Martatti (2000) afirma que a leitura e a escrita se tornaram, permanentemente, objeto de ensino e aprendizagem submetida à organização sistemática, tecnicamente ensináveis, demandando preparo de profissionais especializados. Para isso, houve necessidade crescente de se criar estratégias organizativas, sistemáticas e didáticas para subsidiar o trabalho dos professores.

Na figura abaixo ilustrada, podemos aferir uma das estratégias para a memorização, repetição de algumas palavras, principalmente os verbos que dão sentido a frases.

Figura 24 - Leitura da Cartilha Analítica de Arnaldo Barreto

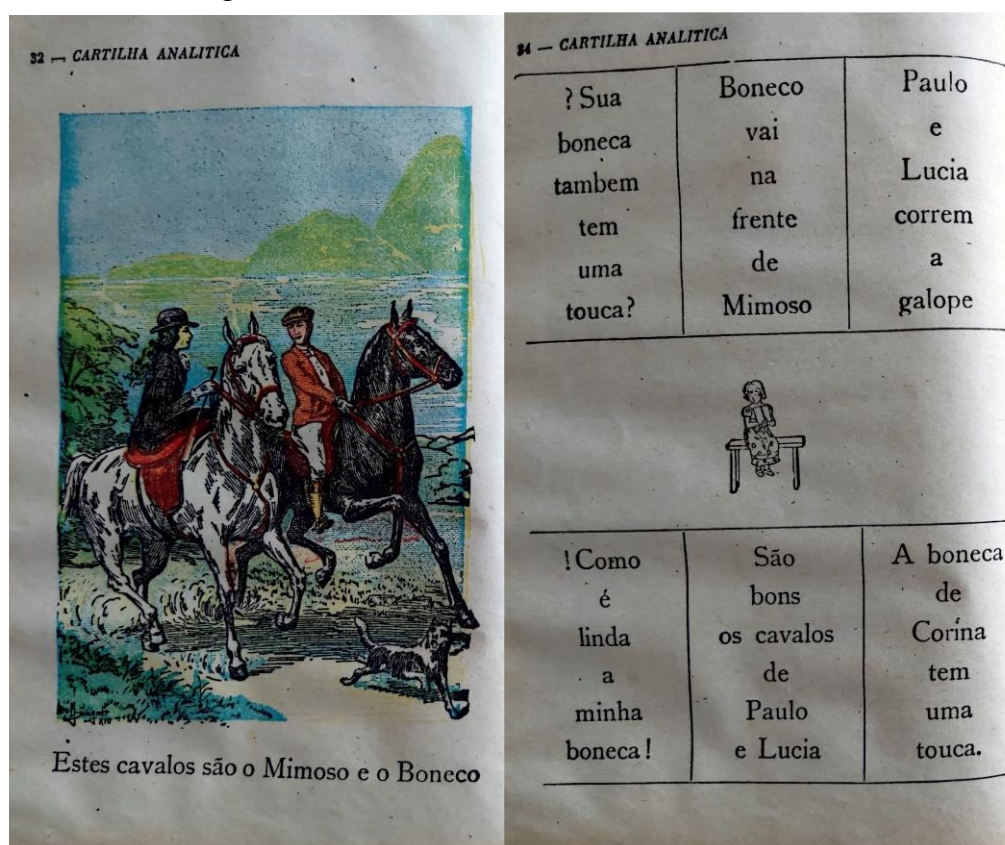


Fonte: Manual de Arnaldo Barreto (1916, p. 16).

Percebemos que a expressão “corre atrás” é repetida quatro vezes. As gravuras também auxiliam o aluno a memorizar palavras e frases. Neste exemplo, a ação correr está bem explícita nas gravuras. Não era preciso aprender apenas a ler e escrever, mas, identificar gramaticalmente os elementos que integram a frase. O autor tem a preocupação de trazer uma linguagem simples, acessível para a criança. Existia pelo próprio método de ensino uma certa agilidade nas lições pautado na memória, e o bom professor era aquele que seguia as determinações dos programas oficiais de ensino e aplicava adequadamente o método impresso nos manuais. Para Bernardes (2008), Barreto propõe que o professor deveria apresentar a criança uma estampa ilustrativa de um objeto de seu conhecimento e interesse, para que, ao observarem-na, fossem capazes de enunciar sentenças acerca de seu conteúdo.

Em 18 de maio de 1920, a professora Maria Terceira Rocha menciona a atividade no manual de Barreto das páginas 32 a 34, nas turmas de 3ª sessão composta da seguinte maneira: Gravura (p. 32), historieta enumerada detalhando a ilustração (p. 33). Na página 34, as palavras estão escritas verticalmente retiradas da historieta e relacionadas às-gravuras.

Figura 25 - Leitura de gravura e de texto vertical da Cartilha Analítica de Arnaldo Barreto



Fonte: Manual de Arnaldo Barreto (1916, p. 32 e 34).

Na página 32, as frases que representam a gravura anterior estão na posição vertical que consiste em realizar de maneira diferente a decifração dos códigos. Isso porque o método analítico de ensino prescrevia a decodificação e aglutinamento fonológico como habilidades a serem desenvolvidas na aquisição da leitura a partir das concepções que a criança construía fora da escola no seu cotidiano e convívio social.

A seguir, na página 35, encontramos a correspondência da letra, imagem, palavra e sílaba.

Figura 26 - Leitura da Cartilha Analítica de Arnaldo Barreto

CARTILHA ANALÍTICA — 33

L l		Lagarta começa em	la
M m		Maçã começa por	ma
N n		Navio começa por	na
P p		Pato começa por	pa
Q q		Quadro começa em	qua
R r		Rato começa em	ra
S s		Sapato começa em	sa
T t		Tatú começa em	ta
V v		Vaca começa em	va
X x		Xadrez começa por	xa
Z z		Zebra começa por	ze

Fonte: Manual de Arnaldo Barreto (1916, p. 35).

Através da imagem, a criança conseguia fazer uma leitura prévia com ajuda do professor de cenas, propiciando uma interação entre o texto e o contexto, acrescentando novos saberes e promovendo um olhar curioso com ênfase na leitura de imagem. Era preciso que o professor ajudasse o aluno a realizar as leituras das imagens, apontando e relembrando informações adquiridas em leituras anteriores como estímulo à memória e à concentração. Por isso, os mesmos personagens eram protagonistas de várias historietas e estavam sempre em interação uns com os outros, seus brinquedos preferidos e animais de estimação.

Ao adentrar o manual escolar, Arnaldo Barreto (1916) destaca as gravuras como suportes para a leitura, pois a criança despertava sua curiosidade, aguçava a imaginação, proporcionando um pensamento operatório diante de um novo mundo, repleto de informações e significados.

Figura 27 - Leitura da Cartilha Analítica de Arnaldo Barreto

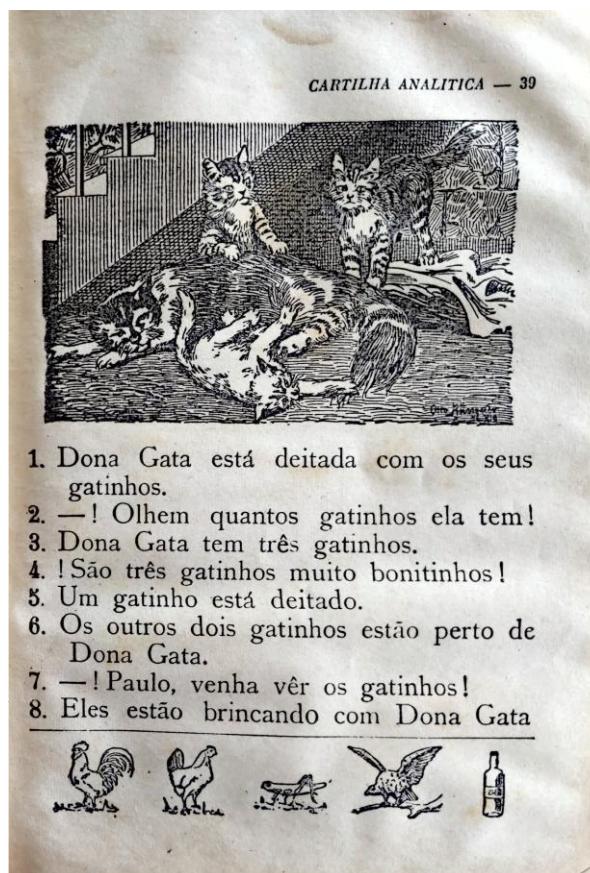


Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

Decorrente disso, era preciso ler com agilidade e precisão, fazendo a correspondência entre as palavras e os seus significados. Mediante as imagens e historietas, o método analítico considerava o interesse da criança, para a percepção como atividade predominante, a leitura por ideias, sinais gráficos e aspectos da vivência dos educandos.

No dia 19 de maio, as lições indicadas para leitura e escrita no diário de Maria Terceira Rocha para as turmas de 2ª e 3ª sessão eram as páginas 38 e 39.

Figura 28 - Leitura da Cartilha Analítica de Arnaldo Barreto



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

A habilidade para ler palavras vem somente com o aumento do conhecimento de como a ortografia se relaciona à fonologia, o que requer atenção às sequências de letras e de fonemas associadas a essas letras. A consciência fonológica é reconhecida como o fator que melhor contribui para o desenvolvimento das habilidades de leitura. Tomado em sua materialidade, esse método de ensino expressava a cultura que se queria formar através dos hábitos do fazer escolar, modos de ser e de exercitar práticas cotidianamente de higiene, civismo, patriotismo, ou seja, saberes imbuídos de sentimentos necessários para colocar o país rumo ao progresso e à consolidação da democracia.

Analisando os diários de classe nas disciplinas de leitura e escrita, percebemos que os horários eram de 10:35 às 10:55, ou seja, vinte minutos apenas em turmas de níveis de aprendizagens diferentes, considerando que eram duas sessões juntas. Isso demonstra também que o número de alunos era maior. No dia 20 de maio de 1920, as páginas do manual de Arnaldo Barreto, indicadas no diário da professora Maria Terceira Rocha, foram das páginas 41 a 45 que se destinam a leituras de historietas com numeração de 9 a 17 frases, considerando os vinte minutos para cada aula.

Nesse contexto, de acordo com Frago (1995), espaço e tempo são concedidos, distribuídos e utilizados pelas instituições escolares e sujeitos que tomam parte da vida cotidiana da escola em sua complexidade, mas também como produtores de culturas, a qual desenvolveu diferentes aspectos que influem sobre a formação do indivíduo e da sociedade. Para esse autor, a cultura escolar pode ser entendida como “um conjunto de aspectos institucionalizados que caracterizam a escola como uma organização” (Frago, 1995, p. 69).

Conforme Regina (2017), Barreto descreve em seu manual os costumes de uma família feliz, educada com princípios morais e cívicos, aquela que orienta as crianças nos bons comportamentos. Apresenta nas historietas e imagens, a infância, brincadeira, higiene, emoções e escolarização, aspectos inerentes aos padrões culturais do indivíduo e da organização na sociedade republicana.

Neste momento, a educação higiênica também assumia um caráter prático. A instrução sobre os perigos invisíveis contidos em qualquer lugar buscava fazer dos alunos verdadeiros sentinelas que, fora da escola, poderiam melhorar as condições higiênicas de suas habitações e de seus corpos.

É preciso destacar, também, a concepção de higiene que o programa trazia forjados nos conteúdos das disciplinas de exercícios físicos, leitura, escrita e lições de coisas. De acordo com Azevedo e Santos (2018), a escolarização dos corpos não se destinava apenas à matéria e atividades de exercícios físicos, mas estavam presentes em todas as outras matérias que integravam as dimensões da vida pessoal e social dos educandos. Estes preceitos higiênicos, reforçando as atividades pedagógicas, aos poucos, influenciavam o comportamento dos sujeitos que constituíam o coletivo da escola, adotando hábitos saudáveis de vida, controlando as doenças proliferadas e infecciosas, desenvolvendo comportamentos adequados e desejáveis a consolidação dos ideais republicanos.

O conjunto das disciplinas anunciam que os ideais republicanos foram materializados na reformulação da Instrução Pública, principalmente, através dos programas de ensino os quais atribuíam o controle da regularidade, do ritmo, do tempo da aprendizagem e realização social da vida cotidiana, inclusive, na vida pessoal. Isso-porque os professores eram vigilantes quanto aos aspectos de higiene que os alunos deveriam chegar ao grupo, ficando sobre sua responsabilidade enviar “sem constrangimentos” para casa aqueles que não estivessem nos padrões necessários à higienização (Rio Grande do Norte, 1914, p. 25)

Arnaldo Barreto juntamente com Romão Puiggari criaram a série de Leitura Puiggari-Barreto destinada ao Ensino Primário. De acordo Panizollo (2006); estes dois educadores se

dedicaram ao Ensino Primário, além do trabalho na Escola Normal de São Paulo, dirigiram grupos escolares, atuaram como inspetor de ensino e ainda escreveram poesias, prosas didáticas e diversos livros.

Esses autores de livros escolares eram educadores e intelectuais, propositores de teorias e práticas sobre os assuntos da Educação, que, munidos de uma sólida fundamentação teórica e uma experiência prática modernizada e inovadora, assumiram a tarefa de disseminar o conhecimento e os modos de ensinar (Panizollo, 2006, p. 75).

A educação para Barreto era vista como instrumento fundamental para a disseminação do sentimento pátrio, legitimar o regime republicano e expandir a ideia de que, a partir da instrução, os populares teriam a oportunidade de melhores condições de vida e trabalho. Com isso, caberia à escola, a função de promover um futuro melhor para os cidadãos brasileiros, atendendo aos princípios de moralidade e civilidade.

Os manuais pedagógicos e as cartilhas escolares escritos por Barreto também se tornavam instrumentos de formação para os professores. Apresentavam informações passo a passo, para instrução de ensino da leitura e da escrita propostas de como o professor deveria dar as lições, formando-se enquanto leitor para testemunhar suas experiências e suscitar no aprendiz o gosto pela ação de ler. A cartilha era, portanto, um material pedagógico para aluno e professores no processo de aquisição da linguagem, como também um instrumento de comunicação para toda a sociedade na disseminação dos conhecimentos, visto que a intencionalidade do autor não era apenas formar bons leitores, mas formar o novo homem, com princípios éticos e estéticos, modos de viver e se relacionar com o outro e o meio em que estava inserido.

3.2 A NOVA CARTILHA ANALYTICO-SYNTHÉTICA DE MARIANO DE OLIVEIRA

Os intelectuais e escritores brasileiros tiveram uma atuação relevante em defesa de uma educação pública, laica e gratuita. Mantiveram-se convictos de que a reestruturação da sociedade se dava pela educação mediante a expansão dos grupos escolares com seu método inovador de ensino, materiais pedagógicos e escolares e professores especializados para atender um programa de ensino planejado e sistematizado, capaz de atender às finalidades que se propunha a educação. Todos esses instrumentos legais e constitucionais formam o conjunto de

práticas encontradas no GEBRB mediante a utilização dos manuais pedagógicos e das cartilhas escolares.

Nesse cenário identificamos mais uma cartilha escolar em que as professoras faziam uso para o ensino da leitura e da escrita - o manual pedagógico e a cartilha escolar de Mariano de Oliveira. Referência em educação, pesquisador e escritor que buscou, sob as lentes da alfabetização, compreender os mecanismos pelos quais as crianças aprendiam a ler e escrever.

Mariano de Oliveira, filho de Antônio Guedes de Oliveira e da professora D. Corina Eugenia de Oliveira, nasceu em Piracicaba, cidade do interior do estado de São Paulo, no dia 26 de maio de 1869. Diplomou-se em 1888 pela Escola Normal de São Paulo. Foi um professor com grande influência no cenário educacional paulista, considerando a grande circulação de seus manuais e a importância, naquele momento, das suas orientações em relação ao método analítico-sintético de ensino adotado no estado de São Paulo.

De acordo com as pesquisas de Sobral (2007), nas décadas iniciais do século XX, Mariano de Oliveira exerceu o cargo de inspetor escolar, quando publicou, em parceria com Miguel Carneiro, J. Pinto e Silva e Theodoro de Moraes, pela Siqueira, Nagel & Comp., vinculada à Directoria Geral da Instrução Publica, em 1911, a monografia: Como ensinar leitura e linguagem nos diversos annos do curso preliminar. Em 1914, continuando no cargo de inspetor, publicou na Revista de Ensino as Instruções práticas para o ensino da leitura pelo methodo analytico – modelos de lições com a colaboração dos professores Ramon Roca Dordal e Arnaldo de Oliveira Barreto. Nesse sentido, Mariano de Oliveira tem um legado de 79 referências de textos escritos, a saber: 1 de livro didático para o ensino da leitura, linguagem e aritmética; 56 de cartilhas; 9 de livros de leitura para a escola; 10 de textos diversos em periódicos; e 3 de documentos oficiais.

Em 1916, Mariano de Oliveira publicou a Nova Cartilha Analytico-Synthética, editada até 1955, alcançando a 185ª edição, e circulou por diversos estados brasileiros. Esta cartilha é citada nos diários de classe do GEBRB (1919 a 1922). Escreveu ainda a cartilha *Ensino rápido da leitura*, cuja 1ª edição data de 1917, publicada assim como a primeira, pela editora Weiszflog Irmãos. Essa cartilha teve repercussão ainda maior, sendo adotada oficialmente em pelo menos quatro estados brasileiros (Minas Gerais, Mato Grosso, Paraná e São Paulo) e editada por quase 80 anos, até 1996, quando alcançou sua 2.230ª edição.

Além dessas atividades, Mariano de Oliveira exerceu os cargos de professor da Escola Modelo e da Escola Complementar, ambas de Itapetininga-SP; diretor dos grupos escolares das cidades paulistas de Faxina e Bragança; e adjunto das escolas reunidas do Grupo Escolar de

São Roque-SP. Em maio de 1917, assumiu o cargo de diretor da Escola Normal de São Carlos, no qual permaneceu até abril de 1922, quando se aposentou.

A Nova Cartilha Analytico-Sintetica, nesta pesquisa analisada, está na sua 5ª edição, datada de 1918 pela editora Weiszflog irmãos. Na capa de rosto, tem a seguinte afirmação: aprovada e adaptada oficialmente nos Estados de São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Paraná e Goiás.

O referido manual apresenta uma dedicatória a sua mãe professora D. Corina Eugenia de Oliveira e a Infância Brasileira. Da página 5 a 88, são atividades sequenciadas com ilustrações de crianças bem vestidas, mostrando bons comportamentos em contato com objetos escolares, animais e brinquedos. Na maioria das páginas, as gravuras são pretas e brancas e pouco coloridas. Ao final da cartilha, o alfabeto escrito de vários formatos e palavras para serem completadas com as letras que estão faltando. Em seguida, instruções práticas para o ensino da leitura.

Sobral (2007) enfatiza que A Nova cartilha Analytico-Synthética e a Cartilha ensino-rápido da leitura, cuja 1ª edição data de 1917, que se destacaram no conjunto das publicações do professor Mariano de Oliveira, podem ser consideradas como as que tiveram maior circulação na escola primária brasileira e, talvez, as de maior destaque no mercado editorial em nosso país, durante o período em que foram editadas.

Nas primeiras décadas do século XX, a escolarização despontava como um dos aspectos prioritários na construção de um novo país. Desse modo, foram criados projetos voltados à constituição de uma escolarização laica, gratuita, pública, para ambos os sexos e universalizada. No entanto, é preciso considerar que esses princípios gerais não se efetivaram da mesma maneira, ou seja, de forma homogênea em todos as regiões do país. Podemos observar que o pensamento educacional da época se orientou no sentido de articular o ensino à criação de uma nova cultura nacional, fundamentada nas noções de civismo. A escola pensada por Sampaio Doria (1883-1964)⁶², por exemplo, seria o local propício para habituar e forjar a formação dos comportamentos cívicos. Desse modo, quando o aluno fosse à escola, aprenderia a ler e a escrever por meio de lições distintas, mas todas carregadas de valores morais e de civismo. Nos bancos escolares, a cultura cívica seria disseminada.

⁶² Pelo projeto de reforma Sampaio Doria de 1920 em São Paulo, o ensino primário nas escolas seria de dois anos de duração com uma carga horária duas horas e meia diárias, possibilitando aos professores instruir duas turmas em um mesmo dia.

Mariano de Oliveira integra a geração de professores paulistas que, nos anos iniciais da República, contribuíram para a constituição do modelo educacional republicano a partir de leituras sistematizadas quanto à função de formar o sujeito, transmitir e socializar saberes. A criança podia ler com apelo dos recursos visuais como suporte de fixação dos conhecimentos da língua e das coisas do mundo (lugares sociais, crenças, valores, vivências).

Quanto à formação desse leitor, era necessário que o professor utilizasse algumas práticas de leitura expostas no final do manual para expandir as possibilidades de autonomia, domínio e habilidades dos alunos com os códigos linguísticos. De acordo com Carlos (2015), os manuais de Mariano de Oliveira destacavam os seguintes aspectos: linguagem que incentivava a espontaneidade, a liberdade e a criatividade; ilustrações que exortavam o aprendizado lúdico; projetos gráficos que estimulavam a percepção sensorial visual.

No decorrer da cartilha nesta pesquisa analisada “a cartilha *analytica-syntética*”, as lições indicam as finalidades do método de ensino na medida que favoreciam à autonomia na formação de palavras e sentenças, privilegiando a experiência pessoal da criança no aprendizado de leitura. No Grupo Escolar Barão do Rio Branco, esta fase da renovação do pensamento nacional, criava as bases necessárias para o avanço das ideias modernas fundadas na reprodução e assimilação de uma nova cultura dominante, forjando um homem racional, determinado a atender os projetos do capitalismo.

O manual de Mariano de Oliveira utilizado no GEBRB trazia uma concepção de infância, ludicidade, família e patriotismo imbuídas em cada historieta ou imagem. Cada uma destas concepções compreendia o contexto das práticas higienistas, princípios morais e o processo de escolarização vivenciado por crianças pertencentes às classes sociais mais favorecidas. Mesmo que a expansão dos grupos escolares tivesse como finalidade atender à população na qual estavam inseridos, esta não era uma realidade. A exemplo, o próprio Grupo Escolar Barão do Rio Branco, com apenas duas salas de aulas, uma masculina e outra feminina.

A cartilha *Analytico-Synthética*, escrito por Mariano de Oliveira, é publicada pela editora Weiszflog Irmãos, São Paulo e Rio de Janeiro. Considerado um livro raro pelas livrarias, este exemplar consta de sua 5ª edição, datado de 1918 e foi adquirido pela pesquisadora através do site da Estante Virtual no Sebo Porão, Campinas-SP. No entanto, esta cartilha escolar foi publicada até 1955, alcançando a 185ª edição e contabilizando um total aproximado de 825.000 exemplares publicados, desde seu lançamento em 1916.

No formato 18cm por 14cm com 100 páginas bem conservadas, assim organizadas: a capa refeita em papelão, demonstrando não ser a sua original, sem nenhuma identificação, mas

encontramos em Sobral (2007) e Carlos (2015) a leitura da capa original: no centro, em destaque, a figura de uma menina, vestida com um vestido, meias e sapatos, usando laço na cabeça, com uma expressão tranquila e satisfeita, sentada, com as pernas cruzadas, num banco à beira de uma mesa, na qual apoia o livro que está lendo, além de um vaso com flores, transmitindo a sensação de um ambiente agradável. Com sua mão direita, apoia sua cabeça, segurando a testa, e, com a esquerda sobre o livro, aparentemente acompanha a leitura; também há o título em letras de imprensa grandes, o nome do autor, e informações sobre a editora.

Já o exemplar da cartilha de Mariano de Oliveira adquirida pela pesquisadora para a realização desta pesquisa, datado de 1918, não possui capa.

A Contracapa apresenta os dados editoriais da cartilha escolar mencionados no parágrafo acima, e no seu verso o seguinte texto: “aprovada e adaptada oficialmente nos Estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Norte, Paraná e Goyaz”. Na contracapa, a seguinte dedicatória: “a sua venerada mãe, professora D. Corina Eugenia de Oliveira, em retributo de muito amor, e a Infância Brasileira” (Oliveira, 1918, p. 3).

Segue a cartilha escolar com as leituras da página 05 a 88, todas com ilustrações de acordo com o que está escrito, algumas bem coloridas, outras em preto e branco. Os textos se reportam a crianças, tanto do sexo masculino como feminino, bem vestidas e sempre na companhia de animais ou brinquedos. Logo após cada leitura, há uma sequência de palavras explorando uma determinada sílaba. Da página 89 a 91 está o alfabeto escrito em formatos, manuscrito e letra de imprensa, ambas maiúsculas e minúsculas. Cada letra é acompanhada de uma gravura, por exemplo: A - aza, B - besouro, C - cebola.

Dando continuidade, encontramos da página 93 a 100, as instruções práticas para o ensino da leitura, devidamente autorizadas pela Diretoria Geral da Instrução Pública. O Regimento Interno dos Grupos Escolares de 1925 do Rio Grande do Norte, na seção dos livros recomendados para alunos do curso infantil-mixto, menciona os manuais de Ensino Rápido e Cartilha Analytico-Synthetica, ambas de Mariano de Oliveira.

De acordo com Mortatti (2010), os métodos de alfabetização classificavam-se, basicamente, em dois tipos: o sintético (da parte para o todo), que incluía a soletração e a silabação, e o analítico (do todo para a parte). Esses métodos ainda se subdividem em: métodos sintéticos: alfabético, fônico, silábico; e métodos analíticos: da palavração, da sentencição, da historieta, do conto.

A partir de 1910, o termo “alfabetização” vai se consolidando e a leitura é “compreendida como instrumento de cultura, mediante o pensamento expresso por outrem”

(Mortatti, 2010, p. 136) e, decorrente dela, a escrita é entendida como caligrafia e cópia, “e seu ensino envolve discussões respaldadas em teorias sobre os movimentos musculares requeridos e o tipo de letra manuscrita a ser utilizado: inclinada ou vertical” (Mortatti, 2010, p. 136). Enfatizava-se também a caligrafia, com cadernos elaborados para essa finalidade.

As páginas 5 e 6 da Cartilha escolar de Mariano são citadas no diário de Maria Terceira Rocha no dia 22 de junho de 1920. Historietas curtas apresentando uma menina “Laurita” e seu gatinho “Neve”. A gravura da página 5 está em preto e branco, a da página 6 com outra estampa, porém, os mesmos personagens aparecem coloridos, demonstrando o carinho que a criança expressa pelo animal.

Figura 29 - Leitura da página 6 da Cartilha Analytico-Synthética de Mariano de Oliveira

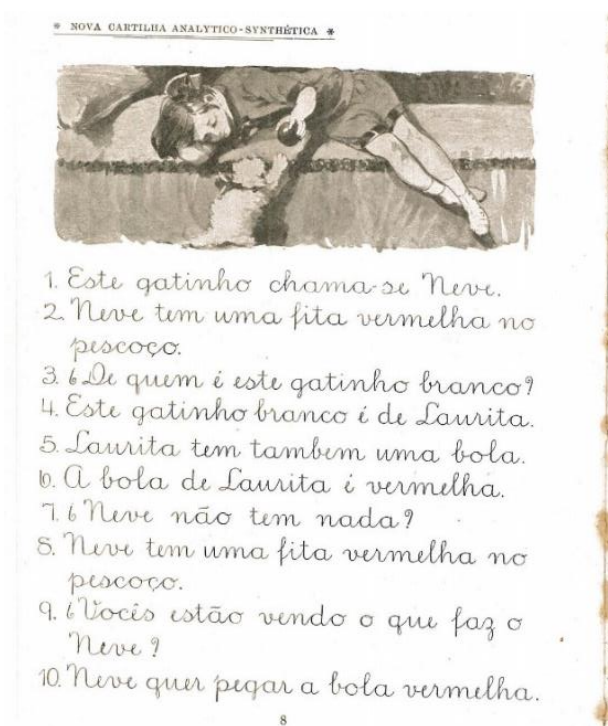


Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

As historietas são numeradas e sequenciadas, de modo que a criança poderia decompor em pequenas partes o que estava lendo. Os dois exemplos dos textos trazem semelhanças na composição das frases, permitindo que a criança compreenda o contexto para em seguida identificar as palavras, sílabas e sons. A atividade de escrita proposta após esta leitura foi uma redação. Para a 1ª sessão estava escrita a seguinte frase: Quer você, o Neve, menino? Para a 2ª sessão, escrever uma cartinha para uma colega.

No diário da Professora Maria Terceira Rocha, estão indicadas as leituras das páginas 8 e 9 da Cartilha de Mariano para 1ª e 2ª sessão.

Figura 30 - Leitura da página 8 da Cartilha Analytico-Synthética de Mariano de Oliveira



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

Como indica a professora Maria Terceira Rocha na atividade proposta: 1ª sessão, escrever a frase “O Neve é de Laurita”, 2ª sessão separar com traço as sílabas das palavras: vermelha, travesso, tapinha, brincar. Identificamos que, no mesmo horário, frequentavam à sala de aulas alunos de sessões diferentes (1ª e 2ª, 3ª e 4ª), o que exigia da professora planos, atividades, estratégia de ensino e avaliações diferentes, talvez, redundando num aprendizado coletivo ou na absoluta superficialidade, sem aprofundamento dos conteúdos.

Nas ideias republicanas, a base da reforma educacional estava nos novos métodos de ensino para a leitura e escrita, a citar o revolucionário método analítico utilizado de início na Escola-Modelo anexa à Escola Normal de São Paulo. Como ponto de partida para o ensino da leitura, priorizava-se o conjunto de frases relacionadas entre si por meio de nexos lógicos. De acordo com Morttati (2000), iniciou-se uma acirrada disputa entre partidários do método analítico para o ensino da leitura e os que continuavam a defender e utilizar os tradicionais métodos sintéticos, especialmente, o da silabação.

O método analítico é compreendido pela palavração, ou seja, a partir da palavra trabalhada segue as sílabas e as letras. Sentenciação diante da compreensão das frases até chegar nas letras e pelo método global (macro) que seria um texto completo para dele extrair as letras

(micro). No método sintético, inicia-se pelo aprendizado das letras, palavras e em seguida as frases. A aprendizagem tem como base o som das letras. O método silábico parte da construção de sílabas e em seguida as frases, vão das partes para o todo. De acordo com Sobral (2007), as cartilhas de Mariano de Oliveira trouxeram uma harmonia diante das polêmicas travadas entre os defensores do método analítico e os aprovadores do método sintético.

Nas páginas 10 e 11 da cartilha escolar, observamos gravuras seguidas de frases retiradas do texto das páginas anteriores, consolidando, dessa maneira, o método sintético. Há de se considerar que o manual de Oliveira mantém esta dinâmica: gravura, historietas, novas historietas dentro do contexto da anterior, frases, palavras. Para Mortatti (2000), os livros didáticos produzidos no segundo momento na história da alfabetização, especialmente, no início do século XX, tinham como diretriz o método de marcha analítica (processos da palavração e sentencição), adequando-se às instruções oficiais de cada estado.

Figura 31 - Leitura da página 10 da Cartilha Analytico-Synthética de Mariano de Oliveira

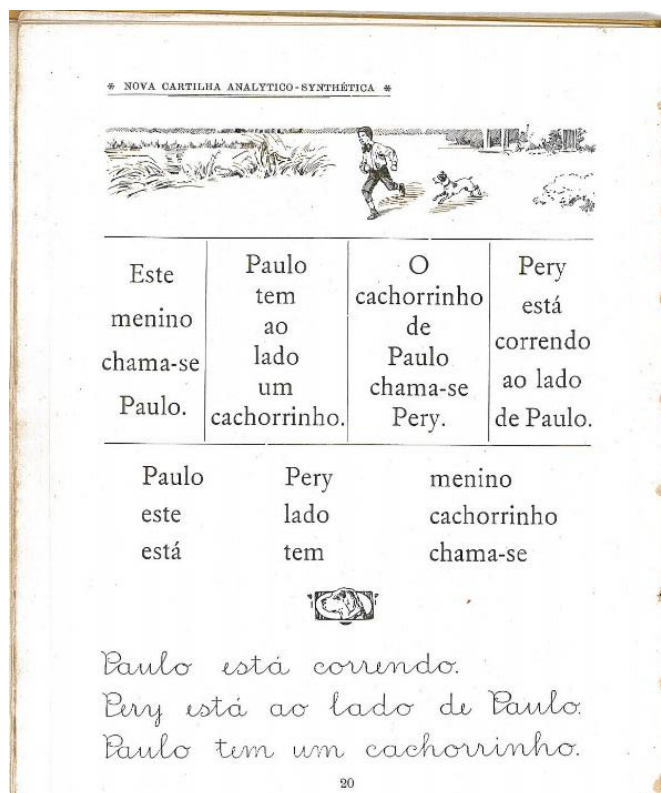


Percebemos que as frases se repetem, como um processo de memorização em que a criança aprenderia mais rápido e com mais significado. Primeiro se aprendia a codificação e decodificação para, em seguida, passar a compreensão da leitura e da escrita. O método sintético utilizava uma palavra-chave, partindo das sílabas mais simples para as mais complexas, que

depois de estudadas sistematicamente em famílias, poderiam formar novas palavras. Por exemplo: BOLA, BONITA, BRINCA.

Das páginas 15 a 24 são citadas no diário de classe da Professora Maria Terceira Rocha, compreendendo o período de 1 a 9 de julho. Nas leituras, entram um novo personagem o Paulo, bem vestido, sapatos, penteado e sempre com aparência de criança feliz. Ele é primo de Laurita. Nas historietas, o menino brinca com sua bola e seu cachorro Pery. No cenário, aparece a vaquinha de Paulo, Malhada e seu bezerro com o nome de Mimoso. É importante destacar a relação do sujeito com o campo que Oliveira (2018) apresentava para o leitor. A liberdade de correr, brincar, está em contato com a natureza. Animais como gato, cachorro, boi, vaca, cavalo fazem parte do cenário das leituras do manual, tanto pela imagem como pelo texto escrito.

Figura 32 - Leitura da página 20 da Cartilha Analytico-Synthética de Mariano de Oliveira



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

Em algumas historietas o autor provoca o leitor com indagações: Você está vendo a bola? (p.15); quem é que não está correndo? Como se chama o bezerinho? (p. 19) Por que Malhada não corre? Você conhece o Mimoso? (p. 22). Nessa direção, percebemos que o aluno era forçado a fazer pausas para pensar e responder, mesmo em um curto intervalo de tempo,

considerando o horário para cada disciplina, não por um processo de reflexão, mas de prontidão diante do discurso do texto e das imagens.

Das páginas 25 a 34, conhecemos outra personagem que é a Dalila, irmã de Laurita.

Figura 33 - Leitura da página 26-27 da Cartilha Analytico-Synthética de Mariano de Oliveira

* NOVA CARTILHA ANALYTICO-SYNTHETICA *



1. Olhem este gatinho bonito!
2. Este gatinho não será o Neve?
3. Não! o neve é branco e este é malhado.
4. Malhado é o nome deste gatinho.
5. Vocês vêem o que está fazendo o Malhado?
6. Malhado está bebendo leite em um prato.
7. A boneca de Dalila não bebe leite?
8. Não! só o Malhado é que gosta de leite.
9. Como faz o Malhado ao beber leite?
10. Ele põe a lingua de fóra para beber leite.

Malhado gosta muito de leite.

26

* NOVA CARTILHA ANALYTICO-SYNTHETICA *



Este gatinho será o Neve?	Não! o Neve é branco e este é malhado.	Malhado é o nome deste gatinho.	Este gatinho bebe leite no prato.
---------------------------	--	---------------------------------	-----------------------------------

será	não	nome	deste
leite	no	prato	branco



*Malhado bebe leite no prato.
Este gatinho branco é o Neve.*

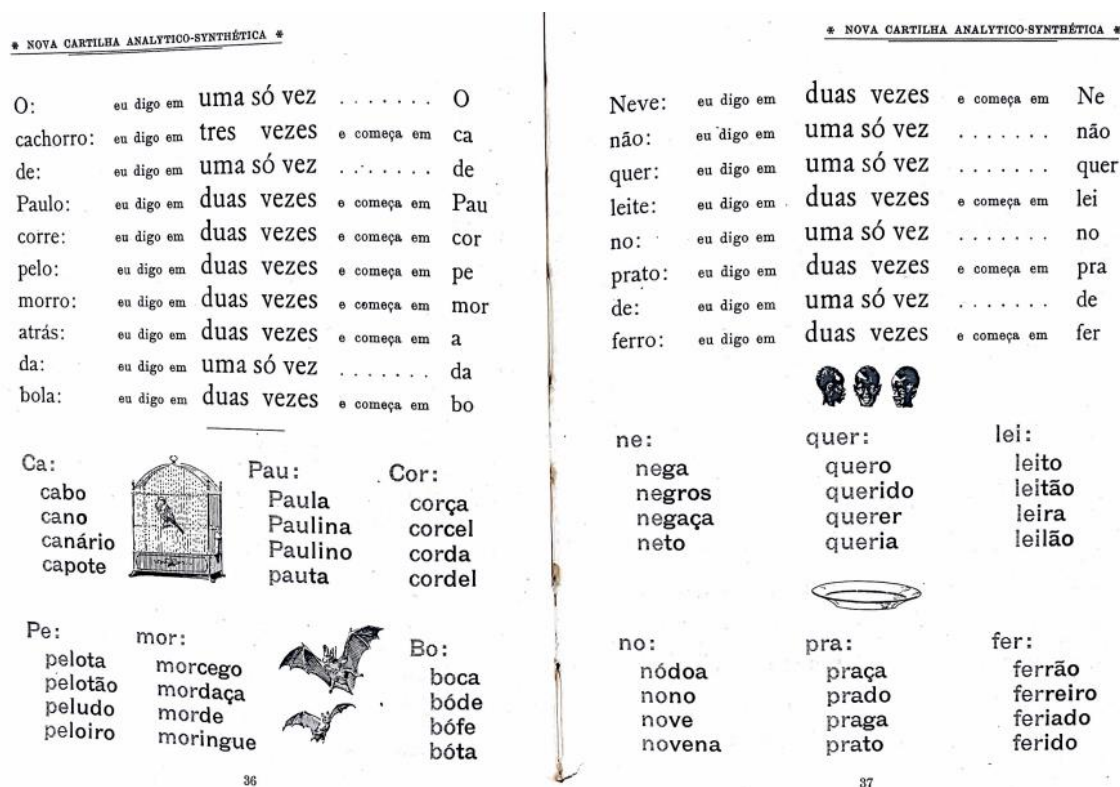
27

Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

As gravuras mostram cenas de crianças pertencentes a uma classe elitizada, visto que os manuais eram destinados com esta intencionalidade, pois o aluno era instigado a chegar a este nível de sociedade. Brinquedos sofisticados, passeios, animais de estimação, mesas de refeições bem arrumadas quanto a etiquetas e utensílios, aspectos estes favoráveis a famílias economicamente favorecidas. Era o modelo de criança ideal, bem vestidas, aparentando boa educação, bons costumes. Nesse contexto, a educação, incluindo o processo de alfabetização no início da formação do sujeito, tinha caráter elitista e dual.

Na composição da cartilha escolar, Oliveira (1918) apresenta nas páginas 35, 36 e 37, uma sequência de palavras codificadas para serem decodificadas pelo leitor, utilizando a voz em harmonia com os valores fônicos. Com relação à classificação das palavras, eram monossílabas, as quais originavam as outras palavras dissílabas e trissílabas.

Figura 34 - Leitura da página 36-37 da Cartilha Analytico-Synthética de Mariano de Oliveira



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

Assim, como a leitura, a escrita não é era um processo espontâneo, nem ocorre de qualquer jeito. É necessário um conjunto de práticas, estratégias e regras para determinado fim. De acordo com Mortatti (2010), a escrita era vista como uma habilidade motora, que demandava treino e cópia do formato da letra. Para isso, o sujeito necessitava conhecer as regras gramaticais e ter um bom vocabulário. Nesse período histórico da sociedade brasileira, instaurava-se uma conjuntura política, social e econômica atravessada por projetos, discursos e reformas do ensino, seguindo o otimismo pedagógico dos republicanos, pautado na organização das classes graduadas, respeitando os níveis de aprendizagens e faixas etárias dos alunos, novas técnicas de ensino, princípios higienistas e cívicos, introdução de materiais pedagógicos e escolares e a presença de um professor para cada sala de aula, formado pela escola normal.

Oliveira (1918), a partir da página 38, apresenta ao leitor duas novas personagens: Clarinha e Florinda, lindas meninas, cada uma com suas bonecas, Vidoca e Sarita como veremos a seguir.

Figura 35 - Leitura da página 38 da Cartilha Analytico-Synthética de Mariano de Oliveira

* NOVA CARTILHA ANALYTICO-SYNTHÉTICA *



1. Aquí estão duas meninas.
2. Cada menina tem a sua boneca.
3. ¿Você conhece a menina de vestido branco?
4. A menina de vestido branco é a Clarinha.
5. Clarinha está sentada no sofá.
6. Ella está tomando café com leite.

98

Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

As crianças tomam café enquanto brincam e conversam. Essa estratégia lúdica acontece com frequência nas historietas apresentadas por Oliveira (1918), proporcionando ao leitor conhecimento espontâneo, criativo e significativo do mundo em que está inserido. A ludicidade amplia os processos de socialização, comunicação e desenvolvimento da criança, promovem habilidades no exercício fonológico, na exploração e domínio das relações som-grafia, levando a avanços na leitura e escrita.

Observamos que na página 42, aparece a seguinte historieta: “A criada veio chamá-las”. No entanto, o autor não apresenta a criada ao leitor, nem seu nome próprio e se era um adulto

ou uma criança. No manual, apenas dois adultos são mencionados: a “criada”, na página 42, que chama as meninas para servir-lhes o “café”, e o “Tio Aleixo”, na página 75, pai de “Chiquinho”, proprietário de uma chácara.

Embora o Estado buscasse incorporar as ideias europeias de modernização, e com a lei da abolição da escravatura, ex-escravos e filhos de escravos recém-libertos, migravam para as cidades em busca de trabalho e moradia, mostrando que o estado de bem-estar social não atingiu todos da mesma forma, trazendo desenvolvimento e qualidade apenas para a elite.

Nesse sentido, chamamos atenção para a leitura e ilustração da página 70.

Figura 36 - Leitura da página 70 da Cartilha Analytico-Synthética de Mariano de Oliveira

* NOVA CARTILHA ANALYTICO-SYNTHÉTICA *



1. Lúcia está deitada no sofá.
2. Ella tem em frente um livro aberto.
3. Esse livro é uma cartilha antiga.
4. Sua primeira pagina tem um veado.
5. A segunda tem somente - fa, fe, fi; fo, fu.
6. ¿Que vem a ser tudo isto?
7. A menina não entendeu nada.
8. Va, ve, vi, vo, vu, é que deveria lá estar.

70

Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

A cena é bem ilustrada com cores fortes, mostrando o estilo de vida de uma criança pertencente à elite brasileira. A menina deitada em um sofá com um livro aberto, em uma página, a imagem de um veado e na outra as sílabas fa, fe, fi, fo, fu, conduzindo o leitor-aluno a fazer uma correspondência entre as sílabas e os fonemas: fa e va, fe e ve, fi e vi, fo e vo, fu e vu. Ao pronunciar as sílabas, a gesticulação da boca seria a mesma e que as crianças poderiam memorizar casadamente os fonemas e sílabas, tornando possível a construção de novas palavras

(fa e va, fava). Isso é uma característica do método Analytico-Sintético definido por Oliveira (1918), que compreende tanto o método fônico na segmentação das palavras em sequência de fonemas, como o método silábico, por serem as sílabas facilmente pronunciadas uma a uma, conduzindo a criança a memorizar suas formas gráficas. O aluno aprenderia a diferenciar um sinal gráfico do outro, f/v.

Segundo Carlos (2015, p. 171), a cartilha escolar é, originalmente, ilustrada em cores, que se destacam pela variedade de tons vibrantes.

Há ilustrações na maioria das páginas, porém não há referência da autoria ou origem das ilustrações, contudo percebe-se, pela unidade estética, serem obras de um mesmo artista, produzidas com o objetivo de figurarem nas lições propostas, uma vez que é perceptível a coesão entre textos e imagens. As ilustrações se distribuem em cenas que introduzem as lições e figuras avulsas, formando um conjunto imagético que representa um universo infantil lúdico e idealizado.

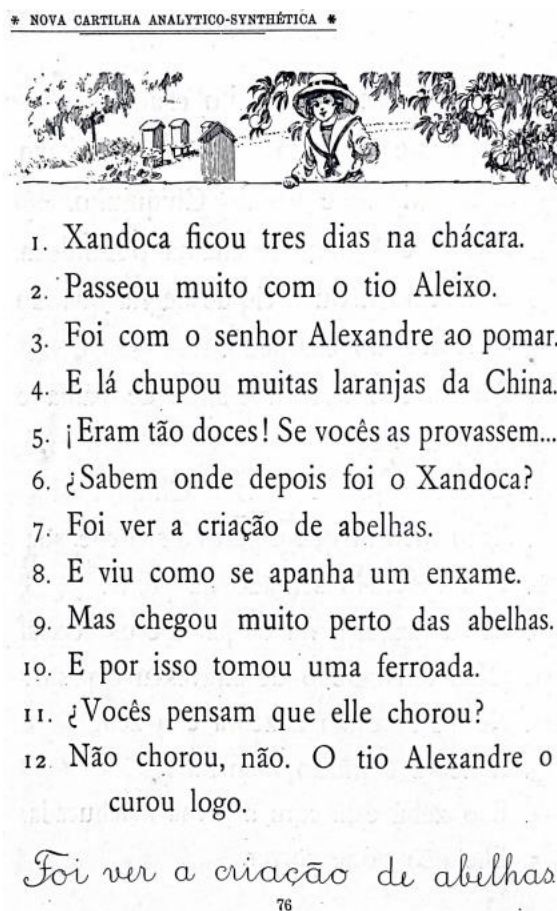
Observamos algumas historietas no manual: “- Muito Bem! Vovô gosta muito de favas. - Bravos! Eu gosto de favos de mel. - Favos a mim! Favas ao Vovô” (Oliveira, 1918, p. 72). As palavras eram selecionadas cujas sílabas ou relações fonemas-grafemas seriam destacadas, despertando na criança a consciência fonológica mediante o conhecimento do mundo ali presente. Pelo jogo das palavras, o aluno vai sendo conduzido ao avanço de sua aprendizagem de maneira prazerosa, divertida. A ludicidade era uma característica presente nas lições de Oliveira (2018), o que remete à ideia do brincar como uma função educativa. O ser humano que brinca, joga, é um ser ativo, compreende, participa e colabora.

Na página 73, Lúcia, personagem deitada no sofá, segundo o autor “toma gosto pelas combinações de novas palavras e resolve fazer mais uma”. Dessa vez, as combinações seriam pela quantidade de sílabas: TA – PE – TE; BO – NE – CA. Com estas, ela consegue formar outras palavras como: boca, cabo, boné, bote, caneca, caneta. Logo, o manual possibilita que, ludicamente, a criança estabeleça relações com o universo imaginário e o mundo real, descobrindo o que precisam aprender para agir.

Pelo Método Fônico, as crianças podiam aprender a quebrar palavras em sons, traduzir sons em letras e combinar letras para formar novas palavras. Os fonemas e suas letras correspondentes eram ensinados com base em sua frequência de palavras. O aluno fazia uma análise ao decompor uma palavra nos fonemas que a constituíam, e uma síntese quando juntava sons para formar palavras. A síntese poderia ser tanto oral (a partir de palavras ouvidas) quanto escrita (a partir da leitura de palavras).

Quando analisamos as leituras das páginas 76 e 77, percebemos que a intenção do autor diante do aprendizado da escrita alfabética e da norma ortográfica era a consciência fonológica do X e do CH.

Figura 37 - Leitura da página 76 da Cartilha Analytico-Synthética de Mariano de Oliveira



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

No entanto, a atividade proposta para formação de palavras na página seguinte, segue com as letras NH, LH. Os resultados esperados se destinavam à fluência em leitura oral e desenvolvimento do vocabulário. Segundo Frade (2004), os métodos sintéticos privilegiavam o sentido do ouvido em relação aos sinais gráficos e, neles, eram comuns os exercícios de leitura em voz alta e o ditado; essas atividades guardam coerência com um tipo de pressuposto, que é o da transformação da fala em sinais gráficos. Através de exercícios de decifração e de identificação de palavras, os alunos realizavam suas leituras, aprendendo a relação entre as letras e sons, seguindo a ortografia da época.

Figura 38 - Leitura da página 77 da Cartilha Analytico-synthétique de Mariano de Oliveira



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

Segundo Sobral (2007, p. 12), a Nova cartilha Analytico-Synthétique, conquistou espaço no cenário educacional brasileiro, devido ao esforço do autor em conciliar o então “novo” método analítico e o “tradicional” sintético para o ensino da leitura e escrita, tendo convencido defensores desses dois métodos a respeito da eficácia de sua proposta. No entanto, há uma extensa discussão entre os dois métodos: analíticos e sintético. Mariano propõe a utilização dos dois métodos, argumentando que as palavras, frases e textos produzem sentido para as crianças e são elementos com os quais elas já têm contato, antes do início do processo de alfabetização. Assim, as palavras empregadas para trabalhar sílabas, fonemas ou outras unidades relacionadas à análise do sistema alfabético não eram previamente estipuladas. Esses recursos eram utilizados sem distinção clara do que está relacionado ao método analítico ou global.

De acordo com Frago (1993), o processo de alfabetização sempre esteve relacionado por muito tempo com aspectos ideológico-culturais e se colocou como um instrumento de dominação ou liberação, controle e moralização de uma sociedade. Para o autor, a história da alfabetização está inter-relacionada com os interesses e concepções de lugares, momentos

históricos, grupos sociopolíticos e sujeitos que motivam, legitimam, impulsionam os modos e procedimentos do processo de alfabetização em sua difusão temporal, espacial e social.

Figura 39 - Páginas 86 e 87 da Cartilha Analytico-Synthética de Mariano de Oliveira



Fonte: acervo da pesquisadora (2023).

Para Souza (2019, p. 3), a adoção do método intuitivo trouxe “uma proliferação vertiginosa de objetos industrializados para uso nas escolas a partir de meados do século XIX”, cada um com suas inovações e funções para o processo de ensino e aprendizagem, em que a criança aprendia a partir de sua realidade, ampliando seus conceitos com ajuda dos materiais que desempenhavam funções pedagógicas relevantes. Nessa perspectiva, a autora argumenta que alguns grupos escolares puderam contar com abundante e diversificado material de ensino, mas, em outros, predominou a precariedade e a falta de objetos, apresentando queixas e reclamações de professores e diretores de escolas ao longo do século XX.

Alguns desses materiais pedagógicos são citados nos diários de classe em análise, como os mapas de Parker, contador-mecânico, mapa-múndi. A partir das pesquisas de Portela (2014), o mapa de Parker era um dispositivo didático-pedagógico criado por Francis Wailand Parker⁶³ para o ensino da matemática, que circulou pelo Brasil nas últimas décadas do século XIX e na

⁶³ Nascido em 1837, em New Hampshire (EUA), Parker foi professor em localidades desse estado, dirigindo uma escola em Dayton (Ohio) e uma escola normal em Chicago.

primeira metade do século XX. Ao estabelecer uma ordem para o ensino dos números, incluía o uso de objetos da realidade das crianças, como seixos, canetas, tornos e livros para serem manuseados. Desse modo, o professor tinha possibilidades de melhor conhecer a evolução de seu aluno quanto à compreensão das quantidades para, em seguida, introduzir e aprofundar o estudo dos números e operações.

Dentre as providências para aquisição do material pedagógico e de mobiliário, o Livro de Atas da Diretoria Geral da Instrução Pública, n. 155, datado de 1920, descreve sobre a justificativa de faltas dadas do dia 1 ao dia 19 de fevereiro das professoras Maria Terceira Rocha e Raymunda Rocha, as quais participavam do curso de férias e permaneceram na capital do estado até o dia 15 do corrente mês, quando seguiram viagem para Parelhas, levando o material pedagógico fornecido ao grupo no dia 14: 01 caixa de lápis, 03 tesouras, 03 colas, 01 caixa de giz, 01 coleção colorida, papel liso e colorido, figuras e ilustrações, 02 livros de leituras, 01 carretel de linha, 03 cadernos.

Na referida ata, Manoel Dantas (Diretor da Instrução Pública) justifica as faltas das professoras e elogia as docentes pela sua “dedicação e competência” que lecionam. Pela quantidade dos dias que saíram da capital do estado (dia 15) e chegaram na Vila de Parelhas no dia 19, percebemos que se tratava de uma longa viagem de aproximadamente quatro dias.

Dessa forma, a utilização desses recursos no processo de ensino poderia possibilitar a aprendizagem dos alunos de forma mais significativa, no intuito de tornar os conteúdos apresentados pelo professor mais dinâmicos, propiciando a ampliação de conhecimentos a partir da experiência, do concreto. Como as inovações pedagógicas, o mobiliário escolar, alfabetos, silabários, globos, contadores mecânicos, lousas, cadernos, livros de leitura, começavam a fazer parte do cenário comercial, passando a ser fabricado nas diferentes regiões do país. Na segunda metade do século XX, ocorre uma expansão desses materiais em função dos avanços tecnológicos, dos transportes e das comunicações.

Para Mortatti (2000), Mariano de Oliveira foi uma figura de destaque no cenário educacional nesse período, pela circulação de suas cartilhas escolares, que foram utilizadas por gerações de professores e estudantes na escola primária brasileira, tendo lugar de destaque nos registros das cartilhas utilizadas em alguns estados do país, a exemplo do Rio Grande do Norte. A inovação dos manuais escolares no interior do grupo escolar trouxe subsídios práticos para o processo de ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa, mediante um trabalho mais racional e menos memorizante, através do qual, o aluno podia apropriar-se das estruturas da língua com mais facilidade

O manual de Mariano de Oliveira apresenta uma tendência da tradição gramatical, destacando os conhecimentos morfológicos, semânticos (sinonímia, antonímia, paronímia e homonímia), morfossintaxe, fonologia e ortografia, e uma baixa frequência de atividades voltadas ao texto e ao discurso. Ademais, identificamos diversos aspectos estilísticos como a pontuação, construções sintáticas e seleção lexical. Cabia ao professor utilizar, portanto, os textos dos manuais, propondo exercícios aos alunos e aprofundando os estudos da língua para o desempenho de outras competências, principalmente, a escrita.

Podemos então aferir que os manuais aqui apresentados para o ensino da leitura e da escrita de João Kopke, Arnaldo Barreto e Mariano de Oliveira traziam peculiaridades nos textos, mas uniformidade nos conhecimentos a serem transmitidos: “Não nos deixemos guiar pelos maus meninos” (Kopke, 1914, p. 68); “Na outra mão, Paulo leva seus livros de escola. São dois livros seus” (Barreto, 1916, p. 27). “Lúcia está lendo um livro” (Oliveira, 1918, p. 71). Deste modo, percebemos que a preocupação com a formação do novo sujeito incutia a escolarização como meio para essa transformação, valores quanto à honestidade, honradez, obediência, hábitos de cuidados com o corpo, mente, aparência, crenças diante da fé, religião, ou seja, costumes civilizadores com a intenção de propagar o desenvolvimento social, cultural e econômico.

Assim, a proposta pedagógica de cada manual pedagógico e cartilha escolar pretendia educar a criança a partir de novos padrões intelectuais, os quais se fundamentavam numa concepção sobre o conhecimento a partir dos sentidos humanos e que, aplicada ao ensino, pretendia formar indivíduos que usassem menos a memória e mais a razão, valorizando a observação como meios de construção do conhecimento e implementação de atividades produtivas. Para atingir este objetivo, deveria se criar mais escolas, expandir a escolarização para a população, inovar a proposta pedagógica, buscando a preparação da criança para a vida futura com base no estudo das coisas que correspondiam às necessidades da época.

O Grupo Escolar Barão do Rio Branco apresentava não apenas um lugar físico diferente, mas a construção de uma nova cultura mediante à utilização dos manuais escolares, provocando um conjunto de mudanças na política, religião, cultura, esportes que interferiam nos comportamentos de toda comunidade local em relação à família, dogmas, uso dos corpos e desigualdades sociais. As práticas do cotidiano dos parelhenses sofreram alterações alterando os costumes quanto aos hábitos de higiene, novos modos de se vestir, relacionar-se com os outros, as festas cívicas, aulas passeios e os eventos que adentravam o Grupo Escolar com suas características de modernidade como veremos no capítulo a seguir.

**AS LIÇÕES DE EDUCAÇÃO CÍVICA E MORAL NA FORMAÇÃO DO HOMEM
REPUBLICANO**



4 AS LIÇÕES DE EDUCAÇÃO CÍVICA E MORAL NA FORMAÇÃO DO HOMEM REPUBLICANO

Os manuais escolares se tornaram objetos da cultura escolar diante de sua utilização como material para uso de professores e alunos, e, como indicador de todo um modo de conceber e praticar o ensino. De acordo com Julia (2001, p. 02), a cultura escolar é descrita como o “conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar” e de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação de seus comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Desse modo, a cultura escolar envolve toda a vida da escola, seu conjunto de normas, regras que definem os conhecimentos a serem ensinados e as finalidades dos diferentes sujeitos que compõem o corpo escolar em seu conjunto de ações, desde o pensar de maneira individual ou coletiva, até o acreditar e o fazer.

Nesta seção, apresentamos Rocha Pombo como um intelectual que trouxe uma enciclopédia de conhecimentos relevantes para a sociedade brasileira. O senso crítico adquirido mediante ao contato com o conhecimento, experiência, participação em reuniões, debates e discussão política fomentou a escrita de obras, textos para periódicos, despertando o interesse das editoras na publicação de seus trabalhos. Com um valor de conteúdos significativos, as obras foram adotadas pelo governo da época para as escolas primárias e secundárias do Brasil.

Em seguida, fazemos uma classificação dos textos contidos nos manuais escolares de João Kopke, Arnaldo Barreto e Mariano de Oliveira, analisados nesta pesquisa, que tratam dos contextos cívicos, patrióticos e morais que faziam parte de uma cultura própria da escola e contribuíam para a consolidação do sistema político republicano. O grupo escolar era utilizado como propaganda e afirmação do novo regime a ser instaurado com um modelo de cidadão a ser formado, o novo ideário político que incutia os valores, normas, de um projeto político para a sociedade.

As lições escolares que traziam os conteúdos cívicos e patrióticos faziam parte das práticas pedagógicas e administrativas do grupo escolar, diante da organização de eventos públicos que fosse para premiar os alunos e professores ou os símbolos oficiais do país, datas comemorativas importantes na história do Brasil como 7 de Setembro, Descoberta do Brasil, Abolição da Escravatura, Proclamação da República, festa de 1º de maio chamada “Festas das Árvores”, bem como enaltecer figuras políticas a nível nacional e regional.

4.1 O CARÁTER NACIONALISTA NA LITERATURA ESCOLAR NO MANUAL DE ROCHA POMBO

Filho de Manuel Francisco Pombo e de Angélica Pires da Rocha, Rocha Pombo nasceu em Morretes, estado do Paraná, no dia 4 de dezembro de 1857. Aos 18 anos de idade, teve sua primeira experiência na educação, substituindo seu pai, lecionando primeiras letras no Anhaia, subúrbio da sua cidade natal. Formou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Rocha Pombo foi um ardoroso abolicionista e republicano, tendo fundado em Morretes, no ano de 1879, o jornal "O Povo" e mais tarde, na cidade de Castro, o jornal "Eco dos Campos" e nos dois periódicos divulgava as ideias que abraçara. Em 1892, foi diretor do "Diário do Comércio", do qual se tornaria proprietário. Elegeu-se deputado à Assembleia Provincial em 1886 pelo Partido Liberal.

Desiludido com os acontecimentos políticos decorrentes da Revolução Federalista, transfere-se para a Corte, no ano de 1897, onde logo se habilita para lecionar no Colégio Pedro II e na Escola Normal. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Neste mesmo ano, no Rio de Janeiro, Rocha Pombo dá início a sua carreira como historiador, com a publicação de sua primeira obra didática, História da América de 1900. De acordo com Oliveira (2015), a referida obra foi escrita para um concurso promovido pelo IHGB, sendo Rocha Pombo o vencedor, ganhando uma premiação em dinheiro e a sua publicação. Ainda em 1900, publicou outro trabalho de cunho historiográfico, O Paraná no Centenário.

Figura 40 - Rocha Pombo



Fonte: <https://www.academia.org.br/>.

A obra “História do Brasil” considerada a mais importante de suas obras, foi publicada em 1905, uma coleção de dez volumes propulsora e norteadora da História do Brasil para ser utilizada por professores e alunos no processo de ensino e aprendizagem e formação do pensamento histórico, como principal componente da cultura material escolar. Em 1905, publicou o romance simbolista “No Hospício”. Em 1917, publicou o livro *Nossa Pátria*, um livro de história do Brasil escrito para o Ensino Primário, caracterizando-se como sua obra com mais reedições. Em 1918, outro compêndio, *História de São Paulo*, além de *Notas de Viagem*. Em 1922, seguindo sua linha de publicações, mais uma história regional, *História do Rio Grande do Norte*, e em 1930, outro livro didático, *História do Paraná*.

O manual *Nossa Pátria* é uma narração dos fatos da História do Brasil através da sua evolução com muitas gravuras explicativas, escrito por Rocha Pombo e editado pela editora Weiszflog & Irmãos⁶⁴, chamando a atenção pelas inúmeras reedições. Da primeira, em 1917, à última, em 1970, foram 88 edições e cerca de 452.000 exemplares impressos, o que demonstra a extensa duração no uso de um manual didático, que atravessava gerações e gerações, sem perder a aceitação do público e o interesse da editora em reeditá-lo.

Rocha Pombo, em sua trajetória pessoal e profissional, deu testemunhos da história a partir da investigação teórica e científica, explorada por ele mesmo nas inúmeras de suas viagens pelo país e da educação junto à expansão da escola pública. No Paraná, é visto como um dos maiores nomes da literatura do estado, sendo homenageado como o “Fundador” da “Cadeira nº 1” da Academia Paranaense de Letras. Em relação aos impressos publicados de sua autoria, escreveu contos, romances, poesia, livros de história, ensaios, dicionários, livros didáticos, deixando, desse modo, tornando-se um grande legado para a educação do Brasil.

O manual *Nossa Pátria*, de Rocha Pombo, autor brasileiro, publicado originalmente em 1917, constitui-se em um livro de 162 páginas, com muitas gravuras e mapas. Aborda temas relacionados à identidade nacional e ao nacionalismo brasileiro. Dividido em cinquenta lições com duas páginas cada uma, com sinopse dos quatro séculos de história do Brasil, que traz os assuntos divididos por século e índice das lições. Em 1922, *Nossa Pátria* estava em sua 16ª edição, trazendo a informação de que era livro aprovado oficialmente nos estados de São Paulo, Santa Catarina, Sergipe, Maranhão e adotado no ensino desses estados e nos do Paraná, Bahia e Rio Grande do Norte.

⁶⁴ A Companhia Melhoramentos de São Paulo, fundada em 1890, tem suas origens ligadas à urbanização da região de Caieiras. O empreendimento tomaria um novo impulso, a partir do final da década de 1890, com a associação de Bühnaeds aos irmãos Otto, Alfried e Walther Weiszflog, imigrantes da Alemanha, o último deles com formação em artes gráficas (Rocha, 2016).

O livro é composto por uma série de ensaios nos quais o autor discute a formação histórica e cultural do Brasil, os desafios enfrentados pela nação e as possíveis soluções para fortalecer a identidade nacional. Nele, Rocha Pombo analisa assuntos como a miscigenação racial, a influência da cultura europeia, a importância da Língua Portuguesa e a relação entre o Brasil e os demais países da América Latina. Uma das principais ideias defendidas por Rocha Pombo em sua obra é a valorização das raízes culturais brasileiras. Ele argumenta que o país deve reconhecer sua própria história e tradições, em vez de simplesmente imitar modelos estrangeiros. Para isso, propõe um resgate das manifestações culturais autênticas e uma maior valorização da literatura, música, arte e folclore brasileiros.

De acordo com Pedro (2016, p. 172), a obra se coloca em uma linguagem simples e despojada, adotando os símbolos da pátria: a Bandeira Nacional e o Hino Nacional como instrumentos do sentimento patriótico difundidos e solidificados por meio do ensino primário.

As quatro primeiras lições são dedicadas à glorificação do sentimento de pátria, sendo a primeira denominada “Nossa Pátria”, que exalta a pátria como local não apenas em que se vive, mas ao qual estamos ligados pelo amor; a segunda versa sobre a bandeira e o Hino Nacional como grandes símbolos aos quais os homens devem se colocar em atitude de culto; a terceira traz como marco de criação da pátria a Independência do Brasil; e a quarta lição é dedicada ao homem que, segundo o autor, mais se destacou no processo de independência, a saber, José Bonifácio de Andrada e Silva. Somente após essa apresentação da pátria e de seus elementos cultuados é que, a partir da lição cinco, o livro adentra o período colonial e segue até o período republicano. Rocha Pombo encerra seu livro com um capítulo que trata do Brasil na década de 1910.

Desse modo, percebemos a intencionalidade cultural, filosófica e política do livro ao narrar a história brasileira através do sentimento patriótico e fortalecimento da solidariedade humana, dedicação à família, à comunidade e culto à Bandeira Nacional e ao Hino Nacional. A própria capa do livro apresenta uma criança segurando a Bandeira Nacional e a outra beijando-a carinhosamente.

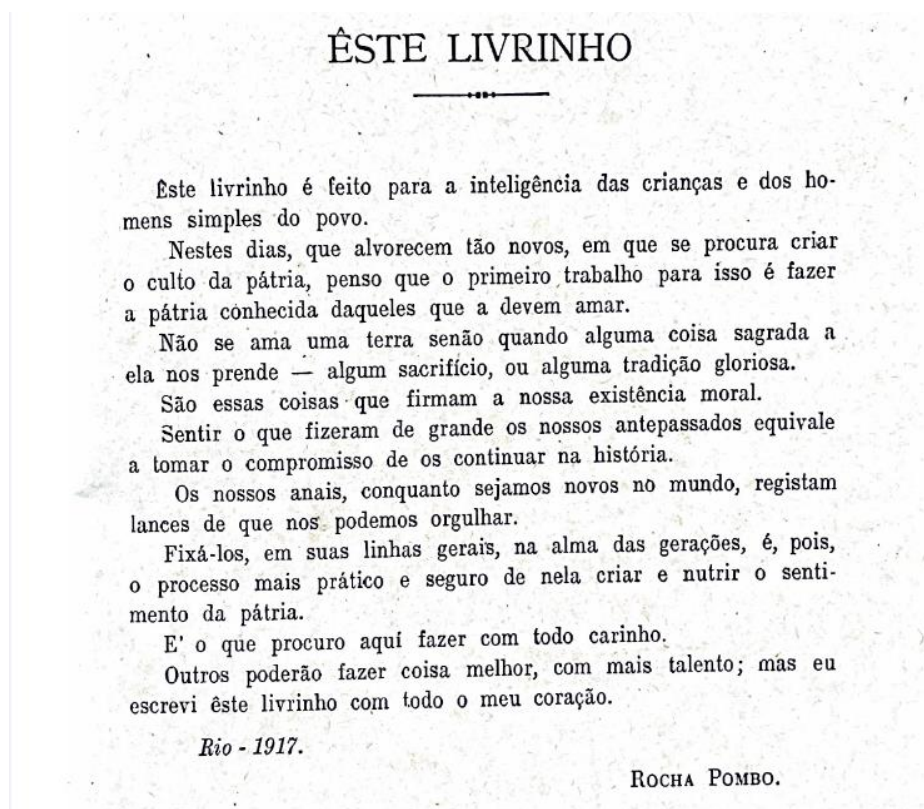
Por meio de suas lições, o manual escolar intervém no desenvolvimento humano, contribuindo para uma efetiva mudança na sociedade. É nesse percurso que o conhecimento científico prioritário na escola integra o cotidiano do aluno e as relações entre o conteúdo ensinado e o vivenciado, provocando mudanças em sua percepção de mundo, a ponto de criar no aprendiz a consciência da necessidade de transformações no seu entorno, como também determinando costumes, hábitos, valores e comportamentos modificados e reconfigurados pelo tempo e espaço.

Nossa Pátria é um manual de narração dos fatos da História do Brasil, através de sua evolução, com muitas gravuras explicativas. O livro, dedicado aos alunos das classes primárias, foi publicado pela primeira vez em 1917 e permaneceu no catálogo da Cia. Melhoramentos de São Paulo até 1970. *Nossa Pátria* foi adotada no ensino de vários estados brasileiros e contabilizou 88 edições e 452 mil exemplares impressos. O manual favorecia ao desempenho do aluno, incentivando-o em suas observações, experiências e participação no processo de aprendizagem.

Rocha Pombo produziu uma coleção didática com nove livros: quatro intitulados História do Brasil, a História Universal, História de São Paulo, História do Paraná, História da América e Nossa Pátria. De acordo com Vianna (2009), o livro História da América foi o primeiro compêndio de Rocha Pombo, e o primeiro a tratar da América, escrito por um brasileiro. Foi publicado após vencer um concurso promovido pelo Conselho Superior da Instrução Pública do Distrito Federal, em 1897.

Na primeira página do livro, Rocha Pombo justifica sua atuação enquanto escritor da obra, como podemos ver na seguinte figura:

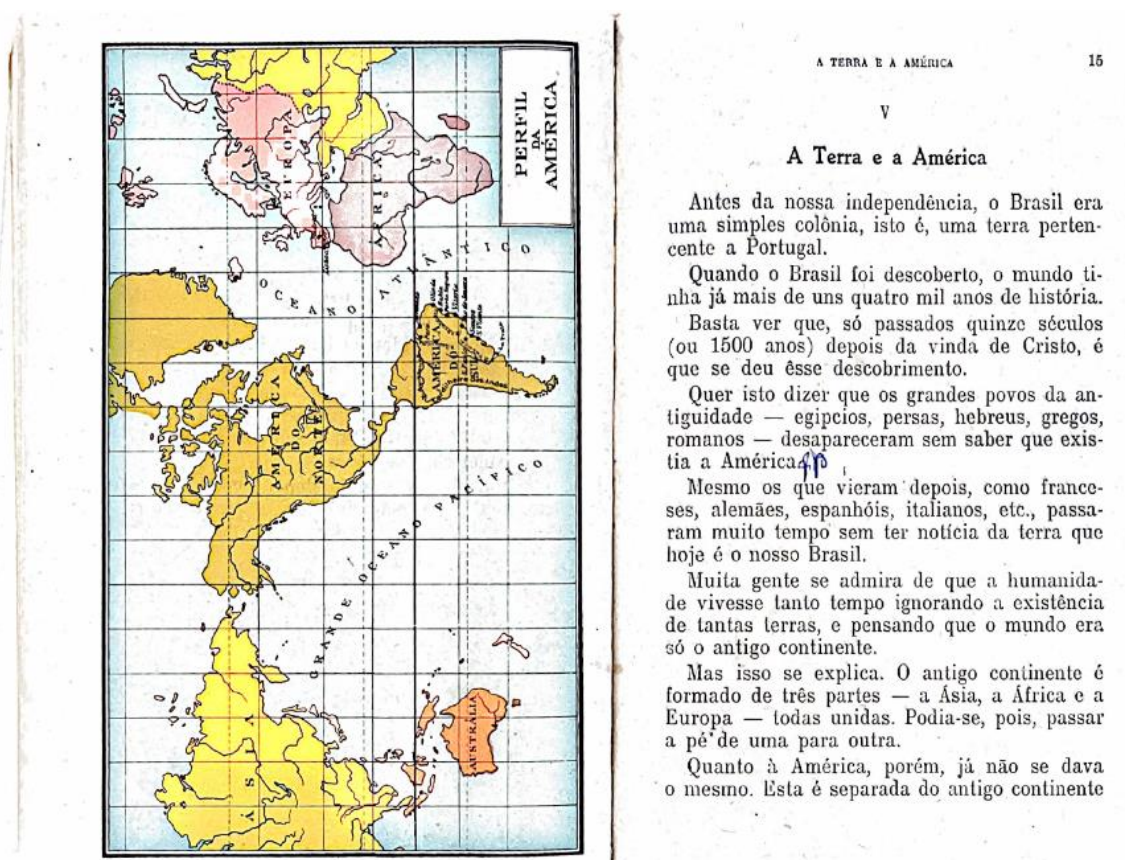
Figura 41 - Apresentação do livro de Rocha Pombo (1918)



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

A obra *Nossa Pátria* apresenta, no início de suas primeiras folhas, os símbolos da pátria; em seguida, descreve a terra com suas riquezas, destacando o clima, relevo, hidrografia, fauna, aspectos estes presentes na disciplina de Geografia. Só a partir de então, apresenta o homem no seu contexto histórico e social, o descobrimento do Brasil, abolição, povos indígenas, grandes reformas no país, a formação da república, contemplando gravuras, mapas e estabelecendo um vínculo de comunicação dos estudantes com o conhecimento. Tais considerações podem ser visualizadas na figura a seguir:

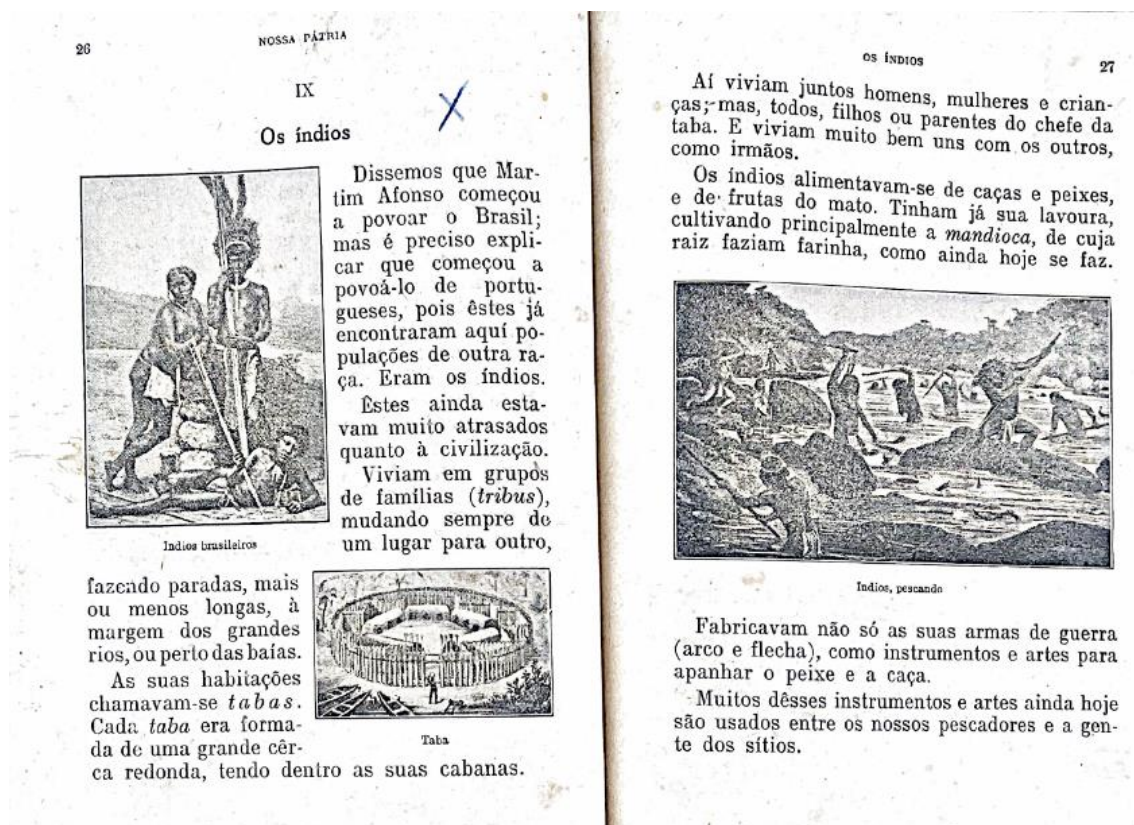
Figura 42 - Leitura da página 14-15 do livro Rocha Pombo (1917)



Fonte: acervo da pesquisadora (2023).

Rocha Pombo apresentava em seus livros suas experiências e conhecimento de mundo. Viajava, ampliando seus saberes e traduzindo-os para os compêndios didáticos. Seleccionava as informações e conhecimentos necessários ao trabalho do professor. Da mesma forma, as ilustrações também eram escolhidas em função dos elementos que determinavam a ação pedagógica. O livrinho, assim como Rocha Pombo o chamava, era sucinto e trazia um resumo dos fatos e acontecimentos, de maneira que não cansava o leitor. A seguir, trazemos uma figura com a representação dos conteúdos sobre os índios no Brasil.

Figura 43 - Leitura da página 26-27 do livro Rocha Pombo (1917)



Fonte: acervo da pesquisadora (2023).

A leitura apresenta um texto claro, objetivo e de fácil entendimento por parte do aluno. As gravuras mesmo que sejam em preto e branco ajudam na compreensão do que está escrito. Com o uso dos manuais, o professor tinha condições de elaborar diversos questionamentos aos alunos e utilizar estratégias como recomendava o método intuitivo, contrapondo-se, desse modo, às práticas tradicionais de ensino. Os impressos pedagógicos provocaram mudanças nas diferentes formas de ensinar e aprender. Por meio deles, os autores traziam à luz da inovação para o grupo escolar e os professores, usando de suas inferências, construíam uma cultura própria de cada sala de aula, de cada grupo. Nessa direção, Carvalho (2003, p. 113) afirma que “artes de saber-fazer com ensino e aprendizagem são práticas fortemente atreladas à materialidade dos objetos que lhes servem de suporte”. Assim, as práticas decorrentes da utilização destes manuais demonstram mais do que uma prescrição e, sim, o reconhecimento do auxílio pedagógico oferecido a melhoria do processo de ensino e aprendizagem.

No entanto, é importante considerar que a abordagem desses conteúdos nas escolas públicas, poderia variar de acordo com a orientação pedagógica e a visão de mundo dos professores. Além disso, a forma como os temas eram tratados poderia refletir as concepções

ideológicas predominantes na época. Por exemplo, em um período marcado pelo positivismo, uma abordagem mais exaltadora da nação e do patriotismo poderia ser adotada.

Novas perspectivas históricas e culturais foram incorporadas, bem como uma visão mais crítica e pluralista da identidade nacional brasileira. A impressão deste compêndio didático em território brasileiro ganhou grande expressividade, passando, dessa forma, a nortear o planejamento do professor, sugerindo ainda caminhos e sequências lógicas para o ensino e melhor aprendizagem. Logo, tornou-se um ponto de apoio, evitando lacunas na apresentação do conteúdo em que o professor ganhava mais liberdade para inovar as estratégias de ensino.

Assim, Vianna (2009, p. 105) afirma que:

Os livros de Rocha Pombo são alguns dos primeiros de História escritos no Brasil por brasileiros, mas possuíam os concorrentes estrangeiros, que eram muito mais utilizados e aceitos. Deve-se procurar entendê-los não apenas com relação ao seu conteúdo, mas também seus procedimentos de produção, difusão, circulação, escolha e aquisição.

O manual *Nossa Pátria* é oriundo de um período que supervalorizava o sentimento nacional e conseqüentemente o patriotismo. A organização das atividades pedagógicas era imprescindível para o método de ensino da época que introduzia o princípio de uma educação intelectual, física e moral. Desse modo, cabia ao professor seguir fielmente o programa de ensino e o manual adotado pela Instrução Pública para atingir os objetivos a serem alcançados, retratando as aspirações e necessidades da sociedade moderna.

Nossa Pátria também traz reflexões sobre a posição do Brasil no contexto internacional. Nesse sentido, Rocha Pombo argumenta que o país possuía uma história e uma cultura rica, que deveriam ser valorizadas e compartilhadas com outras nações. Ele propunha uma maior integração e cooperação com os países da América Latina, buscando fortalecer os laços culturais e econômicos entre as nações vizinhas.

Em termos de estilo literário, o livro apresenta uma escrita fluente e elegante, característica do período em que foi escrito. Ademais, Rocha Pombo utilizava uma linguagem rebuscada e elaborada, com um tom persuasivo e didático, buscando convencer o leitor de suas ideias e propostas.

No geral, *Nossa Pátria* é uma obra que refletia as preocupações e ideais de Rocha Pombo em relação à identidade nacional brasileira. Apesar de ter sido escrita há mais de um século, muitos dos temas abordados pelo autor ainda são relevantes nos dias de hoje, mostrando a importância contínua do debate sobre a construção e a valorização da identidade nacional.

Observamos no livro de Rocha Pombo os preceitos de culto aos símbolos nacionais, como ilustra a próxima figura:

Figura 44 - Símbolos da pátria do livro de Rocha Pombo (1918)



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

Os preceitos de moralidade e civismo foram sistematizados no currículo escolar brasileiro através do conjunto de disciplinas sob o formato de práticas educativas que teriam por finalidade o amadurecimento da personalidade dos alunos através do aprendizado das instituições brasileiras, dos valores e deveres cívicos. Nesse contexto, as disciplinas de Moral, História e Cívica contribuíam para o conhecimento dos fatos, heróis do passado envolvidos nos discursos dos republicanos como símbolos do ideário nacional. Citamos a ocasião do centenário da independência comemorado no GEBRB na semana de sete de setembro de 1922 através de exposições, desfiles cívicos e outras atividades que uniam a programação da escola a eventos que ocorriam em outros espaços da cidade.

A seguir, podemos observar na seguinte figura a chegada dos alunos do GEBRB no desfile 7 de setembro de 1920.

Figura 45 - Desfile do dia 7 de setembro de 1920 do GEBRB



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

As festas escolares em datas comemorativas, promovidas oficialmente, seguiam um ritual preestabelecido. O protocolo era comum a todas. Começavam com a divulgação da programação oficial publicada pela imprensa, designando o trajeto dos desfiles e nomeando as ruas pelas quais seguiriam, de forma que o público conhecesse previamente seu itinerário. Nessa direção, apresentavam-se também como momentos de ordem, rigidez, exatidão dos movimentos dos corpos, de transmissão de valores e conhecimentos racionais e de progresso.

Exposto isso, Silva (2010) destaca que, no início da república, as festas escolares não eram reduzidas a momentos de confraternizações, mas a momentos especiais, de integração, exaltação de costumes. Ocasões propícias para a difusão de conhecimentos e valores legitimados pela escola, pela sociedade e governantes, sendo compostas por normas e práticas com objetivos específicos.

Essas festividades eram normatizadas pelo regimento interno dos grupos escolares com a intenção de padronizar as comemorações e festividades no âmbito nacional, salvo as festas regionais que comemoravam acontecimentos locais. As aulas de educação moral e civismo eram obrigatórias como disciplina e prática educativa, sendo responsável pela transmissão de ideais patrióticos que eram divulgados por meio de conteúdos escolares, palestras proferidas nas escolas e festas escolares com a finalidade de despertar sentimentos de amor e dever à pátria, à família e à sociedade.

Figura 46 - Hino Nacional do livro de Rocha Pombo (1918)

Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

No Grupo Escolar Barão do Rio Branco, a fase renovação do pensamento nacional criava as bases necessárias para o avanço das ideias modernas fundadas na reprodução e assimilação de uma nova cultura dominante, forjando um homem racional, determinado a atender aos projetos do capitalismo. Essas práticas eram frequentes nas matérias de Leitura, Escrita, Civismo, Hinos e Declamação. Esses aspectos vão de encontro ao que Frago (1995, p. 125) afirma: “a posição, o olhar, o canto do Hino Nacional eram maneiras de inscrever em seus corpos o sentimento, que então considerava-se esgarçado e mesmo inexistente, de pertencimento a uma Nação”.

Assim, as festas eram reguladas e determinadas pelo Regimento Interno dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas do ano de 1914 que deixava claro:

Art. 16 - Ficam instituídas obrigatoriamente as festas solenes de 7 de Setembro, comemorativa da Independência nacional e de 1º de Maio, chamada “Festa das Árvores”.

§ 1º - A festa de 7 de Setembro deverá constar, pelo menos, de uma reunião cívica, com recitativos allusivos á data, hymnos patrióticos e homenagem a bandeira nacional, havendo formatura geral do grupo, sempre que for possível.

§ 2º- A festa de 1º de Maio deverá constar, pelo menos, de uma reunião cívica com recitativos allusivos ao trabalho, o plantio de uma ou mais arvores em ponto do povoado previamente escolhido de acordo com a Intendencia do município, formatura geral do grupo e procissão cívica, sempre que fôr possível.

Art. 17 - As commemorações da descoberta do Brasil, da abolição da escravatura e da proclamação da Republica, serão feitas, quando possível, no proprio feriado (Rio Grande do Norte, 1914, p. 9-10).

A cultura escolar estava presente nas festas qualificadas como cívicas, de apreciações à natureza como a festa da árvore, animais, ou aquelas realizadas para demonstrar o desenvolvimento da própria comunidade, além das relacionadas a feriados municipais, festa do padroeiro, festas culturais. Todas eram regidas por normas, ensinamentos e práticas com finalidades educativas, cívicas e moral. As festas escolares constituíam-se em atividades educativas, tempo de aprender. Para Silva (2006), a cultura perpassa as ações do cotidiano escolar, seja na influência sobre os seus ritos, sobre a sua linguagem, na determinação das suas formas de organização e de gestão, ou na constituição dos sistemas curriculares.

As páginas 151, 152, 153 e 154 fazem alusão ao Barão do Rio Branco, como mostramos a seguir:

Figura 47 - Páginas 151, 152, 153, 154 do livro Nossa Pátria de Rocha Pombo



Fonte: acervo da pesquisadora (2023).

Em seu diário de classe, a Professora Maria Helena Furtado registra, no ponto a ser tratado, a leitura das páginas 134 a 141 do livro leituras *Moraes e Instructivas*, de Arnaldo

Barreto para a 3ª seção e para a 4ª seção na escrita a seguinte oração: “O Barão do Rio Branco foi um ilustre brasileiro”. Tanto as práticas de leituras como escritas reforçam o privilégio de quem detinha ou ocupava posição de poder no país. Além de ilustre brasileiro, Barão do Rio Branco era o patrono do grupo, por isso se cultuava esse sentimento simbólico de um homem que condensava os ideais de uma pátria amada.

Sobre José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do Rio Branco, pesquisas em formatos e teses e dissertações são encontradas sobre a sua atuação de ministro das relações exteriores do Brasil. De acordo com Bueno (2012), Paranhos Júnior assumiu o Ministério das Relações Exteriores com 57 anos de idade. Bacharel em Direito, geógrafo e historiador prestigiado que tinha em seu ativo duas expressivas vitórias em litígios internacionais (questões das Missões de Palmas e do Amapá) nos quais representara os interesses do Brasil. Ademais, Rio Branco foi ministro das Relações Exteriores de quatro governos: Rodrigues Alves (1902-1906)⁶⁵, Afonso Pena (1906-1909)⁶⁶, Nilo Peçanha (1909-1910)⁶⁷ e Hermes da Fonseca (1910-1914)⁶⁸. Ademais, atuou em negociações de fronteiras com a Argentina, Bolívia, Guiana Francesa e Peru. Por fim, teve importante papel na promoção de fluxos migratórios para o Brasil e foi um importante agente no processo de estabelecimento da ordem institucional burocrática da Primeira República, com forte presença na imprensa nacional e grande influência política.

É imprescindível ressaltar que muitos homens e mulheres têm sido, ao longo da história educacional brasileira, objeto do conhecimento historiográfico, “permitindo a inclusão no campo da ciência histórica, de novos objetos da história” (Le Goff, 2013, p. 23). Por isso que

⁶⁵ Rodrigues Alves (1848-1919) foi o 5.º presidente do Brasil, exerceu o cargo entre 15 de novembro de 1902 e 15 de novembro de 1906. Recebeu da Princesa Isabel o título de "Conselheiro do Império" Fundou a Faculdade de Medicina de São Paulo. Foi deputado provincial, deputado geral e Ministro da Fazenda. Fonte: presidentes.gov.br

⁶⁶ Afonso Augusto Moreira Pena nasceu em Minas Gerais, em 1847 e faleceu no Palácio do Catete, em 1909. Bacharel em Direito (1870), foi deputado provincial (1874-1878) e geral (1878-1889), ministro da Guerra (1882), Agricultura (1883) e Justiça (1885), tomou parte da Assembléia Constituinte Mineira (1890-1891), foi presidente de Minas Gerais (1892-1894) e fundou Belo Horizonte e a Faculdade de Direito de Minas Gerais. Foi presidente do Banco do Brasil (1895-1898), senador estadual (1899), presidente do Conselho Deliberativo de Belo Horizonte (1900), vice-presidente (1902-1906) e presidente da República (1906-1909). Fonte: presidentes.gov.br

⁶⁷ Nilo Procópio Peçanha nasceu na cidade de Campos dos Goitacazes (RJ) em 02 de outubro de 1867, filho de Sebastião de Sousa Peçanha e Joaquina Anália de Sá Freire. Formou-se bacharel pela Faculdade de Direito de Recife em 1887 e, retornando a Campos, dedicou-se à advocacia no período de 1888 a 1890. Foi um dos criadores e também presidente do Clube Republicano em Campos. Elegeu-se deputado à Assembleia Nacional Constituinte (1890-1891) e deputado federal pelo Partido Republicano Fluminense (1891-1903), tornando-se senador em 1903. Renunciou a esse mandato para ser presidente do estado do Rio de Janeiro (1903-1906) e, a seguir, vice-presidente da República (1906-1909). Em decorrência da morte do titular, Afonso Pena, assumiu a Presidência da República de 1909 a 1910. Fonte: presidentes.gov.br

⁶⁸ Hermes Rodrigues da Fonseca nasceu na cidade de São Gabriel, estado do Rio Grande do Sul, em 12 de maio de 1855. Hermes da Fonseca era republicano, membro da maçonaria e sobrinho do primeiro presidente do país, Deodoro da Fonseca. Ministro da Guerra do governo de Afonso Pena (1906-1909), instituiu a Lei do Serviço Militar Obrigatório. Em 1910, foi um dos fundadores do Partido Republicano Conservador. Por meio de eleição direta, passou a exercer a presidência da República em 15 de novembro de 1910. Fonte: presidentes.gov.br

na vida das sociedades e, principalmente, das instituições educativas a história procura conhecer a complexidade dos fenômenos do passado, considerando o homem e sua ação no tempo (Bloch, 2001) a partir de sua própria realidade. Cada um, em sua intencionalidade, explica um arsenal de ações que foram se configurando em processos de transformação social no decorrer do tempo, provocadas pelo comportamento e pela mudança do ser humano em sua complexidade.

O manual *Nossa Pátria* de Rocha Pombo nos auxiliou na reflexão sobre a cultura escolar, revelando e assegurando que a instituição é constituída pelas diferentes práticas humanas, as quais se transformam a cada momento, mas persistem no decorrer dos tempos. Essas práticas interferem nas relações entre escola/sociedade, cultura escolar/escolarização, cultura urbana e outras culturas e instituições sociais.

A Primeira República marcada pelo desenvolvimento da indústria, a imigração europeia, a expansão urbana, consolida o espírito de novos ideais, reivindicações para com o bem-estar social dos brasileiros e ascensão da modernidade no desenvolvimento das diferentes ciências, entre elas as Ciências Sociais. Por isso a necessidade de se estabelecer uma relação entre conhecimentos, formação do sujeito em sua totalidade e questões sociais, ampliando a dinâmica da cultura escolar, possibilitando que a escola ensinasse os fatos, eventos, personagens importantes do Brasil, integrantes de uma construção contínua da sociedade. Para Rocha Pombo os feitos e bem feitos interferiram nos aspectos político, social, econômico e cultural da sociedade brasileira e por isso mereciam destaque nos bancos escolares através dos manuais escolares.

4.2 LIÇÕES DE CIVISMO NOS MANUAIS DE ARNALDO BARRETO E MARIANO DE OLIVEIRA

A cultura cívica foi responsável por estabelecer leis e decretos que fortaleceram festas e rituais cívicos a serem cumpridos pelo grupo escolar como: os dias em que deveriam ser celebradas as festas nacionais, estaduais e municipais, a obrigatoriedade do canto do Hino Nacional, alusões às autoridades políticas regional e nacional. Assim, as festas possuíam uma finalidade mais que educativa, influenciava também a vida social e política dos cidadãos.

Saviani (2005, p. 16), ao analisar a natureza e a especificidade dos processos educativos, ressalta que a criação das escolas, organizadas pelo poder público, de caráter laico e voltadas para atender à população em geral, representava um grande avanço para o estado e para o município, capaz de promover o crescimento econômico, assegurar a importância das instâncias

local e regional frente ao âmbito nacional e de promover um maior controle dos movimentos sociais, através da hierarquização do poder que poderia ser estabelecido a partir de critérios econômicos e culturais.

De acordo com o jornal A República (1919), as professoras Maria Terceira Rocha e Raimunda Rocha do Grupo Escolar Barão do Rio Branco de Parelhas, prevalecendo-se da data natalícia do desembargador Joaquim Ferreira Chaves, transcorridas no dia 15 do corrente mês, promoveram um festival dramático no estabelecimento de ensino. Nessa direção, a festa cívica também se constituía em um lugar de memória, cujo principal objetivo era a comemoração de um acontecimento ou de um personagem visto como significativa no contexto da história da nação, fosse regional ou nacional, como no caso do desembargador Joaquim Ferreira Chaves.

A prática de apresentar à comunidade um personagem heroico era comum no grupo escolar e fazia parte dos conteúdos apresentados no programa de ensino, o qual destacava seus feitos infundindo na população suas ações desenvolvidas e consideradas como um bem social. De acordo com Araújo (2021, p. 77), as festas se davam em caráter anual ou esporádico, mas todas eram obrigatórias e permeavam o calendário escolar. Eram alusivas a datas:

comemorativas a acontecimentos considerados como marcos históricos na história do Brasil ou de seus protagonistas, outras com fins de aclamação e saudação aos símbolos oficiais da República, como a festa da bandeira nacional, ou para encerrar o ciclo do ano letivo dos escolares.

Os manuais escolares de Arnaldo Barreto e Mariano de Oliveira traziam leituras que cultuavam os símbolos patrióticos como a bandeira, o hino, figuras de soldados, construindo a simbologia de uma nova nação, nova ideologia e novos protagonistas. Como veremos na ilustração a seguir.

Figura 48 - Leitura da página 66 do livro Mariane de Oliveira (1918)



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

O texto apresenta a figura de um soldado, herói que defende a pátria, luta pelo bem comum da nação, está a serviço do coletivo. O personagem Tito é alguém próximo, ou seja, todos podem ser um bom soldado. Faz referência ao uniforme como uma vestimenta que fortalece a hierarquia, disciplina, potencializa a manifestação de força, transmitindo um ideal de igualdade no qual todos são nivelados, independentemente de origem ou condição.

O soldado segura e apresenta a bandeira como seu bem maior, orgulho de ser patriótico. O outro, no caso Lavínia, faz referência à bandeira, beijando-a, demonstrando respeito, amor e veneração. Ademais, é importante ressaltar que os símbolos nacionais tinham um caráter importante para a formação do sujeito republicano diante do culto à pátria e os vultos da história do país para serem lembrados de forma que os alunos ao admirar os atos heroicos, pudessem adotar atitudes cívico-patriótico.

Contudo, não existia no regimento interno dos grupos escolares um dia dedicado à Bandeira Nacional, apenas uma homenagem, havendo formatura com dia e hora marcada no grupo. Por isso, Manoel Dantas, diretor da Instrução Pública, institui a festa da bandeira no Rio Grande do Norte com o seguinte regulamento:

Art. 1º Fica instituída obrigatoriamente em todos os estabelecimentos de ensino oficial a festa da bandeira que se realizará no dia 19 de novembro de cada ano.

Art. 2º A festa constituirá no hasteamento da bandeira nacional, na fachada do edifício escolar com toda solenidade, ao som do respectivo hymno executado pela banda de música quando houver e cantado pelos alunos prelecção em classe e passeata cívica sempre que for possível e se o estabelecimento tiver bandeira de formatura.

Art. 3º Cada estabelecimento de ensino oficial, deverá possuir, adquirida por subscrição popular ou por doação uma Bandeira Nacional devidamente preparada para desfile, com haste e talabarte para ser conduzida nas formaturas e passeatas cívicas.

Art. 4º A bandeira será guardada em armário próprio na portaria do edifício do grupo, de modo a ficar nele acondicionada, com a respectiva haste.

Art. 5º A bandeira só sahirá para a formatura nas grandes passeatas cívicas dos dias de festa nacional ou ellas equiparadas para a recepção ao Governador do Estado, ao presidente da República e aos poderes constitucionais quando incorporados.

Art. 6º A entrega da bandeira a qualquer estabelecimento de ensino será sempre feita em festa solene presidida pelo diretor geral da Instrução Pública ou seu delegado especial.

Art. 7º O cargo de porta-bandeira compete, como o maior prêmio ao mérito, ao alumno, mais distinto do grupo ou escola isolada considerando o que tiver melhores notas e frequência (A República, 1921, p. 03, n. 123).

Esses rituais festivos eram cuidadosamente planejados pelas autoridades e pelos educadores que recebiam, antecipadamente, as normas a serem seguidas e instruções para organizar a programação a ser colocada em prática nos dias de solenidades. Os professores recebiam do departamento da Instrução Pública as orientações para a realização das festividades. Com isso, as festas escolares eram apresentadas com muito entusiasmo a toda sociedade e divulgadas nos meios de imprensa da região.

Nesse sentido, Araújo (2021) percebe que além de reguladas e vigiadas, as festas escolares não eram elementos educativos isolados; elas faziam parte de um conjunto maior permeado por uma concepção de educação vigente em sua temporalidade que preconizava a disciplina e a ordem como requisitos indispensáveis para o progresso da nação. Assim sendo, estava articulada às demais atividades determinadas pelos programas escolares. Ela os compunha, junto de uma diversidade de tarefas escolares.

Os festejos, quase sempre, tinham início pela manhã com os desfiles dos escolares, em seguida, precediam-se os longos discursos proferidos pelas autoridades locais, e dos recitais realizados pelos alunos. Também faziam missa e o cântico de ação de graças que, certamente, traziam um sermão em favor do Governo e repleto de exortações políticas. Nesse sentido, Veiga (2010, p. 414) afirma que

as festas escolares eram acontecimentos sociais de grande importância, eram momentos, especiais na vida das escolas e das cidades, momento de integração e de consagração de valores o culto à pátria, à escola, à ordem social vigente, à moral e aos bons costumes.

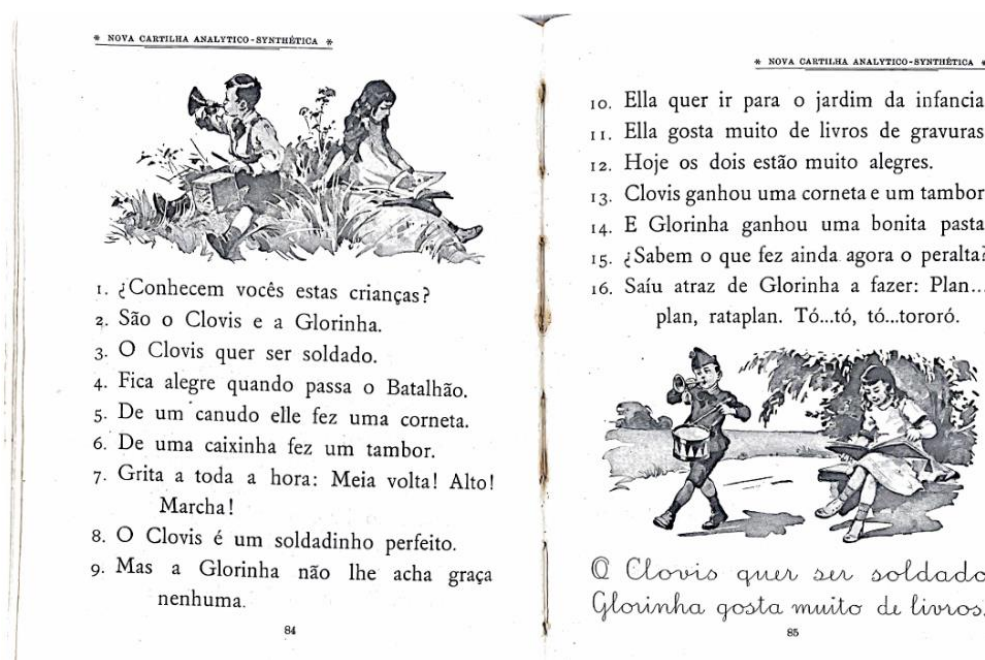
Identificamos no jornal A República (1922) que um ofício foi enviado pelas professoras Maria Helena Furtado Vila e Rita Sampaio ao diretor da Instrução Pública Manoel Dantas, solicitando duas bandeiras do Brasil e que fossem entregues pessoalmente pelo referido diretor. No dia 15 de agosto de 1922, Manoel Dantas fez a entrega das bandeiras às Escolas Isoladas Masculina e Feminina do GEBRB:

A população tendo à frente o Coronel Antão Elisiário fez minha recepção muito carinhosa e festiva. Os alumnos do Grupo Escolar combriram-me de flores, tendo eu agradecido em longo discurso essa espontânea manifestação do povo parelhense. Quando me referi aos benefícios que a actual administração tem espalhado em favor da instrucção popular, todos os presentes ergueram entusiasticas aclamações ao Governador Antonio de Souza, cujo nome é aqui pronunciado com a mais viva sympathia. Hoje à noite farei uma conferência sobre as caixas escolares. Estou encantado com o progresso desta localidade (A República, 1922, p. 3, n .86).

Percebemos que havia por parte dos professores uma preparação e incentivo para que a comunidade participasse das festas e eventos cívicos fomentados pelo grupo escolar. Era uma maneira de mostrar para a comunidade o projeto educacional que estava sendo implementado em todo o país. Algumas manifestações como 7 de setembro, dia da bandeira, dia do soldado, folclore brasileiro, mesmo que em contextos diferentes se mantêm até os dias atuais, práticas desenvolvidas no cotidiano da escola, as quais, estão enraizadas no passado, entendidas como fruição coletiva de uma ação cultural que alimenta a identidade e o patrimônio cultural do povo.

Apresentamos a seguir, as páginas 84 e 85 que realçam o interesse dos meninos para servir à pátria.

Figura 49 - Leitura da página 84-85 do livro Mariane de Oliveira (1918)



Fonte: acervo da pesquisadora (2023).

Tanto a ilustração como o texto ressaltam que o personagem masculino quer ser soldado, o que era exclusivo na época ao gênero masculino. A figura de um soldado em posição, marchando, segurando a bandeira, tocando instrumento, instigava os escolares meninos a fazer parte deste grupo de destaque na sociedade. Era uma posição de poder. À menina sempre cabia os livros, os brinquedos domésticos, pois precisavam ter boas instruções e administração nos serviços do lar.

Nesse sentido, em 25 de março de 1922, no edifício do Grupo Escolar Barão do Rio Branco, é criado o Grupo de Escoteiros nos termos da Lei n. 447 em vigor do Conselho Regional dos Escoteiros, o conselho de diretor que ficou composto por: presidente, Florêncio Luciano⁶⁹, secretário, Manoel das Virgens; estes foram eleitos pelos associados. E Pedro Candido nomeado pelo diretor geral da Instrução Pública Manoel Dantas.

O escotismo trazia uma pedagogia do civismo, condensando diversos movimentos de intervenção extraescolar na formação pátria de crianças e jovens. Nesse sentido, conotações de caráter, moral, valores eram consideradas com vistas em um treinamento para afastar e

⁶⁹ Nasceu na comunidade rural de Boa Vista, no dia 2 de novembro de 1894. Era filho do agricultor e artífice de fogueteiro, José Luciano. Desenvolveu suas atividades com agricultura, pecuária e se tornou produtor de algodão investindo numa usina mecanizada para beneficiar o produto. Assumiu o cargo de prefeito de 1928 a 1930 concorrendo o pleito da primeira eleição no município de Parelhas-RN. Foi prefeito por 4 mandatos (Farias, 2021).

preservar o sujeito do mau caminho. O escotismo utilizava-se, também, do método intuitivo para desenvolver as faculdades do intelecto, memória, emoção, vontade e consciência, uma vez que o objetivo era transformar essas faculdades em hábitos sedimentando o caráter.

Pelo registro da associação dos escoteiros, observamos que as informações de cada associado eram compostas de nome, filiação, peso, altura e circunferência torácica de cada um. Estes aspectos estavam em conformidade com o art. 2 da Lei n. 549 de 5 de dezembro de 1922, os quais traziam as normas técnicas para a oferta e funcionamento do escotismo nos grupos escolares.

A educação escoteira foi criada em 1907 na Inglaterra com o pensamento de Baden-Powell, o qual queria que se mantivesse o mesmo estado de alerta e prontidão que um soldado deveria manter em campo de batalha. Começou sua trajetória agregando adeptos pelo mundo a partir de 1908, depois da publicação de *Scouting for Boys*⁷⁰. Macdonald⁷¹ (1993) mostra que na Inglaterra, já em 1909, o movimento contava com 60.000 escoteiros. Para Junior (2013), no Brasil, o escotismo chega em 1910, não sendo diferente a velocidade com que ele chegou a outros países latino-americanos: Chile – 1909; Peru – 1911; Argentina -1912; Venezuela e Colômbia – 1913; Bolívia – 1915; Equador – 1920.

De acordo com Leandro (2021), Olavo Bilac escreveu uma carta para Henrique Castriciano em 21 de junho de 1916, instigando a implantação do escotismo na cidade de Natal. Como membro da elite local, Castriciano estava inserido no ideário de modernização da cidade e do estado potiguar. Dialogando com os ideais de disciplina e saúde dos corpos difundidos pelos esportes, o escotismo era percebido pelas elites nacionais e locais como uma solução para os vícios e mazelas que acometiam a sociedade moderna.

A escola dos escoteiros, uma das células primárias do organismo da educação cívica e da defesa nacional, tem um objetivo que se resume em breves linhas [...]. Esta admirável escola ao ar livre abrange todos os pontos que se contém no programma da moderna pedagogia: primeiro a instrução physica; a conservação ou o restabelecimento da saúde pela hygiene e medicina, e o desenvolvimento normal e progressivo de todas as funções do corpo, pela gymnastica e pelos jogos escolares (Bilac, 1920, p. 29).

Estes grupos de intelectuais (Bilac, Henrique Castriciano,) norte-rio-grandenses viam no escotismo uma oportunidade de afastar os jovens dos vícios da sociedade urbano-industrial,

⁷⁰ Sua tradução em inglês é: Escotismo para meninos. É o projeto original de inspiração para o Movimento Escoteiro.

⁷¹ Rede multinacional estadunidense de fast food. Fonte: <https://www.mcdonalds.com.br>.

ensinar-lhes a controlar seus desejos e educá-los na ordem. É justamente esse discurso que dará respaldo para a implantação do escotismo na cidade do Natal, concebido pelas elites como uma instituição capaz de instruir física e moralmente os seus jovens membros, complementando os saberes transmitidos na escola.

Encontramos registros a partir do mês de agosto de 1922 do GEBRB, afirmando ter um número de 19 escoteiros sendo: 18 existentes, 02 inscritos durante o mês e 01 eliminado. Os exercícios constaram de reconhecimentos patrulho, exercícios de exploração, signos do escoteiro, ginástica sueca e saltos. As palestras versaram sobre o júri e o dever dos jurados; Constituição Federal e os artigos mais importantes; a atuação do escoteiro nas diferentes ocasiões de acidentes, desastre; os perigos trazidos pelo álcool e pelo fumo; os fatos que ocasionaram a Independência do Brasil.

Os diferentes assuntos tratados nos exercícios e nas palestras visavam formar um cadete na cidade para os serviços de primeiros socorros, cidadania, comunicação, defesa de incêndios e técnicas de segurança para a vida na cidade e no campo. Os escoteiros desempenhavam suas tarefas com exemplos de lealdade, coragem e responsabilidade. Todos os membros do movimento eram responsáveis a cumprir os princípios, fins e métodos do escotismo.

Para Nascimento (2004), em termos pedagógicos, o escotismo é fruto do ativismo. A pedagogia ativista influenciou educadores de todo o mundo. A Pedagogia Ativa rompe com alguns pressupostos da Pedagogia Tradicional e se insere no método intuitivo. Considerava que o fazer deveria preceder o conhecer e na base da aprendizagem, estava o ambiente ao invés do saber codificado e sistemático, propondo o contato direto do aluno com a natureza e o aprender fazendo.

Nesse contexto, percebemos que os escoteiros do GEBRB Severino Costa, João Castronildo e Braulio Maximiano foram elogiados pelo desempenho em todos os exercícios programados no mês de agosto. Os elogios destacavam as peculiaridades dos alunos mediante a suas habilidades, socialização em níveis de autocontrole e condutas para sobrevivência individual e coletiva. Com isso, o escotismo tinha como parâmetro a vivência dos indivíduos para a resistência, salvamentos de vidas, ampliação das manifestações patrióticas no desenrolar das ações que expressavam a ordem e o progresso do país.

A Lei n. 549 de 5 de dezembro de 1922, outorgada pelo governador Antonio José de Melo Souza, determina gratificação extraordinária e proporcional aos professores pelo número de alunos associados ao escotismo nos grupos escolares ou escolas isoladas do interior do estado:

Art. 1: Aos professores dos grupos escolares e escolas isoladas do interior do estado, que organizarem e mantiverem associações de escoteiros nos moldes já adaptados e observados no da capital, poderá o governador mandar abonar pelos cofres do Thesouro uma gratificação extraordinária e proporcional ao número de alunos associados e instruídos (Rio Grande do Norte, 05 de dezembro de 1922).

Para Rabelo e Barreto (2013), o escotismo apresentava-se como projeto complementar a escola, muito embora, posteriormente, o movimento escoteiro acabou influenciando as instituições escolares, chegando a operacionalizar, com estas, a Educação Formal. Para isso, o idealizador do escotismo (Baden-Powell) entendia que a instrução escoteira poderia ser dada fora das horas de aula, pois não era interessante que os estudos escolares ficassem prejudicados durante o tempo em que o trabalho fosse realizado na escola.

Em agosto de 1922, as palestras no GEBRB foram: os principais fatos da independência; do fisco até o grito do Ipiranga; o código do escoteiro; o Rio Grande do Norte político e os seus poderes; as forças armadas do país. Desse modo, constatamos que estes conteúdos também eram direcionados pelo regimento interno dos grupos escolares (1914) e reforçados no escotismo. As palestras traziam dimensão política de cunho patriótico forte, que ajudavam a perpetuar a ideia do progresso, civilidade e ordem instaurada em determinado momento histórico.

Também no dia 07 de setembro de 1922, os alunos do GEBRB realizaram formatura em ocasião dos festejos deste dia. Estavam devidamente uniformizados para participar do hasteamento da Bandeira Nacional ao som do Hino Nacional, fizeram demonstrações cívicas e esportivas e o arriamento do pavilhão pátrio. Terminada a solenidade de hasteamento da bandeira, ainda pela manhã, começou o desfile cívico-militar, passando pelas principais ruas da vila (Rua 7 de setembro, Rua do Beco Estreito). Todos os alunos e professores do Grupo Escolar eram obrigados a desfilar; o que diferenciava o grupo de escoteiros era o uniforme durante o evento.

Desse modo, as práticas foram constituídas nos dias letivos, feriados móveis e fixos, dias sem aulas, comemorações festivas e cívicas, inspeção escolar, exames finais de promoção e reprovação presentes no cotidiano do Grupo Escolar Barão do Rio Branco, consolidando-se como cultura escolar. Logo, a sala de aula tornou-se um dos mais importantes espaços em que as práticas foram produzidas e se reproduziram, tanto na sua organização quanto em seu mobiliário, distribuição dos alunos em filas, trabalhos em grupos, projetos pedagógicos, avaliação, relação professor/aluno, premiações, castigos, livro didático, diversidade de material

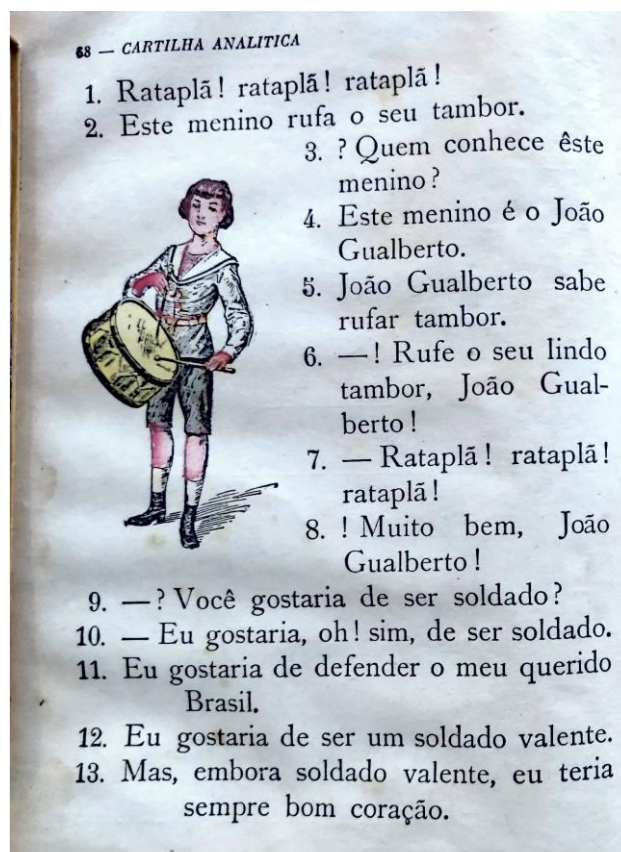
utilizado para o desenvolvimento das aulas, recursos tecnológicos e subjetividade das pessoas, elementos que se configuraram na cultura escolar.

Nesse contexto, Souza (2019) aponta que os desfiles cívicos, as passeatas, as festas, as confraternizações e as disputas esportivas foram atividades realizadas com maior intensidade pelos alunos na implementação dos grupos escolares no início do século XX. Essa gama de diversidade das práticas pedagógicas do GEBRB evidenciava a riqueza e variedade de sua cultura.

Desse modo, os intelectuais que defendiam o escotismo pregavam que este era um movimento que priorizava o desenvolvimento do jovem adotando valores de conduta, moral, preparo físico como parte do seu crescimento pessoal e para o trabalho. Em equipe, fortalecia os conceitos de lealdade, fraternidade, respeito e disciplina. No momento em que um membro adería a este grupo, ele realizava a promessa escoteira que sintetizava a base moral na qual o integrante tinha aderido. Esta ação estava dentro de um conjunto de normas que regiam os escoteiros pelo mundo e deveriam ser seguidas. O código criado por Baden-Powell, fundador do movimento, procurava estabelecer auxílio à formação do caráter do jovem escoteiro, cultivando um exemplo de personificação a ser seguido.

Observamos estas práticas também no manual de Arnaldo Barreto. O manual escolar passou a ser compreendido como o espaço privilegiado para a formação intelectual do sujeito, transmissão de conhecimentos, instauração da ordem, de uma cultura referenciada a uma sociedade moderna. Assim, compreender e explicar essa cultura escolar, é integrá-lo ao sistema educacional em que estes impressos se organizaram e se estruturaram, com suas características específicas e influências dos planos educacional nível nacional e regional. Para Medeiros Neta (2011) a cultura da escola envolve um entendimento amplo de cultura, mas de forma estrita voltadas a cultura do grupo e do cotidiano.

Figura 50 - Leitura da página 66 do livro Arnaldo Barreto (1916)



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

Percebemos que os dois autores (Mariano de Oliveira e Arnaldo Barreto) trazem a expressão: “eu queria ser um soldado valente”; eram leituras que convergiam para a militarização dos escolares que deveriam ser patrióticos, obedientes, crentes no progresso do país, ao mesmo tempo em que a saúde e a força humana se manifestavam promissoras para o desempenho intelectual, físico e social, fosse coletivo ou individual.

Identificamos que no dia 10 de dezembro de 1921, o diretor da Instrução Pública, Manoel Dantas, fez entregas de bandeiras às escolas isoladas do Grupo Escolar Barão do Rio Branco, regidas pelas professoras Rita Sampaio e Helena Furtado Villa. Houve concurso entre os alunos e participação de toda a comunidade. Foram porta-bandeiras os alunos: Eutychio de Araújo da 4ª classe masculina e Waldemira Pereira de Macedo aluna da 1ª classe feminina. Na ocasião, Manoel Dantas fez uma conferência ao ar livre sobre “A Pátria e a Bandeira”, seguindo-se de uma passeata com a população. De acordo com o relato, à noite, houve distribuição de prêmios e conferência sobre a “sociedade e a instrução” com o padre Galvão. Por ocasião da distribuição dos prêmios, o sargento Jonathas Luciano ofereceu livros aos dois

alunos que obtiveram melhores notas nos exames finais: Eutychio de Araújo e Dulce dos Santos (A República, 1921, p. 5).

A relação instituída entre os manuais escolares e o programa de ensino demonstra que as disciplinas de Leitura, Escrita, História, Educação Física, Moral e Cívica fomentavam as funções disciplinadoras, morais, cívicas e higiênicas, predominantes na formação do cidadão republicano. Os grupos não eram apenas um lugar de aprendizagens, de aquisição dos saberes, “mas também um lugar de inculcação de comportamento, que exige uma ciência de governo segundo sua própria finalidade” (Julia, 2001, p. 22). A escola não era concebida somente como a responsável pelo aprendizado dos conteúdos escolares, mas estava encarregada também de ensinar formas adequadas de se comportar e agir na sociedade que se instaurava.

Ademais, no mês de setembro de 1922, o grupo de escoteiros tinham 18 participantes. Os exercícios contaram de evoluções militares, ginástica sueca, construção de pirâmides, aulas de semáforos e marchas de resistência. É nítida a influência da vida militar nos fundamentos do movimento do escoteiro, principalmente, pelas atividades corporais e as noções de higiene, prevenindo-os dos vícios e doenças. Estes aspectos estavam associados às lições de leitura nos manuais escolares.

Esses comportamentos ficam perceptíveis nos manuais escolares de Arnaldo Barreto, João Kopke, Mariano de Oliveira e Rocha Pombo, mediante a intencionalidade dos conteúdos propostos pelo programa de ensino que eram designados pelo governo do estado. O Regimento Interno dos grupos escolares e escolas isoladas (Rio Grande do Norte, 1914) direcionavam os professores para o ensino das lições de moral, instrução e sentimento cívico por meio das leituras, recitações de poesias, marchas, cânticos e outros meios adequados para com o sentimento do patriotismo dos educandos e de toda sociedade. Para isso, utilizava-se também a matéria de cânticos constituída de letra e música Hino Nacional, da Independência, da Proclamação da República, da Bandeira Nacional e do grupo se houvesse, aprendidos pela audição e repetição e para iniciar as atividades e acompanhar as marchas. A callisthenica era uma atividade de encerramento das aulas.

Integrada aos exercícios físicos estava a concepção higienista que os manuais traziam para ser trabalhada intrinsecamente nas disciplinas de Exercícios Físicos, Leitura, Escrita e Lições de coisas. De acordo com Azevedo e Santos (2018), a escolarização dos corpos não se destinava apenas à matéria e atividades de exercícios físicos, mas estavam presentes em todas as outras matérias que integravam as dimensões da vida pessoal e social dos educandos. Estes preceitos higiênicos, reforçando os ideais republicanos, aos poucos influenciavam o

comportamento dos sujeitos que constituíam o coletivo da escola, adotando hábitos saudáveis de vida, controlando as doenças proliferadas e infecciosas, desenvolvendo comportamentos adequados e desejáveis a consolidação dos ideais republicanos.

É possível identificar leituras e frases nos manuais Arnaldo Barreto, João Kopke, Mariano de Oliveira e Rocha Pombo que fomentavam o apelo à limpeza corporal e o asseio do ambiente. O pensamento higienista visava o desenvolvimento de uma nação sadia e produtiva, a partir da observação, exame, controle e disciplina na infância. As cidades, vilas e povoações eram mal estruturadas, colocando, dessa maneira, a população em riscos quanto a epidemias e várias doenças contagiosas.

Neste sentido, Viveiros (2015, p. 108) afirma que “através do discurso higienista como parte integrante projeto modernizador da sociedade brasileira, emergia uma gama de preceitos necessários à circulação da ideia republicana da cidade saneada e limpa de todas as formas de degradação humana”. Assim, as práticas pedagógicas eram centradas em ações individualistas, focadas na mudança de comportamentos e atitudes para lidar com as questões que envolviam doenças contagiosas, vícios, epidemias.

De acordo com Melo (2020, p. 48), o movimento higienista demonstrava, de forma geral, preocupações relativas à saúde da sociedade de forma individual e coletiva. Por isso, propunha-se atividades que visassem “o combate aos maus hábitos de higiene e vícios dos indivíduos; ao desenvolvimento e à manutenção do vigor físico, saúde mental e da moralidade; à melhoria da qualidade de vida”.

Para Amorim (2016), as práticas higienistas desenvolvidas no cotidiano dos grupos escolares tinham como objetivo formar o novo homem, habilitar o povo para o novo país que se construía, republicano e moderno. Por isso, era preciso corrigir hábitos, trabalhar a postura de um corpo equilibrado, inclinado a partir da posição do sentar e desenvolver as atividades pedagógicas. Assim, acreditava-se na possibilidade de utilização de todos os conhecimentos no sentido de melhorar física, mental e racialmente as futuras gerações brasileiras.

4.3 CONTRIBUIÇÕES DOS MANUAIS DE JOÃO KOPKE PARA A FORMAÇÃO MORAL

Na Primeira República, a sociedade brasileira viveu um período de grande efervescência e profundas transformações, marcada por uma crise econômica mundial que trouxe rupturas para a sociedade, política e economia. Essa crise foi o marco referencial para a entrada do Brasil no mundo capitalista de produção, o que gerou desigualdades sociais e algumas mudanças no

país como: expansão do setor cafeeiro e das atividades a ele vinculadas; a diversificação da agricultura; a expansão de empresas; o surgimento de novos estabelecimentos ligados à indústria, à ampliação dos setores urbanos com o crescimento das camadas médias, à classe trabalhadora e a diversificação de interesses no interior das próprias elites econômicas.

É justamente neste período que Parelhas, ainda na condição de Vila pela Lei nº 478 pertencente ao município de Jardim do Seridó-RN, desponta em seu desenvolvimento tecnológico em consequência da primeira Revolução Industrial que se consolidava nos países mais avançados e adentravam nos países subdesenvolvidos, fortalecendo a formação do Capitalismo com fortes inferências no processo produtivo e nas relações de trabalho. O desenvolvimento e aperfeiçoamento do automóvel, eletricidade, rádio, cinema, telefone entre outros instrumentos tecnológicos que promoveriam as importantes transformações tanto na base econômica como na superestrutura, não só nos países desenvolvidos como afirma Schaff (1995), mas em todo o mundo.

O grupo escolar adquiriu grande importância para a sociedade moderna, uma vez que no modelo industrial eram exigidas instruções, conhecimentos e habilidades mínimas para se competir no mercado, diferente daquelas exigidas no modelo agrário. Os manuais de João Kopke diferentemente dos manuais de Arnaldo Barreto e Mariano de Oliveira e Rocha Pombo, apresentavam textos longos em prosas, contos, poesias que inculcavam a conduta cívica e patriótica, enaltecendo o trabalho e os homens que fizeram parte do contexto histórico e político do país. Nesse sentido, a cultura do grupo escolar com seus materiais pedagógicos e escolares, em especial, o manual escolar, era responsável por tornar o cidadão melhor, educado quanto aos princípios morais, cívicos, higiênicos, disciplinado e, principalmente, produtivo.

No primeiro livro de João Kopke, a 6ª lição “O amanhecer” enaltece a satisfação do sujeito seja ele homem, mulher, criança ao levantar cedo para o trabalho, uma vez que se concebia esta ação como transformadora sobre a natureza e si mesmo. A 15ª lição deste mesmo livro “As avelãs”, expressa a persistência, fazer o melhor e não desistir. Compreender que nem tudo é fácil, mas é possível desde que se tenha coragem.

Desse modo, a escola como espaço de formação de pessoas é considerada um bem público essencial e prioritário como também a grande responsável pela promoção da escolaridade e, conseqüentemente, de mobilidade social. É, portanto, espaço de socialização que tem entre suas funções fundamentais a de conseguir com que as pessoas apreendam conhecimentos e assumam determinadas normas da sociedade em que vivem, pois além do conhecimento transmite também valores e atitudes.

As lições 29^a “ganhar dinheiro”, 37^a “semear para colher”, 41^a “Brincar e trabalhar” e 47^a “o trabalho”, fomentava nos educandos que era preciso ter hora para brincar, estudar e trabalhar. Quem começa desde cedo o trabalho tem mais oportunidade de vencer na vida. João Kopke em suas lições não considerava o trabalho como uma obrigação, um fardo e, sim, como algo prazeroso que na interação com outros sujeitos, as relações seriam construídas e que cada um tem uma função essencial para que o serviço aconteça.

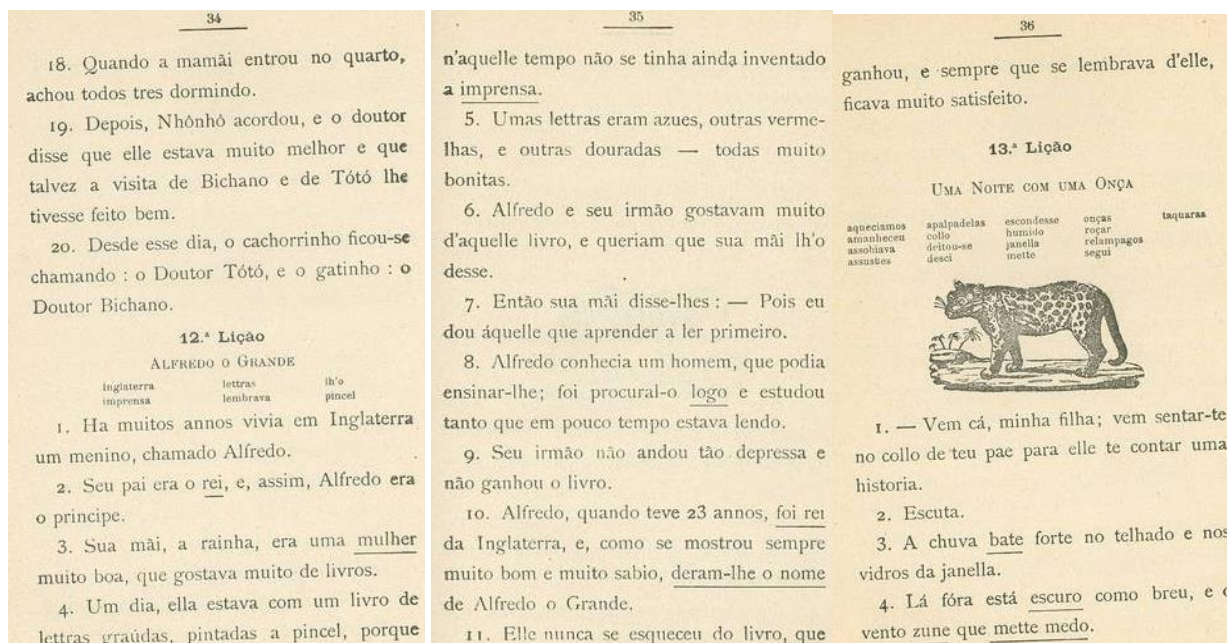
De acordo com Koerich (2020), João Kopke demonstrava em suas leituras que o trabalho deveria ser sempre executado com alegria e que não existia diferenciação entre o trabalho adulto e o infantil. Nesse sentido, as leituras mostram com bastante nitidez que somente os homens trabalham fora de casa e de maneira remunerada, mas o importante é que todos (meninos e meninas) se mantivessem ocupados com atividades úteis.

Os textos despertavam o interesse dos menos favorecidos para adquirir algumas posições sociais, ou se tornar obedientes, responsáveis, zelosos, pontual quando de posse de um trabalho. Favoreciam também à hegemonia dos interesses individuais sobre os coletivos, em que a produção dos meios de existência se faz dentro do sistema capitalista. Desse modo, os sujeitos precisavam aprender algum trabalho e, por ele, unir-se a outros homens e áreas de saberes. Poderiam negociar, usar da inteligência para assegurar a ordem, o progresso e o bem comum.

No segundo livro de leituras Moraes e Instructiva de João Kopke, encontramos nove lições que favorecem à reflexão com o homem instruído pelo conhecimento e para o trabalho. A 1^a lição “Um bom presente”, enaltecendo a difusão do método intuitivo, sobre processos, normas, valores, significados, formas de pensamento, constituidores da própria cultura que se complexifica como resultado de uma construção histórico-cultural do homem.

Destacamos neste segundo livro a 6^a lição “Cleanthes”, mostrando a relação entre o processo e a divisão do trabalho, a estrutura econômico-social, os processos educativos na formação do homem para o trabalho como na sua conduta. A capacidade de decisão de cada um é primordial para a posição social que ele ocupa, e a escola é o espaço de preparação para esse status. A lição demonstra a obediência, a imitação do discípulo para com o mestre, o falar quando necessário e solicitado, escutar mais. Nesta mesma linha de pensamento, encontramos a 12^a lição “Alfredo o Grande”.

Figura 51 – Leituras das páginas 34-36 do segundo livro de Leituras, Moraes e Instructivas de João Kopke



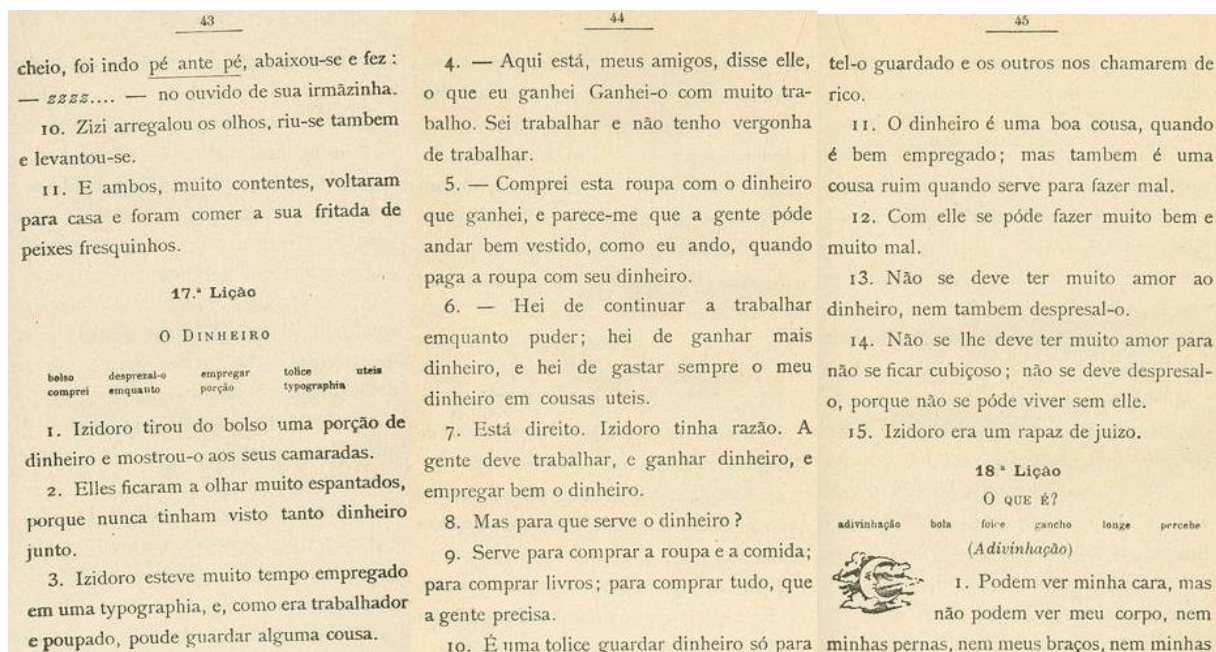
Fonte: Kopke (1911, p. 34-36).

As leituras seguem determinando o repertório cultural que se desejava implantar enquanto escola, a formação do sujeito em sua essência de ser, o relacionamento com as outras pessoas, oportunidades, acesso a recursos culturais, materiais e sua capacidade intelectual e profissional. Desse modo, os textos dos manuais de João Kopke se colocam como expressões da modernidade pedagógica, pela historiografia dedicada ao estudo dos grupos escolares.

A estrutura de funcionamento de uma escola é descrita por Julia (2001) como o conjunto de práticas, normas, ideias e formas de comunicação constituídos no fazer e pensar da escola, o que vai desde a criação e implementação da escola em sua estrutura física em determinada localidade até os aspectos burocráticos de funcionamento (escrituração, legislação), dimensões administrativas, financeiras e pedagógicas.

Tomados em sua materialidade, todos esses aspectos expressam a cultura da instituição através dos hábitos do fazer escolar, funcionamento do processo de distribuição do conhecimento, modos de ser e de exercitar práticas cotidianamente, em movimento que comporta o espaço escolar, sua arquitetura, calendário e horários escolares, organização didático-pedagógica, rituais, festas cívicas, exposições escolares, entre tantas outras experiências. A seguir, ilustramos a 17ª lição do segundo livro de leituras Moraes e instructivas de João Kopke:

Figura 52 - Leitura das páginas 43-45 do segundo livro de leituras Moraes e Instructivas de João Kopke



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

O autor deixa claro que o personagem Izidoro “era um rapaz de juízo”, (rapaz/ novo), instigando que era de novo que se começava a trabalhar para seu sustento, roupas novas sapatos, atendendo às tendências da sociedade moderna. Desempenhava suas funções em uma tipografia, um projeto da indústria, do progresso e, para isso precisava de conhecimentos, de certas habilidades. De acordo com Saviani (2019), as diferentes ações efetivadas no cotidiano do grupo escolar vão ao encontro das concepções de educação implementadas em cada época e sociedade com o objetivo de atender às exigências sociais decorrentes da Revolução Industrial.

Para a elite intelectual, o manual escolar era importante instrumento para transformar o sujeito em um homem melhor, regenerar o trabalhador e defender o organismo nacional. Nos quatros livros, encontramos várias lições exaltando as virtudes requeridas como pré-requisitos para o ingresso e a permanência na escola e no mercado de trabalho. Assim, são valorizadas a honestidade, a persistência, a atenção, a complacência, a paciência, a amizade e a solidariedade para com o próximo.

Citamos as lições 23ª “o pudim”, que fala do trabalho em equipe, da colaboração de todos para o produto final; a 32ª lição “ódio à mentira” com destaque a meritocracia, a premiação para os mais trabalhadores, mais bem dotados intelectualmente. O texto passa a ideia de que o homem deve se destacar pelas suas próprias conquistas. Encontramos na lição 43ª “o

menino satisfeito”, em que o personagem chamado de Sr. Bandeira ensina ao jovem que lhes presta um favor, que o sujeito instruído de conhecimentos, exerce sua cidadania e adquire poderes aquisitivos para o seu bem-estar social.

A esse propósito, identificamos as lições do terceiro livro de leituras Moraes e Instructivas de João Kopke com as lições: 19ª “o exame” e 27ª “a companhia do esforça-te”, 39ª “Degraus”, evidenciando que o esforço pessoal pode trazer grandes resultados, mais do que se imagina. Você pode realizar os seus desejos mediante o seu desenvolvimento pessoal. Esse pensamento era característico dos ideais republicanos na aceleração e difusão do capitalismo, comunicação de massas, em que o manual escolar se fazia instrumento para com as transformações das mentalidades coletivas no alcance do tão sonhado progresso.

Outra lição neste terceiro livro que instigava o trabalho como o primeiro dever do homem, é 34ª “Uma boa máxima”. Evidencia que o amanhã pode ser tarde demais, por isso, o importante é fazer agora. Interessados em incorporar o novo regime republicano, os intelectuais da época inculcavam nos escolares e, conseqüentemente, nos seus familiares o projeto cultural e político da sociedade moderna. Para Le Goff (2013), a pressão que o progresso exerce sobre as mentalidades e tomadas de consciência, forjava o sujeito adentrar ao mercado de trabalho capitalista na forma como vinha se organizando no país.

Nesta abordagem, Frago (1995, p. 100) declara:

Esses modos de fazer e de pensar – mentalidades, atitudes, rituais, mitos, discursos, ações – amplamente compartilhados, assumidos, não postos em questão e interiorizados, servem a uns e a outros para desempenhar suas tarefas diárias, entender o mundo acadêmico-educativo e fazer frente tanto às mudanças ou reformas como às exigências de outros membros da instituição, de outros grupos e, em especial, dos reformadores, gestores e inspetores

O grupo escolar era o ambiente propício para o exercício e aprendizado dos conhecimentos científicos, morais e higiênicos. Os manuais e os professores se tornavam os mais importantes e responsáveis por desempenhar esse compromisso no repasse dos conhecimentos que deveriam se dar em uma ação prazerosa, fugindo do tradicional e mostrando por meio dos eventos, experiências e lições das coisas os caminhos para progredir intelectualmente e como sujeito social.

O quarto livro de Leituras Moraes e Instructivas de João Kopke apresenta uma lista de autores incluídos como prosadores nos textos que compõem este quarto livro: Alexandre Herculano, Almeida Garrett, Alvares de Azevedo, Americo Brasiliense, Bernado Guimarães, Castelo-Branco, Castilho, Castro Alves, Eça de Queiroz, Joaquim Manuel de Macedo, José de

Alencar, Machado de Assis, Pinheiro Chagas, Ramalho de Ortigão, Visconde de Porto-Seguro. De acordo com Panizollo (2006, p. 282), “o advento da República fez João Kopke, até então adepto da monarquia, substituir os heróis da monarquia pelos cidadãos valorizados da República”.

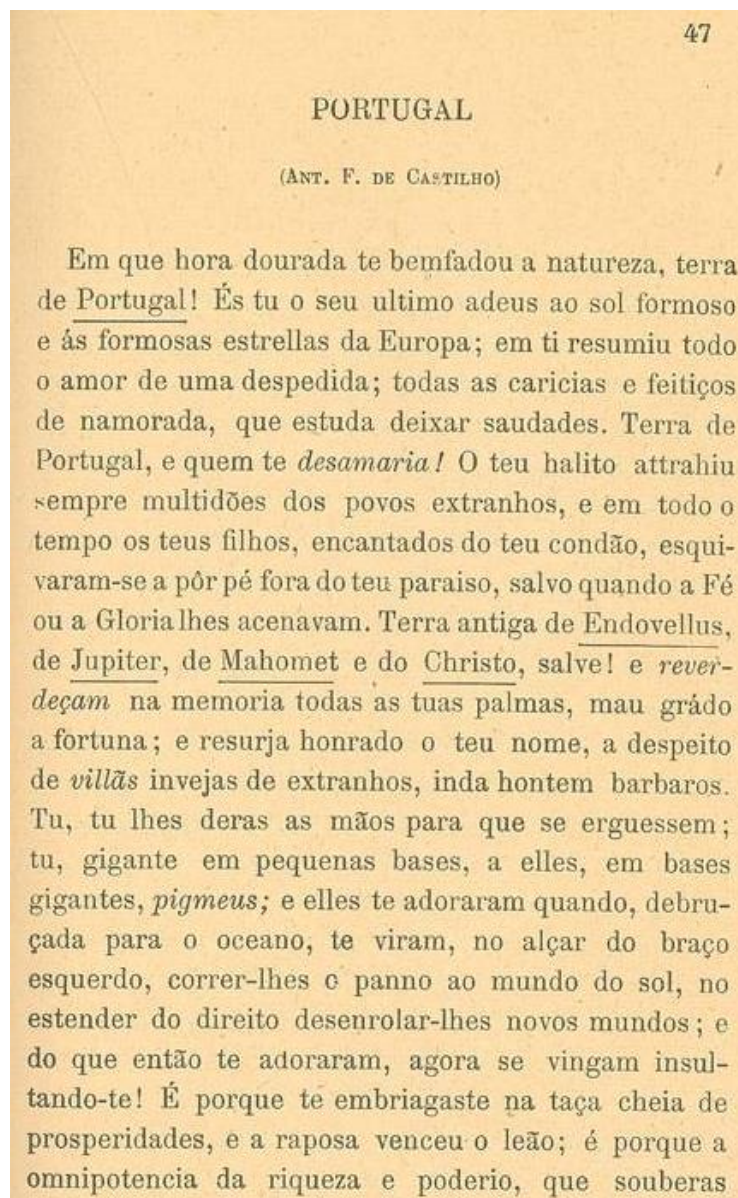
Os conteúdos de cada manual escolar foram criados e recriados conforme os interesses da cultura externa na condição de quem impõe os saberes a serem disseminados no cotidiano da escola, como também de uma cultura interna da própria instituição, mediante o conjunto de ações dos sujeitos que produzem, ampliam e modificam a cultura escolar. Nesse contexto, Magalhães (2004, p. 58) acrescenta que:

compreender e explicar os processos e os “compromissos” sociais como condição instituinte, de regulação e de manutenção normativa, analisando os comportamentos, representações e projetos de sujeitos na relação com a realidade material e sociocultural de contexto.

As transformações ocorridas no início do século XX afetaram diretamente as diferentes esferas da vida do homem, inclusive em sua formação, apontando novas necessidades formativas para acompanhar as exigências de uma sociedade em favor da ordem e do progresso. Assim, as práticas educativas no GEBRB podem ser caracterizadas como atividade social, experimental, interativa, centrada no aluno e nos interesses da ordem e do progresso. As práticas pedagógicas conferidas pelo método intuitivo apresentavam caráter moralizante e cívico por meio da presença de símbolos patrióticos no cotidiano da escola, comemorações festivas, leituras prescritas aos alunos, racionalização dos tempos escolares, controle mais efetivo das atividades escolares, intencionalidade e subjetividade dos professores.

Neste quarto livro, João Kopke faz referência a alguns poetas como: Alvares de Azevedo, Bernardo Guimarães, Casimiro de Abreu, Castro Alves, Castilho, Gonçalves Dias, Gonçalves Crespo, Gregório de Matos, Fagundes Varela, João de Deus, Machado de Assis, Souza Viterbo. As poesias, sonetos, tornavam-se discursos que não se preocupavam em produzir problemas sociais, sensibilidade para a construção de uma nova nação, conforme a intelectualidade republicana. Pelas narrativas poéticas, expressava-se sentimentos, emoções, sensibilidade para a construção de uma nova nação.

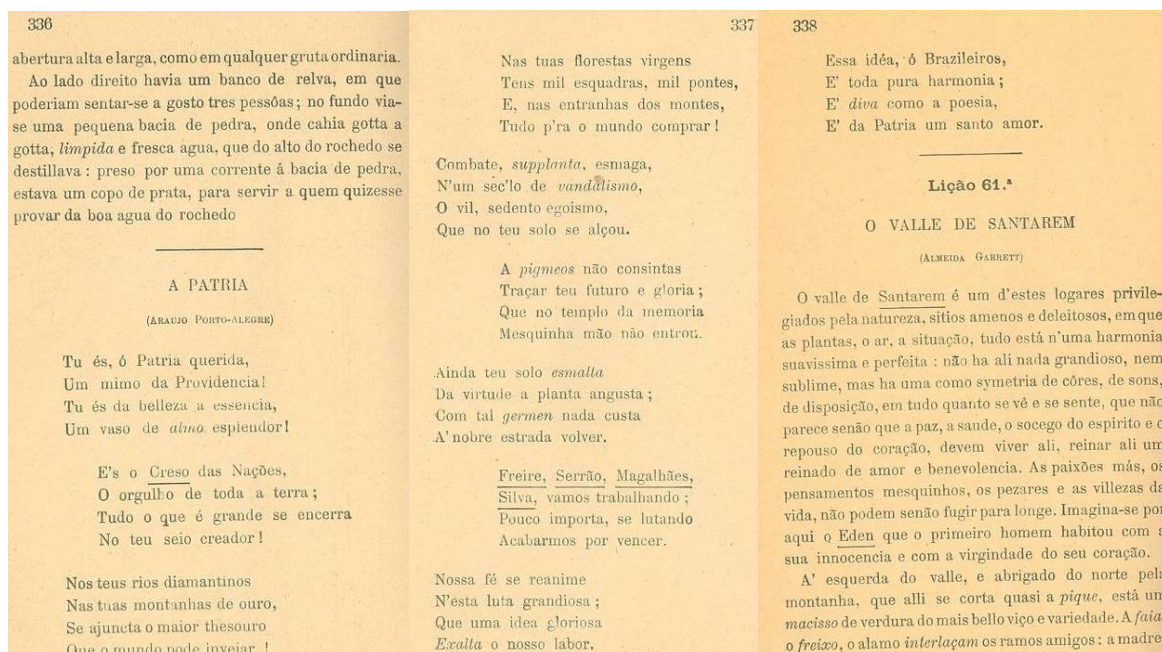
Figura 53 - Leitura da página 47 do quarto livro de Leituras, Moraes e Instructivas de João Kopke



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

Os textos incentivavam os escolares a criarem sentimentos patrióticos, cantando hino (nacional, da pátria, independência), fazendo referências à bandeira, enaltecendo a pátria e as riquezas do país. Fortaleciam os motivos pelos quais se devia obediência, respeito, amor que fizeram do país uma nação melhor. De acordo com Silva (2017), a pátria precisava ser amada; era importante que o povo brasileiro despertasse e manifestasse sua alegria e entusiasmo a partir das grandes comemorações que elevavam a imagem dos heróis e de seus grandes feitos, como podemos ver na figura a seguir.

Figura 54 - Leituras das páginas 336-338 do quarto livro de Leituras, Moraes e Instructivas de João Kopke



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

As festividades cívicas eram consideradas tradições oficiais e estavam prescritas no regimento interno dos grupos escolares. Tinham como objetivo construir uma sociedade organizada, tendo o amor e devoção à nação seu principal estandarte. Por isso, nos dias festivos, o grupo se vestia de glória com passeatas pelas ruas, fogos de artifícios, discursos, recitações de poesias, hasteamento da bandeira, e outras atividades específicas de cada localidade. Por meio das festas, as intencionalidades do grupo escolar eram propagadas para todos comunidade, colocando-se como espaço da introdução, aperfeiçoamento e consolidação dos saberes necessários à formação do novo homem republicano.

Fica claro que o primeiro, segundo, terceiro e quartos livros de Leituras, Moraes e Instructivas de João Kopke, portanto, estavam inseridos no contexto da modernidade que se pretendia para o país. Voltados para o ensino da leitura, tinham como objetivo também, repassar os princípios, valores e condutas necessários ao homem moderno. Desse modo, pelas leituras, os intelectuais pretendiam exercitar e disciplinar corpos e mentes para transformar os valores e os hábitos dos grupos sociais.

João Kopke foi responsável pela evolução do método analítico para ensinar a ler e escrever na educação brasileira, com sua proposta de ensino através dos contos e poemas concentrou sua metodologia em assuntos da realidade dos alunos e defendia que o saber e o

trabalho eram ferramentas de transformação social, capaz de contribuir para a superação das desigualdades. Os manuais de João Kopke não ganharam destaque apenas pelo seu processo no ensino da leitura e da escrita, mas também pela circulação das ideias morais e inserção para o mundo do trabalho, aspecto este fundamental a sociedade moderna e industrial.

Para o intelectual e escritor João Kopke, a escolarização e o trabalho eram processos fundamentais e caminhavam juntos, permitindo que as pessoas se tornassem melhores e capazes de atuar de forma mais efetiva em sua transformação e no meio em que estavam inseridas.

Neste sentido, cada manual pedagógico ou cartilha escolar aqui apresentada se tornaram objeto único, fruto de sua história em particular, do projeto de seus escritores como também dos grupos de intelectuais ao qual faziam parte. Como instrumento de inovação pedagógica contribuíram para a transformação das práticas escolares, alterando as representações sociais e fortalecendo as diferentes culturas tanto no interior como no meio externo do grupo escolar. Observa-se, em cada obra, a preocupação de seus escritores com os procedimentos metodológicos a serem adotados pelos professores ao ensinar as lições aos escolares. As orientações pedagógicas sinalizavam o desejo do escritor em contribuir para uma renovação no ensino de leitura e escrita.

Compreendemos que os compêndios didático-pedagógicos aqui discutidos e analisados faziam parte de uma cultura escolar mediante as diferentes manifestações das práticas desenvolvidas tanto no campo externo como no interior da escola, difundidas pelos ideais, normas, regulamentos, métodos de ensino, campos teóricos de sustentação ideológica, conjuntos de disciplinas, alunos, professores e demais atores da comunidade escolar. Porquanto, cada manual pedagógico e cartilha escolar está intrinsecamente relacionado ao conceito de cultura escolar e de escolarização, em que os fenômenos educativos como tempo, espaço e sujeitos materializam as práticas escolares, especificamente, aqueles que se referem às determinações sobre os conteúdos escolares, programas e currículos, e suas relações com a distribuição e a utilização dos tempos escolares, à constituição dos métodos pedagógicos e à organização das turmas, classes e espaços escolares. Esses aspectos como materiais escolares e pedagógicos, anos/séries, horários, relógios, campanhas, ou salas específicas, pátios, carteiras individuais ou duplas, fizeram parte das práticas e da cultura do Grupo Escolar Barão do Rio Branco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar o Grupo Escolar Barão do Rio Branco nos seus primeiros anos de funcionamento não foi fácil, principalmente, pela ausência das fontes da referida instituição, uma vez que estas foram queimadas na década de 1970 pela direção da própria escola. Talvez esse fato, em momentos de angústias tenha sido o fator impulsionador da busca em conhecer as práticas dos diferentes sujeitos (internos/externos), e aspectos que produziram a cultura do GEBRB. O encontro com os diários de classe de 1919 a 1922, únicos documentos dessa temporalidade existentes na escola, provocaram-nos para diferentes olhares investigativos: formação de professores, estudo sobre as disciplinas, biografia das primeiras professoras, conteúdos ministrados, material pedagógico ou escolar utilizados e citados nos diários e os manuais escolares, objeto de nosso estudo de investigação.

No entanto, novos estudos sobre o Grupo Escolar Barão do Rio Branco (1919) podem ser fomentados, vistas as possibilidades de análises em diferentes fenômenos que uma instituição centenária em pleno exercício de funcionamento apresenta. Hoje, a Escola Estadual Barão do Rio Branco, a partir da reforma de 1970, berço da educação pública no município de Parelhas-RN, continua a formar cidadãos, promovendo o desenvolvimento das competências intelectuais e transformação social. Iniciada no prédio avenida Dr. Mauro Medeiros, cuja gravura (Figura 56) já apresentada no primeiro capítulo desta escrita, foi transferido em 1941, ainda, enquanto grupo escolar para o atual prédio, passando apenas por pequenos reparos em sua infraestrutura.

Para tanto, foi necessário recorrer a outros arquivos, a saber: o do Estado do Rio Grande do Norte, arquivo das prefeituras municipais de Jardim do Seridó e Parelhas e consultas aos acervos do Sr. Tertuliano Pereira Neto e Dr. Ulisses Bezerra, ambos no município de Parelhas-RN. Nestes arquivos e acervos, muitas informações, documentos, relatos, fontes icnográficas, vestígios foram encontrados, mesmo saindo do objeto de pesquisa “manual escolar” e recorte temporal 1919-1922. Estas fontes foram digitalizadas pela pesquisadora pensadas no limite de suas existências e na dificuldade de outros pesquisadores encontrá-las. Assim, caracterizamos em anexo a esta tese um quadro das fontes digitalizadas que podem suscitar novas pesquisas para a historiografia do GEBRB e a História da Educação norte-rio-grandense.

Destarte, debruçamo-nos sobre o nosso objeto de pesquisa, compreendendo que os manuais pedagógicos e cartilhas escolares do Grupo Escolar Barão do Rio Branco foram utilizados como instrumento didático-pedagógico essencial na formação intelectual do sujeito, transmissão de conhecimentos, instauração da ordem, de uma cultura referenciada a uma

sociedade moderna. Transformados por diferentes contextos históricos e econômicos, os manuais foram ao longo de sua história definidos como elemento propulsor de uma comunidade em transformação e ascensão. Compreender e explicar essa cultura escolar é integrá-la ao sistema educacional em que ela se organiza e estrutura, aos contextos históricos, econômicos e sociais que transformam e modificam os modos de pensar e atuar dos sujeitos do grupo escolar e do plano educacional da época.

Retomamos os objetivos de nossa pesquisa com base no recorte temporal, 1919 a 1922, justificado pela data dos diários de classe respectivamente das professoras Maria Terceira Rocha, Raimunda Rocha, Maria Helena Furtado e Rita Sampaio, encontrados na Escola Estadual Barão do Rio Branco. Propomos como objetivo geral analisarmos os manuais pedagógicos e cartilhas escolares de Arnaldo Barreto, João Kopke, Mariano de Oliveira, e Rocha Pombo, pautando-se nos temas, conteúdos, historietas, imagens utilizadas para a formação do sujeito republicano; Nos Objetivos Específicos buscamos compreender a organização do Grupo Escolar Barão do Rio Branco a partir do contexto social, político e econômico em que estava inserido; analisar como a legislação educacional foi efetivada no referido Grupo, com atenção aos métodos, programas de ensino, manuais pedagógicos e cartilhas escolares; e, conhecer os intelectuais e escritores brasileiros: Arnaldo de Oliveira Barreto, João Kopke, Mariano de Oliveira e a importância de suas obras para a escolarização no Brasil nas primeiras décadas do século XX.

Destacamos os diários de classe de 1919 a 1922, como elementos essenciais à construção da historiografia do GEBRB, que se constituiu na cultura de uma comunidade, sociedade, instituição, grupos sociais em um determinado espaço e tempo. Essa diversidade de fontes nos possibilitou analisar os manuais escolares de Arnaldo Barreto, João Kokpe, Mariano de Oliveira e Rocha Pombo com discussões no âmbito da educação nacional, ou seja, a partir da relação entre o local e global.

Em uma busca desafiadora, os manuais pedagógicos e as cartilhas escolares de Arnaldo Barreto, Mariano de Oliveira e Rocha Pombo foram adquiridos em sebos no estado de São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina respectivamente. Os manuais de João Kopke foram localizados na Biblioteca Nacional da Espanha. Para este último autor, as inúmeras tentativas em sebos e bibliotecas nacionais foram fracassadas.

No cenário escolar, os manuais pedagógicos e as cartilhas escolares fizeram parte de uma trajetória permeada de desafios e conquistas. A princípio, as obras didáticas eram elaboradas, seguindo modelos estrangeiros de autores consagrados e voltados à religião, o que

suscitava muitas críticas por parte dos intelectuais brasileiros. Desse modo, as conquistas despontavam diante da produção de obras nacionais, consolidadas com a legislação educacional, a modernização tecnológica da imprensa e as transformações ocorridas na sociedade brasileira a partir do século XIX.

Desse modo, buscamos analisar como a legislação educacional foi efetivada no referido Grupo, com atenção aos métodos, programas de ensino e manuais escolares dentro do recorte temporal da investigação (1919-1922). Destacamos a Lei n. 504, de 29 de novembro de 1916, que reorganizava o Ensino Primário no Rio Grande do Norte, o regimento interno dos grupos escolares e escolas isoladas do estado do Rio Grande do Norte, de 24 de outubro de 1913, para ser efetivado a partir de janeiro de 1914 publicado durante o governo de Joaquim Ferreira Chaves, o qual destacava a obrigatoriedade com o Ensino Primário no estado do Rio Grande do Norte, a preocupação com a formação cívico-nacionalista através da educação moral e cívica e a inovação no método de ensino a ser utilizado pelos professores, em especial “as lições de coisas e aulas passeios”, particularidades do método intuitivo.

Consideramos que as lições de coisa ou aulas passeios eram momentos importantes para a consolidação do regime político republicano ao discursar e apresentar a escola pública como a principal instância que poderia promover o desenvolvimento social e o progresso econômico do país. A escola não era concebida somente como a responsável pelo aprendizado dos conteúdos escolares, mas estava encarregada também de ensinar formas adequadas de se comportar e agir na sociedade que se instaurava.

Por meio das lições de coisas evidenciamos as aulas passeio que tinha como objetivo proporcionar aos estudantes o desenvolvimento da autonomia na busca do conhecimento e o diálogo com o meio natural e o contexto sociocultural da comunidade local. O passeio constituía-se como uma estratégia de ensino que levava o aluno a desenvolver-se em sua integralidade, promovendo uma aprendizagem baseada nos sentidos: ver, ouvir, falar, sentir e pegar.

Desse modo, compreendemos a legislação educacional como um conjunto de leis referentes ao ato administrativo e normativo de uma unidade escolar que, fundamentada em uma proposta pedagógica, coordenam o funcionamento da escola, regulamentando ações entre os representantes do processo educativo. É necessário ter um olhar atencioso sobre esses documentos, estabelecendo um diálogo historiográfico entre as mensagens extraídas dos discursos oficiais e as intenções pedagógicas materializadas nos manuais escolares.

Nesse sentido, os manuais pedagógicos e as cartilhas escolares estavam imbrincados nos programas oficiais, normas e legislação para o funcionamento e organização do GEBRB. Repercutiam de forma direta na aprendizagem dos alunos, dos comportamentos, redefinindo as práticas pedagógicas e os objetivos do método de ensino. Os manuais eram utilizados como meios para facilitar o desempenho da mudança de comportamento do aluno, auxiliando-o em suas dificuldades tanto de leitura e escrita, quanto no aprimoramento de seu vocabulário.

Em consonância com o programa de ensino da Escola Primária, analisamos também o programa de ensino da Escola Normal de Natal/RN, quanto à formação dos professores do Estado. O curso era ministrado em quatro anos, nos dois primeiros anos as disciplinas eram Português, Francês, Aritmética, Noções de Geometria teórica e prática, Geografia Geral e particular do Brasil, História Geral e particular do Brasil, Educação Moral e Cívica, Noções de Física e Química aplicadas à vida prática, História Natural aplicada à agricultura e à criação dos animais. Nos dois últimos anos, as disciplinas consistiam em Pedagogia, História da Educação, Economia e Leis Escolares, Higiene Escolar, Desenho, Princípios de Música e Cantos Escolares, Trabalhos Manuais, Economia e Artes Domésticas (para o sexo feminino), Educação Física e Exercícios Infantis.

Os manuais pedagógicos e as cartilhas escolares determinavam os modos de vida e de pensar, costumes, hábitos, valores e comportamentos modificados e reconfigurados pelo tempo e espaços no GEBRB. Entretanto, este estudo não teve a preocupação, nem a pretensão de defender um ou outro autor diante de suas estratégias em disseminar o conhecimento, conteúdos, mas suscitar uma reflexão crítica sobre a efetividade das estratégias utilizadas pelos manuais para a formação do sujeito republicano.

Os diários de classe de 1919 a 1922 do GEBRB mencionam o primeiro, segundo, terceiro e quarto livros de Moraes e Instructivas utilizados nas turmas masculina e feminina, 3ª e 4ª sessão. Sua proposta estava fundamentada no método intuitivo, seriado, simultâneo e leigo. O método analítico para o ensino da leitura e escrita era defendido por João Kopke. Conferia uma certa independência ao leitor pelo contato com as ilustrações, desenvolvendo as emoções, sentimentos, imaginário e conhecimentos diante da estampa que anunciava o que estava escrito. Para o autor, as sentenças precisavam ser lidas expressivamente para que ao pronunciar as palavras concretas, o leitor também percebesse a relação das formas fônicas com as formas gráficas.

Os textos nos quatro manuais são extensos, mas o autor consegue envolver o leitor na trama, na curiosidade de chegar ao desfecho da narrativa. O enredo tem estrutura e elementos

que integram o conjunto de fatos e ações de personagens que acontecem em uma sequência. As ações narradas ganham um traço de complicação, problema ou drama, resultando em um conflito entre os personagens, atraindo atenção do leitor para o desfecho que é o momento final em que uma solução é apresentada pelo autor de maneira intencional. A criatividade, na definição da trama e nas interações entre personagens, é valorizada.

Para João Kopke, o ensino da leitura deveria iniciar com porções de sentido, a palavra em seguida a sentença. Para isso, suas histórias eram pautadas na moral, nos bons exemplos para o sujeito e suas ações diante das diferentes situações do cotidiano. Não envolvia o brincar e sim a reflexão diante da prática, de ser e estar na relação familiar e cotidiana de sua existência. Pelo arsenal de textos moralizantes, o autor fortalecia o ideal republicano diante do conjunto de normas, princípios e valores que deveriam regulamentar as relações mútuas entre os indivíduos, ou estes e o seu meio.

Neste mesmo contexto social, a obra de Arnaldo Barreto datada de 1920 fez parte do cotidiano do GEBRB no processo de aquisição da leitura e da escrita de crianças e adolescentes. Nos diários de classe das professoras Maria Terceira Rocha, Raimunda Rocha, Maria Helena Furtado e Rita Sampaio, esta obra é citada para as 1ª e 2ª sessão das turmas masculina e feminina. Todas as historietas são abertas com um desenho do tamanho da folha. Nas páginas, seguintes, as gravuras se tornam menores, podendo ter mais de uma na mesma página, de acordo com as ações dos personagens. Algumas em preto e branco, outras coloridas. Por meio desta técnica, o autor despertava no leitor a curiosidade de decifrar a escrita do texto, uma vez que as historietas vão de encontro à vida cotidiana dos aprendizes, seja no espaço urbano ou rural. Pelas ilustrações, os alunos recordavam as palavras já estudadas e com ajuda do professor poderiam formular as sentenças das historietas.

As historietas da cartilha escolar de Barreto (1920) interagem com o brincar e o imaginário, despertando na criança o gosto pela leitura e os brinquedos educativos, auxiliando na construção das identidades dos sujeitos e de suas práticas, principalmente, as sociais. É possível verificar a interação social a partir de contatos com instrumentos físicos e/ou simbólicos mediadores do processo de ação. Esta concepção reconhece a função da ludicidade para formação do sujeito, atribuindo-lhe um espaço importante no desenvolvimento das estruturas intelectuais e psicológica.

A pesquisa sobre os manuais pedagógicos e as cartilhas escolares do GEBRB nos mostrou que João Kopke e Arnaldo Barreto comungam do mesmo método para o ensino da leitura e da escrita. O método analítico, considerando as historietas, passando pelas sentenças

de onde se retiravam pequenas porções de sentido, as palavras e, em seguida, as sílabas, que memorizadas se destinavam à formação de novas palavras. Pelas historietas, Barreto e Kopke apoiam-se no método analítico com ênfase no método global de contos e de palavração/sentenciação, procurando romper com o princípio da decifração.

Mariano de Oliveira, como autor da Nova Cartilha para o ensino da leitura e da escrita na Escola Primária, defendia o método analítico-sintético em que a leitura partia dos elementos gráficos como: o alfabeto, o fônico, o silábico, a leitura da palavra. Nesse sentido, Oliveira defendia que a Língua Portuguesa era fonética e silábica e que o processo vai da parte em direção ao todo, numa ordem crescente de dificuldade. Depois que a criança memorizasse as letras ou os sons em sílabas, ensina-se a ler palavras formadas por essas letras, sons ou sílabas, para, enfim, ensinar frases, que poderiam ser isoladas ou agrupadas.

A cartilha escolar apresenta um cenário com ilustrações de crianças, animais, brinquedos e um estilo de vida dos membros de uma sociedade abastada. Sempre bem vestidas, calçadas e penteadas. Os meninos estavam sempre de camisas de mangas compridas, gravatas e bermudas até a altura dos joelhos. As meninas com vestidos rodados, babados e enfeitados com fitas, também usavam meias e sapatos, laços nos cabelos. As crianças estavam sempre na companhia de brinquedos sofisticados como bonecas que choravam ao bater nas costas, bem vestidas como as crianças, bolas, arcos e animais de estimação como o cachorro e o gato.

Em algumas estampas, a cartilha escolar aparece como objeto de uso do cotidiano e era uma companhia das crianças, fazendo parte de sua infância, ou seja, mostrando as potencialidades das obras literária, como característica inerente à formação da criança para com o desenvolvimento das sensações, expressões, interações e representações de si e do grupo.

Oliveira faz referências também ao patriotismo, amor, obediência, lealdade à pátria. O pensamento de um cidadão trabalhador e da modernização do país estava presente nas entrelinhas das lições com o intuito de fomentar o desenvolvimento intelectual para o crescimento profissional e a capacidade de obediência e disciplina pelo culto à ordem e ao progresso da nação. A cartilha escolar se tornava também um instrumento necessário à construção do pensamento patriótico da população mediante os exercícios e treinos das mentes e dos corpos.

O grupo escolar através dos manuais pedagógicos e das cartilhas escolares, os quais passaram a fazer parte do cotidiano do grupo e da vida dos alunos, que traziam em suas páginas os símbolos da pátria (Bandeira Nacional e, Hino Nacional, datas cívicas, herói nacional), materializando os ideais republicanos. Mesmo que as obras estivessem voltadas

especificamente para o ensino da leitura e da escrita como os manuais de Arnaldo Barreto, João Kopke e Mariano de Oliveira, é possível identificar lições que continham saberes coerentes com as disciplinas de geografia, ciências, história em conformidade com os programas oficiais de ensino.

Os ensaios de Rocha Pombo poderiam ser usados para transmitir aos estudantes uma visão da formação histórica e cultural do Brasil, enfatizando a importância da identidade nacional e do sentimento de pertencimento à pátria. Os conceitos de nacionalismo e valorização das raízes brasileiras presentes no livro poderiam ser discutidos em sala de aula, visando fortalecer o amor à pátria e à construção de uma identidade coletiva, pensada e planejada pelos intelectuais republicanos.

Por isso, datas comemorativas eram celebradas e heróis exaltados como memória histórica na constituição da nação, à guisa das datas do Descobrimento do Brasil, Independência, dia da Bandeira Nacional, Proclamação da República entre os homens consagrados: D. Pedro I, D. Pedro II, D. Teresa Cristina, Campos Sales, Afonso Pena, Barão do Rio Branco.

Pelo manual *Nossa Pátria*, Rocha Pombo narra os fatos da História do Brasil, através da sua evolução com muitas gravuras em preto e branco, porém, explicativas, sobre os acontecimentos históricos do Brasil que vai desde o descobrimento até os anos iniciais do governo republicano. Destaca em colorido apenas a Bandeira Nacional. Não era preciso apenas respeitar os símbolos ou elementos da pátria, mas construir uma identidade de pertença a sua terra natal.

Propomos conhecer os intelectuais e escritores brasileiros: Arnaldo de Oliveira Barreto, João Kopke, Mariano de Oliveira e a importância de suas obras para a escolarização no Brasil nas primeiras décadas do século XX. Desse modo, afirmamos que os quatro autores brasileiros Arnaldo Barreto, João Kopke, Mariano de Oliveira e Rocha Pombo são categorizados como intelectuais na área educacional, considerando a época em que desenvolveram suas pesquisas e produziram seus manuscritos, pensando no processo de aquisição da leitura e da escrita, bem como na formação do homem republicano.

Pela carreira profissional e renomada como ocupantes de cargos em diferentes funções políticas ou educativas, cada um desses autores, em suas especificidades contribuíram com a expansão da educação pública tanto pelo chamado do Estado na construção de uma nação alicerçada em bases racionais, como pelo pensamento pedagógico, introduzindo e aprofundando novas práticas de ensino. Pelos manuscritos ou conferências proferidas a grupos

de educadores infundiam seus métodos de ensino e conhecimentos em torno dos conteúdos a serem ensinados no interior do grupo escolar.

Os manuais pedagógicos e as cartilhas escolares de Arnaldo Barreto, João Kopke, Mariano de Oliveira e Rocha Pombo são considerados nesta pesquisa instrumentos formadores de professores em exercício, aperfeiçoando e atualizando os saberes construídos na Escola Normal, lócus de sua formação profissional, bem como no conjunto de suas ações no contexto de sua realidade escolar. Destinado ao processo de ensino e aprendizagem, os manuscritos aqui citados contribuiriam para a formação do sujeito republicano no município de Parelhas-RN.

Como uma proposta de inovação e desenvolvimento intelectual para a comunidade local os manuais pedagógicos e as cartilhas escolares inseridos em um contexto político social e econômico que norteou suas práticas destinadas ao ensino elementar inerentes à época, privilegiou em seu processo de remodelação e modernização institucional, a emancipação do cidadão parelhense em sua eticidade, participação na esfera social e pública.

Desse modo, a análise do manual e da cartilha escolar se faz na relação dos distintos aspectos que permeiam o exterior e o interior da escola, considerando o conjunto de culturas inerentes a esses espaços. Os compêndios pedagógicos compreendem, pois, um aspecto significativo da cultura escolar. Influenciaram a organização dos processos de ensino-aprendizagem, assim como foram resultados de novas concepções educacionais, novas tecnologias e ações no campo educacional e social.

Estes intelectuais fizeram parte de um projeto em expansão na escola pública brasileira através de seus métodos de ensino, obras publicadas determinantes para a história do Ensino Primário e formação do grupo escolar. A simetria entre as leituras, conteúdos, gravuras, lições de valores, crenças, ideologias, normas, condutas, rotinas, hábitos, símbolos, consideravam as três dimensões essenciais do processo de referencialização da cultura organizacional: as reformas educacionais, a intencionalidade dos atores e o contexto político e econômico do país.

A ação desenvolvida tem sempre como causa a necessidade dos sujeitos, os quais estabeleciam e conduziam, segundo suas necessidades, as práticas educativas a serem efetivadas por toda a escola. Os discursos presentes nos documentos oficiais e atos normativos produzidos por intelectuais também expressam as exigências de uma proposta educacional inovadora. Portanto, o trabalho com os manuscritos didáticos se tornou primordial na integração dos conteúdos e na proposição do método intuitivo em cada disciplina compreendendo, por exemplo, a educação cívica, leitura e princípios de gramática, escrita e caligrafia, noções de

geografia geral, geografia do Brasil, ciências naturais nas suas mais simples aplicações, especialmente, a higiene e exercícios ginásticos.

As práticas pedagógicas estavam presentes também nas festas fossem elas cívicas, as de apreciações à natureza como a festa da Árvore, animais, ou aquelas realizadas para demonstrar o desenvolvimento da própria comunidade, feriados municipais, festa do Padroeiro, festas culturais. Todas eram regidas por normas, ensinamentos com finalidades educativas, cívicas e moral. As festas escolares constituíam-se em atividades educativas, tempo de aprender.

Essa transformação é o processo por meio do qual estão selecionados o conjunto de saberes sistematizados, elementos relevantes para o crescimento intelectual dos alunos em uma forma sequenciada que possibilite a sua assimilação. A redefinição das práticas da escola deveria incutir nos corpos dos escolares atitudes diversas que remeteriam à disciplina, à brincadeira organizada, ao controle, às formas sutis de ação que definiriam um determinado modelo de formação associada às transformações da modernidade.

Assim, percebermos que a implementação do GEBRB foi efetivada mediante um conjunto de atitudes e comportamentos compartilhados por sujeitos ideológicos que assumiram papéis e responsabilidades diferentes, ao mesmo tempo socialmente elaborados e partilhados com a mesma finalidade. A busca por uma educação formal na pequena povoação de Parelhas-RN se constituiu em um processo intencional, consciente e fundamentado na valorização da instrução pública quanto ao desenvolvimento intelectual e social do homem parelhense.

Desse modo, entre tempos e espaços, o Grupo Escolar Barão do Rio Branco, a partir de sua estrutura física, constituiu-se em instituição educativa na povoação de Parelhas pautada nos princípios higienistas, espaço e horários organizados, método intuitivo e programa de ensino definido por legislação, professoras normalistas, material escolar e pedagógico em especial os manuais escolares de Arnaldo Barreto, João Kopke, Mariano de Oliveira e Rocha Pombo. Os manuais foram propagadores da ideologia republicana no mesmo instante que legitimou o novo modelo da Instrução Pública para Parelhas-RN através do GEBRB. Assim, é possível entender que o grupo escolar trazia em sua base de organização e funcionamento uma estrutura curricular, sistematizada como um projeto educativo capaz de fazer a articulação entre a sociedade e o sujeito, materializando sua função social na regulação e disciplina de um novo homem, membro de uma sociedade moderna.

REFERÊNCIAS

Dissertações, Teses, Livros, Capítulos e Artigos

AMÂNCIO, L. N. B. **Ensino de leitura na escola primária no Mato Grosso**: contribuições para o estudo de aspectos de um discurso institucional no início do século XX. 2000. 155 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2000.

AMORIM, Hananiel de S. **O discurso higienista para os grupos escolares na legislação educacional do RN (1908-1925)**. 2016. 116 f. Dissertação de (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

ANDRADE, Francisco Ari de. “Templo de Civilização” no Ceará: a criação do grupo escolar em Fortaleza, no começo do século XX. *In*: VASCONCELOS, José Gerardo; SANTANA, José Rogério; VASCONCELOS, R. Elmo; RODRIGUES, Rui M. (Org.). **Cultura, Educação, Espaço e Tempo**. 1. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2011, v. 1, p. 09-753.

ANDRADE, Maria do Carmo Silva Jardim. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. 2023. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>. Acessado em: 20 mar. 2023.

ARAÚJO, Iury Gabriel Amorim de. **As festividades do Grupo Escolar Felipe Camarão (1912-1939)**. 2021. 212f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

ARAÚJO, Marta M. de; MOREIRA, Keila C. O grupo escolar modelo “Augusto Severo” e a educação da criança (Natal - RN, 1908-1913). *In*: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos Escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). São Paulo: Mercado das Letras, 2006.

ARAÚJO, Marta. A educação escolar cidadina (Rio Grande do Norte, 1924-1927). *In*: MIGUEL, M. Elisabeth Blank (Org.). **As manifestações da escola nova no Brasil (1920 a 1946)**. Campinas, São Paulo: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2011.

ARAÚJO, Marta. O Projeto Escolanovista no Rio Grande do Norte - uma das dimensões práticas das pautas modernizadoras do Governo José Augusto Bezerra de Medeiros (1924 - 1927). **História da Educação**. ASPHE/FaF/UFPel, Pelotas, 135-147, abril, 1997.

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica**: teoria e método. Tradução, Andréa Dore. Bauru, São Paulo: Edusc, 2006.

AZEVEDO, Crislane B. **Grupos Escolares em Sergipe (1911-1930)**: Cultura escolar, civilização e escolarização da infância. Natal: Ed. UFRN, 2009.

AZEVEDO, Crislane Barbosa de.; SANTOS, Rosa M. **História da educação no Rio Grande do Norte**: Instituições escolares, Infâncias e modernidade no início do século XX. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018.

AZEVEDO, Crislane Barbosa de.; STAMATTO, Maria Inez Sucupira. **Escola da Ordem e do Progresso: Grupos escolares em Sergipe e no Rio Grande do Norte**. Brasília: Liber Livro, 2012.

AZEVEDO, Laís Paula de Medeiros Campos. **As viagens pedagógicas de Nestor dos Santos Lima e a educação no Rio Grande do Norte na Primeira República**. 2020. 190 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

BARRETO, Arnaldo de Oliveira. **A cartilha Analítica**. Livraria Francisco Alves. Rio de Janeiro, 1916.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (org). **História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar**. São Paulo: Cortez, 2005.

BLOCH, Marc. **Apologia à História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC**. 2ª versão. Brasília. 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 7 mar. 2022.

BRITO, Anderson Dantas da Silva. **Em nome(s) da Educação: imaginários toponímicos dos Grupos Escolares do Rio Grande do Norte (1907-1947)**. 2019. 173 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Natal, RN, 2019.

CARLOS, Valter Natal Valim. **Ilustrações de cartilhas escolares na Primeira República (1889-1930): a historiografia da educação no Espírito Santo por entre traços e espaços em branco**. 2015. 297 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação. 2015.

CARVALHO, Marta Maria. C. de. Reformas da Instrução Pública. In: LOPES, E. M. T. *et al.* **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

CORDEIRO, Anna Gabriella de Souza. **A atuação do Estado na construção do imaginário da cultura escolar potiguar durante a Primeira República**. 2019. 282f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

CHARTIER, Roger. **A História cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CRUZ, Paula Lorena Cavalcante Albano da. **A educação como instrumento na construção do imaginário republicano: Grupo Escolar Barão de Mipibu (1909-1920)**. 2015. 155 f. Dissertação de (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

CRUZ, Paula Lorena Cavalcante Albano da. **Da suntuosidade à funcionalidade: Grupo escolar Barão de Mipibu (1909-1971)**. 2018. 208 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Educação, Pós-Graduação em Educação. Natal, RN, 2018.

ESCOLANO, Agustín (dir.). **História ilustrada del libro escolar en España**. Madrid: Fundación G. S. Ruipérez, 2 v., 1997.

FARIA FILHO, L. M. de. **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República**. Passo Fundo: UPF, 2000.

FARIAS, Laísa Fernanda Santos de. **Florêncio Luciano e o plano de propaganda contra o analfabetismo em Parelhas-RN: uma experiência de educação entre o litoral e o sertão (1928-1930)**. Dissertação (Mestrado em História dos Sertões) - Centro de Ensino Superior do Seridó, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2021. 130f.

FARIAS, Morgana de Medeiros. **Versos para os pequeninos, de João Köpke: um tesouro literário pouco explorado**. 2022. 240 f. Tese (Doutorado) Universidade Federal da Paraíba – PB. Programa de Pós-Graduação em Letras. João Pessoa – PB, 2022.

FERNANDES, Aline de Medeiros. **A expansão das escolas unitárias primárias públicas norterio-grandenses (1835-1961)**. 2018. 105 f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Natal, RN, 2018.

FERNANDES, Amanda Vitória Barbosa Alves. **A Associação de Professores do Rio Grande do Norte e as ideias pedagógicas difundidas no Grupo Escolar Antônio de Souza (1920-1930)**. 2020. 120f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

FERREIRA, Yuma. **A criança e a cidade: as transformações da infância numa Natal Moderna (1890-1929)**. 2009. 195 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em História, Natal, 2009.

FRADE, I. C. A. S.; MACIEL, F.; PERES, E. T. **Cartilhas escolares: ideários, práticas pedagógicas e editoriais: construção de repertórios analíticos e de conhecimento sobre a história da alfabetização e das cartilhas (MG/RS, 1870 – 1980)**. Belo Horizonte; Pelotas, maio, 2001. Disponível em: https://www2.ufpel.edu.br/cic/2007/cd/pdf/CH/CH_00022.pdf. Acesso em: 6 abr. 2022.

FREIE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Paz e Terra, 1997.

GOIS, Diego Marinho de. **Modernizando os sertões: Jardim do Seridó-RN a “Veneza Seridoense” -1917-1930**. Curitiba: CRV, 2019.

GONÇALVES, I. A. **Cultura escolar, práticas e produção dos grupos escolares em Minas Gerais (1891-1918)**. 2004. 282 f. Tese (Doutorado), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

GONDRA, J. G. **Artes de civilizar: Medicina, higiene e educação na corte imperial**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2004.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Volume 2: os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **Francisco Rangel Pestana: o educador esquecido**. Prêmio grandes educadores brasileiros: monografia premiada 1987/INEP. Brasília, 1988. Disponível em: www.cipedia.com/web/FileDownload.aspx?IDFile=155038. Acesso em: 10 dez. 2022.

KOERICH, Karla Cristina. **Livros de Moraes instrutivos de João Kopke. Indícios das ideias republicanas na reforma da Instrução Pública de Santa Catarina 1910/1918**. 2020. 358 f. Tese de doutorado. Santa Catarina. UDESC, 2020.

KOPKE, João. **A leitura analytica** (Conferência feita a 1 de março de 1896, no Instituto Pedagógico Paulista). São Paulo: Typografia a vapor de Hennies Irmãos, 1896. 35p.

KÖPKE, João. **Primeiro Livro de Leituras Morais e Instrutivas**. (Série Rangel Pestana). Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1918.

KOPKE, João. **Primeiro livro de Leituras, Moraes e Instructivas**. Livraria Francisco Alves. Série Rangel Pestana. Rio de Janeiro, 1911.

KOPKE, João. **Primeiro livro de Leituras, Moraes e Instructivas**. Livraria Francisco Alves. Série Rangel Pestana. Rio de Janeiro, 1928.

KOPKE, João. **Quarto livro de Leituras, Moraes e Instructivas**. Livraria Francisco Alves. Série Rangel Pestana. Rio de Janeiro, 1909.

LAGUNA, S. P. **Uma leitura dos livros de leitura da Escola Americana de São Paulo (1889-1933)**. 2003. 220 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2003.

LAMARTINE, Oswaldo. **Sertões do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 3ª ed., Campinas: Unicamp, 2013.

LIMA, Nestor dos santos. **Um século de ensino Primário**. Natal: A República, 1927.

LOMBARDI, José Claudinei. História e Historiografia da Educação: atentando para as fontes. In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Org.). **Fontes, História e Historiografia da Educação**. 1. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. p. 141-176.

MACÊDO, Antonio Pereira. **Município de Parelhas: História, Geografia e Estatística**. Datilografado. 1989.

MACÊDO, Muirakytan K. de. **A penúltima versão do Seridó**: uma história do regionalismo seridoense. Natal: EDUFRN, 2012.

MAGALHÃES, Justino. **Tecendo Nexos**: História das instituições educativas. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MAIA, Sebastião Alves. **GRUPO ESCOLAR DUQUE DE CAXIAS**: Festas escolares: uma celebração de múltiplos significados. Dissertação de Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

MAZIERO, M. D. S. **Arnaldo de Oliveira Barreto e a Biblioteca Infantil Melhoramentos (1915-1925)**: Histórias de ternura para mãos pequeninas. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. 2015.

MEDEIROS NETA, Olivia Moraes. O Grupo escolar Joaquim Correia: Uma introdução à história da educação de Paus dos Ferros – RN na primeira metade do século XX. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH – São Paulo, julho, 2011.

MEDEIROS, Ana G. de S. **As práticas pedagógicas no Grupo escolar Coronel Solon nas narrativas de professoras de Grossos-RN (1958-1971)**. 2015. 177 f. Dissertação de (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

MEDEIROS, José Augusto Bezerra. **Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980.

MELO, Arthur Bezerra de. **As ideias pedagógico-higienistas na revista Pedagogium (1921-1927)**. 2020. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação. Natal, 2020.

MENEZES, Antônio Basílio Novaes Thomaz de. **Nestor dos Santos Lima e a Modernidade educacional**: uma história do discurso (1911 - 1928). Natal, RN: EDUFRN, 2009.

MICELI, Paulo. **O mito do herói nacional**. São Paulo: Contexto, 2000.

MONTEIRO, Denise Mattos. Coronéis e oligarcas: O Rio Grande do Norte no sistema de poder da Primeira República. In: MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. Natal: Editora EDUFRN. 2007, p.119- 148.

MORAIS, Janaina S. de. **Grupo Escolar Joaquim Nabuco –história e práticas educativas (Taipu/Rio Grande do Norte, 1919-1940)**. 2016. 142 f. Dissertação de (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

MOREIRA, Ana Zélia Maria. **Um espaço pioneiro de modernidade educacional**: Grupo Escolar “Augusto Severo” - Natal/RN – (1908-13). 2005. 165 f. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Mestrado (Dissertação), Natal, 2005.

MOREIRA, Keila C. **Em nome da República**: escolas e tradições modernas. 2011. 177 f. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Tese (doutorado), Natal, 2011.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Catarian Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2011.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Os sentidos da alfabetização**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República**: da queda da Monarquia ao fim do estado novo. 1. ed. São Paulo: contexto 2020.

OLIVEIRA JUNIOR, Rômulo José Francisco. **“OS OPERÁRIOS DAS LETRAS” O campo literário no Recife (1889-1910)**. 2016. 275 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2016. 275 f.

OLIVEIRA, Cátia Regina G. A. de. As séries graduadas de leitura na escola primária paulista (1890-1950). Faculdade de Ciências e Letras - Câmpus de Araraquara, UNESP. **História da Educação**, n. 2, São Paulo, 2004.

OLIVEIRA, Edson Renato. **O Brasil Imaginado em José Francisco de Rocha Pombo**. Dissertação de mestrado. 2015. 140 f. Universidade Federal de Goiás. Faculdade de História. Goiânia, 2015.

OLIVEIRA, Mariano de. **Nova cartilha analytico-synthética**. 54. ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos de S. Paulo, 1918.

PANIZZOLO, Claudia. **João Köpke e a escola republicana**: criador de leituras, escritor da modernidade. 2006. 359 f. Tese de doutorado. Universidade Católica de São Paulo, ao Programa de Pós-Graduação em Educação. São Paulo, 2006.

PEDRO, Alessandra. **A educação como ideal**: a obra histórica e didática de Rocha Pombo, 1900 – 1933. 2016. 203 f. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, SP, 2016.

PEREIRA, Ariane de Medeiros. **Os Sertões do Rio Grande do Norte e o processo de Modernidade**: José de Azevêdo Dantas (1910/1920). 2018. 88 f. Especialização em História dos Sertões, do Centro de Ensino Superior do Seridó, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó-RN, 2018.

PEREIRA, Bárbara Cortella. **Theodoro de Moraes (1877-1956)**: um pioneiro no ensino da leitura pelo método analítico no Brasil. 2009. 219 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da Era das cadeiras Isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas, São Paulo, Autores Associados: Universidade São Francisco, São Paulo, 2001.

PINTO, Amanda Thaise Emerenciano. **A presença do professor Luiz Correia Soares de Araújo no Grupo Escolar Frei Miguelinho (1912-1967)**. 2015. 92f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

POMBO, Rocha. **Nossa Pátria**. Companhia melhoramentos. Rio de Janeiro, 1917.

PORTELA, Mariliza Simonete. **As cartas de Parker na matemática da escola primária paranaense na primeira metade do século XX**: circulação e apropriação de um dispositivo didático pedagógico. 2014.

PFROMM NETTO, Samuel; ROSAMILHA, Nelson e DIB, Cláudio Zaki. **O livro na Educação**. Rio de Janeiro: Primor/INL, 1974.

REGINA, Maria Silvana Benevides. **A representação de Infância nas obras de Arnaldo Barreto**: educar, civilizar e modernizar o cidadão republicano. 2017. 168 f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2017.

REIS FILHO, Casemiro dos. **A educação e a ilusão liberal**. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1981.

REIS, José Carlos. **Nouvelle Histoire e tempo histórico**: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel. São Paulo. Editora Ática, 1994.

REIS, José Carlos. **História e Teoria**: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIBEIRO, Marlene Fernandes. **Revista Pedagogium**: a associação de professores em ação pelo projeto educativo da Escola Nova no RN (1920-1932). 2020. 207 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Natal, 2020.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. **Matrizes da modernidade republicana**: cultura política e pensamento educacional no Brasil. Campinas/ SP, Autores Associados/ Editora Plano, 2004.

ROCRIGUES, Marta Bezerra. **Conceitos e práticas educativas nos regimentos escolares no Rio Grande do Norte (1910 1930)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

SANTOS SOBRINHO, Djanni Martinho dos. **História do ensino de geografia em grupos escolares do Rio Grande do Norte (1908 - 1931)**. 2021. 158f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

SANTOS, Maria Ligia Cardoso Köpke. **Lendo com Hilda**: João Köpke – 1902. 2013. 229 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, Autores Associados, 2019.

SAVIANI, Dermeval. Instituições Escolares: Conceito, História, Historiografia e Práticas. **Cadernos de História da Educação**, nº. 4 - jan./dez. 2005.

SAVIANI, Dermeval. **O Legado Educacional do Século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SCHAFF, Adam. **A sociedade informática: As consequências sociais da segunda revolução industrial**. Tradução de Carlos Educar do Jordão Machado. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista. Brasiliense, 1995.

SILVA, Elizabeth Poubel. O Florescer de uma Cultura Escolar no Ensino Público Matogrossense. In: VIDAL, Gonçalves Daiana. Grupos Escolares. **Cultura Escolar Primária e Escolarização da Infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.

SILVA, Francinaide de Lima. **A escola Normal de Natal (Rio Grande do Norte, 1907 a 1971)**. 2013. 163 f. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, 2013.

SILVA, Francinaide de Lima. **O grupo escolar modelo augusto severo (1908-1928): vinte anos de formação de professores**. 2010. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

SILVA, Gilson Lopes da. **História da educação primária na Atenas Norte-Rio-Grandense: das escolas de primeiras letras ao Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia (1829-1929)**. 2017. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

SILVA, Gilson Lopes; PAIVA, Marlúcia Menezes de. Modernização do Ensino da Cidade de Assú durante a Primeira República: Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia. In: STAMATTO, Maria Inês Sucupira; MEDEIROS NETA, Olivia Moraes de (Orgs.). **Histórias de ensino no Brasil**. Vol. 2. João Pessoa: Ideia, 2017.

SOBRINHO, José Salvino. **De Bouqueirão da serrota a Bouqueirão de Parelhas – serra e terra do Acauã**. Natal, RN, 2012, 196p.

SOUZA, Rosa de Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola graduada no estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: Unesp, 1998.

SOUZA, Rosa de Fátima de. A contribuição dos estudos sobre Grupos escolares para a historiografia da educação brasileira. **Revista Brasileira de história da educação**. V.19, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe>.

SIRINELLI, Jean-François. **Intellectuels et passions françaises**. Manifestes et pétitions au XXe siècle. Paris: Gallimard, 1996.

SPINELLI, José Antonio. **Da oligarquia Maranhão à política do Seridó**. O Rio Grande do Norte na Velha República. Natal: CCHLA, 1992.

VEIGA, Cyntia. Greve. Educação estética para o povo. *In*: Lopes, E. M. T.; Faria Filho, L. M. de & Veiga, C. G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**, 399-421. (3a ed.) Belo Horizonte: Autêntica. 2010.

VIDAL, Diana Gonçalves. Escola pública e método intuitivo: aspectos de uma história conectada. *In*: LOMBRADI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel (orgs.). **A escola pública no Brasil: história e historiografia**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2006. (Coleção Memória da Educação).

VIEIRA, C. E. Erasmo Pilotto: identidade, engajamento político e crenças dos intelectuais vinculados ao campo educacional no Brasil. *In*: ALVES, C.; LEITE, J. L. (Org.). **Intelectuais e história da educação no Brasil: poder, cultura e políticas**. 1. ed. Vitória: EDUFES, 2011. p. 25-54.

VIEIROS, Kilza Fernanda de Moreira. Campo médico e sanitário: Possibilidades Educativas no início do século XX em São Luís – Ma. *In*: MEDEIROS NETA, Olívia Moraes de, STAMATTO, Maria Inês Sucupira Stamatto, (organizadoras). **Práticas educativas, formação e memória**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2015.

VIVEIROS, Kilza F. M de. *et al.* (org). **Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação**. Vol III. Série Educação, Pobreza e Desigualdade Social – UFRN. João Pessoa: Ideia, 2018.

VIVEIROS, Kilza Fernanda Moreira de. Instituições, modernidade, infância pobre e eugenia no Maranhão (Brasil) nas primeiras décadas do século 20. *In*: PAIVA, Marlúcia; VIVEIROS, Kilza; MEDEIROS NETA, Olívia. **Infância, escolarização e higiene no Brasil**. Brasília: Liber Livro, 2011.

Revistas e Eventos

ALVES, C. Contribuições de Jean-François Sirinelli à história dos intelectuais da educação. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 33, n. 67, p. 27–55, 2019. DOI: 10.14393/REVEDFIL.v33n67a2019-47879. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/47879>. Acesso em: 16 set. 2023.

ARAÚJO, Marta. Visitas escolares: Grupos Escolares “Senador Guerra” de Caicó e “Capitão Mor Galvão” de Currais Novos. **Revista Educação em Questão**. Natal, v. 55, n. 46, p. 247-250, out./dez. 2017.

AZEVEDO, Crislane B. Arquitetura e grupos escolares em Sergipe: Uma relação entre espaço e educação na escola primária. **Outros tempos**. V.7, n.10, p.119-142, dezembro de 2010.

AZEVEDO, Crislane B. Manuais didáticos no início do século XX em Sergipe: cultura material escolar dos grupos escolares. **História** (São Paulo) v.30, n.2, p. 100-125, ago/dez 2011.

BERNARDES, Vanessa Cuba. UM ESTUDO SOBRE CARTILHA ANALYTICA, DE ARNALDO DE OLIVEIRA BARRETO (1869-1925). **Revista de Iniciação Científica da FFC**, v. 8, n.1, p. 1-17, 2008.

BILAC, Olavo. Escotismo como escola. **Revista O Tico-Tico**. Rio de Janeiro, ano 21, n. 1225, mar. 1920, p. 27-29. Seção: Escoteirismo.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910) **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.3, p. 475-491, set./dez. 2004.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria e Educação**, n. 2, p. 177-229, 1990.

CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. **História da Educação**. Pelotas, v. 11, p. 5-24, abr., 2002.

FERNANDES, Magda Carvalho. Vinte e cinco anos do PNLD: uma trajetória de negociações entre política educacional e econômica. **Anais do VI Congresso Brasileiro de História da Educação**. Vitória: SBHE/UFES, 2011, p. 1-14.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. O escritor da pena feiticeira: João Köpke (1852-1926). **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 44, e161585, 2018.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. Cartilha Analytica publicada pela Francisco Alves: aspecto da materialidade entre ordenamentos pedagógicos e editoriais. In: **Do I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial**. Rio de Janeiro, 2004.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. **Cartilha Analytica publicada pela Francisco Alves: aspecto da materialidade entre ordenamentos pedagógicos e editoriais**. In: **Do I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial**. Rio de Janeiro, 2004.

FRAGO, A. V. Historia de la educación e historia cultural. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 0, p. 63-82, set./dez.1995.

GATTI JR., Décio. História e Historiografia das Instituições Escolares: percursos de pesquisa e questões teórico-metodológicas. **Educação em Questão**. v. 28, n.14, p. 172-91, jan./jun. 2007.

GOMES, Danilo Cortez. Tirando leite de pedra: A dinâmica econômica do Seridó Potiguar. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE - Ano XIX – V. 3 - N. 38 - Dezembro de 2017 - Salvador, BA – p. 365 – 388**.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto historiográfico. Tradução: Gizele de Souza. **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo, n. 1, 2001, p. 9-44.

JÚNIOR. Durval Muniz de Albuquerque. A História em Jogo: a atuação de Michel Foucault no campo da historiografia. **Anos 90 (UFRGS)**, Porto Alegre, v. 11, n.19/20, p. 79-100, 2004.

KOPKE, João. Educação Moral e Cívica. A propósito de um livro didático. **Revista do Brasil**. São Paulo. V 1. Ano 1, nº 6, p. 146-165, junho de 1916.

LEANDRO, Andressa Barbosa de Farias. Inovações Educacionais no cotidiano do Grupo Escolar Frei Miguelinho nas Primeiras décadas do século XX. **Diálogos e Diversidade**, Jacobina - Bahia - Brasil, v. 1, p. 01-18, 2021.

LEANDRO, Andressa Barbosa de Farias. Inovações Educacionais No Cotidiano do Grupo Escolar Frei Miguelinho nas Primeiras Décadas do Século XX. **Diálogos e Diversidade**. 2021.

LEOPOLDINO, Maria Aparecida. Políticas culturais e livros didáticos de História: Rocha Pombo na capital da República (1897-1929). **Revista Brasileira de História da Educação**, vol. 19, e 054. Sociedade Brasileira de História da Educação. Março de 2019.

LIMA, Geraldo Gonçalves de. JUNIOR, Décio Gatti. Entre escolarização e instituições escolares na historiografia da educação: a emergência dos grupos escolares no Brasil da República Velha (1889-1930). **Série-Estudos**. Campo Grande - MS, n. 25, p. 67-84, jan./jun. 2008.

MAGALHÃES, Justino. O manual escolar no quadro da História Cultural: Para uma historiografia do manual escolar em Portugal. Sísifo. **Revista de Ciências da Educação**, I, 2006; pp. 5-14. Disponível em: <http://sisifo.fpce.ul.pt>. Acesso em: 21 julho 2021.

MAGALHÃES, Justino de; & BARRETO, Raylane Andreza. D. N. (2016). Os intelectuais e a educação – abordagem histórica e biográfica. **Revista Educação Em Questão**, 54(41), 61–85. <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2016v54n41ID10158>.

MEDEIROS NETA, Olívia Moraes. História das Ideias Pedagógicas e as Importações-Exportações: Problematizações. **HOLOS**, Ano 39, v.2, e15100, 2023.

MORAIS, Maria Arisnete C de. SILVA, Francinaide de L. História da profissão docente em Natal/RN (1908 – 1920). **Revista Diálogo Educação**. Curitiba, v. 9, n.27, p. 267-278, 2009.

MOURA, Wiliane Barbosa Gonçalves; JÚNIOR, José Petrúcio de Farias. A história da América vista através do compêndio do Rocha Pombo (1900). **30º simpósio nacional de História**. ANPUH – Brasil. Recife, 2019.

NASCIMENTO, Adalson de Oliveira. Educação e civismo: movimento escoteiro em Minas Gerais (1926-1930). **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 7, p. 43-74, 2004.

NUNES, Clarice. Ensino e historiografia da educação: problematização de uma hipótese. **Revista Brasileira de Educação**. n. 1. jan./abr. 1996. p. 67-79.

OSSENBACH, Gabriela. Manuales escolares y patrimonio histórico-educativo. **Educatio Siglo XXI**, 28(2), 115- 132. 2010.

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. **Barão do Rio Branco: De 1º Grupo Escolar a Escola Estadual – Marcos de um Educandário de Belo Horizonte**. Ed. Foco, n. Especial p. 61-71 - mar/ago 2007.

RABELO, Ricardo Rocha. BARRETO, Raylane, A. D. N. O escotismo como associação voluntária no início do século XX: prática pedagógica extra-escolar. **Interfaces Científicas – Educação**. Aracaju, V.01, n. 03, p. 33-41, jun. 2013.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Manuais Escolares para um ensino prático. **História Educação. (Online)** Porto Alegre v. 20 n. 50 Set./dez, 2016 p. 95-11.

ROZANTE, Ellen Lucas. A educação dos sentidos no método de ensino intuitivo e o caso das escolas públicas isoladas de São Paulo (1889-1910). *In: VI anais do Congresso Brasileiro de História da Educação*. Goiânia, 2011.

SAVIANI. Intelectuais, memória e política. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 16, n. 67, p. 141–153, 2016. DOI: 10.20396/rho.v16i67.8646114. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8646114>. Acesso em: 25 jul. 2023.

SCHULTZ, L. M. J. (2021). FRAGO, Antonio Viñao. Alfabetização na sociedade e na história: vozes, palavras e textos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. **Educação Em Revista**, 2(1), 173–178. <https://doi.org/10.36311/2236-5192.2001.v2n1.675>.

SCHWARTZ, Cleonara Maria. Ensino da leitura no Espírito Santo (1911-1930): uma análise das concepções de leitura, de texto e de linguagem. **Anais do V Congresso Brasileiro de História da Educação**, Aracaju, 2008.

SILVA, F. C. T. Cultura escolar: quadro conceitual e possibilidades de pesquisa. **Educar, Curitiba**, n. 28, p. 201-216, 2006. Editora UFPR.

SOBRAL. Patrícia de Oliveira. Um estudo sobre Nova Cartilha Analytico-Synthética (1916), de Mariano de Oliveira. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, v. 7, n. 3, p. 343-356, 2007.

SOUZA, Rosa de Fátima de. A contribuição dos estudos sobre Grupos escolares para a historiografia da educação brasileira. **Revista Brasileira de história da educação**. v. 19, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe>. Acesso em: 21 jul. 2021.

SOUZA, Rosa Fátima de. A militarização da infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira. **Caderno CEDES**, Campinas, v. 20, n. 52, nov. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622000000300008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 8 set. 2022.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira; SOBRINHO, Djanní Martinho dos Santos; ARAÚJO. Iury Gabriel Amorim de. O Método de Ensino e os Passeios Escolares dos Grupos Escolares Felipe Camarão e Senador Guerra: Entre Práticas e Legislações (1909-1931). **Revista Humanidades e Inovação**. v.7, n.11 – 2020.

STAMATTO, Maria Inez Sucupira. A escola da ordem e do Progresso (Brasil: 1889-1930). **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salavador, v. 14, n. 24, p. 1-11, 2005.

TEIXEIRA, A. **Liberdade de pensamento e mudança social**. Folha de S. Paulo, 29 jun. 1968.

VALDEMARIN, Vera Teresa. Ensino da leitura no método intuitivo: as palavras como unidade de compreensão e sentido. *In: Educar em revista*. Curitiba, PR: Ed. da UFPR, nº18, 2001, p.157-182.

VEIGA. ILMA PASSOS ALENCASTRO. Inovações e Projeto Político-Pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? **Cad. Cedes**, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, dezembro 2003.

VIANNA. Juliana Golin Xavier. A produção didática de Rocha Pombo: análise de história da américa e nossa pátria. **Revista Vernáculo**, n. 23 e 24, 2009.

VIDAL, Diana Gonçalves. No interior da sala de aula: ensaio sobre cultura e prática escolares. **Currículo sem Fronteiras**, v. 9, n.1, pp. 25-41, Jan/Jun 2009.

Fontes

GRUPO ESCOLAR BARÃO DO RIO BRANCO. **Diários de classe da Escola feminina do Grupo Escolar Barão do Rio Branco**: 1919-1922. Parelhas-RN, 1922.

GRUPO ESCOLAR BARÃO DO RIO BRANCO. **Diários de classe da Escola masculina do Grupo Escolar Barão do Rio Branco**: 1919-1922. Parelhas-RN, 1922.

JARDIM DO SERIDÓ-RN. **Ata da Intendência Municipal de Jardim do Seridó-RN**. Livro de actas. Janeiro de 1922.

JARDIM DO SERIDÓ-RN. Câmara Municipal de Jardim do Seridó. **Livros de atas 1919 – 1926**.

PARELHAS-RN. Câmara Municipal. **Lei nº 12**, de 05 de novembro de 1984. Cria o bairro Maria Terceira Rocha. 1984.

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto de 24 de outubro de 1913**. Regimento Interno dos grupos escolares e escolas isoladas. Natal: Typ. d'A República, 1914.

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto nº 178**, de 29 de abril de 1908. **Actos Legislativos e Decretos do Governo**. Natal: Typografia d'A República, 1908. Decreto nº 87 de 13 de janeiro de 1919.

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto nº 178**, de 29 de abril de 1908. Reforma Pinto de Abreu. Reorganiza a Diretoria Geral da Pública e cria a Escola Normal, Grupos Escolares e Escolas Mistas, 1908.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto nº 178, de 29 de abril de 1908. Restabelece a Diretoria na Instrução Pública, cria a Escola Normal, Grupos Escolares e Escolas Mistas e dá outras providências. *In: Actos Legislativos e Decretos do Governo (1908-1909)*. Natal: Typographia d'A República, 1908.

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto nº 18, de 30 de setembro de 1892**. Reorganiza a Instrução Pública do Estado, 1892.

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto nº 239**, de 15 de dezembro de 1910 – código de ensino. 1910.

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto nº 261**, de 28 de dezembro de 1911 – código de ensino. 1911.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto nº 87, de 13 de janeiro de 1919. Cria o Grupo Escolar Barão do Rio Branco na vila de Parelhas-RN. *In: Actos Legislativos e Decretos do Governo 1919*. Natal: Typographia d'A República, 1919.

RIO GRANDE DO NORTE. Departamento de Educação. **Ata de Inauguração do Grupo Escolar Barão do Rio Branco vila Parelhas-RN**. Natal: Typographia d'A República, 1919a.

RIO GRANDE DO NORTE. Escola Normal. Livro de Matrícula. Natal: 1915.

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei Estadual nº 491**, de 1º de dezembro de 1920. Cria a Associação do Grupo de Escoteiros no Alecrim. Typ. Commercial J. Pinto & C., 1920.

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei nº 359**, de 22 de dezembro de 1913 – código de ensino. 1913.

RIO GRANDE DO NORTE. Lei nº 405 de 29 de novembro de 1916. Reorganiza o ensino primário, secundário e profissional no Estado. *In: Atos Legislativos e Decretos do governo do Estado do Rio Grande do Norte*. Natal: Typ. d'A República, 1916.

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei nº 491**, de 20 de dezembro de 1920. Considera de utilidade pública a Associação de Escoteiros do Alecrim. In: Atos Legislativos e decretos do Governo do ano de 1920. Natal: Typ. Comercial J. Pinto & C. 1920. p. 22.

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei nº 491**, de 20 de dezembro de 1920. Considera de utilidade pública a Associação de Escoteiros do Alecrim. In: Atos Legislativos e decretos do Governo do ano de 1920. Natal: Typ. Comercial J. Pinto & C. 1920. p. 22.

RIO GRANDE DO NORTE. **Livro de Honra**. Departamento da Instrução Pública. 1920a.

RIO GRANDE DO NORTE. Mensagem apresentada **ao Congresso Legislativo da Abertura da Primeira Sessão da Sexta Legislatura em pelo governador Joaquim Ferreira Chaves. 1 de novembro de 1920.** Natal: Tip. D'A República, 1920.

RIO GRANDE DO NORTE. **Mensagem dos governadores.** Natal: Tipografia da República, 1920b.

RIO GRANDE DO NORTE. **Pelo Ensino.** Natal: Typographia d'A República, n. 86, 1920c.

RIO GRANDE DO NORTE. **Pelo Ensino.** Natal: Typographia d'A República, 15 de outubro de 1919, p. 1, n. 229. 1919b.

RIO GRANDE DO NORTE. **Pelo Ensino.** Natal: Typographia d'A República, 25 de julho de 1921.

RIO GRANDE DO NORTE. Regimento Interno dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas do Estado do Rio Grande do Norte. Directoria Geral da Instrucção Publica. Natal: Typ. Commercial J. Pinto & C., 1914.

ANEXO A - ÍNDICE DO MANUAL DE ARNALDO BARRETO - 1916

Páginas	conteúdos
09	Eu vejo um menino, este menino se chama Paulo
10	Eu vejo uma menina, esta menina se chama Lúcia
11	Lucia tem um gatinho
12	Paulo tem uma bola
13	Palavras retiradas do texto
14	Frases retiradas do etxto
15	Aqui está um ninho
16	Lúcia está vendo a galinha
17	Onde está a Lúcia
18	Esta é a galinha de seis pintinhos
19	A galinha chama-se Bonita
20	Frases retirada do texto
21	Um pintinho, dois pintinhos, três pintinhos
22	Este galo é o Chanteclér
23	Chanteclér canta assim: Có-coró-có
24	Aqui estão um menino e uma menina
25	Frases retiradas do texto
26	Vocês veem esta casa
27	Esta é a casa de Paulo
28	Frases retiradas do texto
29	Letras do alfabeto
30	Esta menina chama-se Corina
31	Corina também tem uma boneca
32	Estes cavalos são o Mimoso e o Boneco
33	Upa, Mimoso, UPA!
34	Frases retiradas do texto
35	Letras do alfabeto
36	Era uma vez quatro pintinhos
37	Continuação da leitura da p. 36
38	O ninho

39	D. gata e seus gatinhos
40	Palavras retiradas do texto
41	Eu gosto muito de maçãs
42	Este menino é o Dário
43	Palavras retiradas do texto
44	Aqui está um lindo ganso
45	Aqui vai o vendedor de bolas
46	Venham ver as lebrinhas
47	Palavras retiradas do texto
48	Luiz tem um trenzinho
49	Esta é a vaca do meu tio Carlos
50	Eu sou passarinho
51	Palavras retiradas do texto
52	Aqui está o meu papagaio
53	Sabem que gatinho
54	Esta menina é a Lúcia
55	Aqui está uma ponte
56	Palavras retiradas do texto
57	Vêm este bonito pintinho
58	Xandoca, Rosinha e Iaiá
59	Continuação do texto p. 58
60	Eu sou uma coruja
61	A cadeira
62	Palavras retiradas do texto
63	Escada
64	Os meninos Paulo e Eurico
65	Palavras retiradas do texto
66	Eu queria ser um soldado valente
67	Palavras com rimas
68	Palavras retiradas do texto
69	Advinhação
70	Idade de Lucia, Maria e João

71	Palavras retiradas do texto
72	Saber ler
73	Palavras retiradas do texto
74	poesia
75	Continuação da poesia
76	O relógio
77	Advinhações
78	Palavras retiradas do texto
79	Conto de carocinha
80	O milho
81	Continuação da leitura
82	O rio
83	Conto de carocinha
84	Conto de carocinha
85	Conto de carocinha
86	Conto de carocinha
87	Aqui está uma macieria
88	Continuação da leitura
89	Minha vida
90	Modelos de lições

**ANEXO B - ÍNDICE DO MANUAL DA NOVA CARTILHA ANALYTICO -
SINTHÉTICA DE MARIANO DE OLIVEIRA - 1918**

Páginas	conteúdos
05	Uma menina e um gatinho
06	Você conhece esta gatinha
07	Laurita está brincando com o gatinho
08	Este gatinho chama-se Neve
09	Laurita tem um gatinho branco
10	Frases retiradas do texto
11	Frases retiradas do texto
12	A bola também é de Laurita
13	Leitura de imagem
14	Olhem este gatinho branco
15	Este menino chama-se Paulo
16	Pulo corre atrás da bola
17	Paulo tem um cachorrinho
18	Leitura de imagem
19	Paulo e Pery correm atrás da bola
20	Frases retiradas do texto
21	Frases retiradas do texto
22	Paulo tem um cachorro e uma bola
23	Mimoso é o bezerrinho bonito
24	Frases retiradas do texto
25	Esta menina chama-se Dalila
26	Olhem este gatinho bonito!
27	Frases retiradas do texto
28	Que linda menina é Dalila
29	Continuação da leitura
30	Frases retiradas do texto
31	Laurita e Paulo são primos
32	Leitura de Imagem
33	Dalila está brincando com Bebê

34	Frases retiradas do texto
35	Silabação de palavras
36	Silabação de palavras
37	Silabação de palavras
38	Silabação de palavras
39	As meninas Clarinha e Florinda
40	Continuação da leitura
41	Frases retiradas do texto
42	Frases retiradas do texto
43	Clarinha e Florinda brincam alegres
44	Continuação da leitura
45	Frases retiradas do texto
46	Clarinha e Florinda estão tomando café
47	Frases retiradas do texto
48	Silabação de palavras
49	Sarita e Vidoca são duas bonecas
50	Frases retiradas do texto
51	Silabação de palavras
52	Quem conhece este cachorrinho
53	Silabação de palavras
54	Frases retiradas do texto
55	Frases retiradas do texto
56	Leitura de imagem
57	O peru come milho
58	Frases retiradas do texto
59	Silabação de palavras
60	O papagaio está com fome
61	Completar as palavras com sílabas
62	Marcelo, Medina e Lavínia
63	Continuação da leitura
64	Frases retiradas do texto
65	Olhem que lindo soldadinho

66	Silabação de palavras
67	O arco bateu no pesinho de Lavínia
68	Este é o gatinho Malhado
69	Lúcia está deitada no sofá
70	Lúcia está lendo um livro
71	Continuação da leitura
72	Leitura de imagem
73	Xandoca vai passear na chácara do tio Aleixo
74	Continuação da leitura
75	Diana é a cachorrinha pintada
76	Completar palavras com sílabas
77	Esta menina chama-se Carolina
78	Completar com as sílabas que falta
79	Leitura de Imagem
80	Carolina está lendo uma história
81	Estas crianças é o Clovis e a Glorinha
82	O Clovis quer ser soldado
83	Ophélia já está no grupo escolar
84	Continuação da leitura
85	Silabação de palavras
86	Silabação de palavras
87	alfabeto
88	alfabeto
89	Ilustração de uma menina sentada com um livro na mão
90	Instruções práticas

ANEXO C - ÍNDICE DO MANUAL NOSSA PÁTRIA – ROCHA POMBO - 1917

Páginas	conteúdos
05	Nossa Pátria
07	A Bandeira da Nossa Pátria
09	A nossa Independência
11	José Bonifácio
15	A terra e a América
17	D. Henrique o navegador
19	Descobrimento do Brasil
23	A primeira Colônia
26	Os índios
30	Os africanos
33	Os europeus
36	Como se começou a fazer o governo da colônia
39	Os jesuítas
42	Fundação das cidades e vilas
45	Como se vivia nas vilas
50	A vida no sítio
54	Quilombos
58	Tempos que passaram
61	O que era o país
64	Como a terra foi cobiçada por estrangeiros
66	Tentativas de Franceses
69	Tentativas dos Holandeses
73	Sentimento de Pátria
76	Os Bandeirantes
79	As minas
83	Como o rei de Portugal governava o Brasil
85	Os impostos e os abusos
88	Como foram os colonos ressentindo-se do rei
90	Como os colonos mostraram os seus sentimentos
93	Ainda outros males
95	Não era possível continuar
97	O rei do Brasil
100	Retirada do Rei
103	O grito do Ipiranga
106	Retira-se D. Pedro I
109	O governo da Regência
112	O governo de D. Pedro II
115	Pelos nossos vizinhos
118	Ainda pelos nossos vizinhos
120	Vamos agora libertar o povo paraguaio
123	Destruímos a tirania de Lopez
126	Progressos do Brasil
128	As nossas letras, artes e ciências
133	Grandes reformas
135	A abolição
138	D. Pedro II e a Monarquia

Páginas	conteúdos
140	A República
143	Organiza-se o governo republicano
146	Firma-se a República
148	Governo da República
155	O que é hoje o Brasil

Fonte: acervo da pesquisadora (2023)

ANEXO D - ÍNDICE DO PRIMEIRO LIVRO DE LEITURAS MORAIS E INSTRUTIVAS JOÃO KOPKE 1911

Lição	Título da lição	Síntese da lição
1º	A manhã	peessoas que acordam cedo têm um estado de espírito mais positivo, são mais energéticas, pontuais e saudáveis
2º	O periquito	O roubo é um crime grave e pode resultar em sérias consequências legais.
3º	O homem e os macacos	Não gerar conflitos e apaziguar situações
4º	Ana e o gato	A falta de confiança destrói amizades e relacionamentos
5º	O relógio	Noção de certo e errado
6º	O amanhecer	Fazemos o bem todos os dias pra muitas pessoas, apenas executando o nosso trabalho.
7º	Os dois cães	A verdade é que os mais novos possuem vários fatores que contribuem para que ele tenha mais facilidade de aprendizado
8º	A caixinha de confeitos	Não pegar coisa alheias. Não devemos roubar
9º	Como se acabou a briga	A importância do diálogo para acabar os conflitos
10º	O papagaio	Os animais aprendem com repetições, treino
11º	O menino honrado	Honestidade
12º	Achei um relógio	Honestidade, certo ou errado
13º	O chinazinho	Noção de geografia (china)
14º	A curiosa	Obediência, não fazer as coisas erradas.
15º	As avelãs	Evitar a gula. Controlar as vontades
16º	A raposa	O cão é amigo do homem e de outros animais
17º	Falar e pensar	Ter cuidado com o que fala. Pensar primeiro
18º	A carriça	Estudo sobre os pássaros, suas características
19º	Um bom irmão	Noção do certo ou errado
20º	As abelhas	O mundo das abelhas
21º	O vaso de flores	Honestidade, não mentir

22°	O leão logrado	Noção de geografia (África), paciência
23°	Mel e amor	Poesia
24°	As formigas	O mundo das formigas
25°	O ladrão	Roubar não é certo
26°	O urso	O mundo dos ursos
27°	Os dois passarinhos	Fábula
28°	O vovô	Gentileza
29°	Ganhar dinheiro	O valor do trabalho
30°	A liberdade	poesia
31°	O elefante	Característica dos elefantes
32°	O vagalume	vontades
33°	Como se obedece	Obediência
34°	A baleia	Características das baleias
35°	Luz	poesia
36°	Indiscrição	Ser discreto
37°	Semear para colher	Pensar no futuro
38°	A escuridão	Não ter medo do escuro
39°	O sapo	Características dos anfíbios
40°	Fazer bem	poesia
41°	Brincar e trabalhar	Hora certa para tudo
42°	O engraxador	trabalho
43°	A foca	Características das focas
44°	A questão	Resolver um problema
45°	Duas esmolas	solidariedade
46°	Dom de coração	poesia

47º	O trabalho	satisfação
48º	A zebra	Características das zebras
49º	A coruja	Característica das corujas
50º	A história do vovô	História com Moral
51º	Milagres	Poesia
52º	O castor	Características dos castores
53º	O menino malcriado	Educação, obediência
54º	Teresa	caridade
55º	O crocodilo	Características dos crocodilos
56º	Nem um minuto	obediência
57º	O tempo	Poesia
58º	Um olho por um pinhão	Honestidade
59º	O camelo	Características do camelo
60º	Seja uma boa menina	obediência
61º	Frei Tomaz	Poesia
62º	O pavão	Características do pavão
63º	O tico-tico machucado	solidariedade
64º	O pobre e o rico	História com Moral
65º	Liberdade e cativeiro	Liberdade
66º	Vozes animais	poesia

**ANEXO E - ÍNDICE DO SEGUNDO LIVRO DE LEITURAS MORAES E
INSTRUCTIVAS DE JOÃO KOPKE (1928) – 61ª EDIÇÃO**

Lição	Título da lição	Síntese da lição
1º	Um bom presente	O valor da educação
2º	Luiza e Paulino	Anedota
3º	O casal	Advinhações
4º	O macaco e o espelho	Anedota
5º	A planta	Poesia
6º	Cleanthes	Responsabilidade, trabalho
7º	O doutorzinho	Anedota
8º	O cumprimento do dever	Sempre fazer o correto
9º	O vestido novo	Responsabilidade
10º	O raio de sol	Poesia
11º	O Doutor Totó e o Dr. Bichano	O valor da amizade
12º	Alfredo o Grande	Educação
13º	Uma noite com uma onça	Diálogo, amizade
14º	O lobo	Características dos lobos
15º	Confissão	Poesia
16º	A pesca	Apreciar a natureza
17º	O dinheiro	Trabalho
18º	O que é?	Advinhações
19º	Onde estão os passarinhos	Características das aves
20º	Lição de química	Poesia
21º	Mauro e o passarinho	Não desistir. Seguir sempre em frente
22º	O esquilo	Características dos animais roedores
23º	O pudim	Alimentação. Trabalho em equipe

24°	A girafa	Características das girafas
25°	O sapo	Poesia
26°	O branco e o Índio	História com moral. O inesperado
27°	Um discípulo modelo	Educação. Aprender com o outro
28°	O cabecinha de prata	Um bom menino será no futuro um bom homem
29°	A lagarta	Características das borboletas
30°	As estações	Poesia
31°	O que é que veio buscar	Prestar atenção
32°	Ódio à mentira	Honestidade
33°	Mãos bonitas	Devemos apreciar o que é belo
34°	História de uma aranha	Fábula
35°	Ingenuidade	Poesia
36°	O tio	Inverno, vulcões
37°	O que é?	Advinhação
38°	Como se escreve uma carta	Falar coisas boas
39°	O avestruz	Características do avestruz
40°	O pintor	Poesia
41°	Coisinhas	Noções de geografia
42°	O despertador	Fazer sempre o certo
43°	O menino satisfeito	O gosto pela leitura
44°	O insolente	Não devemos ser malcriado
45°	A Deus	Poesia
46°	Os beija-flôres	Características do beija-flor
47°	Quando se deve dizer: - Não	As vezes é preciso dizer não

48°	Como Lydia perdeu o dinheiro	Ser cauteloso
49°	As estrelinhas	Poesia
50°	Arthur e o seu papagaio	Diversão
51°	Os morcegos	Característica dos morcegos
52°	Coragem e covardia	Ser corajoso
53°	Jamjão e os pintos	Não se apressar
54°	Por causa de um cravo	Assumir as consequências
55°	Scientia experimental	Poesia
56°	O urso branco	Característica dos ursos
57°	A borboleta	Não destruir a natureza
58°	Como se desfaz uma mentira	Admitir os erros
59°	A pata do gato	Fábula
60°	A briga	Poesia
61°	A aguia	Característica das águias
62°	O papagaio	Conhecimento e trabalho
63°	O tigre	Característica dos tigres
64°	O amigo dos passaros	Fazer o bem
65°	Sonho	Poesia
66°	O cão de Aristides	Amizade entre crianças e animais
67°	Historia de um sapo	Amizade entre crianças e animais
68°	Só esta vez	Nunca fazer o mal
69°	O leão	Característica dos leões
70°	Mamã	Poesia
71°	A muleta quebrada	Fazer o bem sem olhar a quem

72°	Mungo Park e a negra	África
73°	O mascatezinho	Morte
74°	Um animal curioso	Característica dos gambás
75°	Conversas	Poesia
76°	A historia de Colombo	Descoberta da América pro Cristovão Colombo
77°	A vinha	Fazer o bem como se fosse para nós
78°	A capivara	Característica dos roedores
79°	Os pecegos	Não se paga o mal com o mal
80°	Os morcegos	Característica dos morcegos
81°	Confidencia	Poesia

**ANEXO F –ÍNDICE DO TERCEIRO LIVRO DE LEITURAS MORAES E
INSTRUCTIVAS DE JOÃO KOPKE (1924) – 46ª EDIÇÃO**

Lição	Título da lição	Síntese da lição
1º	Precisa-se	Bons costumes
2º	A Gêmea abandonada	Igualdade
3º	Aprendeí a curvar-vos	Reconhecer os erros
4º	a flor	Poesia
5º	O urang-utango	Características dos macacos
6º	Demosthenes e a sombra do burro	Realidade
7º	O tico-tico correio	Caridade
8º	o gato e o rato	Poesia
9º	Descoberta do pacífico	Oceano Pacífico
10º	O bobo	Verdade
11º	A coruja	Características das corujas
12º	briga e paz	Poesia
13º	Um rapaz espirituoso	verdades
14º	O mundo	Aventura
15º	Colombo e o ovo	Fazer o que é possível
16º	pingos de chuva	Poesia
17º	Os surdos-mudos	Entender como os surdos-mudos se comunicam
18º	A vicunha	Características da vicunha
19º	O exame	Esforça-se
20º	o amanhecer	Poesia
21º	A procura de um lugar	Fazer o bem
22º	Todos são médicos	Anedota
23º	A onça	Característica da onça

24º	a chuva	Poesia
25º	Hei de pensar n'isso	Noção de física: Newton, Watt, Galileo
26º	As formigas	Característica das formigas
27º	A companhia do “esforça-te”	Não desistir
28º	A fonte	Poesia
29º	A cata de um grillo	Trabalho
30º	O amigo do viajante	Utilidade de uma árvore
31º	Deixa chover	Benefícios da chuva
32º	As violetas	Poesia
33º	O feiticeiro	Quem não deve, não teme
34º	Uma boa máxima	Não deixar para amanhã, o que se pode fazer agora
35º	Dois prazeres	Boa ação
36º	ao meio-dia	Poesia
37º	Antonio canova	Noção de História
38º	O rochedo de ouro	Ambição não faz bem
39º	Degraus	Perseverar
40º	A morte	Poesia
41º	Um combate de touros	Não provocar com que está quieto
42º	O sonho de Alice	Fragmentos do livro Alice no País das maravilhas
43º	Na floresta	Apreciar a natureza
44º	o resgate	O pequeno riacho
45º	Perseverança	Não desistir nunca
46º	A viuva e o negociante	Honestidade
47º	Fazer-se de duro	Honestidade

48°	o que passa mais depressa	Poesia
49°	O cavallo marinho	Características do Cavallo Marinho
50°	Eu não mereço	Pedir desculpas
51°	A verdadeira coragem	Não ir pela cabeça dos outros
52°	chromos	Apreciar a natureza
53°	A festa de lucio	Humildade
54°	A lontra	Características da lontra
55°	Perdidos em um balão	Aventura
56°	desejos moderados	Poesia
57°	Fiel	Ter paciência
58°	O professor	Ensinar a todos
59°	Martas e doninhas	Noção de biologia
60°	a queixa	Poesia
61°	O tocador de gaita	Vingança
62°	Suzana e seu cão	Fidelidade
63°	Jorge stephenson	Noção de História
64°	a floresta	Poesia, Morte
65°	A tempestade	Perigos
66°	Dois modos de contar uma historia	Sinceridade
67°	A riqueza de Mário	Família
68°	a gotta de orvalho	Poesia
69°	A mais nobre das vinganças	Vingança
70°	A composição de iracema	História com Moral
71°	O caminho direito	Pensar antes de tomar uma atitude
72°	O alfabeto	Poesia

73°	Saber é poder	Sabedoria
74°	Historia chinesa	Anekdota
75°	Conversas	Poesia

**ANEXO G – ÍNDICE DO QUARTO LIVRO DE LEITURAS MORAES E
INSTRUCTIVAS DE JOÃO KOPKE (1909)**

LIÇÃO	TÍTULO DA LIÇÃO	LEITURAS
1ª	A cavalgata	Terra em fim de outono A minha filha
2ª	A casa da avó	A flor À minha mãe
3ª	Paizagem	Alcacer do sal Sabiá
4ª	O Brazil	A educação e Basílio As duas flôres
5ª	Emplasto	Um enterro na ilha de U'rk No Jardim
6ª	Discurso	A ponte Nova A festa da natureza
7ª	Piratininga	O retiro de Zuleyma Na roça
8ª	Dona Flor	A charneca A lua
9ª	Notas	Portugal A aurora
10ª	Um dia de sol	O truão Regresso ao lar
11ª	A fauna da nossa terra	A negociata O roçario
12ª	O almocreve	Uma venda Na minha terra
13ª	Camões	Uma avenida Hino a Tiradentes
14ª	A Inconfidência	A noite A madrugada
15ª	Entre as ramas	Joaninha Pelas sombras
16ª	O café	Dom Afonso após a queda de Santarem Os rafeiros e o gozo
17ª	A intimação	Subtilmente Epigramas
18ª	A flora brasileira	Façonha Hipica A história
19ª	Um salto	Uma barca de floresta A gruta de Echo
20ª	Sítios conhecidos	Ao cair da noite A missa Alguém
21ª	Primeira Invasão Holandesa	Uma luta de morte Hino a preguiça
22ª	O amor de uma mãe selvagem	O oficial A melhor colheita
23ª	Conferencia medica	Morte de Martin Moniz

		Soneto
24 ^a	Os Quilombolos	A madrugada A borboleta
25 ^a	A batalha do monte das tabocas	A volta ao lar A boa Vista
26 ^a	Naquele dia	As barcas holandesas O dinheiro
27 ^a	As criadas e os vendilhões	O hipodromo O mar
28 ^a	Segunda invasão holandesa	O combate Os pobrezinhos
29 ^a	O tramonte	A porta do sol O Ipiranga e o 7 de setembro
30 ^a	Pela homoeopathia	D. Egas Muniz Entre ferro nasce ouro
31 ^a	Uma execução	Prenuncio Pedro Ivo
32 ^a	Fundação da Bahia	Ruínas Ao cair da noite
33 ^a	A ponta do nariz	Recordação O fantasma e a canção
34 ^a	A batalha de Ourique	Ao piano Ao Brasil
35 ^a	Os paulistas	Descoberta do cabo bojador Soneto
36 ^a	Uma vivenda	Simile Capítulo que escapou a Aristóteles A tarantula
37 ^a	Os moinhos do vento	Tomada de Santarem Crepúsculo nas Montanhas
38 ^a	Lavras novas	Os dois frades A um leigo
39 ^a	São Vicente	O candal O lago
40 ^a	Bacharelo-me	Um dia de feira A liberdade
41 ^a	Reuniões íntimas	A rótula Sob as árvores do ramalhão A independência do Brasil
42 ^a	Calabar	Um assalto medieval A mãe d'água
43 ^a	Scena Selvagem	Ave Maria Nupcias Manhã de inverno
44 ^a	A concha	Depois da batalha A São Paulo
45 ^a	O garimpo	Saudade da terra natal Ousadia e liberação Retrato de uma personagem

46 ^a	A taba	Vianna A república
47 ^a	A pendula	Aspecto de uma rua de Amsterdan Stabat Mater
48 ^a	O Jardim	A Guerra do Paraguai Sangue do africano
49 ^a	O festim	O casal A recolhida O gigante de Pedra
50 ^a	Synthese	A chegada Lisboa O túmulo de Nero
51 ^a	Panorama do interior	O sineiro O aerostato
52 ^a	Os tupis	Corina Vingança
53 ^a	A flor da noite	O asseio O leque de sandaio
54 ^a	O dia das corridas	Caramuru Crepúsculo sertanejo
55 ^a	A festa	A noite A roda do fogo O vagalume
56 ^a	Um Saraó	A dança dos ossos O soneto
57 ^a	Um dia de Santo	O abraço O beijo maternal
58 ^a	A criada Holandeza	Um casame A tarde As selvas
59 ^a	Villegaignon	Depois da festa A tarde
60 ^a	Encontro	Panorama A gruta A Patria
61 ^a	O vale de Santarem	O vergalho O amanhecer Armas

ANEXO H – ACERVOS E FONTES

Fonte	Descrição	Ano/Período	Acervo
Portaria (não numerada) da Intendência Municipal de Jardim do Seridó	Exoneração a pedido do cidadão [...] professor pública da cadeira do sexo masculino da Povoação de Parelhas	31 de dezembro de 1916	Acervo Público da Câmara Municipal de Jardim do Seridó/RN
Portaria nº 09 da Intendência Municipal de Jardim do Seridó	Nomeação da senhora D. Othylia Arthemisia d'Oliveira (sic) para o cargo de professora pública municipal da cadeira do sexo feminino da Povoação de Parelhas	09 de fevereiro de 1917	Acervo Público da Câmara Municipal de Jardim do Seridó/RN
Portaria nº 10 da Intendência Municipal de Jardim do Seridó	Nomeação do cidadão Pedro Eulalio(?) dos Dantas para o cargo de professor público municipal para reger a cadeira do sexo masculino da Povoação de Parelhas	12 de fevereiro de 1917	Acervo Público da Câmara Municipal de Jardim do Seridó/RN
Ata da Intendência municipal de Jardim do Seridó	Compromisso prestado pela excelentíssima senhora D. Othylia Arthemisia de d'Oliveira (sic) professora pública municipal da Povoação de Parelhas	13 de fevereiro de 1917	Acervo Público da Câmara Municipal de Jardim do Seridó/RN
Portaria nº 15 da Intendência Municipal de Jardim do Seridó	Nomeação do cidadão major Alfredo Pessoa de Mello para Delegado escolar da Povoação de Parelhas	21 de março de 1917	Acervo Público da Câmara Municipal de Jardim do Seridó/RN
Portaria nº 16 da Intendência Municipal de Jardim do Seridó	Exoneração a pedido o cidadão Pedro Marinho dos Santos do cargo de professor público municipal da cadeira do sexo masculino da Povoação de Parelhas e nomeação para substituí-lo o cidadão Manoel Dantas.	23 de março de 1917	Acervo Público da Câmara Municipal de Jardim do Seridó/RN
Ata da Intendência municipal de Jardim do Seridó	Compromisso prestado pelo major Alfredo Pessoa de Mello nomeado delegado escolar da instrução pública da povoação de Parelhas	24 de março de 1917	Acervo Público da Câmara Municipal de Jardim do Seridó/RN
Ata da 1ª Sessão 3ª Ordinária do Conselho da Intendência Municipal de Jardim do Seridó	Recebimento do ofício encaminhado pelo cidadão Pedro Marinho dos Santos, solicitando exoneração do cargo de professor público municipal da Povoação de Parelhas. Recebimento de Ofício do cidadão Manoel Dantas	07 de maio de 1917	Acervo Público da Câmara Municipal de Jardim do Seridó/RN

Fonte	Descrição	Ano/Período	Acervo
	comunicando ter assumido o cargo de professor público municipal da Povoação de Parelhas. Recebimento de Ofício da excelentíssima senhora D. Othylia Arthemisia d'Oliveira (sic) comunicando ter assumido o cargo de professora pública municipal da Povoação de Parelhas.		
Jornal A República, Ano XXX, n. 148(?)	Comunicação do governador do Estado ao Diretor Geral da Instrução Pública para adaptar nos grupos escolares e escolas isoladas os cadernos escolares confeccionados pela firma L.J. Barreto. Comunicação do Diretor Geral de Instrução Pública ao senhor L. J. Barreto tratando da mesma comunicação.	11 de julho de 1918	Arquivo Público Estadual
Jornal A República, Ano XXX, n. 24(?)	Pedido de permissão a Ferreira Chaves para dar o vosso nome ao grupo escolar de Parelhas, recentemente construído. Resposta de Ferreira Chaves agradecendo as homenagens e indicando o nome do Barão do Rio Branco para o grupo escolar.	30 de outubro de 1918	Arquivo Público Estadual
Jornal A República, Ano XXXI, n. 09	Nomeação das professoras diplomadas Maria Terceira Rocha e Raymunda Rocha para regerem efetivamente as escolas isoladas masculinas e femininas do grupo escolar Barão do Rio Branco	13 de janeiro de 1919	Arquivo Público Estadual
Jornal A República, Ano XXXI, n. 11	Comunicação de que o governador do Estado, por meio do decreto nº 87, criou na povoação de Parelhas um grupo escolar denominado Barão do Rio Branco.	15 de janeiro de 1919	Arquivo Público Estadual
Jornal A República, Ano XXXI, n. 36	Instruções do Concurso de professores para provimento das cadeiras dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas do Estado.	13 de fevereiro de 1919	Arquivo Público Estadual
Jornal A República, Ano XXXI, n. 38	Decreto nº 87 de 13 de janeiro de 1919 decretando a criação de um grupo escolar de 3ª classe na	15 de fevereiro de 1919	Arquivo Público Estadual

Fonte	Descrição	Ano/Período	Acervo
	Povoação de Parelhas, denominado Barão do Rio Branco.		
Jornal A República, Ano XXXI, n. 41	Nomeação das professoras diplomadas Maria Ferreira (sic) da Rocha e Raymunda Rocha para escola isolada masculina e feminina do grupo escolar Barão do Rio Branco na Povoação de Parelhas.	19 de fevereiro de 1919	Arquivo Público Estadual
Ata da Intendência municipal de Jardim do Seridó	Compromisso prestado pelo cidadão Francisco Antônio de Araújo do cargo de porteiro/zelador do grupo escolar da villa de Parelhas	22 de fevereiro de 1919	Acervo Público da Câmara Municipal de Jardim do Seridó/RN
Portaria nº 07 da Intendência Municipal de Jardim do Seridó	Débito da verba “Despesas (sic) eventuais” na quantia de 51 mil réis proveniente da inauguração do grupo escolar Barão do Rio Branco.	24 de fevereiro de 1919	Acervo Público da Câmara Municipal de Jardim do Seridó/RN
Jornal A República, Ano XXXI, n. 45	Despachos de Heráclio Pires, Benício Filho e Felinto Elísio congratulando-se pela inauguração do grupo escolar Barão do Rio Branco na Povoação de Parelhas.	25 de fevereiro de 1919	Arquivo Público Estadual
Jornal A República, Ano XXXI, n. 47	Despacho de Heráclio Pires, presidente da Intendência de Jardim do Seridó, sobre a inauguração do grupo escolar Barão do Rio Branco. Nomeação de Maria Terceira Rocha e Raymunda Rocha para reger efetivamente a escola isolada masculina e feminina do grupo escolar Barão do Rio Branco na Povoação de Parelhas.	27 de fevereiro de 1919	Arquivo Público Estadual
Fotografia	Fotografia da turma feminina com a professora Maria Terceira Rocha	1919	Arquivo particular de Dr. Ulisses Bezerra Potiguar
Jornal A República, Ano XXXI, n. 75	Comunicação de que as professoras Maria Terceira e Raymunda Rocha foram nomeadas para regerem as escolas isoladas masculina e feminina do grupo escolar Barão do Rio Branco na povoação de Parelhas	04 de abril de 1919	Arquivo Público Estadual
Jornal A República,	Ofício comunicando ao Inspetor	05 de abril de 1919	Arquivo Público Estadual

Fonte	Descrição	Ano/Período	Acervo
Ano XXXI, n. 76	do Tesouro que as professoras Maria Terceira Rocha e Raymunda Rocha assumiram no dia 21 do mês passado o exercício de suas funções.		
Jornal A República, Ano XXXI, n. 82	Comissionando o presidente do Conselho Escolar de Jardim do Seridó a presidir a solenidade de inauguração oficial do grupo escolar Barão do Rio Branco	12 de abril de 1919	Arquivo Público Estadual
Jornal A República, Ano XXXI, n. 55	Descrição da Inauguração do grupo escolar Barão do Rio Branco - matéria datada em 25 de fevereiro de 1919 e assinada por J.L - Juvenal Lamartine(?)	11 de maio de 1919	Arquivo Público Estadual
Ata da 1ª Sessão 3ª Ordinária do Conselho da Intendência Municipal de Jardim do Seridó	O presidente da Intendência Municipal, Heráclio Pires, trouxe ao conhecimento do Conselho que teria recebido 500 mil réis para auxiliar a construção da mobília do grupo escolar da povoação de Parelhas.	19 de maio de 1919	Acervo Público da Câmara Municipal de Jardim do Seridó/RN
Jornal A República, Ano XXXI, n. 111	Comunicando a inauguração oficial do grupo escolar Barão do Rio Branco em 21 de fevereiro.	22 de maio de 1919	Arquivo Público Estadual
Jornal A República, Ano XXXI, n. 156	Remete os atestados de frequência das professoras das escolas isoladas masculina e feminina do grupo escolar Barão do Rio Branco relativas ao mês de maio.	16 de Julho de 1919	Arquivo Público Estadual
Portaria nº 33 da Intendência Municipal de Jardim do Seridó	Pagamento de 1:426 (Um conto quatrocentos e vinte seis mil réis) ao artista Izidoro Gomes Meira por parte das despesas feitas na construção do mobiliário do grupo escolar Barão do Rio Branco. A importância completa é de 1:926 (Um conto novecentos e vinte e seis mil réis), tendo o governador do Estado ajudado com 500 mil réis.	19 de agosto de 1919	Acervo Público da Câmara Municipal de Jardim do Seridó/RN
Jornal A República, Ano XXX, n. 229(?)	Termo de visita do grupo escolar Barão do Rio Branco assinado pelo inspetor de Ensino, F. Gonzaga Galvão.	15 de outubro de 1919	Arquivo Público Estadual
Jornal A República, Ano XXX, n. 242	Manoel Dantas, diretor da instrução pública do Rio Grande	30 de outubro de 1919	Arquivo Público Estadual

Fonte	Descrição	Ano/Período	Acervo
	do Norte, informa sobre o problema do Ensino no Rio Grande do Norte.		
Jornal A República, Ano XXX, n. 243	Realização de festival dramático em homenagem ao natalício do desembargador Ferreira Chaves em 15 de outubro, pelas professoras do grupo escolar Barão do Rio Branco de Parelhas.	31 de outubro de 1919	Arquivo Público Estadual
Jornal A República, Ano XXX, n. 250	Levantamento da instrução primária do Estado, mencionando a inauguração do grupo escolar “Rio Branco” na povoação de Parelhas	11 de novembro de 1919	Arquivo Público Estadual
Portaria nº 60 da Intendência Municipal de Jardim do Seridó	Débito da verba “Expediente e material para os grupos escolares” na quantia de 85 mil réis proveniente de artigos fornecidos ao grupo escolar Barão do Rio Branco	18 de dezembro de 1919	Acervo Público da Câmara Municipal de Jardim do Seridó/RN
	Planta Baixa do Grupo Escolar Barão do Rio Branco	1919	Prefeitura Municipal de Parelhas/RN
Livro n. 1 Termos de compromisso e posse (Departamento da Instrução Pública)	Termo de compromissos dos professores nomeados para os Grupos Escolares do estado do Rio Grande do Norte	1893 a 1920	Laboratório de Restauração e Conservação de Livros e Documentos Históricos (Labre) da UFRN
Diário de Classe da Professora Raymunda Rocha	Planos diários de aula contendo horário, matéria, ponto tratado e demonstrações.	1 a 03 de março de 1920	Acervo Público da Escola Estadual Barão do Rio Branco.
Diário de Classe da Professora Raymunda Rocha	Planos diários de aula contendo horário, matéria, ponto tratado e demonstrações.	05 de março a 07 de maio de 1920	Acervo Público da Escola Estadual Barão do Rio Branco.
Jornal A República, Ano (?), n. 55	Manoel Dantas, diretor geral da instrução pública salienta que todos os estabelecimentos de instrução estão sujeitos a fiscalização, conforme a Lei da Reforma de Ensino.	09 de março de 1920	Arquivo Público Estadual
Diário de Classe da Professora Maria Terceira Rocha	Planos diários de aula contendo horário, matéria, ponto tratado e demonstrações.	1 a 12 de março de 1920	Acervo Público da Escola Estadual Barão do Rio Branco.
Jornal A República, Ano XXXI, n. 57	Menção aos nomes das professoras Maria Terceira Rocha e Raimunda Rocha no Quadro de Honra por	11 de março de 1920	Acervo Público Estadual

Fonte	Descrição	Ano/Período	Acervo
	ministrarem o ensino da leitura pelo método analytico-sintetyco (sic), apesar de dispor de reduzido material pedagógico. A primeira tendo 52 alunos da escola isolada masculina e a segunda tendo 68 alunas na escola isolada feminina.		
Portaria nº 13 da Intendência Municipal	Débito da verba “Expediente e material para os grupos escolares” na quantia de 185 mil réis proveniente de um armário grande e dois cavaletes mandado construir para o grupo escolar Barão do Rio Branco da povoação de Parelhas.	12 de março de 1920	Acervo Público da Câmara Municipal de Jardim do Seridó/RN
Jornal A República, Ano XXXI, n. 59	Despacho de D. Raymunda Rocha e D. Maria Terceira Rocha pedindo justificação das faltas dadas do dia 1 a 19 de fevereiro.	13 de março de 1920	Acervo Público Estadual
Diário de Classe da Professora Maria Terceira Rocha	Planos diários de aula contendo horário, matéria, ponto tratado e demonstrações.	13 de março a 08 de abril de 1920	Acervo Público da Escola Estadual Barão do Rio Branco.
Diário de Classe da Professora Maria Terceira Rocha	Planos diários de aula contendo horário, matéria, ponto tratado e demonstrações.	09 de abril a 14 de maio de 1920	Acervo Público da Escola Estadual Barão do Rio Branco.
Jornal A República, Ano XXXI, n.(?)	Primeiro passeio escolar do grupo Barão do Rio Branco com as professoras Maria Terceira Rocha e Raymunda Rocha, comparecendo 32 alunos da escola masculina e 38 da escola feminina.	14 de abril de 1920	Acervo Público Estadual
Diário de Classe da Professora Maria Terceira Rocha	Planos diários de aula contendo horário, matéria, ponto tratado e demonstrações.	14 a 26 de abril de 1920	Acervo Público da Escola Estadual Barão do Rio Branco.
Diário de Classe da Professora Maria Terceira Rocha	Planos diários de aula contendo horário, matéria, ponto tratado e demonstrações.	27 de abril a 24 de maio de 1920	Acervo Público da Escola Estadual Barão do Rio Branco.
Diário de Classe da Professora Maria Terceira Rocha	Planos diários de aula contendo horário, matéria, ponto tratado e demonstrações.	15 de maio a 08 de junho de 1920	Acervo Público da Escola Estadual Barão do Rio Branco.
Ata da Intendência Municipal de Jardim do Seridó	Compromisso prestado pelo cidadão José Dantas do cargo de porteiro/zelador do grupo escolar Barão do Rio Branco da	15 de maio de 1920	Acervo Público da Câmara Municipal de Jardim do Seridó/RN

Fonte	Descrição	Ano/Período	Acervo
	Povoação de Parelhas		
Jornal A República, Ano(?), n.(?)	Trata das férias de junho que foram suprimidas nos grupos escolares da capital e do interior (exceto o grupo modelo Augusto Severo) com a Lei da Reforma de Ensino	1 de junho de 1920	Arquivo Público Estadual
Jornal A República, Ano(?), n.(?)	Passeio Escolar realizado pelas professora Maria Terceira Rocha e Raymunda Rocha com alunos ao redor da Villa em preleção ao feriado nacional de 03 de maio e a descoberta do Brazil (sic).	02 de junho de 1920	Acervo Público Estadual
Diário de Classe da Professora Maria Terceira Rocha	Planos diários de aula contendo horário, matéria, ponto tratado e demonstrações.	09 a 18 de junho de 1920	Acervo Público da Escola Estadual Barão do Rio Branco.
Diário de Classe da Professora Maria Terceira Rocha	Planos diários de aula contendo horário, matéria, ponto tratado e demonstrações.	21 de junho a 16 de julho de 1920	Acervo Público da Escola Estadual Barão do Rio Branco.
Jornal A República, Ano(?), n.(?)	Circular aos inspetores de ensino enviada por Manoel Dantas, diretor da instrução pública comunicando que a próxima viagem de inspeção acontecerá nos grupos escolares e escolas isoladas do alto sertão.	17 de junho de 1920	Acervo Público Estadual
Livro de Atestado de óbito	Atesta o óbito da professora Maria Terceira Rocha	30 de julho de 1920	Cartório único de Jardim do Seridó/RN
Ata da 2ª Sessão 4ª Ordinária do Conselho da Intendência Municipal de Jardim do Seridó	Requerimento de profundo pesar (sic) pelo falecimento da iditosa professora Maria Terceira Rocha ocorrido a 27 de julho próximo passado.	05 de agosto de 1920	Acervo Público da Câmara Municipal de Jardim do Seridó/RN
Testamento de Valentin Nóbrega	Testamento deixado pelo jovem Valentin Nóbrega na partilha de seus bens. Contempla o Grupo Escolar Barão do rio Branco	26 de agosto de 1920	Fórum da Vara única da Comarca de Jardim do Seridó/RN
Atos Legislativos e Decretos Lei de 1920/1926	Lei n. 478, de 28 de novembro de 1920 que eleva à categoria de Villa (sic) a povoação de Parelhas	28 de novembro de 1920	Arquivo Público Estadual
Jornal A República, Ano XXXIII, n.35	Remoção a pedido da professora Raimunda Rocha de sua transferência da escola isolada masculina do Grupo Escolar Barão do Rio Branco para o	14 de fevereiro de 1921	Arquivo Público Estadual

Fonte	Descrição	Ano/Período	Acervo
	grupo de São Gonçalo.		
Jornal A República, Ano XXXIII, n.37	Nomeação das professoras Rita Sampaio e Maria Helena Furtado para o Grupo Escolar de Parelhas	17 de fevereiro de 1921	Arquivo Público Estadual
Jornal A República, Ano XXXIII, n.40	Solicitação de passagens ao encarregado da estação de Natal para as professoras Rita Sampaio e Maria Helena Furtado até Campina Grande-PB.	21 de fevereiro de 1921	Arquivo Público Estadual
Diário de Classe da Professora Maria Helena Furtado	Planos diários de aula contendo horário, matéria, ponto tratado e demonstrações.	08 de março	Acervo Público da Escola Estadual Barão do Rio Branco.
Jornal A República, Ano XXXIII, n.36	Circular enviado às escolas do interior subvencionadas	12 de março de 1921	Arquivo Público Estadual
Diário de Classe da Professora Rita Sampaio	Planos diários de aula contendo horário, matéria, ponto tratado e demonstrações.	15 de abril de 1921	Acervo Público da Escola Estadual Barão do Rio Branco.
Portaria nº 24	Concessão de verba para material de expediente do grupo	25 de junho de 1921	Acervo Público da Câmara Municipal de Jardim do Seridó/RN
Jornal A República, Ano XXXIII, n.181	Termos de visita do Diretor da instrução pública Amphiloquio Carlos Soares da Camara a escola isolada feminina e masculina do Grupo Escolar Barão do Rio Branco.	25 de agosto de 1921	Arquivo Público Estadual
Jornal A República, Ano XXXIII, n. ?	Regulamento sobre a festa e uso da Bandeira do Brasil	21 de outubro de 1921	Arquivo Público Estadual
Jornal A República, Ano XXXIII, n.?	Relatório de Manoel Dantas (diretor da instrução pública do Estado RN) sobre a festa da Bandeira no Grupo Escolar Barão do Rio Branco	25 de outubro de 1921	Arquivo Público Estadual
Jornal A República, Ano XXXIII, n.243	Distribuição do Hino da Independência as escolas isoladas e grupos escolares	10 de novembro de 1921	Arquivo Público Estadual
Jornal A República, Ano XXXIII, n.251	Menção ao caixa escolar do Grupo Escolar Barão do Rio Branco	20 de novembro de 1921	Arquivo Público Estadual
Jornal A República, Ano XXXIII, n.40	Relato de viagem do Diretor da Instrução pública Manoel Dantas a Campina Grande-PB, passando por Parelhas.	23 de novembro de 1921	Arquivo Público Estadual
Jornal A República,	Excursão do Diretor da Instrução	21 de dezembro de 1921	Arquivo Público Estadual

Fonte	Descrição	Ano/Período	Acervo
Ano XXXIII, n.266	Pública pelo Seridó visitando os grupos escolares para entrega de bandeiras e formação do caixa escolar.		
Revista Pedagogium, n. 1 e n. 2	Nota sobre a morte da professora Maria Terceira Rocha. Discurso sobre o caixa escolar (Pedro Velho)	1921	LABIM
Jornal A República XXXIII, n.20	Relato de Manoel Dantas (doutor e diretor da Instrução Pública) nomeando os membros do conselho escolar para cada município.	25 de janeiro de 1922	Arquivo Público Estadual
Revista Pedagogium, n. 3	Participação de Rita Sampaio no Congresso de educação	1922	LABIM
Jornal A República XXXIII, n.76	Excursão do inspetor de ensino no sertão, a fim de conhecer os aspectos gerais da região.	05 de abril de 1922	Arquivo Público Estadual
Jornal A República, 1922	organização do calendário de férias do mês de junho para os grupos escolares da capital e do interior	20 de maio de 1922	Arquivo Público Estadual
Ata de sessão extraordinária da Intendência Municipal	Menciona Festa Cívica do Grupo Escolar Barão do Rio Branco	07 de setembro de 1922	Câmara Municipal de Jardim do Seridó
Livro de Honra (Departamento da Instrução Pública)	Menciona as Professoras: Maria Terceira Rocha, Raymunda Rocha, Mara Helena Furtado e Rita Sampaio	1919 a 1922	Laboratório de Restauração e Conservação de Livros e Documentos Históricos (Labre) da UFRN
Ata da Intendência Municipal	Ata de compromisso assinada pelo porteiro do Grupo Escolar Barão do Rio Branco quanto ao desempenho de suas funções	09 de setembro de 1922	Câmara Municipal de Jardim do Seridó
Gratificação para Grupo dos Escoteiros	Autorização do governador do Estado Antonio José de Melo Souza para uma gratificação extraordinária ao número de alunos escoteiros instruídos pelos professores das escolas e dos grupos escolares do interior do Estado.	05 de dezembro de 1922	Arquivo Público Estadual
Jornal a República,	Visita do diretor da instrução Manuel Dantas ao grupo escolar Barão do Rio Branco	março de 1923	Arquivo Público Estadual

Fonte	Descrição	Ano/Período	Acervo
Jornal a República, Ano (?), n. (?)	Relato sobre a comissão regional de escoteiros de Parelhas	20 de julho de 1923	Arquivo Público Estadual
Jornal a República, Ano (?), n. (?)	Incorporação do grupo de escoteiros de Parelhas a Associação de Escoteiros do Alecrim	12 de agosto de 1923	Arquivo Público Estadual
Jornal a República, Ano (?), n. 189	Visita do Dr. José Augusto na cidade de Parelhas	21 de agosto de 1923	Arquivo Público Estadual
Jornal a República, 1923	Relato sobre a festa da bandeira e entrega de bandeiras no grupo escolar Barão do Rio Branco	23 de novembro de 1923	Arquivo Público Estadual
Jornal A República, ano XXXVI, n. (?)	Comissão de avaliação das professoras, Raymunda Rocha, Rita Sampaio e Maria Helena	19 de janeiro de 1924	Arquivo público Estadual
Jornal A República, ano XXXVI, n. (?)	Nomeações dos professores Saturnino Paiva e Alzira Nunes para o grupo escolar Barão do Rio Branco	5 de fevereiro de 1924	Arquivo público Estadual
Jornal A República, ano XXXVI, n. (?)	Nota do Diretor Geral da Instrução Pública, alertando os intendentess municipais sobre os pedidos de material de ensino e a reparação dos prédios escolares	6 de fevereiro de 1924	Arquivo público Estadual
Jornal A República, ano XXXVI, n. (?)	Nota do Diretor Geral da Instrução Pública recomendando a observância dos regimentos internos das escolas	7 de fevereiro de 1924	Arquivo público Estadual
Jornal A República, ano XXXVI, n. (?)	Nota do Diretor Geral da Instrução Pública informando o número mínimo de matrículas para o funcionamento das escolas isoladas.	26 de março de 1924	Arquivo público Estadual
Jornal A República, ano XXXVI, n. 96	Relato sobre a nomeação de Nestor Lima para exercer a função de diretor da instrução pública.	30 de abril de 1924	Arquivo público Estadual

Fonte	Descrição	Ano/Período	Acervo
Jornal A República, ano XXXVI, n. 97	Orientação do Diretor da Instrução pública sobre o número de matrículas nas escolas isoladas.	01 de maio de 1924	Arquivo público Estadual
Jornal A República, ano XXXVI, n. 114	Número de matrículas das escolas isoladas femininas e masculinas, em Parelhas	23 de maio de 1924	Arquivo público Estadual
Jornal A República, ano XXXVI, n. 162	Comunicado do Diretor da Instrução Pública para todas as escolas do estado sobre o falecimento do Dr. Manoel Dantas	20 de julho de 1924	Arquivo público Estadual
Jornal A República, ano XXXVI, n. (?)	Organização do álbum escolar do Rio Grande do Norte	14 de agosto de 1924	Arquivo público Estadual
Jornal A República, ano XXXVI, n. (?)	Relato sobre a organização do ensino público	28 de agosto de 1924	Arquivo público Estadual
Jornal A República, ano XXXVI, n. (?)	Menção sobre a necessidade de criação de bibliotecas no interior do Estado.	29 de agosto de 1924	Arquivo público Estadual
Fotografia	Desfile cívico em comemoração ao dia 07 de setembro	7 de setembro	Arquivo particular de Dr. Ulisses Bezerra Potiguar
Jornal A República, ano XXXVI, 1924	Menção sobre os prédios escolares e o material de ensino	8 de novembro de 1924	Arquivo público Estadual
Livro n. 1 Registro de Diplomas das professoras graduadas pela Escola Normal de Natal/RN (Departamento da Instrução Pública)	Registro dos diplomas de todos os professores nomeados para o Grupo escolar Barão do Rio Branco no período de 1919 a 1926	1911 a 1925	Laboratório de Restauração e Conservação de Livros e Documentos Históricos (Labre) da UFRN
Jornal A República, 22 de dezembro de 1925	Menciona gastos com a Instrução Pública	22 de dezembro de 1925	Arquivo público Estadual

Fonte	Descrição	Ano/Período	Acervo
Livro de assinaturas de presença e actas dos cursos de férias. (Departamento da Instrução Pública)	Assinatura dos professores que participaram do curso de férias: Raimundo Guerra, José Saturnino Paiva e Alzira Nunes de Queiroz	1925	Laboratório de Restauração e Conservação de Livros e Documentos Históricos (Labre) da UFRN
Livro da Associação dos Escoteiros do Departamento da Instrução Pública	Referencia os Escoteiros do Grupo Escolar Barão do Rio Branco	1925	Laboratório de Restauração e Conservação de Livros e Documentos Históricos (Labre) da UFRN
Livro de Registros de Ofícios do Departamento da Instrução Pública	Especifica ações quanto a organização e funcionamento do Grupo Escolar Barão do Rio Branco	1919 a 1926	Laboratório de Restauração e Conservação de Livros e Documentos Históricos (Labre) da UFRN
Livro de Registros de Títulos, Portarias e licenças do Departamento da Instrução Pública	Relata concessão de licenças a Professora Raimunda Rocha	1919 a 1926	Laboratório de Restauração e Conservação de Livros e Documentos Históricos (Labre) da UFRN
Decreto n. 296 de março de 1926	Cria uma cadeira no grupo escolar Barão do Rio Branco e ordena que as cadeiras existentes passem a funcionar sobre o regime graduado.	2 de março de 1926	Câmara Municipal de Jardim do Seridó
Jornal A República, ano XXXVIII, n.94	Nomeia o professor Raimundo Guerra para diretor do Grupo Escolar Barão do Rio Branco	27 de abril de 1926	Arquivo público Estadual
Livro n. 31 de atas da Diretoria Geral da Instrução Pública. (Departamento da Instrução Pública)	Diferentes assuntos sobre o funcionamento e organização do Grupo Escolar Barão do Rio Branco	1919 a 1926	Laboratório de Restauração e Conservação de Livros e Documentos Históricos (Labre) da UFRN
Revista Resenha de Parelhas	Reportagem sobre o falecimento da professora Maria Terceira ocorrido no início do ano de 1920	Maio de 2005, p.6	Arquivo particular de Dr. Ulisses Bezerra Potiguar